

cescontexto

Olhares sobre o século XX português

VIII e IX Ciclos Anuais

de Jovens Cientistas Sociais

Organização

Susana Costa

Miguel Cardina

Nº 11

Julho de 2015

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2015

Agradecimentos

Em cada sessão do Ciclo de Jovens Cientistas Sociais, a apresentação do trabalho é seguida de discussão, a qual se inicia com comentários programados a cargo de dois/duas investigadores/as do CES, de perfil diferenciado. Os organizadores deste número gostariam, assim, de agradecer aos/às oradores e oradoras convidados/as no âmbito do VIII e do IX Ciclo anual de Jovens Cientistas Sociais:

Aline Afonso*
Bruno Gil*
Helena Lopes Braga
Jason Keith Fernandes
João Baía
José Nuno Matos
Manuel Abrantes
Ricardo Noronha
Rita Luís
Tiago Brandão

Agradecemos ainda aos investigadores e às investigadoras que contribuíram, deste modo, para tornar essas sessões momentos ricos de debate e de partilha de experiências:

Alfredo Campos
Alvaro Garrido
Ana Cristina Santos
Ana Raquel Matos
Armando Rabaça
Carina Gomes
Cláudia Nogueira
Cristiano Gianolla
Filipe Almeida
Jorge Figueira
José António Bandeirinha
Luciana Silva
Manuela Cruzeiro
Maria Paula Menezes
Marina Galvanese
Nuno Teles
Virgínia Ferreira

*Artigos não contemplados neste volume por motivos diversos.

Índice

Susana Costa e Miguel Cardina

Introdução..... 04

Manuel Abrantes

Condição e ocupação: uma análise das dinâmicas contemporâneas dos serviços domésticos. 06

Ricardo Noronha

Política e economia durante o PREC: “A banca ao serviço do povo” 28

Jason Fernandes

Making Good Indians out of Goan Catholics: The Catholic Church and the formation of Indian citizens in Goa..... 47

Rita Luís

Espanha e a revolução portuguesa: os limites de uma imprensa vigiada..... 63

José Nuno Matos

Do trauma à recuperação: os gestores de recursos humanos e o processo revolucionário 83

Tiago Brandão

Caminhos históricos da política científica portuguesa. Da matriz republicana à Revolução de Abril (1910-1976) 102

João Baía

Relação entre políticas de habitação e movimento de moradores num período denso (1974-1976)..... 138

Helena Lopes Braga

Cravos e Camélias: uma sinfonia dissonante. Práticas musicais e dinâmicas de género em Portugal na transição para a democracia 153

Introdução

O presente volume recolhe apresentações feitas no âmbito do VIII e IX Ciclos de Jovens Cientistas Sociais, levados a cabo, respetivamente, em 2013 e 2014.

Há cerca de uma década que o CES tem tomado em mãos a tarefa de organizar este ciclo anual, que tem dado a conhecer o trabalho de investigação, nacional e internacional, de jovens cientistas no domínio das ciências sociais e das humanidades.

Na origem do evento esteve a vontade de promover o diálogo com o trabalho produzido noutras instituições, apoiado numa matriz claramente interdisciplinar. Convidando investigadores/as de outras proveniências institucionais com trabalho realizado em áreas científicas muito diversas (Sociologia, Antropologia, História, Economia, Relações Internacionais, Estudos Literários, Ciências da Educação, Direito, Estudos Africanos, Ciência Política, Arquitetura e Filosofia), o CES tem, desta forma, procurado contribuir para a troca de experiências e para a discussão dos resultados das suas investigações. Ao constituir-se como um espaço de afirmação de investigadores/as em início de carreira, a iniciativa tem servido igualmente para responder à tarefa de dinamizar espaços de debate e de reflexão crítica abertos ao exterior e atentos ao que de mais inovador se vai realizando no campo das ciências sociais e das humanidades.

A escolha dos convidados/as para cada ciclo teve por base a relevância do trabalho que estes/as têm vindo a desenvolver nas respetivas instituições e a sua internacionalização no espaço das ciências sociais e humanas. Em 2014, o evento enquadrou-se nas iniciativas de comemoração dos 40 anos do 25 de abril de 1974, convidando investigadores/as com trabalho sobre o século XX português e sobre o período revolucionário. Compilam-se aqui os artigos que serviram de suporte a apresentações efetuadas nos dois ciclos referidos, mantendo o registo de uma atividade que é já uma marca do CES e do modo como produz diálogos científicos.

Não tendo sido possível trazer para este espaço o produto final de todos os seminários realizados, esta publicação conta com três artigos respeitantes ao VIII Ciclo de Jovens Cientistas Sociais, designadamente com o contributo de Manuel Abrantes, *Condição e Ocupação: uma análise das dinâmicas contemporâneas dos serviços domésticos*, de Ricardo Noronha, *Política e economia durante o PREC: “A banca ao serviço do povo”* e de Jason Keith Fernandes, *Making Good Indians out of Goan Catholics: The Catholic Church and the formation of Indian citizens in Goa*.

Relativamente ao IX Ciclo de Jovens Cientistas Sociais – 40 anos de abril, este número conta com o artigo de Rita Luís, *Espanha e a revolução portuguesa: os limites de uma imprensa vigiada*, de José Nuno Matos, *Do trauma à recuperação: os gestores de recursos humanos e o processo revolucionário*, de Tiago Brandão, *Caminhos históricos da política científica portuguesa. Da matriz republicana à Revolução de Abril (1910-1976)*, de João Baía, *Relação entre políticas de habitação e movimento de moradores num período denso (1974-1976)* e, por último, de Helena Lopes Braga, *Cravos e Camélias: uma sinfonia dissonante. Práticas musicais e dinâmicas de género em*

Portugal na transição para a democracia.

Da leitura desta compilação, composta por oito artigos, registamos a importância de manter viva esta atividade, que tem permitido o debate intenso com o trabalho efetuado por jovens investigadores/as de diferentes áreas.

Este volume pretende deixar para memória futura os textos que daí resultaram.

Susana Costa

Miguel Cardina

Condição e ocupação: uma análise das dinâmicas contemporâneas dos serviços domésticos

Manuel Abrantes,¹ SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa
mabrantes@socius.iseg.utl.pt

Resumo: Este artigo começa por situar o seu objeto de estudo na confluência de debates sobre relações de género, classe e etnia. De seguida, examina-se um conjunto de dados empíricos recolhidos na área urbana de Lisboa. Recorrendo a uma análise de cunho exploratório e interacionista, documentam-se duas dinâmicas estruturantes do serviço doméstico: (i) a reorganização do ramo de atividade ao longo do tempo e (ii) a negociação da relação laboral entre as partes envolvidas. Dá-se especial atenção aos percursos laborais das trabalhadoras domésticas, escrutinando a tensão perene entre assimetria de classe (o serviço doméstico como condição) e vínculo laboral (o serviço doméstico como ocupação). Sem prejuízo dos eixos de segmentação que continuam a permear o ramo de atividade, uma análise refinada dos percursos laborais permite discernir modalidades de emancipação social e económica, ainda que a título parcial, tanto no mercado de trabalho como no contexto familiar.

Palavras-chave: classe, etnia, género, serviço doméstico, trabalho doméstico

¹ Manuel Abrantes concluiu a Licenciatura em Estudos Europeus na Universidade de Lisboa, tendo depois enveredado pela área da Sociologia, na qual obteve o seu Mestrado (vertente de Estudos Comparativos do Trabalho e das Organizações, na Universidade de Amesterdão) e o seu Doutoramento (em Sociologia Económica e das Organizações, na Universidade de Lisboa). Integrou projetos de investigação sobre trabalho e emprego, relações de género, migrações. A sua pesquisa de doutoramento, realizada entre 2010 e 2014, consistiu num estudo empírico das relações e condições de trabalho no setor do serviço doméstico na Grande Lisboa. É professor convidado na Universidade Aberta (desde 2011) e no Instituto Superior de Economia e Gestão (desde 2014), e membro do SOCIUS: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, que integra o consórcio de investigação CSG – Ciências Sociais e Gestão.

Otília

À segunda-feira, dez horas e meia da manhã, lá está Otília a descer a rua da periferia lisboeta onde reside.² A sua agenda semanal de trabalho remunerado abrange oito apartamentos, perfazendo um total de 30 horas, com variações ocasionais conforme a necessidade das entidades empregadoras. Em todos os domicílios, encarrega-se da limpeza. Em alguns, está também incumbida de arrumar, lavar e engomar roupa, cozinhar. As tarefas estipuladas a início não incluem a prestação de cuidados pessoais diretos, embora em alguns casos isto se torne inevitável com a presença de crianças ou pessoas idosas no domicílio.

Um misto de diplomacia e tenacidade permite a Otília enquadrar todos os compromissos laborais entre segunda e sexta-feira. Outra proeza de que se orgulha é circunscrever a sua área de atividade ao bairro onde reside, deslocando-se sempre a pé. De facto, apesar da pluralidade de entidades empregadoras que Otília mantém, quase todas essas pessoas se conhecem entre si. Foi através de recomendações entre pessoas unidas por laços de família, amizade ou vizinhança (são cruciais os espaços de convivialidade comunitária como a escola, a igreja e o comércio local) que Otília viu esta rede consolidar-se. Pode-se falar de rede em vários sentidos – rede de contactos pessoais, mas também rede de segurança, pois estar empregada em vários domicílios é essencial para não ficar economicamente dependente de qualquer um deles e minimizar o risco de redução imprevista de rendimentos. Além disso, a rede promete algum controlo de parte a parte face a condutas oportunistas: assim como protege, cinge ou limita. Se as pessoas que empregam Otília procuram corresponder a padrões do que é socialmente aceitável, uma sugestão de incompetência ou indisciplina da trabalhadora num determinado apartamento pode colocar em perigo a sua permanência nos restantes locais de trabalho.

A trajetória laboral de Otília, que será retomada adiante, expõe a diversidade de elementos que podem entrelaçar-se num estudo empírico sobre os serviços domésticos contemporâneos. De facto, o trabalho doméstico está longe de constituir um tema recente no campo da sociologia, sobretudo em investigações que dão proeminência às relações de género. Ainda assim, a atenção tem incidido poucas vezes sobre as modalidades remuneradas desta atividade. Continua a ser escasso, como se verá, o conhecimento que temos sobre o serviço doméstico enquanto segmento do mercado de trabalho.

² Este artigo baseia-se em resultados do projeto de doutoramento ‘Serviços domésticos e trabalhadoras/es migrantes: a negociação da relação laboral’ (2010-14), desenvolvido no âmbito do Programa Doutoral em Sociologia Económica e das Organizações no Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa. Agradeço a Sara Falcão Casaca e a Sarah van Walsum, que asseguraram a orientação científica do projeto; às/aos organizadoras/es e participantes do VIII Ciclo Anual Jovens Cientistas Sociais no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pela oportunidade de apresentar e discutir uma primeira versão deste texto, em fevereiro de 2013; às mulheres que entrevistei durante o trabalho de campo. Conforme acordei com as entrevistadas, os nomes próprios referidos na apresentação dos dados empíricos são fictícios e as áreas de residência ou trabalho não são especificadas. A pesquisa teve o apoio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/61181/2009).

Este artigo começa por discutir um conjunto de estudos que, à escala nacional e internacional, permite situar o trabalho doméstico remunerado num ponto de interseção entre relações de género, classe e etnia. Privilegia-se uma abordagem socio-histórica, dirigindo os esforços de análise para duas dinâmicas estruturantes da relação laboral. Uma delas prende-se com o processo de *reorganização* do ramo de atividade ao longo das últimas décadas, que é possível mapear cruzando a literatura já existente com os percursos laborais recolhidos através da pesquisa de campo. A outra remete para o processo de *negociação* entre as duas partes, a partir dos capitais de que estas dispõem. Consequentemente, examina-se uma seleção de resultados obtidos na área urbana de Lisboa, dando especial atenção aos testemunhos de trabalhadoras domésticas e às múltiplas tensões que estes evidenciam entre assimetria de classe e vínculo laboral. Não obstante a persistência de diversos eixos de segmentação neste ramo de atividade, observam-se modalidades de emancipação da trabalhadora doméstica, ainda que a título parcial ou intermédio, face a grilhetas bem conhecidas da dependência social e económica quer no mercado de trabalho, quer no contexto familiar. Algumas propostas para investigação futura são incluídas na secção final.

A invisibilidade do trabalho doméstico, a centralidade do trabalho doméstico

A resiliência do trabalho doméstico remunerado nas sociedades ocidentais contemporâneas tem motivado um número substancial de estudos com diferentes coordenadas espaciais e temporais. Com frequência, a ênfase tem recaído sobre a situação das mulheres que migram – sobretudo entre diferentes países – para executar tarefas domésticas ou cuidados pessoais diretos em domicílios particulares, com vínculos de trabalho mais ou menos formais (e.g. Anderson, 2000; Hochschild, 2000; Parreñas, 2001; Ehrenreich e Hochschild, 2002; Lutz, 2008). Enquanto todos os casos analisados expõem a concentração de mulheres com baixa escolaridade ou origem imigrante no setor e a sua vulnerabilidade face a uma combinação de fatores sociais e institucionais, os desenvolvimentos do ramo de atividade refletem padrões distintos no que toca a políticas públicas, papéis de género ou dinâmicas mais amplas do mercado de trabalho (para um olhar comparativo, ver sobretudo Abrantes, 2014). Como variam de local para local as particularidades do setor, assim variam também as elaborações analíticas acerca da sua recente “emergência”, “reemergência” ou “metamorfose”. Não obstante a assinalável longevidade de alguns elementos estruturantes, as mesmas investigações não hesitam em inscrever o serviço doméstico no debate da nova economia dos serviços e da globalização. O mesmo tem começado a ser feito no contexto de Portugal, oferecendo pistas promissoras ao crescimento do saber (Blétière, 2008; Baptista, 2011; Guibentif, 2011).

Antes de avançar, urge clarificar o que se entende por trabalho doméstico, uma vez que se trata de um conceito utilizado de forma heterogénea quer nos contextos académicos, quer nos contextos quotidianos. A presente investigação contempla o trabalho doméstico enquanto qualquer tipo de trabalho desempenhado num agregado doméstico alheio com vista à satisfação das necessidades regulares do mesmo. Embora alguns estudos optem por uma divisão analítica entre trabalho doméstico “tradicional” (limpar, cozinhar, lavar roupa) e a

prestação de cuidados domiciliários a crianças ou a pessoas idosas, a observação empírica tem mostrado que esta distinção é amiúde ambígua ou artificial. É razoável esperar que, entre um caso e o outro, as tarefas implicadas e as relações laborais variem substancialmente. Porém, esta distinção parece constituir, ela própria, um objeto de negociação e de codificação simbólica – um objeto político, portanto – com fronteiras frágeis e subjetivas que se dissolvem entre os dedos quando estes tentam aferrar-se a uma tipologia normativa.

Escreve Bridget Anderson, “em última análise, o trabalho doméstico não é definível em termos de tarefas mas em termos de um papel que constrói e situa o trabalhador ou a trabalhadora num certo conjunto de relações sociais” (2000: 21).³ Esta cláusula de Anderson é certa não só por motivos de formulação do problema sociológico, mas também porque reflete a prática dominante na investigação mais recente, conforme se afere dos estudos acima mencionados. É também sintomática a opção consonante tomada pela Organização Internacional do Trabalho nos trabalhos de preparação da Convenção sobre Trabalho Doméstico, que viria a ser aprovada em 2011 (ILO, 2010, 2011). Ainda assim, não é despicienda a estranheza que uma definição assente fundamentalmente no contexto de trabalho – e não nas funções desempenhadas – causa a um olhar mais próximo da sociologia das ocupações ou das profissões. Ao incluir na mesma categoria uma variedade assinalável de tarefas, competências e expectativas – e, no limite, de empregos –, haverá que manter cautela para não negligenciar diferenças importantes no que diz respeito à natureza e à dinâmica das relações que se estabelecem entre a população trabalhadora e as respetivas entidades empregadoras.

A despeito das expectativas de uma teoria da modernização quanto ao desaparecimento do serviço doméstico, as sociedades contemporâneas têm sido pródigas em estímulos ao seu crescimento. Que elementos poderão colher-se da extensa bibliografia disponível para iluminar a génese e a composição desta procura? Primeiro, haverá que considerar as transformações recentes das estruturas familiares e económicas, expostas pela vasta produção académica que tem contribuído para documentar o nexos entre família, trabalho e bem-estar (e.g. Nunes, 1991; Ferreira, 1999; Guerreiro, 2000; Torres, 2004; Wall e Amâncio, 2007; Aboim, 2010; para estudos internacionais comparativos, ver Drew, Emerek e Mahon, 1998; Crompton, Lewis e Lyonette, 2007). A par da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado, observa-se o aumento generalizado do número de agregados domésticos individuais ou monoparentais e a maior dispersão geográfica das redes familiares e de apoio informal, exercendo pressões particulares sobre a articulação das várias esferas de atividade quotidiana. Já num texto de 1981, Virgínia Ferreira discute a acumulação de papéis domésticos e profissionais com que se confrontam as mulheres à medida que se expande a sua “emancipação” através das estruturas de produção capitalista. A coexistência entre um discurso de igualdade plena e um leque persistente de práticas culturais e

³ Tradução do autor. No original: “In the final analysis, domestic work is not definable in terms of tasks but in terms of a role which constructs and situates the worker within a certain set of social relationships” (Anderson, 2000: 21).

económicas sexistas viria a ser sublinhada em textos posteriores da autora (Ferreira, 2002, 2010).

Isto conduz-nos ao segundo ponto: os próprios mercados de emprego têm sofrido câmbios assinaláveis, entre os quais se destaca o crescimento do setor dos serviços, a implementação de estratégias empresariais de flexibilidade e o incremento da competição global, da desregulação e da mobilidade de emprego (Esping-Andersen, 1993; Drew, Emerek e Mahon, 1998; Rubery, Smith e Fagan, 1999; Kovács, 2005; Crompton, 2006; Casaca, 2012). Terceiro, saliente-se a tendência de envelhecimento demográfico que, em alguns países mais do que noutros, vem confrontar-se com sistemas públicos de prestação de cuidados deficitários (Méda e Périvier, 2007; OECD, 2012). Quarto, a desigualdade de rendimentos numa determinada sociedade é um elemento impulsionador do serviço doméstico e das modalidades precárias de trabalho que parecem dominá-lo, na medida em que a própria polarização proporciona um encontro de conveniência entre poder de compra nos estratos mais favorecidos e disponibilidade para a sujeição nos estratos mais desfavorecidos (Milkman, Reese e Roth, 1998; Sassen, 2007).

Nenhum dos fenómenos nomeados se encontra desligado dos processos de mudança e continuidade das assimetrias de género e classe. No debate público sobre os mesmos (pense-se, a título de exemplo, na flexibilidade laboral ou no envelhecimento demográfico), é comum negligenciar-se tais assimetrias, privilegiando a noção de que estamos perante ameaças radicalmente novas, como se estivessem na sua origem forças *exteriores* à sociedade e igualitárias no modo como afetam a população. Pelo contrário, verifica-se que a entrada progressiva das mulheres no mercado de emprego – desenvolvimento cuja intensidade, aliás, distingue Portugal dos restantes países do sul da Europa – tem sido um processo marcado por múltiplas segmentações, especialmente adversas para as mulheres com níveis inferiores de escolaridade (Ferreira, 1999; Torres, 2008; Casaca, 2012). Assim, a abertura progressiva de certos campos profissionais com maior reconhecimento social às mulheres, contanto que estas possuam os capitais requeridos para tal, pode coexistir com uma diferenciação de competências em função do género no extremo oposto da hierarquia de gratificação e reconhecimento social (Wall e Amâncio, 2007; Casaca, 2009).

Eis como o serviço doméstico, longe de constituir uma consequência marginal de outros desenvolvimentos, recupera a sua posição no cerne das mudanças sociais das últimas décadas. Quanto ao volume do setor, uma análise quantitativa é dificultada por várias limitações de qualidade e fiabilidade dos dados (a este respeito, veja-se os esforços despendidos, à escala internacional, em ILO, 2013; e à escala nacional, em Brasão, 2010; Baptista, 2011; Guibentif, 2011). Indicações importantes são as de que terá ocorrido uma redução do número de trabalhadoras domésticas remuneradas durante o período de crescimento económico da década de 1980, seguida de um novo aumento a partir do final da década seguinte, com notável resistência a momentos de recessão económica ou de mudança nas políticas laborais e migratórias (Abrantes e Peixoto, 2012).

Por último, detenhamo-nos na questão da etnicidade. Diversas análises têm contribuído para caracterizar o serviço doméstico como um nicho do mercado de trabalho com fortes marcas étnicas. Não só o nexo entre imigração e serviço doméstico tem merecido atenção por parte de todas as investigações realizadas recentemente sobre este ramo de atividade, mas o próprio estudo das migrações internacionais, numa ótica mais ampla, tem começado a olhar

para o trabalho doméstico como um objeto de estudo fulcral (Peixoto, 2006; Sassen, 2007). Por outro lado, a pesquisa realizada em Portugal sublinha o movimento migratório *intranacional* das áreas rurais para as áreas urbanas que, pelo menos desde as décadas centrais do século XX, alimentou decisivamente o setor (Meersschaert, 1986; Brasão, 2010). Importa inscrever a condição das antigas “criadas de servir” no quadro das relações de género com que então se debatiam e a rutura provocada pela deslocação entre contextos sociais e simbólicos distintos. A perspetiva histórica é crucial para entender a cadeia global de prestação de cuidados que se torna evidente, no dealbar do século XXI, com a generalização do percurso de mulheres imigrantes que, empregadas no local de destino como trabalhadoras domésticas, sustentam as respetivas famílias e comunidades no local de origem (ou num terceiro local), sendo este processo eloquente quanto aos desequilíbrios geográficos associados à expansão capitalista (Hochschild, 2000; Parreñas, 2001; Ehrenreich e Hochschild, 2002).

A expectativa é a de que as mulheres imigrantes estão especialmente vulneráveis, por motivos que são a um só tempo económicos, sociais e institucionais, a pressões para reduzir as condições de trabalho. A segmentação étnica do mercado de trabalho acompanhou o aumento rápido da imigração em Portugal desde a década de 1970 (Baganha, 1998; Góis e Marques, 2009; Casaca e Peixoto, 2010). Ao fluxo inicial de população originária das ex-colónias em África sucederam-se outras regiões de origem, com especial destaque, nos últimos quinze anos, para o Brasil e os países de Leste, sobretudo Ucrânia. Também o número de mulheres a imigrar sozinhas ou à cabeça das suas famílias cresceu exponencialmente. Considerando as estatísticas oficiais, o serviço doméstico permanecia em 2010 o ramo de atividade mais comum entre as mulheres estrangeiras com emprego em Portugal, abarcando 21% do seu número total (Abrantes e Peixoto, 2012: 140). A mesma fonte indica que as mulheres estrangeiras constituíam então 14% da população empregada neste ramo de atividade. Note-se contudo que, num inquérito específico ao pessoal dos serviços domésticos realizado poucos anos antes, esta proporção atinge os 33% (Guibentif, 2011: 7). Face a outros países da Europa, Portugal regista estimativas elevadas quer de serviços domésticos, quer de atividades económicas informais (Schneider e Klinglmair, 2004).

Regressamos, assim, à tensão perene entre autonomia económica, mercado de trabalho e desigualdade social. Em certa medida, o agregado doméstico pode ser entendido como um empreendimento no qual são ativados recursos e pesados custos e benefícios. Embora seja importante evitar uma perspetiva economicista e recordar que as considerações envolvidas têm um peso afetivo e emocional de relevância (Zelizer, 2005), esta conceptualização da atividade doméstica tem a vantagem de permitir uma confrontação com as imagens do passado, nas quais o recrutamento de uma trabalhadora doméstica surge intimamente ligado a questões de subalternidade, paternalismo e prestígio social. De facto, a pesquisa histórica expõe disputas ideológicas em torno da construção do serviço doméstico como “life-stage occupation” (ocupação transitória, fortemente associada a uma fase da vida) ou “lifelong occupation” (ocupação de toda a vida) pelo menos desde a aurora das sociedades industrializadas (Fauve-Chamoux e Wall, 2005). A mudança no sentido de uma maior comodificação da relação entre trabalhador(a) e empregador(a) exige, quer o reconhecimento do serviço doméstico como trabalho, quer uma rutura com as formas específicas de desigualdade material e simbólica que nele imperavam. Para lá de alterações no volume do

serviço doméstico ao longo do tempo, estão em questão alterações do processo de trabalho (Sager, 2007: 512).

No entanto, a investigação sobre o serviço doméstico contemporâneo tem enfatizado as relações de confiança e interdependência que permeiam o setor, reservando apenas um papel secundário aos aspetos mais instrumentais da relação de trabalho. É certo que existem tentativas dispersas de descrever os esforços das trabalhadoras domésticas, sobretudo mulheres imigrantes, para redefinir o seu trabalho e a sua identidade numa lógica de empreendedorismo (Salzinger, 1991; Romero, 1992; Van Walsum, 2011: 144-145). Contudo, a transição de um modelo de servilidade para um modelo mais comodificado e profissionalizante permanece na penumbra. Em particular, o ponto de interrogação recai sobre a negociação da relação laboral, partindo do princípio de que esta relação é sempre negociada, apesar – ou justamente em consequência – da desigualdade de forças em que pode assentar. Como se verá adiante, o pensamento de Albert Hirschman (1970) revela-se útil ao propor um cenário, sujeito a exploração empírica, em que cada uma das partes pode recorrer a mecanismos de “saída” e de “voz”, marcas eminentes do ator económico e do ator político respetivamente, mas que então se cruzam e confundem. A elaboração original de Hirschman, importa acrescentar, pretende descrever os complexos relacionais em organizações formais, o que torna particularmente desafiante a sua aplicação ao contexto da relação laboral no serviço doméstico.

A finalidade do presente artigo é, assim, documentar duas dinâmicas estruturantes do serviço doméstico: a reorganização do ramo de atividade ao longo do tempo e a negociação da relação laboral entre as partes envolvidas, estabelecendo uma ponte sólida, em ambos os casos, com processos mais amplos de mudança e disputa simbólica. Neste empreendimento, assume centralidade a perceção das trabalhadoras. A próxima seção descreve a metodologia de pesquisa adotada e as linhas que orientaram a recolha e a análise de dados.

Metodologia

A abordagem do estudo de caso foi escolhida pela especial adequação das suas técnicas de recolha e análise de dados ao intento de mapear – e interligar – tendências sistémicas e contextos e sentidos locais (Burawoy, 1998). “Enquanto forma de investigação”, defende Robert Yin (1989: 14, tradução livre), “o estudo de caso contribui de maneira única para o nosso conhecimento de fenómenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” e “permite a uma investigação reter as características holísticas e significantes dos acontecimentos da vida real”. Revela-se assim uma metodologia poderosa para responder a perguntas de “como” e “porquê”. Um dos principais desafios será combinar o esforço de análise empírica com uma visão sobre o sistema alargado de relação sociais. Espera-se que trabalhadoras/es, empregadoras/es e outras forças de agência possuam interpretações, prioridades e reações distintas, podendo estas ser heterogéneas dentro de cada categoria. Só o empenho constante em destrinçar e (re)aproximar estas múltiplas realidades permitirá chegar a bom porto.

A área urbana de Lisboa oferece um contexto privilegiado para a pesquisa na medida em que permite examinar criticamente a produção teórica existente sobre as estruturas de género, classe, emprego e migração. Conclui-se da revisão bibliográfica que Portugal tem sido

identificado, à escala da Europa, como um caso peculiar onde coexistem taxas relativamente elevadas de participação das mulheres no mercado de trabalho e de segmentação ocupacional; culturas assimétricas de género nas esferas da família e da intimidade; uma posição semiperiférica no sistema global de migração; um volume substancial de serviço doméstico e de atividade económica informal. No que toca ao modo de operacionalizar o nexo entre estas várias frentes temáticas, a noção de “extended case method” (Burawoy, 1998), que se poderá traduzir como “caso de método estendido”, é especialmente útil pois exige – ao invés de rejeitar – um itinerário de pesquisa sinuoso (“circuitous”), articulando análise exploratória e escrutínio sistemático. Este itinerário é guiado por uma lógica de pesquisa “em cadeia”, com a qual se procura reconstituir a rede de interações e transações que funciona no contexto quotidiano, aproximando-se do que tem sido preconizado, com o intuito comum de evitar análises de pendor individualizante, nos campos quer da sociologia económica (Abbott, 1993; Castillo, 1999; Granovetter, 2005; Sassen, 2007), quer da etnografia feminista (Gunewardena e Kingsolver, 2007).

O projeto de investigação recorre a uma combinação de fontes, entre as quais documentos institucionais, estatísticas produzidas por organismos públicos e entrevistas individuais de campo. O presente texto concentra-se em 25 entrevistas realizadas com trabalhadoras domésticas, sendo que, ao longo da pesquisa, foram realizadas também entrevistas com mulheres que adquirem serviços domésticos, responsáveis de empresas a operar neste ramo e informantes privilegiadas/os (incluindo membros de sindicatos, associações patronais, instituições públicas e organizações não-governamentais). As entrevistas com trabalhadoras domésticas ocorreram entre abril de 2011 e janeiro de 2013. Com a duração média de 90 minutos, abrangeram experiências passadas e presentes no serviço doméstico, condições de trabalho, relações com entidades empregadoras e instituições públicas, trajetórias de vida individuais e familiares, e características demográficas e socioeconómicas. Um guião semiestruturado permitiu controlar a recolha de dados. Encorajou-se a formulação de opiniões e de novas perguntas de investigação por parte das entrevistadas. Para fins de análise, os dados recolhidos foram posteriormente codificados com base em categorias, conceitos e relações (Miles e Huberman, 1994).

Para o agendamento das entrevistas adotou-se o método da bola de neve, crucial para obter um nível satisfatório de confiança de parte a parte e, por conseguinte, aumentar a fiabilidade e a completude dos dados recolhidos. Isto é tanto mais necessário quanto se trata de examinar uma ocupação desempenhada com frequência a título informal, na qual os canais de comunicação quotidianos emergem, eles próprios, como um elemento central do objeto de estudo (Romero, 1992: 7; Van Walsum, 2011: 156). Após consultar informantes privilegiadas/os, optou-se por não gravar as entrevistas em registo áudio pelo efeito negativo que isso poderia exercer sobre a disponibilidade das entrevistadas e a qualidade dos dados, nomeadamente no caso de práticas irregulares de trabalho remunerado ou de residência em Portugal. Sucesso neste campo só é possível se os aspetos logísticos da investigação refletirem uma preocupação efetiva face aos mecanismos de controlo e desempoderamento de que são alvo as mulheres em posições socioeconómicas desfavorecidas (cf. abordagens metodológicas de Oakley, 2000; Anderson, 2000; Parreñas, 2001; Gunewardena e Kingsolver, 2007).

Outra preocupação foi a de assegurar alguma diversidade no que toca ao perfil étnico das mulheres entrevistadas. Este é um aspeto especialmente importante atendendo aos riscos de “selecção implícita” que se foram sentindo no terreno: em particular, o método da bola de neve conduz o investigador a pessoas que são indicadas por outrem como casos ora de sucesso, ora de infortúnio, ora de loquacidade. É certo que o estudo de caso não ambiciona, nem permite, generalizações de teor quantitativo análogas às de estudos por amostragem (Yin, 1989: 21). De qualquer modo, importa sinalizar algumas características gerais do conjunto de entrevistadas. Onze delas nasceram e cresceram em Portugal (apenas três das quais na área de Lisboa), enquanto as restantes catorze nasceram em Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Brasil, Ucrânia ou Rússia. O seu ano de nascimento varia entre 1953 e 1983; o ano de estabelecimento na área de Lisboa, entre 1974 e 2007. Sintomaticamente, todos os casos de nascimento anterior a 1959 e de estabelecimento na área de Lisboa anterior a 2001 dizem respeito a mulheres provenientes de áreas rurais de Portugal ou de ex-colónias em África. Entre as entrevistadas de nacionalidade estrangeira, só uma tem residência irregular em Portugal; outras cinco já estiveram nessa situação (entre um e quatro anos). Quanto à frequência escolar, esta reparte-se entre nula (1 caso), ensino primário (6), ensino básico pós-primário (9), ensino secundário (7) e ensino superior (2), existindo em todos estes grupos relatos de conclusão do ciclo e de abandono a meio. As qualificações escolares são substancialmente superiores entre as entrevistadas estrangeiras, à semelhança do que se regista num inquérito recente a este setor de emprego (Guibentif, 2011: 9). Por último, apenas duas entrevistadas são filiadas em organizações sindicais ou imigrantes.

A reorganização do ramo de atividade

Nascida em 1963, Otilia terá 49 anos à data em que é entrevistada para um projeto de investigação de sociologia. Em criança, assiste os pais no terreno hortícola que estes possuem na planície ribatejana. Completa o ensino preparatório. Aos 14 anos, é colocada como criada de servir numa casa em Lisboa, onde permanecerá alojada até aos 20. Em meados da década de 1980 deixa o serviço doméstico durante vários anos para trabalhar, primeiro, numa grande superfície comercial, e depois como cozinheira num lar de dia. Ao recordar ambas as experiências, salienta as tensões frequentes com as chefias e a dificuldade para conciliar o trabalho por turnos com as suas responsabilidades enquanto esposa e mãe de duas crianças, problemas dos quais considera não sofrer hoje em dia. Em contraponto ao que se passava antes, porém, os seus vínculos laborais presentes são informais. Em nenhum dos oito domicílios particulares onde trabalha possui contrato escrito de trabalho. Quanto ao seguro contra acidentes de trabalho e aos subsídios de férias e de Natal, previstos na legislação, apenas são cumpridos por uma das oito entidades empregadoras, um casal que recentemente reduziu os subsídios de Otilia para metade na sequência dos cortes de que sofreu nos seus próprios empregos do setor público. Ao fim de quinze anos batalhando para obter das entidades empregadoras as devidas contribuições para a segurança social, Otilia decidiu interromper a carreira contributiva pois “paga-se muito e o ganho é muito pouco”. Aufere entre 7,50 e 8,50 Euros por hora, o que resulta numa soma mensal de aproximadamente 860 Euros. Não declara rendimentos. Apesar da informalidade, Otilia adianta que trabalha “como se fosse uma empresa”, evitando um envolvimento emocional excessivo com as famílias que

a empregam: “faz-se e sai-se”. Tem as chaves de todos os apartamentos. Algo que considera distintivo da sua conduta profissional é o facto de levar sempre consigo os seus panos de limpar, pois encontra com frequência as casas onde trabalha destituídas do equipamento que ela considera mais eficiente.

Talvez não exista expressão mais eloquente do serviço doméstico como meio de subsistência para mulheres de posição socioeconómica desfavorecida do que as circunstâncias em que se dá a entrada neste ramo de atividade. Tal como sucedeu a Otília, a colocação na casa de uma família mais abastada ocorre em idade precoce nos casos de Joaquina (aos 15 anos), Marina (14), Fernanda (10) ou Zita (9). A legalidade do recrutamento à data em que sucedeu é duvidoso. Com a lei geral do trabalho aprovada em 1969, a contratação ficou limitada a menores que já tivessem completado 14 anos de idade, mas era pouco claro em que medida isto restringia o recrutamento de raparigas mais jovens como criadas de servir (Decreto-Lei 49408/69, Art.º 123; entrevistas de campo). A controvérsia tem contornos tão jurídicos quanto sociológicos, pois esta relação era, com frequência, enquadrada simbolicamente num modelo assistencialista em que ocorreria menos o *recrutamento* da rapariga do que o seu *internamento* no domicílio da casa empregadora (para um debate alargado da legislação, ver Abrantes, 2013). Tendo nascido em meio rural e prestado desde muito cedo apoio regular aos pais em atividades agrícolas de subsistência ou cuidando de outras crianças na família, a rapariga abandona o sistema educativo no decurso do ensino primário. Joaquina é exceção: consegue terminar o ciclo preparatório, adiando o fim da infância com o auxílio financeiro do padrinho.

Já Conceição, chegada a Lisboa com 13 anos após ser expulsa de casa pelo pai, consegue furtar-se a este trajeto, ao ser acolhida por um colégio católico em regime de internato, onde se torna tutora das crianças mais jovens. Estuda até ao término do liceu. Emprega-se primeiro no comércio a retalho e, mais tarde, numa fábrica de calçado, que virá a encerrar, insolvente. Embora ao longo da vida tenha ocasionalmente complementado o seu rendimento com a prestação de apoio domiciliário a pessoas idosas, é só com 56 anos, em 2009, que começa a trabalhar a tempo inteiro neste ramo. Trabalha de momento 42 horas semanais, auferindo 600 Euros por mês, quantia que se soma aos 223 Euros que recebe de pensão de reforma. O caso de Conceição, de facto, é ilustrativo da segunda via de entrada no serviço doméstico que surge entre as entrevistadas de nacionalidade portuguesa: uma entrada que se impõe como reação à redução exponencial da empregabilidade noutro ramo de atividade devido à idade (sobretudo, no comércio) ou da falência generalizada de empresas do setor ou da área geográfica onde já se trabalhou (sobretudo, na indústria). Lucinda, por exemplo, mudou-se da terra de origem no Alentejo para Lisboa quando tinha 32 anos, juntamente com o marido e os dois filhos, então em idade escolar. Antes, tinha visto cair na insolvência vários dos seus locais de trabalho, nomeadamente nos setores do pavimento e do tabaco. O marido, fisicamente diminuído, em consequência de um acidente de trabalho, perdeu o emprego como ferreiro. Em Lisboa, passam a trabalhar respetivamente como empregada doméstica e vigilante numa empresa de segurança.

Também Lurdes tem uma entrada relativamente tardia no serviço doméstico. Casada com um funcionário dos caminhos de ferro, nunca sentiu que dela fosse esperado um emprego a tempo inteiro. Não chegou a concluir o ensino primário. É quando a filha começa a ir para a escola que procura um trabalho, algo que lhe ocupe algumas horas do dia. A início, emprega-

se num café. Depois, começa a dedicar-se à limpeza de casas particulares, uma atividade onde encontra maior remuneração e autonomia. Atualmente com 53 anos, a sua agenda de trabalho remunerado abarca sete apartamentos, todos eles convenientemente localizados no mesmo bairro da periferia lisboeta (note-se a semelhança com Otilia, embora se trate de bairros diferentes). Com uma carga total de 39 horas por semana, colhe um rendimento mensal bruto de aproximadamente 1030 Euros, do qual deduz as contribuições para a segurança social e IRS.

No seu conjunto, estes testemunhos expõem uma transformação substancial das dinâmicas do setor vivida ao longo do ciclo de vida. Note-se que a transformação será melhor descrita como um processo em curso do que como um processo concluído. A título indicativo, quando Fernanda, aos 10 anos, concluiu a escola primária e foi colocada como criada de servir, estávamos em 1982. A sua filha, nascida em 1991, será a primeira pessoa na família a aceder ao ensino superior, ingressando numa licenciatura em matemática aplicada. O trabalho de Fernanda em seis casas particulares, num total de 48 horas semanais, constitui hoje a principal fonte de rendimento do agregado doméstico, já que o marido sofreu recentemente uma redução acentuada do trabalho devida quer à crise da construção civil, onde começou a trabalhar aos 14 anos, quer às hérnias disciais de que tem padecido. Ora, este é outro elemento que se torna evidente com a pesquisa de campo: o serviço doméstico, mesmo que iniciado com a intenção de oferecer um complemento marginal ao orçamento familiar, pode converter-se com o tempo num elemento imprescindível à subsistência individual e familiar, como atestam, a diferentes ritmos, os percursos de Fernanda, Lurdes, Marina, Lucinda, Conceição e Elisa. Se os incrementos contínuos da carga horária de trabalho e da remuneração são um dos motores fulcrais deste processo, também haverá que atentar a acontecimentos externos – a diminuição da atividade laboral do marido (Fernanda), o divórcio (Marina, Elisa) ou a extensão surpreendentemente larga dos períodos em que as/os filhas/os se encontram a estudar ou desempregadas/os (Fernanda, Lurdes, Marina, Elisa).

O serviço doméstico, antes associado a estruturas relacionais e institucionais fortemente hierarquizadas, emerge como um ramo de atividade com vários tipos de benefícios face a outros ramos experimentados: remuneração mais elevada, maior flexibilidade no que toca à definição de horários e tarefas, maior estabilidade (ora do setor, ora dos postos de trabalho específicos). Nestes diversos aspetos, o serviço doméstico oferece às mulheres que nele se empregam – e, portanto, não só às mulheres que o adquirem – possibilidades únicas de articulação entre atividade laboral e responsabilidade familiar. Confrontadas com um regime de trabalho a tempo inteiro e uma carga desproporcionada de deveres domésticos face ao marido, é especialmente sugestivo que as entrevistadas nomeiem entre os principais benefícios o facto de ser um ramo em que, com a devida permissão da entidade empregadora, podem levar filhas/os ou netas/os para o local de trabalho se necessário.

Idalina, nascida em Cabo Verde, sem família de origem portuguesa, estabeleceu-se em Lisboa aos 18 anos, corria o ano de 1974. Uma amiga, também cabo-verdiana, ajudou-a a encontrar trabalho “como interna”. Enquanto residia nesse local de trabalho inicial, onde recebia 1500 Escudos ao mês (quando sabia de amigas que, em condições semelhantes, já recebiam 3000 Escudos), teve, ainda solteira, a sua primeira filha, que ficou a residir com ela. Perdeu a conta ao número de casas em que trabalhou desde então, assim como às ocasiões em que viu terminar o seu vínculo laboral ora por “desentendimentos com a patroa”, ora por

“motivos de saúde” (nos quais inclui doença e gravidez). Já casada, inscreveu-se por sugestão de uma amiga numa empresa de limpeza. Hoje em dia, combina o trabalho ao serviço da empresa (está colocada, num total de 30 horas semanais, em edifícios da função pública) com o trabalho de empregada doméstica num domicílio particular, onde já está empregada há vinte e cinco anos com variações da carga horária (atualmente, 9 horas semanais). O seu rendimento é portanto composto de duas parcelas: auferir 4,50 Euros à hora na empresa e 6,50 Euros à hora no domicílio particular, perfazendo totais aproximados de 594,00 e 233,50 Euros respetivamente (simulação com base no mês em que decorreu a entrevista).

Rute tem em comum com Idalina o país de origem e a idade com que se estabeleceu em Lisboa, mas à data em que emigrou estava-se já no ano de 2000. Trabalhou como empregada doméstica interna – cuidava da casa e de duas crianças – até, seis anos mais tarde, concluir o ensino secundário e ingressar num curso superior de educação básica. No seu posto de trabalho, foi substituída pela própria mãe, que veio de Cabo Verde com esse propósito. Empregou-se então em centrais telefónicas através das empresas de trabalho temporário. No entanto, a instabilidade da carga horária e da remuneração que conheceu nesse ramo trouxe-a de volta ao serviço doméstico, onde está mais satisfeita no que toca às condições de trabalho. Refere um conteúdo de trabalho mais desafiante, a maior autonomia que possui na organização das tarefas e, claro está, a remuneração – trabalha 40 horas semanais para uma família com um salário mensal de 750 Euros, quantia que, subtraindo a contribuição para a segurança social e o imposto sobre rendimento, continua a ser superior ao que auferia com carga horária idêntica em centrais telefónicas.

A minha pesquisa de campo reencontra, assim, duas pistas de investigação formuladas em trabalhos anteriores. Por um lado, constata-se os estímulos à concentração de mulheres imigrantes na modalidade de serviço doméstico a tempo inteiro para uma só entidade empregadora e à concentração de mulheres portuguesas na modalidade a tempo parcial (Wall e Nunes, 2010). Não obstante, a acumulação de vínculos a tempo parcial pode conduzir a uma carga horária total que é superior à de quem possui vínculo com uma única entidade empregadora. Por outro lado, os testemunhos recolhidos dão a conhecer os contextos e as motivações subjacentes à maior propensão que as trabalhadoras domésticas estrangeiras revelam para procurar, logo a início ou com o passar do tempo, relações laborais formalizadas (Peixoto, 2006; Guibentif, 2011). A este respeito são cruciais a existência de um contrato de trabalho escrito e a realização de contribuições para a segurança social, requisitos tipicamente exigidos pelas autoridades da imigração. Mas é justamente o vínculo informal de trabalho que oferece – por conseguinte, às trabalhadoras domésticas portuguesas mais do que às estrangeiras – uma combinação singular entre o aumento do rendimento líquido e o aumento da insegurança laboral.

Quando justapostos, estes distintos eixos de segmentação interna do ramo de atividade refletem não só a democratização do acesso ao serviço doméstico entre os agregados familiares com rendimentos médios ou elevados (Catarino e Oso, 2000: 186; Brasão, 2010: 173), mas também o aumento gradual da remuneração e da autonomia económica das trabalhadoras, num cenário em que a mobilidade de emprego surge como mecanismo fundamental de defesa e avanço. No plano empírico, a autonomia é disputada pela trabalhadora doméstica em dois planos. Num deles, confronta-se com as entidades empregadoras. No outro, confronta-se com os homens que integram a sua própria estrutura

familiar, sobretudo o marido, mas também, por vezes, o pai ou os filhos, que começam a reconhecer o serviço doméstico como trabalho de pleno direito na medida em que este se torna progressivamente mais relevante entre as atividades que garantem não só a subsistência mas também a germinação de novas expectativas de bem-estar na família.

O que fica por esclarecer é de que modo ocorre a negociação da relação laboral, ou, em particular, que recursos consegue a trabalhadora doméstica mobilizar na demanda por condições de trabalho – e, logo, de vida – que considera mais justas e aprazíveis. A pesquisa de campo permite distinguir três vias fulcrais de negociação. É sobre estas que me debruço de seguida.

A negociação da relação laboral

Tal como algumas das entrevistadas de nacionalidade portuguesa cujo percurso laboral já foi delineado, Tatiana embarcou no serviço doméstico após acumular um leque diversificado de experiências noutros ramos de atividade. Na Ucrânia, o seu país de origem, trabalhou vários anos como cabeleireira e, depois, como lavradora. Em Portugal, onde se instalou com o marido, também ucraniano, em 2003, empregou-se sucessivamente num restaurante, numa exploração agrícola e numa fábrica do setor automóvel. Obteve a documentação regular de residência em 2006, num processo de reunificação familiar despoletado pelo facto de o seu marido ter granjeado finalmente um contrato de trabalho. Em meados do ano seguinte, com 39 anos, começou a trabalhar como prestadora de cuidados domiciliários a pessoas idosas.

É esta a função que hoje a ocupa a tempo inteiro. Trabalha para uma só entidade empregadora em regime de internato de segunda a sexta-feira; ao fim-de-semana, é a filha quem a substitui. A remuneração de Tatiana, com um aumento anual regular, fixa-se em 850 Euros brutos, incluindo deduções para a segurança social, e possui contrato de trabalho escrito. Esta combinação de elementos leva-a a concluir que cresceu e conquistou uma parte dos seus direitos dentro do ramo. Não obstante, sabe que a sua jornada laboral excede o que está legalmente estipulado, tornando este emprego diferente de qualquer outro que experimentou antes – é, poderia dizer-se, um modo de viver mais do que um emprego, com o salário mais elevado que alguma vez auferiu e graus de exigência e intensidade muito variáveis conforme a disposição da idosa de quem cuida. Na mesma ocupação introduziu não só a sua filha, mas também várias amigas, estabelecendo a ponte entre elas e potenciais empregadoras/es.

Ao reconstituir o seu itinerário, Tatiana apercebe-se de que, desde a sua primeira experiência no serviço doméstico (e ao contrário do que sucedera noutros ramos), não tomou a iniciativa de findar qualquer relação laboral. O seu percurso tem isto em comum com os percursos – e aqui falamos de percursos em vida adulta, ou seja, excluindo as experiências de trabalho infantil – de Elisa, Zita ou Helena, três entrevistadas de nacionalidade portuguesa, que no entanto trabalham a tempo parcial em vários domicílios. Verifica-se assim que circunstâncias de trabalho muito distintas podem corresponder a uma mesma via de negociação: aquela que acontece no interior de uma relação laboral específica, com o desenvolvimento de laços de confiança e interdependência que permitem às trabalhadoras obter condições de trabalho mais aprazíveis – pense-se, por exemplo, no ambiente quotidiano de trabalho, na remuneração, na existência ou inexistência de um vínculo formal.

Desta via distingue-se uma outra, que se torna evidente ao examinar os percursos de Maria, Lurdes, Marina ou Rute. O que se destaca então são momentos-chave de afirmação em que a trabalhadora ora abandona a relação laboral em que se encontra, ora define como requisito para a sua continuidade a mudança das condições em que vigora essa relação. Mais uma vez, esta via pode ser concebida de forma relativamente transversal à origem étnica. Maria, que deixou Bissau em 1996, começou por trabalhar em Lisboa como empregada doméstica interna, recebendo o salário mínimo então definido por lei – 49 mil escudos, aproximadamente 244 Euros em câmbio simples, um valor superior ao que auferia como professora de biologia no país de origem. O agravamento do conflito militar na Guiné-Bissau levou o marido a seguir no seu encalço com as duas filhas. Entretanto, Maria trocara a modalidade de trabalho com alojamento por um conjunto de empregos em domicílios onde desempenhava regularmente tarefas de limpeza e de apoio a pessoas idosas. Obtivera também a permissão legal de residência durante a regularização extraordinária de 1996.

O estabelecimento de Maria em Portugal tinha sido concebido a início como um período curto no ciclo de vida, com o objetivo primordial de amealhar dinheiro para pagar a casa que tinham comprado recentemente na Guiné-Bissau. A casa, paga, permanece vazia. As filhas frequentam o ensino superior público em Lisboa. O marido sofreu há alguns anos uma trombose que o deixou impossibilitado de trabalhar. Mais uma vez, dá-se aqui a ascensão imprevista do serviço doméstico como principal fonte de rendimento do agregado familiar, processo intimamente associado – de tal modo que se torna impossível desenredar causa e consequência – à demanda constante de Maria por melhores condições de trabalho, com uma incidência elevada quer de mudanças de emprego, quer de renegociação salarial com as entidades empregadoras. Recentemente, foi contratada a tempo inteiro por uma instituição de solidariedade social como assistente de apoio domiciliário.

Poucas são as trajetórias examinadas que podem reclamar um incremento das condições de trabalho comparável ao da trajetória de Maria (note-se aliás que Maria é uma das entrevistadas com maior capital escolar). No entanto, os testemunhos convergem na relevância determinante de abandonar o regime de serviço doméstico a tempo inteiro – sobretudo, quando este requer alojamento no local de trabalho. Nesta transição assenta uma rutura, simultaneamente material e simbólica, com as noções do serviço doméstico enquanto inevitabilidade ou condição. É então que se pode dizer com propriedade que desponta, ao alcance do olhar da própria trabalhadora, a ocupação que desempenha, isto é, a dimensão mercadorizada e negociável do laço estabelecido com a entidade empregadora. Aproximamo-nos de uma (re)construção do serviço doméstico segundo lógicas de empreendedorismo, ainda que este conceito levante várias controvérsias – tanto no plano académico como no plano empírico, tanto a nível sociológico como a nível jurídico – que exigem escrutínio mais pormenorizado numa ocasião futura.

À primeira vista, estas duas vias de negociação – a primeira ancorada à permanência no local de trabalho; a segunda, pelo contrário, à mobilidade – parecem estabelecer, em conjunto, uma dicotomia. Esta dicotomia ecoa, com os devidos ajustamentos, o quadro teórico de “voz” e “saída” proposto por Hirschman (1970). Atente-se à reação e à interpretação de uma trabalhadora doméstica no que toca a momentos de insatisfação com as condições em que trabalha – remuneração baixa, inexistência de benefícios sociais, desrespeito pessoal na interação quotidiana. Verifica-se, com naturalidade, que a trabalhadora pode, conforme as

circunstâncias, socorrer-se da voz, reclamando condições mais favoráveis, ainda que isto seja notoriamente mais difícil no caso do desrespeito pessoal do que no caso dos elementos materiais; ou socorrer-se da saída, abandonando a relação laboral, frequentemente sem comunicar à entidade empregadora as motivações genuínas do acto. Este último pormenor é interessante: se reflete, à escala individual, a preferência da trabalhadora por contornar uma área de conflito que lhe parece inútil, não deixa de sugerir à escala coletiva quer um modo flagrante de conflito e fracasso (na perspetiva da negociação da relação laboral), quer um sistema de interações novo no qual a assimetria de classe caminha de braço dado com as expectativas de libertação através do mercado.

A trabalhadora pode também, claro está, recorrer a ambos os mecanismos em simultâneo. Ou a nenhum deles. Vários tipos de constrangimento que rodeiam as decisões neste campo já foram atrás mencionados: a importância específica do vínculo formal ou informal de trabalho, a trajetória de autonomização económica da trabalhadora no seu próprio contexto familiar e o percurso migratório. Outros constrangimentos poderão acrescentar-se a partir dos testemunhos recolhidos na pesquisa de campo, nomeadamente aqueles que decorrem dos laços de afetividade desenvolvidos entre a trabalhadora e a entidade empregadora, sobretudo quando estão envolvidas crianças ou pessoas idosas. “A relutância em sair apesar de discordar com a organização de que uma pessoa é membro”, escreve Hirschman (1970: 98, tradução livre), “é a marca do comportamento leal por excelência”. Ruptura de uma das partes com o sistema de lealdade conduz ao questionamento inevitável das noções dominantes de ética e legitimidade, com implicações para as relações de emprego futuras em que embarcará a trabalhadora. A sugestão final é a de que a negociação não diz apenas respeito às condições de trabalho mais objetivas ou mensuráveis, mas também ao conteúdo e aos sentidos de que se reveste a ocupação, a atividade, o trabalho.

Isto é especialmente evidente entre trabalhadoras que conciliam o serviço doméstico com outras atividades laborais (o que acontece, à data das entrevistas, em nove casos). Retomemos o caso de Idalina. Como empregada doméstica, trabalha há 25 anos no mesmo domicílio. A remuneração que aí auferir é significativamente superior àquela que auferir como funcionária de uma empresa de limpeza; a diferença é de 2 Euros por hora. Ainda assim, não hesita em afirmar que preferiria ter um horário completo na empresa e abandonar o serviço doméstico, solução da qual tem vindo a aproximar-se ao longo dos últimos anos com uma redução progressiva do número de domicílios e da carga horária. Mas a necessidade ainda pesa. “Se não fosse o dinheiro dos patrões, a gente não se safava”, conclui, numa formulação que expõe ao mesmo tempo o motivo pelo qual mantém a sua ligação ao serviço doméstico e a dinâmica subjacente de dependência e inferioridade social que a leva a repudiá-lo. Além do mais, o trabalho é menos intenso na empresa, um aspeto importante a considerar quando se conta já com 56 anos de idade e duas operações à coluna.

Observações finais

Recentemente, o agregado familiar de Otília passou a integrar um novo membro: a namorada do seu filho, Silmara, de nacionalidade brasileira, estabelecida em Portugal há cerca de 5 anos. Como Otília, também Silmara trabalha como empregada doméstica, embora o enquadramento formal da ocupação difira em alguns aspetos. Entre outras coisas, a mulher

mais jovem efetua as contribuições para a Segurança Social (é ela própria quem as paga, visto as suas entidades empregadoras não cumprirem esse requisito legal) a fim de assegurar a renovação do visto de residência. Quando Silmara se depara com dificuldades nos procedimentos burocráticos, é um dos filhos de Otília quem a ajuda. Uma vez que as duas mulheres partilham a ocupação laboral e o local de residência, é com facilidade que, por vezes, se substituem uma à outra nos domicílios onde estão empregadas. Com a devida permissão das entidades empregadoras, isto constitui um recurso precioso face a várias eventualidades, nomeadamente quando uma delas está doente ou quando lhe é solicitada uma tarefa específica que a outra executa melhor e mais rápido (engomar roupa, no caso de Otília). A prática de substituição ocasional entre amigas ou parentes, encontrada em várias outras entrevistas de campo, é uma ilustração curiosa do entrelaçamento entre um cálculo estratégico de custos e benefícios – o ator racional da teoria económica neoclássica – e a centralidade persistente dos laços pessoais e da confiança neste ramo de atividade.

As entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo abarcam inúmeros relatos de mudança e continuidade, de sofrimento e triunfo, de conflito e solidariedade. A sua análise, assumindo aqui um cunho exploratório, expõe a coexistência de diversos eixos de segmentação no serviço doméstico contemporâneo. As suas manifestações mais flagrantes, tais como o predomínio esmagador e persistente de mulheres na população trabalhadora, a desigualdade material e simbólica entre as duas partes envolvidas na relação laboral e a concentração de imigrantes recentes nas categorias mais desprivilegiadas do ramo, remetem para o quadro de “modernização sem emancipação” proposto por Anália Torres (2008: 50). Não obstante, uma análise mais refinada dos percursos laborais permite discernir modalidades de emancipação, pelo menos a título parcial ou intermédio, relativamente a grilhetas bem conhecidas da dependência social e económica. Falamos do sexismo. Falamos do localismo; este toma a forma de racismo quando estão em questão trabalhadoras estrangeiras, mas as lógicas de “pensamento abissal” em que assenta, para utilizar o conceito de Boaventura de Sousa Santos (2007), não são menos evidentes no que diz respeito a trabalhadoras que migram de áreas rurais de Portugal para Lisboa, ainda que as condições institucionais divirjam substancialmente. Falamos, ainda, da desvalorização do trabalho doméstico, tanto em contexto familiar como em contexto laboral, sendo que ambos os contextos ressaltam com preponderância nos testemunhos examinados.

Ao procurar inscrever as práticas contemporâneas do serviço doméstico nas dinâmicas mais amplas de género, classe e etnicidade, a consequência provável é retornarmos à tensão entre assimetria de classe (o serviço doméstico como condição) e vínculo laboral (o serviço doméstico como ocupação). Embora estas duas visões, presumindo-as contrastantes, tenham sofrido alterações ao longo das últimas décadas, elas permanecem em disputa na interação quotidiana com implicações importantes para as condições de trabalho. Quer façamos o foco analítico recair na reorganização do ramo de atividade, quer o façamos recair na negociação da relação laboral, o que está em causa é esta transição em curso. As três vias de negociação descritas na secção anterior, todas elas associadas, de diferentes modos, à utilização das redes interpessoais de apoio como mecanismo de defesa ou trampolim socioeconómico, emergem como ferramentas analíticas promissoras. Controntada com as dificuldades para romper com as dinâmicas que continuam a marcar o serviço doméstico como condição de classe, a empregada doméstica tenta vergá-las a seu favor. Assim, a análise detalhada ao percurso de

Otília – análogo, neste quadrante, à generalidade das entrevistadas – situa-se num limbo, pleno de ambiguidade, entre uma certa alquimia da dominação e um delineamento das estratégias de resistência, terreno já palmilhado pelo trabalho de sociologia histórica de Inês Brásão (2010) a respeito das criadas de servir entre 1940 e 1970.

Quanto ao futuro, várias alamedas de estudo recortam-se no horizonte. Uma delas é relativa aos percursos e às perceções das pessoas ou das famílias que adquirem serviços domésticos. Poderá argumentar-se que a (re)invenção do serviço doméstico como ocupação, abordada ao longo deste artigo, é concomitante com uma passagem gradual das “entidades empregadoras” a uma posição simbólica, senão formal, de “entidades consumidoras”? Esta hipótese é levantada pela análise dos testemunhos das trabalhadoras domésticas.

Em segundo lugar, privilegia-se no presente texto a dimensão individual da negociação da relação laboral, quando a dimensão coletiva é igualmente importante. Tem crescido a literatura sobre a contribuição de grupos imigrantes na mobilização e na representação da população empregada nos serviços domésticos, identificando desenvolvimentos relevantes em cidades como São Francisco (Salzinger, 1991), São Paulo (Kofes, 2001: 301-48), Washington (Cantor, 2010), Londres (Anderson, 2010) ou Roma (Marchetti, 2012), e um movimento internacional emergente apoiou a Convenção sobre Trabalho Doméstico adotada em 2011 pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2010, 2011). A tarefa que se impõe é retirar da penumbra o papel desempenhado no setor por sindicatos, associações de imigrantes e outros tipos de organização – incluindo as empresas que têm vindo a afirmar-se no ramo dos serviços domésticos – e cartografar a relação da população trabalhadora com esta mancha de estruturas de mediação, representação e ação coletiva.

Os efeitos da recessão económica pós-2008 sobre o ramo de atividade, comentados amiúde nas entrevistas de campo, carecem de estudo aprofundado. O mesmo se aplica ao nexos entre as vias negociadas de emancipação sugeridas neste artigo e as lógicas formais e informais que caracterizam o empreendedorismo, no quadro de um debate sociologicamente informado (Portela, 2008). Por último, será importante atentar à relação do serviço doméstico com outros ramos de atividade, seja em termos de dinâmicas laborais, lógicas de (des)profissionalização, quadros jurídicos ou práticas de mobilização coletiva. Estamos já distantes de uma conceção normativa do serviço doméstico como inerentemente servil ou emancipador. Estamos também distantes de concebê-lo como o último recurso da classe trabalhadora. O próprio desenvolvimento da legislação é exemplo disso. Em Portugal, como em muitos outros países, a população empregada no serviço doméstico continua a ser desfavorecida relativamente à restante classe assalariada, mas isto sucede em menor grau do que já aconteceu no passado, evidenciando-se um percurso de aproximação gradual (ILO, 2010; Abrantes, 2013). À medida que os direitos laborais são pressionados negativamente pela agenda do “mercado total” e das respostas neoliberais à crise económica (Supiot, 2010), pode acontecer que esta aproximação passe a ser impulsionada menos pela inclusão do serviço doméstico nos padrões da lei geral do que pela redução dos próprios padrões da lei geral. Ao mesmo tempo, é possível que, numa ótica comparativa, as relações laborais estabelecidas no serviço doméstico sejam menos “tradicionais” e mais “modernas” do que à partida se julgava. A análise deste ramo de atividade pode, assim, oferecer elementos de reflexão úteis para reconceptualizar os modelos mais amplos de relações laborais que existem nas nossas sociedades.

Referências bibliográficas

- Abbott, Andrew (1993), “The sociology of work and occupations”, *Annual Review of Sociology*, 19, 187-209.
- Aboim, Sofia (2010), “Gender cultures and the division of labour in contemporary Europe: a cross-national perspective”, *The Sociological Review*, 58 (2), 171-196.
- Abrantes, Manuel (2013), “A matter of decency? Persistent tensions in the regulation of domestic service”, *Revista de Estudios Sociales*, 45, 110-22.
- Abrantes, Manuel (2014), “What about the numbers? A quantitative contribution to the study of domestic services in Europe”, *International Labour Review*, 153(2), 223-243.
- Abrantes, Manuel; Peixoto, João (2012), “Género, imigração e flexibilidade laboral: o caso dos serviços domésticos”, in Sara Falcão Casaca (org.), *Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Fundação Económicas & Almedina, 133-164.
- Anderson, Bridget (2000), *Doing the dirty work? The global politics of domestic labour*. Londres: Zed.
- Anderson, Bridget (2010), “Mobilizing migrants, making citizens: migrant domestic workers as political agents”, *Ethnic and Racial Studies*, 33(1), 60-74.
- Baganha, Maria Ionannis (1998), “Immigrant involvement in the informal economy: the Portuguese case”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 24(2), 367-385.
- Baptista, Patrícia (2011), *Imigração e trabalho doméstico: o caso português*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Blétière, Vanessa (2008), “Reconhecer o trabalho doméstico: desafios de uma análise sociológica”, Working Paper 2008/71, Dinâmia” CET-IUL— Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, ISCTE-IUL.
- Brasão, Inês (2010), *A condição servil em Portugal. Memórias de dominação e resistência a partir de narrativas de criadas*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Burawoy, Michael (1998), “The extended case method”, *Sociological Theory*, 16(1), 4-33.
- Cantor, Guillermo (2010), “«Struggling for immigrants» rights at the local level: the domestic workers bill of rights initiative in a suburb of Washington, DC.”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(7), 1061-1078.

Casaca, Sara Falcão (2009), “Reflexões em torno de um novo contrato de género e de uma sociedade mais inclusiva”, *Sociedade e Trabalho*, 38, 71-87.

Casaca, Sara Falcão (org.) (2012), *Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Fundação Económicas & Almedina.

Casaca, Sara Falcão; Peixoto, João (2010), “Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: genere e immigrazione”, *Sociologia del Lavoro*, 117, 116-133.

Castillo, Juan José (1999), “Sociology of work at the crossroad”, *Current Sociology*, 47(2), 21-46.

Catarino, Christiane; Oso, Laura (2000), “La inmigración femenina en Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza”, *Papers*, 60, 183-207.

Crompton, Rosemary (2006), *Employment and the family: the reconfiguration of work and family life in contemporary societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Crompton, Rosemary; Lewis, Susan; Lyonette, Claire (orgs.) (2007), *Women, men, work and family in Europe*. Nova Iorque: Palgrave.

Drew, Eileen; Emerek, Ruth; Mahon, Evelyn (1998), *Women, work and the family in Europe*. Londres: Routledge.

Ehrenreich, Barbara; Hochschild, Arlie Russell (orgs.) (2002), *Global woman. Nannies, maids, and sex workers in the new economy*. Nova Iorque: Owl.

Esping-Andersen, Gøsta (org.) (1993), *Changing classes. Stratification and mobility in post-industrial societies*. Londres: Sage.

Fauve-Chamaux, Antoinette; Wall, Richard (2005), “Domestic servants in comparative perspective”, *The History of the Family*, 10(4), 345-354.

Ferreira, Virgínia (1981), “Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, 47-86.

Ferreira, Virgínia (1999), “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 199-227.

Ferreira, Virgínia (2002), “O efeito Salieri: o sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 121-148.

Ferreira, Virgínia (org.) (2010), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal. Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Góis, Pedro; Marques, José Carlos (2009), “Portugal as a semi-peripheral country in the global migration system”, *International Migration*, 47(3), 21-50.

Granovetter, Mark (2005), “The impact of social structure on economic outcomes”, *Journal of Economic Perspectives*, 19(1), 33–50.

Guerreiro, Maria das Dores (2000), *Employment, family and community activities: a new balance for women and men*. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, consultado a 11.02.2013, disponível em www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/112/en/1/ef00112en.pdf

Guibentif, Pierre (2011), “Rights perceived and practiced: results of a survey carried out in Portugal as part of the project «Domestic work and domestic workers: interdisciplinary and comparative perspectives»”, Working Paper 2011/01, Dinâmia”CET-IUL – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, ISCTE-IUL.

Gunewardena, Nandini; Kingsolver, Ann (orgs.) (2007), *The gender of globalization: women navigating cultural and economic marginalities*. Santa Fe: School for Advanced Research.

Hirschman, Albert (1970), *Exit, voice and loyalty*. Cambridge: Harvard University Press.

Hochschild, Arlie Russell (2000), “Global care chains and emotional surplus value”, in Will Hutton and Antony Giddens (orgs.), *On the edge. Living with global capitalism*. Londres: Jonathan Cape, 130-46.

ILO - International Labour Organization (2010), *Decent work for domestic workers. Report IV(1)*. Genebra: International Labour Office.

ILO - International Labour Organization (2011), *Domestic Workers Convention, 2011 (C189)*. ILO, consultado a 11.02.2013, disponível em http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C189

ILO - International Labour Organization (2013), *Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection*. Genebra: International Labour Office.

Kofes, Suely (2001), *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas*. Campinas: Unicamp.

Kovács, Ilona (org.) (2005), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta.

Lutz, Helma (org.) (2008), *Migration and domestic work: a European perspective on a global theme*. Aldershot: Ashgate.

Marchetti, Sabrina (2012), “Together? On the not-so-easy relationship between Italian labour organisations and migrant domestic workers” groups”, Working Paper 2012/3, ICDD: International Center for Development and Decent Work, Universidade de Kassel.

Méda, Dominique; Périvier, Hélène (2007), *Le deuxième âge de l'émancipation. La société, les femmes et l'emploi*. Condé-sur-Noireau: Éditions du Seuil & République des Idées.

Meersschaert, Lieve (1986), “Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal”, *Análise Social*, XXII, 633-42.

Miles, Matthew; Huberman, Alan (1994), *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. Thousand Oaks: Sage.

Milkman, Ruth; Reese, Ellen; Roth, Benita (1998), “The macrosociology of paid domestic labor”, *Work and Occupations*, 25, 483-510.

Nunes, Ana Bela (1991), “A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal – um indicador do crescimento económico (1890-1981)”, *Análise Social*, XXVI: 707-722.

Oakley, Ann (2000), *Experiments in knowing. Gender and method in the social sciences*. Cambridge: Polity Press.

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development (2012), *OECD factbook 2011-2012: economic, environmental and social statistics*. OECD Publishing, consultado a 11.02. 2013, disponível em http://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-factbook_18147364

Parreñas, Rhacel Salazar (2001), *Servants of globalization. Women, migration, and domestic work*. Stanford: Stanford University Press.

Peixoto, João (org.) (2006), *Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*. Lisboa: SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Universidade Técnica de Lisboa.

Portela, José (coord.); Hespanha, Pedro; Nogueira, Cláudia; Teixeira, Mário; Baptista, Alberto (2008), *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*. Lisboa: INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

Romero, Mary (1992), *Maid in the USA*. Londres: Routledge.

Rubery, Jill; Smith, Mark; Fagan, Colette (1999), *Women's employment in Europe*. Londres: Routledge.

Sager, Eric W. (2007), “The transformation of the Canadian domestic servant, 1871–1931”, *Social Science History*, 31(4), 509-537.

Salzinger, Leslie (1991), “A maid by any other name: the transformation of «dirty work» by Central American immigrants”, in Michael Burawoy (org.), *Ethnography unbound. Power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley: University of California Press, 139-160.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Sassen, Saskia (2007), *A sociology of globalization*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.

Schneider, Friedrich Georg; Klinglmair, Robert (2004), “Shadow economies around the world: what do we know?”, IZA Discussion Paper. Bona: Institute for the Study of Labour.

Supiot, Alain (2010), “A legal perspective on the economic crisis”, *International Labour Review*, 149(2), 151-62.

Torres, Anália Cardoso (org.) (2004), *Homens e mulheres entre família e trabalho*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Torres, Anália Cardoso (2008), “Women, gender and work. The Portuguese case in the context of the European Union”, *International Journal of Sociology*, 38(4), 36-56.

Van Walsum, Sarah (2011), “Regulating migrant domestic work in the Netherlands: opportunities and pitfalls”, *Canadian Journal of Women and the Law*, 23(1), 141-165.

Wall, Karin; Amâncio, Lúcia (orgs.) (2007), *Família e género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, Karin; Nunes, Cátia (2010), “Immigration, welfare and care in Portugal: mapping the new plurality of female migration trajectories”, *Social Policy and Society*, 9(3), 397-408.

Yin, Robert K. (1989), *Case study research. Design and methods*. Newbury Park: Sage.

Zelizer, Viviana (2005), *The purchase of intimacy*. Princeton: Princeton University Press.

Política e economia durante o PREC: “A banca ao serviço do povo”

Ricardo Noronha,¹ Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa
ricardo.noronha@gmail.com

Resumo: Inserida no contexto mais vasto das transformações que procuravam dar forma a uma “via portuguesa para o socialismo” durante o processo revolucionário de 1974-75, a banca nacionalizada tornou-se o instrumento decisivo da intervenção do Estado na economia. A articulação entre as necessidades da transição socialista e a natureza tecnicamente complexa do setor criou uma ambivalência fundamental no seu funcionamento: a banca nacionalizada deveria permitir que os trabalhadores sentissem que a economia já não lhes era estranha, respondendo aos problemas de financiamento das empresas nacionalizadas ou intervencionadas, sem comprometer a sua própria liquidez e solvabilidade. Este artigo aborda o funcionamento do sistema bancário estatal entre março de 1975 e janeiro de 1976, debruçando-se especificamente sobre as formas de gestão e coordenação adotadas para assegurar a concessão de crédito e sobre os projetos de reconversão esboçados ao longo desse período.

Palavras-chave: revolução, nacionalizações, economia política, bancos, socialismo

Introdução

O impacto do período revolucionário de 1974-75 sobre a economia portuguesa – com destaque para a nacionalização do sistema financeiro e de diversos setores industriais, a par da ocupação de terras no contexto da Reforma Agrária – vem sendo objeto de debate público e análise historiográfica desde o seu desenrolar, com alguns historiadores a sublinhar o seu alcance, considerando que “teve lugar uma transformação decisiva na economia política” do país (Corkill, 1993: 37) e descrevendo o processo revolucionário como “um momento de intensa colectivização da actividade económica em Portugal” (Ferreira, 1993: 117-119).

¹ Ricardo Noronha (1979) é investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde concluiu o seu doutoramento com uma dissertação dedicada ao estudo da nacionalização do sistema bancário durante o processo revolucionário.

Trabalhos recentes têm analisado o tema a partir dos testemunhos de empresários portugueses (Fernandes e Santos, 2005; Ferreira, 2000), de dirigentes políticos e militares (Cruzeiro, 1998, 2002, 2004) ou de economistas (Fernandes, 2006), não faltando interpretações que sublinham a adesão das elites políticas oposicionistas a princípios de inspiração socializante durante os anos finais da ditadura (Barreto, 2000: 509-554; Viegas, 1996: 68-104). Este crescente enfoque na figura das 'elites' contrasta marcadamente com interpretações anteriores, que sublinhavam a importância dos conflitos sociais na radicalização da situação política portuguesa e o seu impacto sobre as principais variáveis económicas durante o período². Estabelecendo um diálogo crítico com esses trabalhos, este artigo - assente na consulta de material de diversos arquivos - começa por analisar o contexto em que ocorreram as nacionalizações destacando a articulação entre uma elevada conflituosidade laboral, uma acentuada radicalização política e uma acelerada degradação da situação económica, tomando como caso o sistema bancário.

A sequência de acontecimentos despoletada pelo golpe militar de 11 de março de 1975 será o tema da primeira parte deste texto. Integradas nas estruturas dos grandes grupos económicos que dominavam os setores fundamentais da economia portuguesa, as instituições de crédito nacionalizadas a 14 de março de 1975 implicaram um substancial reforço do controlo estatal sobre a economia, em virtude da sua carteira comercial e de títulos. As estratégias desenvolvidas, na vigência do quarto e quinto Governo Provisório, para tirar partido desse reforço serão o objeto da segunda parte deste artigo. A terceira parte aborda o funcionamento da banca nacionalizada entre março de 1975 e janeiro de 1976, debruçando-se especificamente sobre as suas formas de gestão e coordenação. A quarta parte ocupa-se dos projetos de reconversão esboçados para colocar o setor bancário ao serviço da transição para uma sociedade socialista. Na conclusão, serão avançados alguns elementos explicativos da originalidade do processo revolucionário português.

As Jornadas de março

O golpe militar ocorrido a 11 de março de 1975 correspondeu a um embate entre os setores mais conservadores (no seio do qual se destacavam os oficiais 'spínolistas'), e os setores mais à esquerda no seio das Forças Armadas (os que estavam próximos da Coordenadora do Movimento das Forças Armadas - MFA), na sequência da formação de campos político-militares antagónicos ao longo dos meses anteriores.³ Apesar das especificidades inerentes à instituição militar não serem menosprezáveis, estes campos também correspondiam a

² É nomeadamente o caso das análises às lutas sociais nas empresas (Santos *et al.*, 1976) e de trabalhos que sublinham a importância das comissões de trabalhadores e moradores (Hammond, 1988; Bermeo, 1986), bem como dos que analisam as transformações económicas verificadas durante o período (Murteira, 1979: 137-148; Silva, 1984: 43-72).

³ Existem vários relatos e versões dos acontecimentos (Neves, 1975; Pinto e Calvão, 1995; Bernardo, 2004; Rezola, 2007). Existe também um 'Relatório preliminar sobre o 11 de março', elaborado por uma Comissão de Inquérito nomeada pelo Conselho da Revolução (Neves, 1975: 270-291). Há ainda um excelente estudo dedicado ao comportamento dos militares e à evolução do MFA durante o processo revolucionário (Rezola, 2004).

divergências relativamente às transformações em curso na esfera económica e social, que se haviam aprofundado ao longo dos meses anteriores.

A economia portuguesa, que registara uma acentuada deterioração dos termos de troca com o exterior a partir de 1973, vira o investimento contrair-se e o défice da balança comercial aumentar significativamente após o derrube da ditadura, quando uma vaga de conflitos laborais percorreu o país aproveitando a desagregação do aparelho repressivo e obtendo aumentos salariais consideráveis (Ribeiro *et al.*, 1985: 453-454; Noronha, 2012: 227-233). Formado em maio de 1974, o I Governo Provisório havia instituído um salário mínimo e congelado os preços de bens essenciais, ao mesmo tempo que o Banco de Portugal injetava liquidez na economia, utilizando as suas reservas de divisas e emprestando dinheiro à banca privada, a uma taxa de juro reduzida (redesconto), para manter em laboração empresas com dificuldades de tesouraria (Banco de Portugal, 1975: 231-232).

As autoridades não podiam contudo controlar a aplicação desse dinheiro e numerosos pequenos e médios empresários começaram a reportar ao Governo Provisório ou à Coordenadora do MFA casos injustificados de recusa de concessão de crédito.⁴ Desde o Verão que a direção do Sindicato dos Empregados Bancários de Lisboa (eleita em 1972 e na qual figuravam diversos militantes do Partido Comunista Português [PCP]) considerava o setor bancário um dos principais instrumentos de poder nas mãos do que denominava o 'capital monopolista'⁵ (os grandes grupos empresariais que controlavam os setores estratégicos da economia e que haviam beneficiado da política de industrialização do Estado Novo), acusando os banqueiros de canalizar para as suas próprias empresas e contas pessoais a liquidez que obtinham junto do Banco de Portugal. As denúncias públicas deste Sindicato assumiam um impacto tanto maior quanto este desempenhava, desde 25 de abril de 1974, um papel oficioso (reconhecido pelas autoridades militares) na fiscalização das instituições de crédito, com o objetivo de impedir fugas de capitais e corridas aos depósitos.⁶

Emergiam simultaneamente novos conflitos laborais, através dos quais a mobilização coletiva dos trabalhadores procurava impedir despedimentos ou reduções salariais (Pires, 1975; Santos *et al.*, 1976; Pérez, 2009). A partir do outono de 1974, generalizou-se a prática do 'controlo operário' e a exigência de nacionalização ou intervenção do Estado, com as Comissões Sindicais ou de Trabalhadores a aceder a documentos confidenciais até aí reservados às cúpulas empresariais e a denunciar casos de 'sabotagem económica': desvios de fundos, exportações ilícitas de capitais, transações de títulos proibidas pelo Banco de Portugal, práticas de subfaturação e sobrefaturação que canalizavam verbas de empresas portuguesas para firmas intermediárias localizadas no estrangeiro. Esta vaga de conflitos laborais produziu uma narrativa, hegemónica no espaço público, sobre a economia portuguesa e os mais poderosos empresários e banqueiros, acusados de bloquear propositadamente os

⁴ ACMF, Gabinete do Ministro das Finanças, 33- Banco de Portugal, refº 0000 0011 0259.

⁵ Veja-se, a esse respeito, o livro publicado pela Comissão de Delegados Sindicais do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (Antunes *et al.*, 1975). A propósito do «capital monopolista» (Santos, 1977; Pereira, 1974: 124-132).

⁶ “Os últimos 9 dias”, *Expresso*, 04/05/1974, 15. *Informação MAG-7*, 16/05/1974, ASBSI.

seus investimentos de maneira a agravar a situação económica e de financiar atos conspirativos contra o MFA e o Governo Provisório. A força dessa narrativa explica tanto a sequência de acontecimentos posterior ao 11 de março como as medidas governamentais ao longo dos meses anteriores, que visavam assegurar o “controlo do poder económico pelo poder político”.⁷ O Decreto-lei 660/74 permitia ao Estado remover administradores de empresas privadas, caso houvesse suspeitas de irregularidades ao nível da gestão, mediante um inquérito levado a cabo pela Inspeção-Geral de Finanças. O Decreto-Lei 661/74 permitia ao Banco de Portugal colocar delegados junto das administrações da banca privada, com pleno acesso a todas as informações relacionadas com a concessão de crédito e a evolução dos depósitos. No início de 1975, enquanto se debatiam soluções para enquadrar a intervenção do Estado na esfera económica (nomeadamente um 'Plano de Política Económica' redigido sob a orientação do Major Melo Antunes), os bancários de Lisboa aprovaram em assembleia-geral uma moção exigindo a imediata nacionalização da banca.⁸

No fim-de-semana de 8 e 9 de março, os bancários do Partido Socialista (PS) aprovaram num encontro nacional um documento com exigências do mesmo teor (Cabral *et al.*, 1975).⁹ Esta sucessão de medidas governamentais e movimentações laborais permite-nos compreender melhor os acontecimentos de março de 1975. Assim que tomou conhecimento do ataque aéreo ao Regimento de Artilharia Ligeira 1, na manhã de 11 de março, o Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa emitiu uma curtíssima circular interna com instruções aos seus associados:

Camaradas, face à tentativa desesperada dos restos da escumalha fascista, o sindicato de Lisboa decidiu: encerrar os bancos, mantendo a estrutura sindical a vigilância aos sectores fundamentais; não permitir o acesso aos estabelecimentos bancários às administrações.¹⁰

À tarde foi emitido um comunicado à população explicando a decisão sindical de 'encerrar os bancos a partir das 14 horas' para 'proteger os valores à guarda dos bancos da rapina das administrações reaccionárias'.¹¹ Tendo assumido ao longo dos meses anteriores as funções de um duplo poder, capaz de controlar os movimentos bancários e fiscalizar a concessão de crédito, o Sindicato tomou pura e simplesmente controlo dos bancos entre 11 e 15 de março, formando piquetes que ocuparam as instalações e tomaram posse das chaves dos cofres. No dia 13, um longo comunicado assinado pelos três Sindicatos Bancários justificava o encerramento e afirmava simultaneamente o seu poder sobre a banca:

⁷ A expressão tornou-se frequente tanto no discurso governamental como entre os elementos do MFA. Cf. *Movimento*, Boletim do Movimento das Forças Armadas, nº4, 12/11/1974, 1.

⁸ *Informação* nº15 (número especial), 3/01/1975, ASBSI.

⁹ "Apoiar o Plano de política económica na sua interpretação progressista – decisão do encontro dos bancários socialistas", *República*, 10/03/1975, 12-14.

¹⁰ *Informação* 13/75, 11/03/1975, ASBSI.

¹¹ «*Dos trabalhadores bancários à população*», 11/03/1975, ASBSI.

A retumbante vitória da aliança Povo/MFA sobre as forças reaccionárias que no dia 11 tentaram implantar de novo o fascismo, arrasta necessariamente responsabilidades e consequências. Os trabalhadores bancários souberam prontamente assumir as suas responsabilidades vigiando e controlando os bens depositados à guarda dos Bancos e continuarão a assumi-las demonstrando uma vez mais que estão inequivocamente integrados no irreversível processo revolucionário. A necessidade de adaptar as actuais estruturas das empresas bancárias aparece como consequência lógica da nova situação política conquistada. ... Como ainda não foi possível realizar tudo o que consideramos necessário para que estes objectivos sejam alcançados, torna-se prematura a abertura dos bancos imediatamente. Nesse sentido os bancos continuam encerrados hoje, dia 13. A sua reabertura será pública e oportunamente divulgada pelos Sindicatos e órgãos governamentais.¹²

Foi neste contexto que decorreu, na madrugada de 12 de março, uma assembleia de militares sem convocatória formal ou ordem de trabalhos prévia, na qual seriam tomadas decisões com um impacto duradouro (Neves, 1975: 291). Foi criado um órgão político-militar com amplos poderes (o Conselho da Revolução) e institucionalizado o MFA (até aí uma sigla de contornos informais). O Conselho da Revolução iniciou os seus trabalhos a 14 de março, decretando a nacionalização do sistema bancário (com exceção das caixas agrícolas e dos bancos estrangeiros a operar em Portugal) através do Decreto-Lei 132-A/75, no qual destacava 'a capacidade demonstrada pelos trabalhadores da banca na fiscalização e controlo do respectivo sector de actividade', reconhecendo a importância decisiva das organizações sindicais.

Pairava há meses o espectro de uma conspiração financiada e guiada pelos grandes empresários portugueses, materializada pelos setores mais conservadores das Forças Armadas, em conjugação com elementos de extrema-direita e o apoio de serviços secretos estrangeiros. O enredo de 11 de março encaixava plenamente nessa narrativa e veio converter suspeitas em certezas, persuadindo os elementos mais moderados ou hesitantes do MFA e da coligação governamental. As informações vindas a público na sequência da nacionalização da banca e do acesso dos delegados sindicais aos cofres-fortes e gabinetes das administrações pareciam confirmar as acusações de 'sabotagem económica'.¹³ Ainda que a complexidade e opacidade das operações em causa - financiamento de partidos políticos de direita e extrema-direita, desvios e exportações ilícitas de capitais, «sacos azuis» criados para levar a cabo manobras especulativas no mercado de títulos - tornassem difícil apurar alguns dos factos fundamentais (ou enquadrá-los juridicamente à luz da legislação vigente), as instituições acusadas incluíam o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), o grupo Borges & Irmão, o Banco Pinto & SottoMayor, o Banco Totta & Açores e o Banco Fonsecas & Burnay.¹⁴ A divulgação destas informações parecia legitimar as nacionalizações enquanto medidas defensivas face a uma ameaça contra-revolucionária (o caso do Chile era frequentemente referido como exemplo na imprensa), fazendo da «opção socialista» um

¹² «Hoje dia 13, a banca continua encerrada», 13/03/1975, ASBSI.

¹³ «Sabotagem económica desmascarada», *Diário Popular*, 01/04/1975, 1 e 15.

¹⁴ «Nacionalizar a banca foi destapar os segredos do grande capitalismo» - afirmou Mário Murteira», *Jornal de Notícias*, 05/04/1975, 4.

corolário do antifascismo e o prolongamento lógico do derrube da ditadura. Saudada por manifestações em diversas cidades e recebendo o apoio dos partidos que integravam o III Governo Provisório (ao PCP e PS juntou-se o Partido Popular Democrático [PPD, fundado por dissidentes liberais do regime ditatorial]), a nacionalização da banca foi considerada por Álvaro Cunhal (Secretário-Geral do PCP), num comício realizado a 16 de março, 'o dobre de finados dos grupos monopolistas' (Cunhal, 1975: 166). Menos dramático na sua formulação, o relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal assinalava a relação entre a conflituosidade social e as nacionalizações:

Em termos globais, pode salientar-se, como alteração de fundo, a perda do poder económico dos grandes grupos privados que anteriormente dominaram boa parte do processo produtivo. Tal perda começou por concretizar-se pela redução drástica do poder de negociação dos empresários em relação aos trabalhadores e culminou com a nacionalização de grande parte dos sectores dominantes da economia, de que resultou a transferência para o Estado do poder de actuação directa sobre a actividade produtiva. (Banco de Portugal, 1975, 230)

«Reconstruir a economia por via do socialismo»

Abria-se assim um novo ciclo no processo revolucionário. As tarefas de gestão do novo setor público da economia ficaram a cargo do Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, encabeçado por Mário Murteira (um economista que aderira à oposição nos anos finais da ditadura) e encarregue de liderar a equipa económica do IV Governo Provisório (cujas composição refletia uma significativa oscilação para a esquerda). Ao incidirem sobre os grandes pólos da acumulação capitalista – setor financeiro, cimentos, química pesada, transportes, siderurgia, tabacos, cervejas e celulosas – as nacionalizações reforçaram substancialmente o alcance e os instrumentos de política económica, com uma forte incidência sobre preços e salários, a possibilidade de economias de escala e o acesso a recursos financeiros consideráveis. O controlo sobre os cimentos e o aço abria possibilidades ao setor da construção civil, mergulhado numa forte crise desde o início da revolução; a produção de adubos assumia um peso considerável na determinação dos preços de produtos agrícolas; os transportes permitiam um reforço da integração do espaço económico nacional. Em termos puramente quantitativos, o Estado chegou ao fim do verão de 1975 com o controlo sobre cerca de 19,8% do PIB, 30% da Formação Bruta de Capital Fixo e 6,5% da força de trabalho ativa em Portugal (António *et al.*, 1983: 178). Mas as nacionalizações não implicavam apenas uma intervenção do Estado na esfera económica. Eram consideradas instrumentos para a sua transformação no âmbito de uma transição socialista, como sublinhava Mário Murteira, a 11 de abril, numa exposição ao Conselho da Revolução em que considerava o 'descalabro da economia', o “desmantelamento da ordem capitalista” e a perda do “controlo dos centros de decisão pelo capital monopolista” o resultado de uma “aguda luta de classes” caracterizada pela “reivindicação de substanciais melhorias imediatas de níveis de consumo, com redução do tempo de trabalho e produtividade média por hora de trabalho”, tornando “necessário, e imperioso, reconstruir a economia por via do socialismo” (Murteira, 1975: 14-15). Esta reconstrução tinha dois elementos fundamentais: pretendia subordinar a gestão de cada empresa a uma estratégia de desenvolvimento do conjunto da economia, reconverter a produção (alterando não apenas os processos produtivos mas também os bens

produzidos) e substituir importações (de maneira a criar emprego e equilibrar a balança comercial), ao mesmo tempo que contava com a colaboração das organizações sindicais de maneira a assegurar a disciplina e o aumento da produtividade no interior das fábricas, escritórios e herdades nacionalizadas, intervencionadas ou em autogestão. O seguimento da exposição de Murteira ilustrava bem esta dupla preocupação, ao afirmar ser “necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a reconstrução socialista da economia é tarefa deles e para eles” (Murteira, 1975: 17). A nova política económica deveria absorver a agitação e turbulência do conflito social, subtraindo aos grandes empresários a propriedade sobre os principais meios de produção e transferindo-os para uma esfera estatal na qual coexistiriam formas de controlo operário e diversos níveis de decisão. Uma passagem do discurso condensava o essencial deste projeto, ao referir que o “controlo organizado da produção pelos trabalhadores” ficaria subordinado a “objectivos de produção e eficiência coordenados pelos órgãos estatais de planeamento”. Os trabalhadores controlariam o que os órgãos do Estado coordenariam e planeariam.

A Intersindical apoiou este processo, assumindo um papel crescente nos cálculos da política económica. A sua colaboração com o Governo Provisório e com os militares fora um elemento fundamental na gestão dos conflitos de trabalho desde maio de 1974, levando à sua consagração enquanto confederação sindical única, através do Decreto-Lei 215-A/75. As organizações sindicais haviam-se tornado indispensáveis para enquadrar os trabalhadores, criando frequentemente um efeito de espelho entre as deliberações governamentais e os comunicados sindicais, crescentemente focados nas necessidades da 'batalha pela produção'.

Simultaneamente, nos campos do Sul, a crescente radicalização do conflito culminara em sucessivas ocupações de terras pelos trabalhadores assalariados, invocando a “sabotagem económica” levada a cabo pelos grandes proprietários e o incumprimento de cláusulas da convenção de trabalho em vigor, num movimento paralelo ao dos centros urbanos e impulsionado pelos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas (Barreto, 1984: 43 e 72). A viabilidade económica das herdades ocupadas - convertidas em cooperativas ou Unidades Coletivas de Produção (UCP) - tornou-se rapidamente um problema, tanto para as organizações sindicais que coordenavam as ocupações, como para os organismos do Estado que as acompanhavam (nomeadamente o Instituto de Reorganização Agrária). O mecanismo do Crédito Agrícola de Emergência (CAE), criado em abril pelo Decreto-Lei 203/75 e sucessivamente reformulado no sentido de alargar o âmbito da sua aplicação, viria a assumir um papel decisivo no enquadramento das UCP pelo Estado, inscrevendo a Reforma Agrária na política económica e financeira dos governos provisórios.

Os planos esboçados a partir de março de 1975 resultavam de reflexões e diagnósticos há muito desenvolvidos por economistas de esquerda no âmbito da oposição democrática à ditadura. Os setores nacionalizados e as terras expropriadas no âmbito da Reforma Agrária seriam a base de um novo modelo de acumulação, capaz de reduzir a dependência externa, aumentar a produção e o rendimento dos trabalhadores assalariados, agricultores e pequenos e médios empresários, garantindo uma alargada base social de apoio às transformações em curso. O conjunto dos projetos esboçados para dar forma a esse desígnio, incluindo vários processos de fusão e reconversão das unidades produtivas, foi agrupado sob a designação, tão vaga quão provisória, de 'via portuguesa para o socialismo'. A passagem de um capitalismo de Estado (formado a partir da expropriação) a uma economia socialista (consolidada através da

planificação) implicava novas formas de cálculo económico, assentes em escolhas políticas e sociais capazes de servir de referência à determinação das metas de produção e à formação dos preços, mas também de permitir às empresas exportadoras competir no mercado mundial. A definição das formas específicas desse cálculo tornou-se uma preocupação genérica dos responsáveis pela política económica, mas assumiu uma urgência muito concreta para quem assumia a gestão da banca nacionalizada e procurava repensar o seu funcionamento no quadro da transição socialista.

'A banca ao serviço do povo' - Crédito e reestruturação

Os problemas financeiros decorrentes destes projetos tornaram o sistema bancário o ponto nevrálgico da intervenção do Estado na economia. A articulação entre as necessidades da transição socialista e a natureza tecnicamente complexa do setor criou uma ambivalência fundamental no seu funcionamento: a banca nacionalizada deveria permitir que 'os trabalhadores sentissem que a economia já não lhes era estranha', respondendo aos problemas de financiamento das empresas nacionalizadas ou intervencionadas, sem comprometer a sua própria liquidez e solvabilidade, fazendo o seu apoio depender do cumprimento de um conjunto de requisitos formais e contabilísticos, que permitisse a substituição da gestão patronal por estruturas de decisão nomeadas pelo Estado e aceites pelos trabalhadores. Colocar 'a banca ao serviço do povo' - expressão que constaria em inúmeros documentos sindicais e governamentais dedicados ao setor bancário entre a primavera e o outono de 1975 - passava pela gestão dessa ambivalência.

A escolha dos membros das novas Comissões Administrativas (CA) da banca nacionalizada revelou-se imediatamente problemática. Uma primeira lista elaborada pelo Ministério das Finanças foi recusada pelos três Sindicatos de Bancários (Lisboa, Centro e Norte), cujas direções anunciaram a “elaboração e fornecimento aos órgãos competentes de uma lista de quadros bancários” que “oferecem um mínimo de condições para gerir as instituições de crédito”.¹⁵ Segundo Jacinto Nunes (o então Governador do Banco de Portugal), estes “tiveram uma posição muito forte” e “se não nomearam todos, pelo menos conseguiram que não fosse nomeado ninguém com quem não estivessem de acordo” (Fernandes, 2006: 52 e 79). O poder assumido pelas CA era considerável, tendo em conta os recursos concentrados na banca e as necessidades de liquidez de inúmeras empresas, pelo que tanto o PS como o PPD contestaram a legitimidade das organizações sindicais para esse efeito (desde logo pelo peso do PCP no seu seio), defendendo a escolha dos gestores por voto secreto dos trabalhadores bancários.¹⁶ Mas o papel dos sindicatos ultrapassava largamente esse âmbito e, apesar das particularidades de cada instituição, os delegados sindicais continuaram a deter um

¹⁵ *Informação* 15/75, 14/03/1975, ASBSI. “Bancos abrem hoje – possíveis restrições ao levantamento”, *Expresso*, 15/05/1975, 1.

¹⁶ “Tomada de posição dos bancários socialistas”, *O Século*, 12/03/1975, 2; “Medidas concretas para a banca propostas pelo sector socioprofissional do PPD”, *O Comércio do Porto*, 21/03/1975, 12.

poder substancial, como o direito de vetar a nomeação de novos gestores e a capacidade de influenciar a concessão de crédito a empresas intervencionadas ou em autogestão, cujas Comissões de Trabalhadores se dirigiam à banca nacionalizada através do Ministério do Trabalho e dos Sindicato dos Empregados Bancários. O controlo sobre as organizações sindicais dos bancários não equivalia diretamente ao controlo sobre as instituições de crédito, mas era indispensável para o concretizar, tornando-o um elemento incontornável da política financeira e monetária.

A coordenação da banca nacionalizada foi atribuída ao Banco de Portugal, através da Comissão Executiva do Conselho de Administração, assessorada por um Serviço de Coordenação da Atividade Bancária dirigido por Octávio Teixeira (funcionário do banco central e militante do PCP). Era lá que reunia periodicamente a Comissão Coordenadora das Instituições de Crédito, “a quem foi cometida a dinamização e coordenação da actividade das diversas instituições”.¹⁷ Desde o primeiro momento que a prioridade destas estruturas de coordenação foi evitar o agravamento da situação económica. Foram criados vários grupos de trabalho para estudar a resolução de problemas imediatos: das participações financeiras da banca à uniformização das relações laborais, da constituição de uma central de risco à unificação dos serviços de contencioso, do apoio às PME ao Crédito Agrícola de Emergência. Procurou-se racionalizar o funcionamento da banca nacionalizada tirando vantagem das economias de escala que poderiam resultar da coordenação entre departamentos de várias instituições de crédito e do aperfeiçoamento dos serviços interbancários. A 6 de maio foi criada a Comissão de Reestruturação do Sistema Bancário, integrando representantes do Ministério das Finanças, da Secretaria de Estado do Planeamento Económico, do Banco de Portugal e dos Sindicatos Bancários, com o propósito de repensar o conjunto do funcionamento da banca nacionalizada.

As CA procuraram assegurar financiamentos a curto prazo e créditos de emergência, tentando regularizar as situações em que Comissões de Trabalhadores tomavam conta das empresas e solicitavam o acesso às respetivas contas bancárias, acorrendo às solicitações de pequenos e médios empresários, improvisando esquemas de apoio setorial. Foram definidas linhas de orientação e prioridades em matéria de aplicação de recursos (setor agrícola, construção civil e atividades exportadoras) e adotados novos critérios para a apreciação dos pedidos de crédito, privilegiando a criação de empregos, a produção de bens essenciais e as atividades exportadoras, em detrimento da rentabilidade própria das instituições.¹⁸ Um grupo de trabalho criado pelas CA do Porto - agrupadas na Comissão Coordenadora da Banca do Norte, dirigida por Carlos Gomes (um quadro do Banco Borges & Irmão e militante do PCP) – elaborou um documento intitulado *Critérios e orientações para os gestores de crédito*, com o intuito de 'estabelecer uma faixa de actuação', 'disciplinar a sua atividade e calibrar por uma ótica convergente as suas decisões, fazendo-as tender para uma perspetiva social da função

¹⁷ «A coordenação das instituições de crédito pelo Banco de Portugal», ACMF, Fundo Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, 16- Banco de Portugal, refª 054957.

¹⁸ *Reestruturação do sistema bancário*, 27/07/1975, Espólio pessoal do Dr. Carlos Gomes, 16.

creditícia'.¹⁹ O documento fixava quatro critérios para a apreciação do crédito: finalidade, segurança, liquidez e rentabilidade. Era também avançada uma proposta de normalização processual, extrapolada do sistema em vigor no Banco Totta & Açores, que passava pela diferenciação de cinco tipos de operações, distribuídos por vários níveis de decisão, cada um com o respetivo *plafond*, no sentido de proporcionar aos gestores bancários referências precisas relativamente ao âmbito das suas competências. Adotava-se assim aquela que era considerada a estrutura mais funcional já em vigor numa das instituições de crédito nacionalizadas, remetendo uma avaliação posterior da situação para o âmbito de uma comissão especializada.

O setor têxtil foi objeto de uma atenção particular, através do Grupo de Intervenção e Estudo do Sector Têxtil (Giest), constituído por três técnicos, três economistas e dois advogados.²⁰ O Giest respondia a pedidos de crédito de empresários, mas também de Comissões de Trabalhadores ou Sindicais, elaborando estudos sobre empresas que resultavam por vezes na intervenção do Estado, ao abrigo do Decreto-Lei 660/74. Também o setor vinícola, devido ao seu peso na economia regional, recebeu uma atenção particular que resultou na moratória das dívidas de 131 empresas (a maioria de armazenamento e distribuição), que ascendiam a 1,861 milhões de contos.²¹ Procurava-se assim impedir o colapso generalizado de setores (o da cortiça apresentava uma situação semelhante) caracterizados por uma elevada pulverização empresarial, fraco apetrechamento tecnológico e elevada vulnerabilidade face a oscilações da procura, que deveriam posteriormente ser reestruturados no quadro de uma política económica global. Setores como a construção e reparação naval, ou a metalomecânica pesada, foram objeto de estudos e projeções com um elevado grau de pormenor, no sentido de assegurar a viabilidade dos investimentos necessários à sua laboração.

A avaliação do desempenho da banca nacionalizada desde março de 1975 até janeiro de 1976 requer uma distinção entre o curto prazo da gestão, circunscrito no tempo e assinalado pela transitoriedade das soluções adotadas, e um horizonte de longo prazo inerente aos planos de reestruturação, que foram elaborados mas nunca concretizados.

No que diz respeito ao primeiro, os resultados variaram acima de tudo em função da situação financeira e contabilística herdada pelas Comissões Administrativas de cada instituição de crédito. A leitura dos relatórios de duas instituições que se encontravam em situações significativamente distintas aquando da nacionalização, permite-nos identificar algumas linhas de força²². Embora ambas tivessem sofrido problemas de liquidez e de cobranças que afetaram a sua rentabilidade, as diferenças ao nível das estruturas de aplicação

¹⁹ Grupo de Trabalho nomeado na reunião de 18/03/1975 das Comissões Administrativas dos Bancos do Porto, *Critérios e orientações para os gestores de crédito*, Espólio pessoal do Dr. Carlos Gomes, p.1.

²⁰ ACMF, Fundo do Gabinete do Ministro das Finanças, 110.1 - Instituições de Crédito

²¹ ACMF, Fundo do Gabinete do Ministro das Finanças, 35- BNU.

²² Os dois bancos em questão são, respetivamente, o Banco Borges & Irmão e o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Cf. ACMF, Fundo Secretaria de Estado do Tesouro, 6 - Banco Borges & Irmão, ref^a 022024; ACMF, Fundo Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, Subfundo Secretaria de Estado do Tesouro, 27- BESCL, ref^a025508.

do crédito e do peso de certas rubricas no conjunto da sua atividade – nomeadamente a carteira de títulos mobiliários – geraram resultados substancialmente diferentes, com o Banco Borges & Irmão a registar um prejuízo de 562 492 contos (o Banco tinha já um passivo difícil de apurar rigorosamente, mas que incluía cerca de 4,5 milhões de contos de crédito incobrável distribuído por empresas pertencentes ao mesmo grupo económico, muitas das quais não tinham qualquer atividade produtiva), enquanto o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa registou um lucro de 76 000 contos. Era um problema transversal ao setor: em maio de 1975, calculava-se em 1 milhão de contos o valor dos créditos de cobrança duvidosa (enviados para os tribunais pelos serviços de contencioso) e em 14 milhões de contos o valor das letras caucionadas por títulos (imobilizados desde que a bolsa de valores fora encerrada), refletindo o esforço efetuado para suportar financeiramente empresas em autogestão ou intervencionadas, mas também a herança deixada pelas administrações anteriores, com os títulos de crédito a substituir crescentemente as notas no circuito económico, em consequência da falta de liquidez.²³ Mas o problema fundamental com que as CA se confrontavam era o difícil equilíbrio entre a rentabilidade própria de cada instituição e os critérios adotados para a concessão de crédito, como os seus elementos destacaram a 30 de julho, numa reunião no Banco de Portugal:

Foi referido que o problema da rentabilidade da banca, não sendo em si próprio um objectivo, deve ser ponderado tendo em atenção a transformação do seu papel como centro de acumulação de capital do sistema capitalista para o de órgão de apoio financeiro aos sectores essenciais da actividade económica. A este propósito, foi ainda sublinhado que uma das causas para a diminuição da rentabilidade resulta do facto de os depósitos à ordem diminuírem e os depósitos a prazo aumentarem, elevando o custo médio do dinheiro. Daí que se tornem necessárias medidas urgentes para dinamizarem o crescimento dos depósitos à ordem.²⁴

As dificuldades resultavam sobretudo dos valores das taxas de juros sobre operações ativas (crédito) ou passivas (depósitos). Em agosto de 1975, segundo uma estimativa elaborada a partir dos dados estatísticos disponíveis, cerca de 40 por cento dos depósitos podiam ser levantados com um pré-aviso até 15 dias e eram remunerados à taxa mais baixa (1,2 por cento), 5 por cento dos depósitos podiam ser levantados com um pré-aviso entre 15 e 180 dias (oscilando entre taxas de 3,93 e 6,99 por cento) e 55 por cento dos depósitos excediam o prazo de pré-aviso de 180 dias (sendo remunerados a taxas que oscilavam entre 9,96 e 11,82 por cento).²⁵ Uma vez que, segundo esta estimativa, o crédito concedido a prazos superiores a um ano correspondia a menos de 5 por cento do total, este desequilíbrio entre os juros a cargo da banca e os juros a seu favor vinha comprometer seriamente a sua rentabilidade. Agrupando a informação segundo critérios distintos, o relatório anual do Banco de Portugal também assinalava um notável crescimento dos depósitos a prazo superior a um

²³ “Sistema bancário: da crise à reestruturação”, *Expresso*, 24/05/1975, 13.

²⁴ *Súmula da reunião com as Comissões Administrativas das instituições de crédito efectuada em 30 de Julho de 1975*, 30/07/1975, Espólio pessoal do Dr. Carlos Gomes.

²⁵ Documento sem título e sem data com sete páginas, Espólio pessoal do Dr. Carlos Gomes.

ano, que passaram de 5 milhões de contos em junho a 15 milhões de contos em setembro, até atingirem o valor total de quase 26 milhões de contos no final de 1975, à custa da contração dos depósitos a prazo inferior a um ano (Banco de Portugal, 1976: 147). O mesmo documento estimava não apenas uma contração do valor total do crédito concedido pela banca comercial (quando excluído o que provinha do redesconto junto do Banco de Portugal, que registou um acréscimo de 42,960 milhões de contos, passando de 16,1 para 30,3 por cento do total), como uma ligeira diminuição da percentagem concedida a prazos superiores a um ano, que correspondia a 9,2 por cento do total no primeiro trimestre de 1975 para descer até 7,1 por cento no final daquele ano (Banco de Portugal, 1976: 149).

A situação via-se agravada pelas taxas de redesconto em vigor, que o Banco de Portugal havia aumentado de 5 por cento para 6,5 por cento em 24 de julho, e para 7,5 por cento em 21 de dezembro de 1974. A partir desse momento a percentagem passou também a variar em função da aplicação concreta do crédito, existindo três escalões: o primeiro (correspondente ao financiamento de exportações e a operações de apoio a PME's) ficou sujeito a uma taxa de 4,5 por cento, o segundo (operações destinadas ao reforço do capital fixo das empresas, aquisição de matérias-primas para a indústria, bens de consumo indispensáveis ao abastecimento público, apoio à construção civil e vendas de cooperativas do setor agrícola) a uma taxa de 6 por cento, com o terceiro escalão (todas as outras operações) a pagar uma taxa de 7,5 por cento (Banco de Portugal, 1976: 147). Sendo a taxa de redesconto a referência para o conjunto das taxas de juro cobradas ou pagas pela banca comercial, estes aumentos haviam procurado incentivar os depósitos e captar recursos para o setor bancário. A prazo, porém, numa situação em que os níveis do investimento e o crédito de longa duração se haviam contraído, a imobilização de largas somas na forma de depósitos a prazo, que a banca não conseguia aplicar com o retorno equivalente, comprometia a sua rentabilidade, fazendo os seus custos aumentar ao mesmo tempo que o volume das operações ativas a longo prazo (as mais rentáveis) permanecia inalterado ou se contraía, dependente de decisões governamentais relativamente a grandes investimentos industriais que eram constantemente proteladas. O problema não podia ser resolvido meramente através da seletividade do crédito ou da diferenciação dos juros em função da sua aplicação, mas exigia a definição de prioridades, a escolha entre a rentabilidade das instituições e a sua capacidade de responder às solicitações de crédito, assegurando a liquidez necessária à continuação da laboração de inúmeras empresas. O elemento fulcral desse processo – concebido para pôr ‘a banca ao serviço do povo’ – passava pela reestruturação do setor bancário. O plano de reestruturação da banca concluído no verão incluía a fusão das casas bancárias mais pequenas em bancos maiores, a criação de instituições especializadas em setores considerados prioritários (agricultura, comércio externo, construção civil e habitação) e a reformulação da rede de agências bancárias para assegurar a cobertura integral do território português.²⁶ Na cúpula do sistema ficaria o Banco de Portugal, cujo estatuto seria alterado por uma nova Lei Orgânica. Foram

²⁶ *Súmula da reunião com as Comissões Administrativas das instituições de crédito efectuada em 30 de julho de 1975, 30/07/1975, Espólio pessoal do Dr. Carlos Gomes.*

elaborados vários projetos, mas as transformações mais ambiciosas ficaram suspensas, no contexto crise político-militar do verão. A evolução dos projetos e das estruturas improvisadas para fazer face a situações de curto prazo ficou assim dependente de uma alteração global, cujo estudo e planeamento foi efetuado sem nunca se ter visto concretizado.

Enquanto dispuseram da iniciativa no campo económico, tanto os responsáveis governamentais como um vasto conjunto de técnicos, quadros bancários, dirigentes e delegados sindicais procuraram – em condições que não poderiam deixar de representar uma acentuada quebra da rentabilidade das instituições nacionalizadas – conceber um papel para o setor bancário no contexto revolucionário, resultante de um processo de reestruturação que o integrasse nas estruturas de planificação económica, subordinando a concessão de crédito às necessidades da transição socialista. As divisões no seio da coligação governamental e a disputa política que assinalaria o *Verão Quente* tornaram impossível a tomada de inúmeras decisões fundamentais para a resolução dos problemas com que se confrontava a banca nacionalizada e que eram da responsabilidade da Administração do Banco de Portugal e do Ministério das Finanças.

A economia da contrarrevolução

No final do verão pareciam estar reunidas as condições para uma clarificação da situação política. Vários sindicatos fundamentais no setor dos serviços - Bancários, Seguros e Trabalhadores de Escritório, por exemplo - foram conquistados eleitoralmente por listas formadas por militantes do PS, do PPD e do MRPP, favoráveis às nacionalizações mas hostis ao Secretariado da Intersindical, ao PCP e à liderança do General Vasco Gonçalves. O VI Governo Provisório, formado na sequência da Assembleia do MFA realizada em Tancos no início de setembro, veio consagrar esta inversão da correlação de forças. O substancial reforço da participação do PS e do PPD em detrimento do PCP e do MDP/CDE – a par do afastamento de Vasco Gonçalves e das alterações da composição do Conselho da Revolução favoráveis aos militares politicamente mais moderados – criaram as condições para uma “normalização” da situação política portuguesa. No final de setembro, uma manifestação de apoio ao novo executivo, promovida pelo PS e pelo PPD, percorreu as ruas de Lisboa reclamando “Lei e Ordem”, obtendo do novo Primeiro-Ministro, o Almirante Pinheiro de Azevedo, uma resposta em conformidade: “Temos de reconquistar a disciplina para vencer a anarquia em que este país tem vivido” (Rezola, 2007: 236).

O controlo e estabilização da situação económica foi uma das preocupações mais evidentes e Francisco Salgado Zenha, o novo Ministro das Finanças, começou por colocar José Silva Lopes no Governo do Banco de Portugal, acompanhado por António Costa Leal e Emílio Vilar como Vice-Governadores, entrando Joaquim Mestre, Walter Marques, António Loureiro Borges e Alberto dos Santos Ramalheira para o Conselho de Administração. A “transição para o socialismo” teria doravante que se processar no quadro de uma economia de mercado com preços politicamente fixados, com um setor público de dimensões consideráveis, mas desprovido de uma estratégia de desenvolvimento articulada e coerente. As medidas tomadas até ao final de 1975 pelo VI Governo Provisório perseguiram metodicamente esses objetivos.

A necessidade de obtenção de financiamento a curto prazo levou à emissão de vários empréstimos internos até ao final do ano. O conjunto destes empréstimos obrigacionistas, remunerados a uma taxa extremamente atrativa (7,5%), foi correspondido por uma resposta bastante favorável da parte do público, que subscreveu um valor total de 32,749 milhões de contos, gerando a liquidez necessária para fazer face aos compromissos de curto prazo por parte do Estado, cuja conta do Tesouro no Banco de Portugal ultrapassava, em outubro, o valor descoberto de 4 milhões de contos (o máximo legal era 1 milhão de contos) (Banco de Portugal, 1976: 13). O sucesso da emissão de obrigações do Tesouro deveu-se, entre outras coisas, à possibilidade de os respetivos títulos poderem ser comercializados livremente, de maneira a garantir aos seus compradores a disponibilidade dos respetivos valores em caso de necessidade. A reabertura do mercado de transação de títulos, inicialmente reservado às obrigações, era uma medida fundamental para garantir a segurança dos investidores, providenciando um abrigo seguro para os seus capitais, para além de funcionar como um sinal de estabilização do sistema económico, ao reintroduzir certos mecanismos de mercado abalados durante o processo revolucionário. Empréstimos externos da CEE (através do Banco Europeu de Investimento) e dos EUA, negociados há vários meses sem qualquer resultado, foram desbloqueados a partir do momento em que o VI Governo se revelou disposto a estabilizar a situação política e conter o processo revolucionário (Eisfeld, 1983: 110-113).

Foram ainda adotadas várias medidas de alcance significativo no plano da organização e funcionamento do sistema bancário. A Lei Orgânica do Banco de Portugal, publicada a 15 de novembro de 1975, foi substancialmente alterada relativamente à que havia sido projetada durante o verão. O seu artigo 78º remetia para o Ministério das Finanças a elaboração de um regulamento do Banco de Portugal, ficando até lá em vigor o regulamento pelo qual este se regia à data da sua nacionalização, refletindo já "uma certa involução do processo político português", ao restringir a participação dos trabalhadores no processo geral de decisão - ficavam fora das comissões executivas permanentes e com apenas um elemento no Conselho de Auditoria e no Conselho Consultivo – e ao eliminar a articulação funcional entre o sistema financeiro e a planificação, com a estabilidade monetário-financeira a prevalecer sobre as finalidades do crédito e os objetivos da política económica (Ferreira, 1977: 42). À coordenação e dinamização substituíra-se a autonomia e a concorrência. Através da Portaria 770/75, de 23 de dezembro, foi agendada para 12 de janeiro de 1976 a reabertura da Bolsa de Valores, reduzida aos títulos das obrigações do Tesouro e com as ordens de venda limitadas a investidores particulares até 1 de março. O último passo foi a substituição dos elementos que se haviam destacado na coordenação da banca nacionalizada e do seu processo de reestruturação, com a substituição das Comissões Administrativas por Conselhos de Gestão escolhidos pelo VI Governo Provisório, a 6 de janeiro de 1976.

A situação permaneceu estabilizada num precário equilíbrio de forças, assente no compromisso informal mais ou menos aceite por todas as forças políticas e pelas várias fações militares, de conter as grandes transformações no plano económico e social sem liquidar (pelo menos de imediato) aquelas que já haviam ocorrido. Em paralelo à evolução no plano político-militar, o outono e inverno de 1975-76 caracterizou-se por uma progressiva «normalização» no plano económico e financeiro, menos evidente mas não menos efetiva enquanto epílogo do processo revolucionário.

Conclusão

A conclusão possível, do ponto de vista financeiro, é que a banca nacionalizada foi sobretudo um instrumento governamental para injetar liquidez numa economia que se confrontava com uma severa quebra ao nível do investimento. Em resultado da política de concessão de crédito e de expansão de meios de pagamento (a base monetária passou de 94,9 milhões de contos para 130,7 milhões, equivalente a um aumento de 37,7 por cento), que subordinou a política monetária ao suporte da atividade produtiva, as reservas em divisas sofreram uma contração significativa, com a disponibilidade líquida do Banco de Portugal sobre o exterior a diminuir em 24 milhões de contos (Banco de Portugal, 1976, Vol. I, 139). Apesar da difícil conjuntura de 1975 – caracterizada pelo declínio da atividade produtiva, pelo aumento do desemprego, pela muito ligeira atenuação das tensões inflacionistas observadas nos anos anteriores e pelo agravamento do défice da balança de pagamentos – esta injeção de liquidez poderá ter impedido uma depressão mais acentuada.²⁷ A maior parte deste dinheiro serviu para fazer face ao crescimento dos encargos salariais e suportar o défice da balança de pagamentos, estimado em 27 milhões de contos (16 milhões de contos no ano anterior), correspondente a 7,3 por cento do valor do PIB. A economia sofreu uma contração estimada em 3 por cento do valor do PIB, motivada sobretudo pela crise do setor secundário, mas parcialmente compensada pela expansão de setores como as indústrias alimentares, bebidas e tabacos, que registaram um crescimento de 27,8 por cento, em virtude dos limites colocados à importação num contexto de forte acréscimo da procura. O mercado interno aumentou consideravelmente, graças à redistribuição de rendimentos resultante dos aumentos salariais, acompanhado por um declínio ao nível do investimento em capital fixo, por uma acentuada contração no setor da construção civil e pela redução das exportações. Mas o volume de importações também baixou e o principal impacto económico do processo revolucionário foi um défice público calculado em 33 milhões de contos em 1975, correspondente ao desequilíbrio da balança de pagamentos (Dornbusch *et al.*, 1976: 12-13).

A perspetiva de reorganização estrutural das condições de funcionamento da sociedade portuguesa, que animou a política económica desenvolvida em 1975, resultou da explosão salarial e da deslocação do poder a favor dos trabalhadores, na sequência do golpe militar de 25 de abril de 1974. A intervenção do Estado na economia visou articular essa deslocação de poder com a manutenção dos fatores fundamentais da reprodução alargada do capital, introduzindo elementos parciais de planificação e coordenação que permitissem fazer face a uma situação de crise com elementos endógenos e exógenos. Esses elementos parciais foram por sua vez entendidos como primeiros passos para a concretização de uma planificação democrática da economia, que eliminasse as relações de dependência com o exterior e permitisse melhorar significativamente o consumo e as condições de vida da população,

²⁷ Foi essa a avaliação de uma missão de economistas do Banco Mundial, segundo o relatório apresentado ao Governador do Banco de Portugal em Dezembro de 1975 (Dornbusch *et al.*, 1976). Os dados fundamentais sobre economia portuguesa ao longo do período revolucionário foram compilados e publicados (Rosa, 1976).

eliminando desperdícios e alterando as estruturas produtivas e fundiárias, utilizando o crédito em função de objetivos macroeconómicos de médio e longo prazo. A transição para o socialismo visava combinar em novos moldes os vários elementos do ciclo do capital, que a crise mundial e a conflituosidade social haviam desarticulado e bloqueado, enfrentando os problemas daí decorrentes: a suspensão e redução de encomendas, a quebra de vendas, o aumento de custos, os problemas de liquidez, a concessão de crédito e as transformações das relações laborais. Essa combinação passava pela subordinação de cada unidade produtiva e administrativa ao processo de planificação económica, pela criação de novas formas institucionais de decisão capazes de subordinar o funcionamento do mercado ao “controlo endógeno do processo de acumulação” (Murteira, 1979: 168).

A “irreversibilidade das nacionalizações e da reforma agrária”, consagrada na Constituição em abril de 1976 a par do direito à propriedade privada, exprimia bem a situação de indeterminação herdada do processo revolucionário - a que João Cravinho chamou o «desplaneamento» (Silva, 1984: 48)) - e que caracterizaria a II República nos anos seguintes, até à adesão à C.E.E. em 1986 e o subsequente processo de privatizações aberto pela segunda revisão constitucional, em 1989. Tudo isso, porém, pertence a uma outra história.

Arquivos consultados

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF, Fundo, Pasta, ref^a).

Arquivo do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (ASBSI, número/ano).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Fundo do Conselho da Revolução (ANTT-CR, pasta, dossier).

Referências bibliográficas

Decreto-Lei 660/74 e Decreto-Lei 661/74, *Diário de Governo*, nº 274/74, I Série, 140.

Decreto-Lei 132-A/75, *Diário do Governo*, nº 52/75, I Série, 394.

Decreto-Lei 203/75, *Diário do Governo*, nº 88, I Série (2º suplemento), 572.

Decreto-Lei 215-A/75, *Diário do Governo*, nº 100/75, I Série, 634.

Portaria 770/75, *Diário do Governo*, I Série Nº 295, 2136.

António, Arminda *et al.* (1983), *O sector empresarial do Estado em Portugal e nos países da C.E.E.*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Antunes, Carvalheira *et al.* (Eds.) (1975), *Sabotagem económica - «Dossier» Banco Espírito Santo*. Lisboa: Diábril.

Banco de Portugal (1975), *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal – Gerência de 1974*. I Volume. Lisboa: Banco de Portugal.

Banco de Portugal (1976), *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal relativamente ao exercício de 1975*, Vol. I. Lisboa: Banco de Portugal.

Barreto, António (1984), “Classe e Estado: os Sindicatos na reforma agrária”, *Análise Social*, 80, 41-95.

Barreto, José (2000), “As nacionalizações e a oposição ao Estado Novo”, *Análise Social*, 151-152, 509-554.

Bermeo, Nancy (1986), *The Revolution within the Revolution: Workers' Control in Rural Portugal*. Princeton: Princeton University Press.

Bernardo, Manuel (2004), *Memórias da Revolução – Portugal 1974- 1975*. Lisboa: Prefácio.

Cabral, Francisco Sarsfield *et al.* (1975), *Debate sobre o Programa de Política Económica e Social*. Lisboa: Moraes Editores.

Corkill, David (1993), *The Portuguese economy since 1974*. Edimburgh: Edimburgh University Press.

Cruzeiro, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes – O último Marechal*. Lisboa: Editorial Notícias.

Cruzeiro, Maria Manuela (2002), *Vasco Gonçalves – Um General na Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias.

Cruzeiro, Maria Manuela (2004), *Melo Antunes – o sonhador pragmático*. Lisboa: Editorial Notícias.

Cunhal, Álvaro (1975), *Discursos políticos III*. Lisboa: Ed. Avante!.

Dornbusch, Rudiger *et al.* (1976), *Analysis and projections of macroeconomic conditions in Portugal*. Lisboa: Banco de Portugal.

Eisfeld, Rainer (1983), “A «Revolução dos cravos» e a política externa: o fracasso do pluralismo socialista em Portugal a seguir a 1975”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 95-129.

Fernandes, Filipe S. e Santos, Hermínio (2005), *Excomungados de Abril - Os Empresários na Revolução*. Lisboa: D. Quixote.

Fernandes, Filipe (Ed.) (2006), *Memórias de economista*. Paço de Arcos: Exame.

Ferreira, Celso (1977), “Banca nacionalizada: de onde vem e para onde vai?”. *Economia e Socialismo*, 17, 27-43.

Ferreira, José Medeiros (1993), *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*. Vol. VIII. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ferreira, Cristina (2000), “Da Revolução às nacionalizações – I”, *Público (Suplemento de Economia)*, 13 de Março, 4.

Hammond, John L. (1988), *Building Popular Power: Workers and Neighborhood Commissions in the Portuguese Revolution*. Nova Iorque: Monthly Review Press.

Murteira, Mário (1975), *Textos de política económica*. Lisboa: Serviços Sociais dos Trabalhadores da CGD.

Murteira, Mário (1979), *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e o modelo português*. Lisboa: Ed. Presença.

Neves, Orlando (Ed.), *Textos históricos da Revolução*. Lisboa: Diábril.

Noronha, Ricardo (2012) “Lutas sociais e nacionalizações: «a banca ao serviço do povo» (1974-75)”, in Raquel Varela *et al.* (Eds.), *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Colibri, 225-236.

Pereira, João Martins (1974), *Indústria, Ideologia e quotidiano (ensaio sobre o capitalismo em Portugal)*. Porto: Afrontamento.

Pérez, Miguel (2009), *Abaixo a exploração capitalista – As Comissões de Trabalhadores durante o PREC (1974-75)*. Tese de Mestrado. Lisboa: FCSH/UNL.

Pinto, Jaime Nogueira; Calvão, Guilherme Alpoim (1995), *O 11 de Março – Peças de um processo*. Lisboa: Futuro Presente.

Pires, José (1975), *Greves e 25 de Abril*. Lisboa: Edições Base.

Rezola, Maria Inácia (2004), *Os militares na Revolução de Abril – o Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação.

Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril – Mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Ribeiro, José Félix *et al.* (1985), "Especialização internacional, regulação económica e regulação social – Portugal, 1973-83", *Análise Social*, XXI (3.º-4.º-5.º), (87-88-89), 437-471.

Rosa, Eugénio (1976), *Portugal: dois anos de revolução na economia*. Lisboa: Diábril.

Santos, Américo Ramos dos (1977), “Desenvolvimento monopolista em Portugal: 1968/73”, *Análise Social*, XIII, 49, 69-95.

Santos, Maria de Lurdes Lima *et al.* (1976), *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. III Volumes. Porto: Afrontamento.

Silva, Manuela *et al.* (1984), *O Planeamento económico em Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Viegas, José Leite (1996), *Nacionalizações e privatizações*. Oeiras: Celta.

Making Good Indians out of Goan Catholics:

The Catholic Church and the formation of Indian citizens in Goa

Jason Keith Fernandes,¹ Centre for International Studies, Institute of the University of Lisbon
jason.k.fernandes@gmail.com

Abstract: This paper draws from fieldwork conducted in the former Portuguese territory of Goa to illustrate the argument that proposes thinking of citizenship as a disciplinary tool in the international management of populations rather than as a regime of rights and participation alone. Citizenship is not so much about rights as it is about the disciplining and the fixing of populations within the boundaries of the decolonized territories. The paper argues that citizenship regimes draw much from an international regime influenced by racist imaginations and agendas, as well as the imaginations that derive from the hegemonic colonial (and hence post-colonial) model. The focus in this paper is on the manner in which non-statal groups, like the Catholic Church, participate in this fixative discourses.

Key-words: citizenship, Goa, missiology, Catholicism, Vatican II, orientalism

Introduction

In this paper I divert from the usual celebratory discourse that understands citizenship as a regime of rights and participation, to propose thinking of citizenship as a disciplinary tool in the international management of populations. I argue that citizenship regimes draw much from an international regime influenced by racist imaginations and agendas, as well as the

¹ Jason Keith Fernandes is currently a post-doctoral scholar at the Centre for International Studies, Institute of the University of Lisbon. His research project seeks to explore the manner in which the Catholic hierarchy in Goa works to mould Catholics in that state into Indian citizens. The project also seeks to explore the larger ways in which Catholicism engages with liberalism. His doctoral project, completed in July 2013, focused on the citizenship experiences of Goan Catholics. This project looked at the manner in which language forms selected by the state effectively exclude Catholics, and especially lower-caste Catholics from secular civil society. Jason contributes regular op-ed pieces to Goan newspapers, these and other writings are available at www.dervishnotes.blogspot.com.

imaginings of the hegemonic colonial (and hence post-colonial) model. Viewed from this perspective, citizenship is not so much about rights, as it is about the disciplining, and the fixing of populations within the boundaries of the decolonized territories. If the current understanding of citizenship is one of fixing, then I would argue that the challenge is to articulate one that enables mobility of populations.

My proposal that we think about citizenship as more than a regime of rights and participation derives from the suggestions of Barry Hindess (2000, 2003, 2004, 2005). The core of Hindess' argument's rest on the suggestion that rather than being celebrated uncritically, citizenship should be seen as a conspiracy given that it:

gives rise within the modern division of the world into nations and societies. This involves... not just the role of citizenship in bringing together members of particular subpopulations and promoting some of their interests, but also... the effects of rendering the larger population governable by dividing it into subpopulations consisting of the citizens of discrete, political independent and competing states. (Hindess, 2000: 1488)

Hindess arrives at this reasoning, through a question that ought to be fundamental to the study of citizenship: why is the migrant treated so badly? He suggests that this is because of a presumption that is inherent to citizenship that distinguishes the citizen from the non-citizen. The further assumption of this distinction is that most people in a state will be citizens, and a part of that state's 'society'. Buttressed not only by long established racist and other ideologies, but also contemporary academic works, this society is understood to be a substantial and enduring collectivity, exhibiting its own cultural patterns, and possessing definite social and political structures (*ibid*, 1492). Thus 'a population of citizens subject to the laws of a particular state is now commonly perceived in terms of a culture or way of life in which its members all participate and often also in terms of a common descent' (*ibid*, 1492). This framework assumes migration to be an oddity. Such presumptions against migration, rest on the assumption that it is the settlement of populations that is the natural order of the human condition, not movement. Thus there is a tendency to fix the individual in a society to which they naturally belong.

Another argument integral to Hindess' proposition is that citizenship studies are too often bound up in what he calls 'an internalist view of citizenship, a view that focuses on relationships between an individual and the state in whose territory he or she happens to reside' (1486). It is this internalist view, already buttressed by the idea of the nation-state as a natural collective, that prevents us from seeing the external factors that go to sustain this idea; the international discourses, and players that actively produce citizenship as a way of distinguishing between populations, and fixing them within states to prevent the mobility of populations.

As a member of a recipient state (Australia), Hindess is clearly concerned with the

treatment meted out to immigrants. I, on the other hand, am concerned with the manner in which these same logics are responsible for the persecution of minoritised groups² within their 'home' states. Thus, I would like to add another concern to these arguments and suggest that it is these very assumptions about citizenship that are also responsible for creating the scenario for the internal persecution of minoritised groups that fail to meet the national ideal. Through reference to cases from Goa, this paper will demonstrate a part of my proposal, that the terrain of citizenship is determined by the operation of an international discourse. By specially referring to the intervention of members of the Roman Catholic Church these cases would allow us to investigate not only the manner in which the understanding of citizenship that is dominant today has been constructed, but the number of non-state actors at various levels involved in this process, but also explore other models of citizenship that could possibly emerge from an exploration of this example.

Learning to create a local culture

The 1960s were a critical period for Catholics in Goa as it saw not just the changes wrought by the Vatican Council II, but also because this was the period when Goa was actively being integrated into the Indian Union subsequent to the India's annexation of the hitherto Portuguese territory in 1961. While a certain kind of Iberian Catholicism and Luso-Indian was acceptable, even if contested, under Portuguese sovereignty, these identities were definitely unwelcome subsequent to integration of this former Portuguese territory within the Indian Union. It is my argument that this shift in reception took place not merely as a result of nationalist positions within the Indian state, but also because of the willingness of the Catholic Church, both internationally as well as in Goa, to play ball. The stage for this shift in the formation of citizenship identities did not, however, occur again with the decisions of the Vatican Council II or with India's assertion of sovereignty over this territory. Rather, the seeds for these shifts were already laid prior to both these events.

My discussion begins with the remarks extracted from a conversation with Fr. Filipe de Sá (name changed to protect privacy), a Goan priest, who as a seminarian was sent to the Catholic University of Leuven to study theology. It was in this context, that the situation that he recounted to me took place.

My first humiliation, great humiliation, in Belgium, on Christmas, my first Christmas there. 1952. You see in the evening, we were people from seventeen nations in our college. Different seventeen countries. The leader proposed that people from each group sing Christmas carols. And we were two. My companion was

² I use the term minoritised groups rather than minority groups to draw attention to the active process through which some social groups are cast out of the national polity. Majority and minority groups exist only to the extent that they are created, they are not 'naturally' existing entities.

a first class singer and, what shall I say, he was acquainted with all our Konkani mandos³ etc. He used to sing very well, first class voice also, but when it came to our turn to sing the carols, we had to remain dumb. Why? Because Goa with its 450 years of Catholicism did not have even one Christmas carol! Not one! And the people were pushing us. Come on man, go man! Go! They thought that we were shy! Shy to speak in public? Why! We were among the most brilliant students there! Africans from Congo, who were one generation of Catholics had their own Christmas carols, and we didn't have! Our humiliation, my humiliation on that day! What could I boast of? But that day I was entirely convinced that I had to start this (Fr. Filipe de Sá).

The extract of the conversation quoted above identifies a critical moment in the life story of Fr. da Sa when he felt it was of paramount importance that he commit himself to a project where the Konkani language, that is today the official language of the state of Goa, would take on a more important place in the life of the Goan Catholic. There were a number of factors that contributed to this particular moment making such a lasting impression on the then young priest; not least of which was his family history, as well as the socio-political formation of the Goan Catholic elite from whose ranks Fr. da Sa hailed.

It is already obvious that the reference in the scenario above is when students from various parts of the world were asked to sing Christmas carols, and the Goan seminarians seemed unable to do so. However, it is not that they did not know Christmas carols; the problem was that they were asked to sing Christmas carols in their 'mother tongue'. This presented something of a pickle to these students, because their cultural situation was not one that was captured by a single 'mother-tongue', but a couple of languages. There is already an indication to this in the extract above, where Fr. de Sá indicates that they knew how to sing any number of mande. Christmas carols, however, were another matter; and were sung in Portuguese. There were no Konkani Christmas carols. Rather than demonstrate a lack, this situation in fact demonstrates the bilingual condition, at least of the Goan elite from whose ranks Fr. De Sá hailed.

This elite was born from the attempts of the Portuguese crown to coopt the dominant caste elites in the territories that it had conquered in South Asia in the early 1500s. Participation in the Portuguese empire was made possible through conversion to Christianity, and especially since the eighteenth century, when the Goan Catholic elite, already inserted into the colonial machinery, began to Europeanise or Lusitanise themselves (Xavier, 2008) the options for movement, both within the Empire, as well as Europe seem to have increased dynamically. This option, was not one that was limited to the elites alone, however, a large number of subaltern castes had also converted to Christianity. The training they received in western forms of music, and the various taboos that Christianity allowed them to break

³ Mando (plural Mande) are songs, sung in Konkani, sometimes accompanied by a dance, that emerged in a peculiar context of the homes of the big landlords in the concelho of Salcette, Goa. In these homes, local tunes and issues ranging from romantic love to political commentary were transformed into the settings for courtly dances. For discussions of this song and dance form, see Pereira and Martins(2000), and Sardo (1997).

allowed them to migrate from Goa, to colonial territories, both Portuguese and otherwise. Travelling as Portuguese citizens, the legal and social identities that they possessed went toward providing them a greater degree of mobility.

Whereas in Goa Portuguese was the language of government administration, it also became a language of communication among the elites. Indeed, in a situation that continues today, the knowledge of Portuguese was a marker of the upper class. Konkani, was a language that was used to speak with social inferiors, or, as is demonstrated by the usage of the language in the *mando*, to express sentiments that were not expressed in Portuguese. Contemporary linguists will recognize that such a situation is not uncommon in many parts of the world, and indeed was not uncommon in the sub-continent that was marked by a variety of persons, even the most humble, using a number of languages, based on the context in which they were in.

As a consequence of this situation, Fr. de Sá and his companion were quite prepared to sing carols in Portuguese, but it was then that they were told, that Portuguese was not really their mother tongue. They would have to sing in their mother tongue, and their mother tongue was Konkani. Given that the putative mother tongue had no carols, this scenario presented something of a challenge.

I would like to highlight that this scenario was not odd; indeed, it was one that had been developing since the enlightenment, and especially out of eighteenth-century philology that they coalesced around the philosophy of Johann Gottfried Herder [1744-1803]. This philosophy was particularly adopted by the romanticists, and eventually the orientalists, who saw the language and unrefined speech of the common people, what Herder referred to as the *Volk*, as the basis and foundation for claiming a national identity. For Herder, the language of the *Volk* was that which was most feeling-laden, and therefore most authentic, but also, in his view, the least over-burdened by excessive rationality. Herder's idea that the mother tongue - as a language of nature or as the natural language of 'the people' - was the foundation of the nation had widespread impact on the nineteenth-century European ideas of nationalism (Mitchell, 2010: 19).

This philosophy found its own peculiar route into Goan history. One trajectory was through the efforts of Cunha Rivara, who arrived in Goa in 1855 as the Secretary General of Portuguese India, and sought to mimic in Goa, the linguistic and anthropological strategies of British scholars in neighbouring British India. This was the moment of orientalist effervescence in the subcontinent, and a particularly striking work was that of John Wilson's efforts to document and classify the vernacular languages that he encountered. Following the lead of the orientalists in British-Indian like Wilson, Cunha Rivara identified Konkani as the local language of the people of Goa, and exhorted them to take up the language and work for its uplift.

Given that Portugal, both in Europe as well as in India was living in the hegemonic shadow of the British empire, Cunha Rivara's actions made eminent sense. However, his actions that stressed difference did mark something of a break with an earlier imperial tradition that sought to erase difference and form the locals into Catholic Portuguese. After an initial wariness, this idea was actively adopted by the Goan Catholic elite, largely because this idea formed part of the larger logic through which the now hegemonic European colonial

powers (i.e. Britain) understood the people's it was now encountering. The romanticist and orientalist logics that they relied on recognised a difference between developed and undeveloped languages. The more developed the language, the more developed the people, or the volk. Indeed, it was language that captured the spirit of the volk, and it was for this reason that it was important that the mother-tongue of the people not be abandoned. As Rochelle Pinto (2007) has demonstrated, the ideas associated with this understanding of language, allowed the Goan elite a useful position from which to mount their battle for greater autonomy in the governing of the Estado da Índia. I would like to extract from the words of two Goans to demonstrate how these ideas were taken up by the Goan *intelligentsia*.

Commenting on the alleged lack of development of the language, Gerson da Cunha, the celebrated Goan orientalist scholar (Vicente, 2012), tied this condition to the lack of freedom the Konkani speaking people suffered. The extract below can be understood to be a not subtle observation that can be understood to be a claim for political arrangement that would allow the local elites who claimed Konkani as a mother tongue to dominate within Goa:

With regard to the future of the Konkani language, I need by make very few remarks. It is only an autonomous country that can preserve its language in a state of purity, and to its literature or rather to the learned men of that country is confided the task of rendering its forms classic and unalterable. But Goa has for centuries been swayed by foreign rulers, who have insisted on making their own the official language, or language of the court, withdrawing at the same time all encouragement for the cultivation of the native tongue. Under these circumstances it is no wonder that it has been treated with neglect by the very children of the soil, and has, from the absence of a norm to regulate its forms, dwindled into the state of a jargon or patois. Add to this internal disorganization the power and vitality of the neighbouring tongues, and he need not be a prophet who fortells that in the course of a century or two the Konkani language will be encroached upon by the Marathi from the North, and the Kanarese from the South, a movement that has already begun when Konkani must succumb in the struggle. This has happened before, and it will happen again; for such is the fate of all weak tongues as of weak peoples. (Da Cunha, 1881: 41)

Indicating the manner in which the mother tongue was supposed to express perfectly the inner-most longings of the soul, are the words of Armando Menezes, an accomplished man of letters, who when presenting the Presidential address to the third Konkani convention in the early part of the twentieth century, began by apologising to the gathering for addressing them in English. He pleaded that his cultural location that privileged Portuguese, had resulted that the language that ought to have been his mother-tongue, was not so in fact and neither did he have a comfortable command over it. Making an argument typical to men of his generation, he confessed that despite being acknowledged as comfortable in various European languages by others

... whoever may have been deceived or content, I was myself never content or deceived. I had from the earliest years felt in me a peculiar uneasiness, which I very slowly began to distinguish as a creative urge clamouring for self-expression; and for all I did, wantonly or ignorantly, to dissipate it in critical energy, that creative urge would not be silence or appeased It is in the throes of that terrible birth that I turned wistfully towards the mother-tongue and realised that I was her orphan. The gesture was naïve and desperate, unpreoccupied with social uplift, uncomplicated by political aims. It was simply the instinctive gesture of the child turning towards its mother... (Menezes, 1976: 84)

As a result of this larger context, the presence of this idea of a mother-tongue was not unusual, and we can be sure that these two young seminarians in my example would have been familiar with the idea that Konkani was their mother tongue. The particular problem that they faced in Leuven was that contrary to their assertions they were being categorically told what was, and what was not their language. Their identity was being determined for them, allowing no space for what we could call, their agency. It is this circumstance, which as Fr. De Sá has so clearly demonstrated, they would have found ‘humiliating’.

I would like to add that this case of a Goan Catholic being pointedly educated as to what was ‘their’ culture, and what was appropriately ‘Indian’ or not, was not the only case that I have encountered in the course of my research. The other example that I possess is that of Fr. Hubert Olimpio Mascarenhas, who was, like Fr. Filipe de Sá, a Konkani language activist. There are two narratives about this priest, one of which I heard at an event felicitating a Konkani language activists. At this event Fr. Mascarenhas’ experience was recounted as:

He had gone to Rome and obtained a D.D. Doctor of Divinity, and his principal told him that he was to give his lecture in his mother-tongue. Now he thought, and said, I will speak in Portuguese. But [he was told] Portuguese was not his mother-tongue. I will speak in English he said but English is not his mother-tongue. Then there was a Mangalorean with him, who had also got a D.D. taking his help, he wrote out a speech and delivered it. But at that moment he felt, that somewhere or the other, he had a lack (a failing – unneponn) in himself, and he learned Konkani, spoke well in Konkani... (Fr. Hubert Olimpio Mascarenhas)

Another version of the Fr. Mascarenhas story is provided by Fausto D’Costa, who in a compilation of the biographies of those who ‘contributed to the progress of Konkani’ on a writes,

While studying in Rome, once he was asked to prepare a citation to be presented to the Pope. He prepared it in Konkani written in Roman script. When the same was given to the Secretary to the Pope, the latter returned it and told him to write it in Indian characters. He spent the whole night transcribing the same in Devanagari. In this manner, he came to realise the importance of Indian languages and Devanagari script⁴ (post titled ‘From The Cradle of Konkani History_5’, on listserv Goanet, 28 May 2011). (Fausto D’Costa)

What is significant is that in all of these three narratives, you have Goan Catholics, who are comfortable with a certain sense of themselves, whether as Indian, or Goan, being told, by Europeans, and by members of the hierarchy of the Catholic Church, that this sense of Indian-ness was unsatisfactory. Indian-ness was determined for them, by a larger process, that involved not merely national, but as I seek to demonstrate, international discourses.

⁴ The Devanagari script gains its privileged position in Indian linguistic politics because it was the script associated with the Brahmin castes, and used to write out their sacred texts.

Creating Local Catholicisms

I believe that this larger frame, that includes international discourses and non-statal players, will become more obvious by making reference to another segment of my conversations with Fr. De Sá. In this extract, Fr. De Sá makes clear that it was the larger institutional culture in the University of Leuven, that gave the incident that I have recounted earlier greater gravity, and provided the context for making this experience so critical for him. This institutional culture was that created by the work and presence of Fr. Pierre Charles S.J., a professor of theology at Louvain from 1914 to 1954, the period during which Fr. de Sá spent time in Leuven.

Fr. Charles founded the Louvain school of missiology that articulated the Plantio principle of missiology. This school maintained that the aim of missionary activity should be the planting or formation of a church (with its own hierarchy, indigenous clergy, and sacraments) in non-Christian countries (Anderson, 1999: 127). By all accounts, Fr. Charles possessed a missionary zeal with regard to his vision of missiology, penning a great number of articles, but also exhorting his students to see his point of view. Fr. Charles seems to have had a rather aggressive manner of communicating his point of view, a manner, as Fr. de Sá recalled:

One of them was what we would call an insult. We were two of us, Goans... 'You Goans are monkeys!' he would say! In class huh. 'You Goans are monkeys!' We didn't mind it, because we knew from whom it came ... and everybody looked at us not also with mirth, but how are you going to react. He says, 'you imitate from the West all that is bad in us, and you forget that you have such richness among yourselves in Goa.' He knew Goa also. 'Take the question of your names,' he says. 'Take the question of your dress. The woman's dress marks everywhere the culture of the people. And what have you all done Catholic people in Goa? You have adopted only the western dress. What a beauty is your sari!'⁵ he says. So you see, that way.

Now about the names. 'What are your names?' he says. 'What are your names! All taken from the west and you think they are names of saints!' A cultured man also, he says like this, ... 'you think you become a Catholic, by using the names of saints? What were the saints before they were canonized?' Finally he would say. 'You tell me, which of you knows the meaning of the name Cyprian. I suppose you call your children Cyprian also. Do you know the meaning of the name?' ... None of us knew. We were about 200 people there in his class none of us knew. 'I will tell you,' he says. 'Cyprian is the name of a devotee of the Goddess of Love,' that is to say of immorality, Venus in Cypress. There is a big temple there dedicated to Venus. He would become all red. 'So I can call my son, the devotee of Venus, and I can't call him Ram? Why not! You monkeys!' (Fr. de Sá quoting Fr. Pierre Charles)

In this case, with Fr. Pierre Charles asserting the idea that each group has their own customs and traditions, and you should not try to become another, we have an example of what Hindess warns us about. As I have already indicated earlier, Fr. Pierre Charles believed

⁵ The sari is a dress worn by women in parts of South Asia.

that every Church should be authentic to its local traditions, and thus, as evidenced by Fr. Da Sa's observation in the first case, 'Africans from Congo, who were one generation of Catholics had their own Christmas carols.' What I would like to stress is that clearly the Congolese did not merely develop their own Christmas carols unilaterally, but if there was some local collaboration, it was effected in a peculiar climate where the creation of an authentic local Christian tradition was deemed important. It is to this larger context that I will now turn to.

Nicholas Omenka points out (1989: 1) that "[a] burning issue in the nineteenth century missionary movement was the necessity of re-defining the motives of the missionary enterprise with a view to re-establishing the Mission on a permanent basis". The missionary enterprise that had been vibrant in the 16th and 17th centuries had subsequently lost its dynamism, for a number of reasons that included the high mortality rate of white missionaries, the Padroado controversies, and the suppression of the Jesuit order.⁶ Elaborating on the Padroado controversy, Omenka indicates that while the Portuguese had been granted the Royal prerogative to nominate clergy to the mission fields in the East, even when they were either unable or unwilling to send missionaries, they reportedly "doggedly resisted the attempts of the Congregation for the Propagation of the Faith, founded in 1622, to send missionaries to these territories" (*ibidem*). Adrian Hastings suggests that it was this very Portuguese intransigence, that continued even in the period of the Portuguese First Republic, that was similarly castigated in Pope Benedict XV's encyclical *Masimum Illud* when the Pope affirmed that it "would be deplorable" if missionaries were to be "so forgetful of their dignity that they should think rather of their earthly country than that of the heavenly, being unduly desirous to widen its influence and to extend its glory above all else" (Hastings, 2003: 15).

Interestingly, this Portuguese 'inability or unwillingness' to expand the faith, was similarly observed by the Western Europeans in other more material aspects as well, where the Portuguese claims in Africa, despite their inability to effectively colonize those territories, were seen as blocking the possible progress of other European powers. In other words, it was the inability of the Portuguese to 'develop' along industrial capitalist lines that was being critiqued by the hegemonic colonial powers in Europe. This is a remarkable coincidence, making the evaluation of the Portuguese colonial practices central to the appraisal of the larger colonial and civilizational project of the twentieth century.

The innovations of nineteenth century missiology led to the positions that Fr. Pierre Charles championed. As I already pointed out earlier, Fr. Pierre Charles maintained that the aim of missionary activity should be the planting or formation of a church (with its own

⁶ The term Padroado translates to patronage, the right that was given by the Pope to the Spanish and Portuguese crowns to nominate clergy to positions of clerical hierarchy in their trans-continental empires on the condition that the crowns would support all missionary and ecclesiastical activity. Despite the grant of this privilege, however, the Papacy also created, soon after the Congregation for the Propaganda of the Faith, generating a tension between the Padroado and the Propaganda that would last, at least in South Asia, until the twentieth century.

hierarchy, indigenous clergy, and sacraments) in hitherto non-Christian, or non-European countries. This plantio principle emerged as a dissension from an earlier position of the German school of missiology founded by Joseph Schmidlin at Munster in 1919, which viewed the aim of missions as the conversion of individuals. Schmidlin himself was inspired by the work of Gustav Warneck, a German Protestant theologian, who understood 'Christian Mission' to mean "the totality of an action which is aimed at planting and organizing the Christian Church among non-Christians" (Omenka, 1989: 3). As Omenka points out, for Charles, and as apparently for most of the Anglo-American and German Protestant mission theoreticians of the nineteenth and early twentieth centuries, the goal of the Mission was the establishment of independent local Churches (Omenka, 1989: 2). The stress therefore was not on the catechumenate, but rather activities which would lead to the organization of an indigenous clergy, a task which would not be thought of without education and the school. Following within this larger tradition, Charles's position was an interesting intertwining not just of the Christian desire to bring the 'Good News' but of developmentalism and the white man's burden. I believe the extract from Charles' writing would be useful here.

One may reply that because the goal of the mission is to convert pagans, we establish schools in order to bring about conversion and to entice to our missionary enterprise those who would otherwise not come to us and listen to us in our churches. But this answer would rather be grotesque. The goal of the mission is not only to convert the unbelievers; it is also to sustain and ameliorate the converts....If you teach arithmetic, it is your duty to make sure that your pupils also comprehend [and utilize] it; otherwise do not teach it....The religious objective simply disappears and is superseded by a humanitarian goal. You may entertain the secret hope that your educational effort may produce religious results, but you should not make that hope the primary motive of your enterprise... (Omenka, 1989: 4).⁷

The Christian initiative of conversion then appears from Charles' position to be sidetracked into a developmentalist activity. I would like to draw attention to the fact that this developmentalist position within missiology that Charles' demonstrates, had a longer German history. Thus for example, it appears that in the year 1914, Kaiser Wilhem set up two chairs of missiology, a Protestant chair at the university of Halle, and a Catholic chair at the university of Munster, envisioning "a way of helping manage the religious dimension of colonial life. Thus mission appeared to be – at least in his eyes – the religious aspect of colonialization" (George, 2000).

I should make it clear, that my argument here is not that Fr. Charles was maliciously racist. On the contrary, it is very clear that Fr. Charles' attempt was to empower local populations by ensuring that the challenges to setting up a local hierarchy were set aside, and that the power of European clergy that ruled the roost was effectively dismantled. What Charles and his cohorts were apparently seeking to doing was to counter European racism in the Church, by asserting, not unlike the nationalists in the colonised spaces, the capacity of

⁷ Citing P. Charles, "Le probleme de l'enseignement aux missions", *Katholiches Missions jahrbuch der Schweiz*, 4 [1937]: 5.

the locals to manage local affairs themselves, as well as the suitability and validity of local culture for the Church, arguing against the need to cast Christianity solely within Western Christian forms.

And yet, if the history of the Catholic Church in Goa was anything to go by, there had been a fair amount of native control of the local church.⁸ I have already indicated that conversion to Christianity afforded the local elites the ability to move within the imperial hierarchy. This movement was in fact possible, not merely within the secular world, but also within the domain of the Church. After an initial period of tension with the Padroado Real, this arm was virtually taken over by a large number of Goan priests. Indeed, a good amount of the tension between the Padroado Real and the Propaganda Fide in peninsular South Asia was a battle between white missionaries representing the interests of Propaganda, and Goan priests who were dominant within the Padroado (Bayly, 2003: 358-359, 365-366). This dominance is evidence in reference made to Msgr. Rudolf Sebastião Dalgado [1855-1922], at an event I attended in the course of field work. Msgr. Dalgado was a Goan priest who travelled as a missionary across large parts of South Asia, as well as Europe, where he taught Sanskrit in the University of Lisbon. Speaking at this event, Olivinho Gomes, a Goan man of letters, referenced Dalgado to indicate that it was ‘we’, that is to say, Goan Catholics, who went out to convert other South Asians.

The religious culture of these native Catholics may have looked like an imitation of the European, and Iberian Catholicism, and yet it was filled with the nuances that could be born only from the manner in which Catholic faith was incarnated within local conditions (Robinson, 1998). This understanding is important, because I argue, it demonstrates that despite his good intentions Charles was effectively working within a problematic understanding of culture that continues to operate, trapping these Catholics in Goa within problematic notions of culture, and eventually limit the idea of citizenship to membership in native cultural communities.

There is a tradition of seeing the shifts before the Vatican Council II, and those of the Council itself, as a response of the Catholic Church to the growing anti-colonial nationalisms within Africa and Asia. I believe that these tendencies have the effect of viewing the Vatican hierarchy as calculative, crafting these changes because by the late 1950s they realised that ‘the success of future relations with the rising states depended solely on cooperation with the nationalists’ (Omenka, 1989: 5-6). In the context of such positions, it is critical to note, that the rhetoric that Fr. Pierre Charles visited upon his Goan students was occurring not only in the context of authorities of the Church desiring to make accommodatory gestures towards nationalist causes in the colonized world. On the contrary, while perhaps given urgency by the

⁸ I am not trying to suggest that the preference for Konkani was merely a kowtowing to orientalist politics, since most of the Catholic population in Goa spoke Konkani as a matter of course. However, as will become clear I am referring to the manner in which Konkani was taken up, and the insistence with which it is maintained, in the face of demands for English masses as well, as the pre-eminent language of the Church.

impending decolonization, these moves were the result of the evolution of ideologies that had been in evolution in liberal Europe. This thought was one that emerged in the way in which language was linked to communities, and the resultant romanticist construction of culture as peculiar to each race, and ethnic group. A part of the process of the construction of the cultures of these colonized peoples' was impacted by the way in which the European colonizers saw both, themselves, and the colonized, thus bringing orientalism into this complex intersection of discourses. This orientalism, as the examples of Fr. Charles I have provided indicate, did not see the cultures of the colonized as necessarily negative. On the contrary, there were many cases such as the construction of the South Asian as spiritual, where they were elevated, especially by the romanticists, as superior to the materialist culture of Europe. Nevertheless, these cultures were constructed along dichotomies, and it was these dichotomies that were eventually privileged by anti-colonial nationalists as they constructed their own national nativist cultures that would dominate the citizenspace.

Indeed, a powerful example of the way in which this rhetoric influenced the construction of the local citizenplace is evidenced by the example of Fr. Filipe de Sá. Subsequent to his training as a priest, he returned to Goa, where he was among the younger priests who were attuned to the new theologies that animated the decisions of Vatican Council II (1962 – 1965). The unfolding of the Council coincided with another profound moment in Goa, and this was the integration of the thus far Portuguese territory into the Indian Union in December 1961. The integration of Goa into India provided a context within which the varied practices of Goan Catholics, seen as a result of 'historical accidents' could be corrected and the errant Catholics brought back into the 'national mainstream'. Thus when the Council mandated the adoption of local languages for the liturgy of the Church, it was with great gusto that not only Fr. De Sá, but the rest of the Catholic clergy in Goa, already mobilized by a century of orientalist politics, took up Konkani as the language of the local church. Thus Fr. De Sá was instrumental in introducing Konkani as a language into schools in Goa, and creating a hymnal, still in use in Goan churches today, in Konkani for use in liturgical services.

What is more interesting, is the nature of the Konkani that was used therein, where he attempted to replace words that he thought were excessively lusitanised, with words that had roots in Sanskrit. Thus, for example, Fr. da Sa suggested we take the word sacrifice whose Konkani version *sacrifis* is derived from the Portuguese "sacrifício". What is the meaning of *sacrifis*, he asked me? If on the other hand, he suggested, we use the word "bolidaan", (a Konkani form of the Sanskrit *balidaan*) then he could explain it by breaking it into *bali*, because "boli" was a common Konkani word, and "daan", a word that was also common. He could thus explain what is *balidan*. Similarly, he could explain what is "yagna"⁹ and so forth and in this process, develop his theology for the benefit of the people. While Fr. de Sá would probably continue to disagree with me, what struck me in the course of my conversations was

⁹ Yagna is the ritual of Vedic Hinduism where a sacred fire is made the receptacle of offerings to the Gods.

that for the individual in a Goan parish, the term ‘sacrifis probably had more resonance than the sanskritic terms that priests like Fr. De Sá believed would speak to them.

The implications of the process of this creation of a more Sanskritic Konkani that the Church could use was to reinforce the tendencies that, born from orientalist and subsequently nationalist visionings of the subcontinent, saw India, and Goa, as Hindu spaces, with Islam and Christianity being cultures brought into the subcontinent by invaders and colonizers. These tendencies were consolidated within the law of the state of Goa when in 1987 the Konkani language in the Devanagari script was identified through an act of the legislature, as the official language of the State. Excluded from this legal recognition, was the Roman script, used both by the Church, as well as secular literature by predominantly Goan Catholics, primarily for reasons of being a ‘foreign script’. The impact of this decision was to ensure the withdrawal of state benefits to those who worked in this script and a near destruction of the literary culture associated with the script. In more recent times, the embrace of a nationalist culture by the Church has left Catholics in Goa rather bereft of intellectual tools with which to challenge statements made by politicians suggesting that Catholics in Goa are culturally Hindu.

In this section, I have attempted to demonstrate how citizenship is the result of local attempts to incarnate international ideologies. These ideals limit the mobility of persons, especially if, as in Goa, the language of some groups is seen as less pure, and less legitimate than others.

Conclusion

Thus far I have suggested that the missiological position of the nineteenth century that drew its inspiration from the German Protestant tradition of the Volkskirche was based on a fetishisation of the local, and had significant implications when exported outside Germany, especially in a colonial context. On being exported, a possibly healthy concern with local agency got transformed into a fetishization of difference and underlined difference, reducing its barriers of the cultural that cannot be transcended. Thus, for example, Germany was the space of German speakers, and it was their culture, perfectly understood only by this language group, that should dominate. Similarly, to take another example, in the space of the Congo, it ought to be Congolese culture that dominates. What does this do then, I ask, to the idea that people can move between spaces and cultures? How did the idea twine with the attempts to create white-only spaces, whether in select colonies like Australia and Canada, or in the metropolitan spaces, ensuring a white only Europe? More importantly, what does it do to persons whose culture is seen as not in conformance with national ideals?

The early modern missiological method, on the other hand, was based on an attempt to reject difference. I do not seek to suggest that this method is in any way less violent, indeed, the history both in Goa, as well as in the Americas is filled with stories and histories of violence. However, I would like to suggest that there was a possibility for movement that came out of this missiological position that may allow us to construct a different notion of culture, and through this citizenship.

I would like to illustrate the possibilities through a reference to the biography of a member of the Goan elite. The reminiscence that I am about to relate takes place when Alfredo de Mello was a young boy, and a student at the Protestant school in the British Indian cantonment-town of Bangalore.

A new English Reverend called Xavier had joined the Staff earlier in the year, as Rev. J. C Wimbrush was due to retire at the end of 1940. Rev. Xavier was a very tall Thirtyish blond man, with a crew-cut hair. One evening, while the Cotton's Cadets were drilling in the field with their 1914 vintage rifles and polished boots, Rev. Xavier and I were watching them and he remarked; "How come you are not marching with them?", and I replied: "I am a foreigner, Sir, belonging to a neutral country", and Rev. Xavier, in a tone that dripped with contempt, retorted: "Why don't you become a British subject? Don't you know that we are the salt of the earth?"

Trying to control my nerves and smarting under such a presumption, I said, "I am a Portuguese citizen, Sir, and not a subject like yourself. Furthermore I am of Brahmin stock, and if any label of superiority might be applied to certain people, I am definitely entitled to it, although I pay little heed to such labels. Every dog has its day. Portugal had its glorious quarter of an hour in History, as a world power, in the sixteenth century, and yours is about to end. (Mello, 2006: 146)

As it turns out, Alfredo de Mello ended his years in Uruguay, moving there as an adult, subsequent to moving with his family after his father, Froilano de Melo went to Brazil (for a discussion of his father see Bastos, 2008). In this example, therefore, what we have here is an example of the way in which the colonized are capable of using the meagre resources in their power to respond back to the forces of colonization. This mobility, I will argue, emerges not only from the fact of the different missionary imagination of the Iberians, but also as a result of the differential power equation among colonizers that Boaventura de Sousa Santos has drawn attention to (2002). I would argue that it is in the context of such nuances of power that we need to evaluate the possibilities that Portuguese histories of colonization, open up for imagining options for citizenship.

I would like to end the body of this discussion by demonstrating how this option for mobility continues to be used for the extremely mobile Goan Catholic population. Given that at the time of its conquest by the Indian armed forces Portuguese law considered Goa Portuguese territory, and its residents Portuguese citizens, Goans today enjoy the possibility of recovering Portuguese citizenship if they were born of Portuguese parents. This option is being used by Goan Catholics to acquire a European passport, and then travel and work in various parts of the world. Given India's peculiar citizenship laws, born from its contested relationship with Pakistan imaged as the space for North Indian Muslims, this possibility has to be occluded from Indian authorities. As a result, there is currently a petition filed before the High Court in Goa that demands that the Portuguese authorities reveal the names of all Goans who hold Portuguese citizenship while simultaneously retaining their Indian citizenship. What makes this petition particularly problematic is that it occurs in an environment where the holders of these passports, are deemed to be anti-nationals.

In this paper, I have attempted to demonstrate the manner in which rather than purely an internal affair, citizenship is in fact determined by international discourses. These discourses see the international order as a forum not merely for multiple states, but multiple nation-states. Each of these states is an embodiment of its unique society, and the sovereign space for

this society. Through the operation of these ideologies, not only does a certain elite gain international recognition of their control over a local space, but it also ensures that subaltern groups are threatened within this space, crafted as minority groups as local elites seek to create homogenous cultures. Not only does this discursive framework ensure that populations are unable to move between national jurisdictions, but it also ensures that the citizenship experience of these groups is one that is distinct from those who are considered to embody the national identity.

One of the significant non-state players in the unfolding of this international order was, and remains, the Catholic Church, playing both, an international, as well as a local role. I also demonstrate that in addition to the dominant powers in the global polity, the multiple players who play a role in incarnating this international discourse are local elites, insecure colonizers, the hierarchy of the local Church, and as already indicated, the Vatican. Through this manner, I argue, local people are taught what exactly is their culture, and how to make it palpable.

In conclusion, my questions, in what is a work in progress are, what sort of possibilities do non-hegemonic colonial models offer to rethink citizenship? In particular, how do we rethink belonging in a global order based on the use that formerly colonized groups make of the heritage of these other colonialisms?

Bibliographical references

Anderson, Gerald H. (1999), *Biographical Dictionary of Christian Missions*. Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans Publishing.

Bastos, Cristiana (2008), "From India to Brazil, with a Microscope and a Seat in Parliament: The Life and Work of Dr. Indalêncio Froilano de Melo", *HoST: Journal of History of Science and Technology*, 2: 139-189.

Bayly, Susan (2003), *Saints, Goddesses and Kings: Muslims and Christians in South Indian Society, 1700 – 1900* [First paperback]. Cambridge: Cambridge University Press.

Da Cunha, J. Gerson (1881), *The Konkani Language and Literature*. Bombay: For the Bombay Gazeteer.

George, H. Em. Card. Francis (2000), "The Promotion of Missiological Studies in Seminaries". Keynote address presented at the First meeting of the International Association of Catholic Missiologists, Rome, October 21. Retrieved from http://sedosmission.org/old/eng/george_e.htm.

Hastings, Adrian (2003), "The Clash of Nationalism and Universalism within Twentieth-Century Missionary Christianity", in Brian Stanley (ed.), *Missions, Nationalism, and the End of Empire*. Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 15 -33.

Hindess, Barry (2000), “Citizenship in the International Management of Populations”, *American Behavioral Scientist*, 43 (9), 1486-1497.

Hindess, Barry (2003), “Responsibility for Others in the Modern System of States”, *Journal of Sociology*, 39 (1): 23–30. doi:10.1177/0004869003039001310.

Hindess, Barry (2004), “Citizenship for All”, *Citizenship Studies*, 8(3), 305-315.

Hindess, Barry (2005), “Citizenship and Empire,” in Thomas Blom Hansen and Finn Stepputat (eds.), *Sovereign Bodies: Citizens, Migrants, and States in the Postcolonial World*. Princeton: Princeton University Press, 241– 256.

Mello, Alfredo F. de (2006), *From Goa to Patagonia: Memoirs Spanning Times and Spaces*. Panjim- Goa: Broadway Book Centre.

Menezes, Armando (1976), “Why Konkani?”, *Boletim Do Instituto Menezes Bragança*, 112, 81-90.

Mitchell, Lisa (2010), *Language, Emotion, Politics in South India : The Making of a Mother Tongue*. Ranikhet: Permanent Black.

Omenka, Nicholas Ibeawuchi (1989), *The School in the Service of Evangelization: The Catholic Educational Impact in Eastern Nigeria, 1886-1950*. Leiden: BRILL.

Pinto, Rochelle (2007), *Between Empires: Print and Politics in Goa*. New Delhi: Oxford University Press.

Robinson, Rowena (1998), *Conversion, Continuity, and Change: Lived Christianity in Southern Goa*. New Delhi: Sage Publications.

Santos, B. de Sousa (2002), “Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-Identity”, *Luso-Brazilian Review* , 39(2), 9-43.

Vicente, Filipa Lowndes (2012), *Other Orientalisms: India Between Florence and Bombay 1860-1900*. New Delhi: Orient Blackswan Private Limited.

Xavier, Ângela Barreto (2008), *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII* [The Invention of Goa: Imperial power and cultural conversions in the XVI and XVII centuries]. Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

Espanha e a revolução portuguesa: os limites de uma imprensa vigiada

Rita Luís,¹ Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa
ritaluís@gmail.com

Resumo: A revolução portuguesa de 1974-1975 deixou uma marca importante na imprensa espanhola, não apenas pela atenção que lhe foi dedicada, mas também pela oportunidade que o debate em torno deste acontecimento constituiu para a discussão de muitas das questões internas daquele país. Não obstante, tratando-se de um país sob uma ditadura cujo controlo incidia de forma específica nos meios de comunicação, limitando tanto a possibilidade de informação como os limites da opinião, a configuração do próprio sistema informativo ajuda a entender a especificidade da ação restritiva e de alguma forma a especificidade da própria cobertura mediática.

Palavras-chave: 25 de abril, Tardo-Franquismo, sistema informativo, imprensa

Introdução

A cobertura espanhola da revolução portuguesa de 1974-1975 foi escolhida pela particular situação de ambos os países à época: em Espanha debatia-se e preparava-se uma transição para um Franquismo sem Franco, quando a experiência portuguesa de sucessão de ditadura se revelava um falhanço. Tanto Portugal como Espanha eram ditaduras sobreviventes da segunda leva de democratizações decorrente do final da II Guerra Mundial. No entanto, se Portugal tinha realizado com aparente êxito a sucessão do ditador, António de Oliveira Salazar (1889-1970), por Marcello Caetano (1906-1980) devido a doença e posterior morte do primeiro; em Espanha, o ditador original, Francisco Franco (1892-1975) continuava à frente do regime, embora visivelmente debilitado. No entanto, a morte do Almirante Carrero Blanco (1904-1973) tido como o próximo primeiro-ministro e garante da continuação da ordem franquista, num atentado reivindicado pela ETA a 20 de dezembro de 1973, pôs em causa os planos de perpetuação do regime.

¹ Rita Luís é doutora em Comunicação Social pela Universitat Pompeu Fabra em Barcelona, membro do Grup de Recerca en Peridisme do departamento de Comunicação da mesma universidade e investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL.

Pode-se falar, como o faz Encarnación Lemus (2001) entre outros historiadores espanhóis, de uma transição ibérica, como um processo conjunto em que ambos os eventos - o português e o espanhol – se influenciam mutuamente. Consequentemente, a cobertura espanhola trata-se de uma cobertura de imprensa que é interessada e que tem vindo a ser descrita precisamente como um “exemplo” e uma “lição” - ou através de metáforas como a do “tubo de ensaio”, etc. (Sánchez, 1993; Cordero, 2010). No entanto, o que se pretende abordar aqui é o que se considera serem os bastidores desta cobertura jornalística. Entendem-se por “bastidores” as contingências políticas e informativas que rodeavam a produção de notícias durante este período. Mais concretamente trata-se de observar as condições materiais em que foi produzido o discurso jornalístico espanhol sobre o processo revolucionário português. Na sua relação com a cobertura da revolução, tais contingências podem resumir-se em três questões principais: a própria estrutura do sistema informativo espanhol, que privilegiava os *media* oficiais; o papel do Ministério de Informação e Turismo (1951-1977) neste sistema; e, por último, algumas práticas de contorno do mesmo, que ajudam a colocar em perspetiva o peso que tal sistema de informação poderia ter para a sociedade espanhola.

A estrutura do sistema informativo

Várias questões acerca do sistema informativo devem ser, portanto, mencionadas. Por um lado, como herança da guerra civil, o facto de ser um sistema onde os meios públicos, e por isso oficiais, tinham grande preponderância. Isto era representado pela existência da Cadeia de Imprensa do Movimento, com 44 jornais e uma agência de notícias – Pyresa – que detinha 22,3 % do total de circulação de jornais em 1975 (Reig, 2007: 155); pelo facto da Agência EFE, uma entidade controlada pelo Estado, ter o monopólio das notícias internacionais e estas serem por aí distribuídas aos jornais; e pelo facto das notícias, tanto televisivas² como radiofónicas,³ serem uma prerrogativa do Estado. Dadas estas condições, o papel da imprensa privada, independentemente das coerções sofridas ou das complacências assumidas, surge

² De todos os meios de comunicação em Espanha, a TVE era o que estava mais próxima do poder e, no que diz respeito aos acontecimentos em Portugal, foi um meio cujo papel foi amplamente criticado. Imediatamente depois do golpe de Estado ter tido lugar, uma equipa da TVE foi enviada para Portugal por ordem direta do Ministro de Informação e Turismo, Pío Cabanillas, que desejava um relatório completo sobre o que lá se passava. Esta reportagem, de cerca de três horas, foi projetada no auditório do mesmo ministério para um grupo que incluía Pío Cabanillas, o Presidente de Governo, Carlos Arias Navarro, os Ministros da Governação de Espanha (interior) e de Assuntos Exteriores, e membros dos três ramos das Forças Armadas. Foram enviadas cópias de uma versão mais curta da mesma reportagem para o General Franco e para o príncipe dom Juan Carlos. [Archivo General de la Administración (AGA), Ministerio de Información y Turismo (MIT), “Cultura”, caixa: 42/9049, dossier “Dirección general de coordinación informativa/ Subdirección general de documentación y análisis/ Serie C – España en el exterior/ Información sobre España en la prensa de Portugal/ (27 de Abril a 10 de Octubre de 1974)”, “Día 25 de Mayo de 1974 ‘Expresso Revista’.”]

³ Ainda que existissem rádios privadas, a RNE detinha o monopólio da transmissão de noticiários, o que significava que, até outubro de 1977, as rádios privadas eram obrigadas a emitir o noticiário produzido pela RNE, *el Diario hablado* (mais conhecido por “*el parte*”), duas vezes ao dia: às 14h30 e às 22h, podendo apenas dedicar-se a produzir programas de entretenimento (Balsebre, 2002).

como primordial; tal como os meios estrangeiros disponíveis em território espanhol, embora estes tenham uma importância relativamente limitada em relação aos primeiros.

Por outro lado, apesar deste cenário de condicionantes várias, uma ideia de crescente liberdade de imprensa era alimentada publicamente, tal como descrevia o diretor adjunto do jornal monárquico conservador *ABC* dois dias depois do golpe de Estado ter acontecido em Portugal:

[o]s espanhóis alcançaram em 1974 os níveis mais altos de liberdade das últimas décadas. Estamos longe todavia de outros países europeus, mas hoje dizem-se e publicam-se coisas em Espanha impensáveis há apenas dois ou três anos.⁴

O início de 1974 e a morte de Carrero Blanco, no final de 1973, tinham trazido um novo elenco governativo, nomeadamente um novo Ministro da Informação e Turismo, Pío Cabanillas, e uma retórica de *aperturismo*; inaugurando o que seria o discurso oficial oposto ao *inmovilismo*, as duas principais opções do tardo-franquismo institucional. Para o historiador Javier Tusell, *aperturismo*

nunca significou uma transformação substancial, mas foi sugerido um desejo de liberalização do controlo severo que havia sido instituído em épocas anteriores. Não ia para além de um desejo de mudança dentro do regime e não significou, sem dúvida, um desejo de mudança de regime. (2007: 211)

Esta ideia de abertura continua a ser acalentada pelo Ministro da Informação e Turismo seguinte, León Herrera, já que este primeiro, Pío Cabanillas, teve uma passagem de menos de um ano pelo Ministério. Herrera, apesar de ser responsável por um aumento da repressão à imprensa - durante o seu mandato aumentou de 11% para 26% o número de casos indiciados que resultaram em sanções (Chuliá, 2001: 209) – o que foi em parte motivado pelo regresso à normativa de aplicar sanções políticas e não apenas morais (Barrera, 1995: 156). Em abril de 1975, León Herrera fazia, numa sessão com jornalistas, as seguintes declarações:

A imprensa está a roçar limites que antes não atingia (...) Quando eu me apresentei perante vós pela primeira vez nesta mesma sala, a 7 de Novembro de 1974, disse que não vinha a fechar nada que estivesse aberto, nem a travar nada que estivesse em marcha, e disse como entendia o exercício da liberdade de imprensa e como entendia que esse leito para a liberdade de imprensa podia ser tão largo quanto possível, mas teria necessariamente de ter umas margens, que não deviam ser ultrapassadas e umas pontes que não deviam ser abalroadas nem em largura nem em altura.⁵

Portanto o *aperturismo*, ainda que retórico, continuava vigente. Perante este cenário construído por responsáveis institucionais, perceber que tipo de imprensa é esta que está a ser caracterizada, mostra-se interessante. Para tal, mais operativa que uma divisão segundo a sua

⁴ Ansón, Luís María, “La evolución política”, *ABC*, 27 Abr. 1974: 23.

⁵ “Consejo de Ministros//Señor Herrera Esteban, a los informadores políticos: «La prensa está rozando límites que antes no alcanzaba», *Informaciones*, 5 Abril 1975: 6.

estrutura de propriedade (entre pública e privada) será a distinção que José Reig (2007) faz entre “imprensa de regime” e “imprensa democrática”. Depois de ter chegado à conclusão de que não existia nenhuma divisão concreta, politicamente, entre o conteúdo editorial da imprensa oficial e da imprensa “independente”, que neste caso se trata da que é privada, Reig propõe que se faça a distinção de acordo com a *praxis* discursiva de cada uma destas, analisando o modo como alimentam uma cultura política pró-regime ou uma cultura política pró-democrática.

Para a maior parte da imprensa espanhola eram bastante claras as cumplicidades que historicamente havia mantido com o regime. Por um lado, os jornais que durante a Guerra civil foram contrários aos rebeldes haviam sido ou fechados ou não reabertos (por exemplo, *El Diluvio*) ou mesmo nacionalizados e integrados na cadeia de imprensa pública (caso de *Solidariedad Obrera*, de Barcelona, que se tornou *Solidariedad Nacional*). Por outro lado, os jornais que foram autorizados a reaparecer no pós-guerra (em Madrid, por exemplo, apenas reapareceram o *ABC*, *Ya* e *Informaciones*) que foram devolvidos aos seus proprietários imediatamente antes da guerra: O *Informaciones* foi devolvido ao seu último diretor - Victor de la Serna; o *ABC* e o *La Vanguardia* foram devolvidos, respetivamente, às famílias Luca de Tena e Godó. Por último, novas empresas editoriais foram confiadas apenas a pessoas que mereciam a confiança do regime, como é o caso do jornal *Madrid* (1939-1971), uma recompensa a Juan Pujol pelos serviços prestados durante a guerra (Barrera, 1995); ou viam as suas permissões ser continuamente postostas, por exemplo o *El Pais*, cuja permissão pedida em 1971 foi apenas concedida em 1975 (Chuliá, 2001: 194). De qualquer forma, os jornais eram entregues a pessoas que mereciam a confiança do regime, numa fase inicial do mesmo, controlados de muito perto, com os respetivos diretores sujeitos a nomeação governamental; e progressivamente controlados e reprimidos pela totalidade do sistema que foi para isso concebido. Ainda assim, parte da imprensa espanhola encontrou no interior deste sistema formas de resistência e de reação ao controlo (cf. Barrera, 1995; Chuliá, 2001).

Desta forma, o grupo entendido como “imprensa de regime” congregaria não apenas a imprensa oficial, mas também a imprensa privada que “modula o seu discurso segundo parâmetros franquistas, de aceitação do marco jurídico-político mesmo a imprensa que pelo seu «desenvolvimento» ou «actualização»” (Reig, 2007: 160), o que seria o caso de o *ABC*, o *Ya* e o *La Vanguardia Española*, entre outros. Por outro lado, a imprensa democrática é um grupo bastante menor e, até ao aparecimento de o *El Pais* e o *Diario 16* em 1976, um grupo constituído quase exclusivamente por publicações semanais (o *Triunfo*, o *Destino*, o *Cambio 16*) ou mensais (o *Cuadernos para el Dialogo*). Esta distinção em dois grupos não implica que todos mantenham um discurso idêntico ou unívoco, especialmente depois do “Espírito do 12 de Fevereiro”⁶ quando ascende publicamente uma oposição retórica ao *inmovilismo*. Como

⁶ O discurso inaugural da presidência de Carlos Arias Navarro teve lugar no dia 12 de fevereiro de 1974 e ficou conhecido como tal.

tal, Reig argumenta que dentro da imprensa de regime, “tal como ocorre nas famílias do regime, o cimento que unifica e consolida o conglomerado não é outro senão a liderança de Franco e uma fidelidade difusa à sua obra.” Logo, ainda que vozes diferentes se ergam no interior deste grupo, “o comum é a aceitação do marco político como definitivo e a legitimidade do mesmo como indiscutível e, sobretudo, a consideração de qualquer alternativa democrática como indesejável e subversiva” (2007: 160).

Esta distinção, no entanto, não pode ser feita de forma inflexível, dividindo paulatinamente as publicações entre as classificações “de regime” ou “democrática”. Em última instância, pela existência de publicações híbridas como o *Informaciones* (ou, na nossa opinião, o vespertino barcelonês o *Tele/eXprés*). No entanto, a análise da cobertura do processo revolucionário português, permite argumentar que vozes dissidentes encontraram o seu lugar mesmo dentro do que se pode considerar “imprensa de regime”, em jornais como o *La Vanguardia Española*, ou até mesmo num jornal oficial, como é o caso de o *Arriba*.

É a partir de uma forte crítica à aparente liberdade que tinha a imprensa estrangeira em Espanha, que se produz a substituição do Ministro de Informação e Turismo, Pío Cabanillas. Jornais estrangeiros como o *Le Monde*, o *Tribune de Genève* ou o *The Times* encontravam-se à venda em quiosques de grandes cidades como Madrid, Barcelona ou Bilbao,⁷ ainda que se deva sublinhar a barreira linguística que permitia apenas o acesso destas publicações a um certo tipo de leitores.⁸ Apesar de não ser oficialmente censurada, como já o havia sido no imediato pós-guerra (Chuliá, 2001), a imprensa internacional podia ser censurada comercialmente, ou não sendo distribuída de todo ou atrasando de tal forma a distribuição dos jornais, que a sua compra se tornava obsoleta (Chislett, 2011: 10).

José Antonio Girón de Velasco – a propósito não apenas da cobertura imediata e intensiva que a imprensa espanhola estava a fazer dos acontecimentos em Portugal, como também das análises comparativas da situação dos dois países ibéricos que se difundiam na imprensa estrangeira – faz uma crítica a esta situação, três dias depois do golpe de estado em Portugal, através de um manifesto político publicado na primeira página do jornal oficial o *Arriba*. Manifesto que foi alcunhado pela imprensa sua contemporânea como “El Gironazo”:

Chegou-se a tal estado de coisas que já é fácil encontrar nos quiosques de Espanha, com as devidas autorizações oficiais, jornais estrangeiros onde se ridiculariza a figura insigne e respeitável de Francisco

⁷ Eduardo Barrenechea in “Espanha/mesa redonda” (AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/9049, Periodico: Jornal Novo, 27 maio 1975).

⁸ Elisa Chuliá (2001: 216) dá conta da existência de um documento que circulava na redação do jornal o *Ya* – um estudo do “Instituto de la Opinión Publica” com o título “Ante la nueva Ley de Prensa” publicado por volta de 1966, que apresentava alguns números sobre o consumo de imprensa estrangeira em Madrid: era lida por 5% da população madrilena; por 25% da população madrilena que ganhava mais de 20.000 pesetas mensalmente ou que era grau técnico médio e por 33,3% da população madrilena que tinha um grau universitário ou que era técnico superior.

Franco ou onde se ofende o regime de 18 de Julho de 1936, ou onde se tenta estabelecer homologações ou sistemas comparativos entre situações políticas que nos são decididamente alheias.⁹

Girón, uma das vozes mais estridentes do chamado “Bunker espanhol”, faz, entre outras acusações a Pío Cabanillas, responsável por tal liberalização dentro do Ministério de Informação e Turismo, uma severa crítica ao facto da imprensa internacional se encontrar à venda (e devidamente autorizada) em Espanha, quando se mostra tão ostensivamente inconveniente. Dentro da área de influência do regime enfrentavam-se, por esta época, estes dois discursos. Por um lado, posições do “Bunker”, tal como esta, baseadas numa noção de preservação do *status quo*, começavam a entrar lentamente numa “espiral do silêncio” (Noelle-Neumann, 1993). Num espaço público que se encontrava dividido (Reig, 2007), este tipo de posições estavam a tornar-se minoritárias, encurralando-se nos seus próprios redutos, em jornais como o *Arriba*, ou em espaços de reunião dos seus adeptos, enfim, em locais onde se sabia que estas ideias iriam receber apoio. Por outro lado, ideias que apoiavam um maior grau de liberalização, ainda que vindas de dentro do regime e sem grandes ambições de, no essencial, mudar o *status quo*, ganhavam espaço e apoio no espaço público. Aqui poderá estar a razão deste manifesto ter sido de alguma forma ridicularizado. Começando pela própria alcunha, dada por o *Cambio 16*, uma publicação que manteve várias polémicas com este jornal estandarte da imprensa oficial, e passando à forma como é noticiado, por exemplo, pelo correspondente de o *Tele/eXprés* em Madrid, Ramón Pi:

[o] tom arrebatado do ex-Ministro do Trabalho, embora seja o que habitualmente emprega nas suas intervenções públicas, não deixou de produzir pasmo, pelo menos nos ambientes mais interessados pela política, já que, sinceramente, não parecia que as coisas estivessem tão próximas do apocalipse.¹⁰

Ainda assim, independentemente do quão irrealista possa ter parecido o “Gironazo” a parte da imprensa espanhola, o afastamento de Pío Cabanillas do MIT em outubro de 1974, está associado a esta pressão por parte do Bunker (Muñoz Soro, 2007: 456) e é um sinal da predominância na cúpula franquista dos setores mais próximos do *inmovilismo*.

Menos visibilizadas pelas críticas, mas de uma relevância não descartável, as rádios estrangeiras, ou emitidas do estrangeiro, mantiveram historicamente uma importância dentro do sistema mediático espanhol (Pena, 2009; Zaragoza, 2008). Vale a pena recordar, por exemplo, o que Alberto Pena escreve acerca das rádios portuguesas terem ajudado a pôr em contacto durante a Guerra civil espanhola os rebeldes que estavam a norte com os que estavam a sul. De facto, o território espanhol estava em 1975 bem fornecido de emissores dos dois blocos: “26 rádios estrangeiras, além da BBC e duas estações clandestinas espanholas

⁹ Girón de Velasco, José Antonio, “Se pretende que los españoles pierdan la fe en Franco y la de en su Revolución Nacional”, *Arriba*, 28 abril 1974: 1.

¹⁰ Pi, Ramón, “Dudas sobre quien son los «infiltrados», según Girón, en las altas esferas del poder”, *Tele-eXprés*, 1 maio 1974: 9.

emitem diariamente os seus programas na Península Ibérica”¹¹, de acordo com um relatório interno da BBC.

As portuguesas *Emissora Nacional* e a *Rádio Televisão Portuguesa*, eram alcançáveis sobretudo nas zonas fronteiriças (como Castela, Andaluzia ou Galiza) e pensava-se que teriam como audiência a classe média espanhola que percebia português melhor que outras línguas estrangeiras. A audiência continuaria, no entanto, a preferir emissões radiofónicas em espanhol, como era o caso das que mantinham quer o serviço espanhol da BBC, quer a Radio Paris – o serviço espanhol da *Radio Diffusion-Télévision Française* (RTF). Ainda que menos ameaçadores que outros *media* estrangeiros, os meios audiovisuais portugueses preocupavam as autoridades espanholas mais do que a imprensa portuguesa, sendo que o jornalista Luís Filipe Costa chegou a ser denunciado pela DGS¹² espanhola como promotor de atividades “anti-espanholas”. Os jornais portugueses que se vendiam em Espanha, como o *Diário de Notícias* ou *O Século*, não só eram vendidos em muito pouca quantidade, como praticamente não tinham correspondentes no país sem ser os da agência ANI¹³ e davam, por isso, poucas notícias sobre Espanha. No geral, as notícias versavam sobre o que se escrevia nos jornais espanhóis sobre Portugal.

A sensação de cerco no que diz respeito às possibilidades de obter informação é então aliviada em grande medida pelos tolerados serviços espanhóis de rádios, como a BBC ou a RTF, tal como se descreve numa carta, enviada por um dos ouvintes da BBC, parte do relatório anual de 1975 da mesma estação:

(...) nós ouvimos sobretudo a revista de imprensa aos domingos. Na minha opinião os programas da BBC, junto com os da *Radio France International*, são os melhores e mais vastamente informativos em espanhol das várias estações europeias. E quero-vos agradecer os esplêndidos serviços que nos prestam (Orense)”¹⁴.

Pelo menos, tanto o serviço espanhol da BBC como o da RTF tinham programas de leitura em espanhol de jornais, respetivamente, ingleses e franceses, o que era uma forma de ultrapassar a barreira da língua (ou mesmo do analfabetismo) que limitava o acesso à imprensa estrangeira.

¹¹ BBC - Written Archive Center (WAC), E40/732/1 B045/XB043-004-001, “30th October 1975/ Extension of Spanish Transmissions”.

¹² AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/8951, DGS Report: “Asunto: Propaganda anti-española en Portugal”.

¹³ Carlos Zayasin “Espanha/mesa redonda” (AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/9049, “Periodico: Jornal Novo, 27 Maio 1975”).

¹⁴ BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish service Summary Report for 1975”, Appendix 1.

O papel do MIT na produção de informação

No que diz respeito à produção dos jornais espanhóis especificamente em relação ao processo revolucionário português, pode-se dizer que esta resulta de um compromisso de várias contingências de ordem económica e ideológica, mas também, em grande medida, do que foi uma peça central deste modo de produção: a ação do MIT vigente entre 1951 e 1977. Não obstante o facto da lei de Imprensa de 1966 (BOE 19 - III - 1966) ter configurado uma transição para a utilização preferencial de mecanismos repressivos, entre 1974 e 1976 o sistema espanhol ainda continha tanto táticas de regulação repressivas como preventivas. No decorrer da aplicação desta lei, não só algumas táticas de censura preventivas foram substituídas pela possibilidade de aplicar sanções a jornalistas, diretores e empresas editoras,¹⁵ mas também o MIT foi também concebido de forma diferente, implicando uma transformação do mesmo num dispositivo que deveria ser um dos principais provedores de informação dos *media*.

As notícias que diziam respeito à administração nacional deviam ser geradas ou filtradas pelos serviços deste ministério, maioritariamente pela ação dos serviços informativos da Direção Geral de Imprensa, responsável por encaminhar as notícias desde a administração para a imprensa. Segundo Elisa Chuliá (2001), o edifício do MIT deveria ser o centro da informação em Espanha e estava, por isso, equipado com teletipos que recebiam informação das principais agências internacionais e dos Ministérios espanhóis. Jornalistas e tradutores trabalhavam continuamente em quatro turnos diários para os serviços informativos, transferindo as notícias internacionais que consideravam ser do interesse espanhol para os serviços da EFE e as nacionais para a agência CIFRA, que posteriormente as distribuíam aos jornais.

Para os eventos internacionais as fontes informativas podiam tornar-se problemáticas, já que a agência de notícias EFE viu institucionalizado, também pela lei de 1966, o monopólio que detinha na prática sobre as informações transmitidas por agências estrangeiras.¹⁶ Ainda que dois terços fossem pertença do Estado espanhol, a EFE não era inteiramente uma companhia pública; embora a sua ação estivesse em consonância com as diretrizes governamentais e tanto o seu presidente como o seu diretor geral, responsáveis pela política informativa seguida, fossem, na prática, nomeados pelo Estado (Chuliá, 2001). Desta forma a ação restritiva do MIT – e dos seus vários serviços, incluindo a ação da paraestatal agência EFE – pode dizer-se que constituía um dos filtros mais poderosos no interior do sistema

¹⁵ A repressão de publicações por parte do MIT era diversificada. As responsabilidades podiam ser de carácter penal, civil ou administrativo; as sanções administrativas podiam tomar a forma de uma coima, de 1.000 a 500.000 pesetas, suspensão da atividade do jornalista (ou diretor) ou da própria publicação (ou companhia editora) por um período que podia ir até seis meses (BOE-A-1966-3501, art. 69).

¹⁶ *Agence France Presse* (desde 1962), *Reuters* (desde 1939), *Associated Press* (desde 1964) e *United Press International* (desde 1945).

informativo espanhol. E como exemplo das possibilidades deste filtro teríamos o caso da censura de determinada informação através da sua classificação como informação “reservada”, “confidencial” ou “não difundida” ou, uma vez mais, do atraso na sua distribuição.

Informação “não difundida” foi, por exemplo, o caso de uma reunião feita em Lisboa entre os Partidos Socialistas português (PS) e espanhol (PSOE) em junho de 1975. Foi igualmente o caso de declarações de Mário Soares acerca do fim do regime espanhol feitas à televisão francesa aquando da detenção e expulsão de Espanha de várias figuras públicas europeias¹⁷ que protestavam contra as últimas execuções franquistas de setembro de 1975.

Outra tática utilizada era o atraso na transmissão da informação, que parece ter sucedido no próprio dia em que o golpe de Estado teve lugar. O relato que a agência EFE fez do primeiro telegrama enviado pela agência portuguesa ANI dizia o seguinte: “Lisboa, 25 (EFE) - «Esta madrugada registou-se em Lisboa uma sublevação militar cuja extensão e características são ainda desconhecidas» informou às 7.00 – hora espanhola – a agência portuguesa ANI” (Roig, 1974: 35). Os serviços da EFE demoraram mais de uma hora para transmitir tão parca informação. Às 7 horas – hora portuguesa – Marcello Caetano tinha-se já refugiado no quartel do Carmo e pelas 7h30 (Sousa Santos *et al.*, 2000: 76) foi lido um comunicado no RCP por Luís Filipe Costa que não deixava dúvidas a respeito dos objetivos do movimento. Xavier Roig, enviado especial de o *Tele/eXprés* em Lisboa, identifica este atraso da chegada da informação aos jornais como “um sinal da reticência com que a notícia foi transmitida, e posteriormente processada, pelos serviços centrais da EFE”(1974: 35).

Consequentemente, para enfrentar as possibilidades de restrição que este sistema supunha, na produção de notícias no interior do jornal, dois elementos tornaram-se especialmente relevantes: por um lado, os recursos humanos disponíveis para obter a informação diretamente, nomeadamente correspondentes e enviados especiais; e, por outro lado, o uso de fontes estrangeiras disponíveis em Espanha.

Desta forma, Portugal tornou-se, entre 1974 e 1976, o destino de uma quantidade considerável de jornalistas espanhóis, configurando quatro momentos – a tentativa de golpe a 16 de março, o golpe de Estado a 25 de abril e as eleições de 1975 e 1976 – o auge de uma cobertura que se foi construindo à volta dos grandes acontecimentos, o que é uma característica partilhada com a cobertura francófona (Nobre-Correia, 1994) do mesmo evento. Os recursos que os jornais, que fazem parte da amostra,¹⁸ tinham disponíveis não são equilibrados (ver ANEXO). No total, estes cinco jornais tiveram 40 jornalistas a cobrir os acontecimentos em

¹⁷ Yves Montand, Régis Debray, Claude Jean MarcMauriac, Michel Foucault, André Jean MarioLaudouzo, Constantin Gravas, mais conhecido como Costa Gravas e Jean Marie Gerard Zacouture (“Expulsados 7 franceses”, *Arriba*, 23 setembro 1975: 52).

¹⁸ Para analisar a cobertura e discurso deste evento foram escolhidos os jornais diários madrilenos o *ABC*, o *Arriba* e o *Informaciones*; e os jornais barcelonenses o *La Vanguardia Española* e o *Tele/eXprés*, desde momentos anteriores ao golpe de Estado de 25 de abril de 1974 até às eleições legislativas que tiveram lugar a 25 de abril de 1976.

Portugal entre fevereiro de 1974 e abril de 1976. O jornal falangista o *Arriba* foi o meio que mais gente destacou para esta cobertura (11), o que está relacionado com o facto de vários dos jornalistas trabalharem tanto para este jornal como para a agência de notícias oficial Pyresa; seguido de o *Informaciones* (9) e o *La Vanguardia Española* (8), embora o maior número de pessoas não signifique, para o primeiro, uma cobertura mais continuada. Do lado oposto estão o *Tele/eXprés* (7) e o *ABC* (5). Jornais mais pequenos como o *Tele/eXprés* e o *Informaciones* estavam em clara desvantagem nesta tarefa, quando comparados com jornais como o *La Vanguardia Española* e o *ABC* que, tal como o *Arriba*, tinham correspondentes já presentes em Lisboa e, por isso, um fornecedor contínuo de informação.

Por outro lado, a imprensa estrangeira tinha um papel importante no modo de produção do jornal espanhol. Não se trata exatamente de “notícias emprestadas” (Hess, 2005: 101), como seria o caso da construção de artigos a partir de peças publicadas pela imprensa local, embora estas também possam existir; mas da publicação de artigos, reportagens ou crónicas de correspondentes originalmente publicadas nalgum jornal internacional. Jornais mais pequenos como o *Informaciones* ou o *Tele/eXprés*, que tiveram menor permanência continuada de correspondentes e/ou enviados especiais em Lisboa, eram os que mais frequentemente, e em maior extensão, recorriam à publicação de informação originalmente publicada na imprensa estrangeira, de forma a fornecer informação sobre Portugal. Depois do enviado especial de o *Informaciones*, Eduardo Barrenechea, ter deixado Portugal em julho de 1975, a informação quotidiana sobre o processo revolucionário passou a ser dada através das notícias fornecidas pela EFE ou pelos serviços de informação estrangeira, que a empresa havia contratado, e que era apresentada como tal.

Recorrendo a estes serviços os jornais podiam não apenas fornecer informação proveniente de fontes alternativas às oferecida pelos canais oficiais (EFE, RNE), mas também informação que era ao mesmo tempo conotada com atributos como a credibilidade, a qualidade e a liberdade (ao procederem de um sistema informativo que não era entendido como filtrado), apesar das muitas críticas que durante este período foram feitas pela imprensa espanhola à imprensa internacional. Era prática habitual nas redações, não apenas traduzir as crónicas originalmente publicadas em jornais como o *The New York Times*, o *The Guardian* ou o *Le Monde* mas também utilizá-las como fontes de peças elaboradas pela redação. Não se defende aqui a especificidade espanhola ou cronológica de tais práticas, sendo perfeitamente exequível que estas façam parte das rotinas de muitas outras redações; mas interessa neste trabalho fazer uma distinção, dentro da amostra, entre os jornais que as utilizam e os que não as utilizam.

O *Tele/eXprés* é o jornal que mais frequentemente utiliza a imprensa internacional (uma peça diária como valor de referência) para informar sobre o processo revolucionário português, provavelmente pelo facto de ser o jornal que publica menos informação fornecida por correspondentes e enviados especiais; sendo os jornais utilizados: – o *Le Monde*, o *The New York Times* e o *The Guardian* – conectados com posições, na tradição anglo-saxónica, politicamente liberais (Hess, 2005: 102).

O *Informaciones* utiliza exclusivamente o britânico o *The Times* até 27 de maio de 1975, data em que o jornal anuncia aos seus leitores que começará também a publicar artigos do francês o *Le Monde*. Este o único jornal utilizado por todos eles, tem uma importância

simbólica que José Luís López Aranguren define como sendo o “órgão informativo dos espanhóis” (Chuliá, 2001: 217), o que se deve em grande parte ao facto do seu correspondente, José Antonio Novais, ser uma figura icónica da oposição franquista. De facto, quando os leitores não encontravam o número no quiosque, não faltavam os telefonemas a amigos ou conhecidos a viver em França, para que estes lhes dessem informação sobre a notícia que provavelmente havia provocado a proibição de tal edição (Chuliá, 2001: 218).

Por outro lado, o *La Vanguardia Española*, o *Arriba* e o *ABC* são jornais com outros meios para obter informação. E se o *La Vanguardia Española* também integrava peças completas vindas de jornais estrangeiros, tanto o *Arriba*, que apenas publicou um par de artigos vindos de o *Financial Times* sobre a situação africana, como o *ABC* não utilizam este tipo de prática para informar sobre Portugal.

No entanto, não eram apenas os leitores que, quando confrontados com a falta do seu jornal estrangeiro, telefonavam a alguém para saber o que se passava. Também nas redações fazia parte da rotina telefonar aos correspondentes do jornal no estrangeiro, de modo a obter informações mais completas sobre variados assuntos. Por exemplo, no dia do golpe de Estado foi feito na redação de o *Tele/eXprés* um telefonema para Josep Ramoneda, o correspondente do jornal em Paris, pois este “provavelmente não teria sido deixado tão desorientado pela “France-Presse” como a nós nos deixaram a EFE ou a Radio Nacional”, como conta Xavier Roig (1974: 36). Tal como foi mencionado anteriormente, a imprensa estrangeira tinha, em Espanha, esta aura de que existia sem restrições e com ela vinha a percepção de que cruzando a fronteira se teria acesso a informação não controlada e, por isso, possivelmente relevante.

Contornando o sistema informativo

Apesar dos esforços dispensados na construção de um sistema informativo que contivesse tanto quanto possível a possibilidade de dissensão, quer de forma restritiva quer repressiva, dentro do sistema espanhol foram-se encontrando espaços que se podem considerar de resistência, por ínfima que pareça, ao confinamento que corporizávamos canais de transmissão oficiais.

Não deve ser desassociada disso a receção que o processo revolucionário português teve em Espanha, das mudanças que neste país se começavam a sentir ao longo dos anos 1974-1976. Logo, atividades como ouvir a BBC, que aumentou com a morte de Franco, assistir a apresentações de livros relacionados com o processo revolucionário português e encontros com jornalistas ou ativistas que de lá regressavam; ou viajar até Portugal para assistir ao vivo ao que estava a acontecer, demonstram não apenas o interesse sentido em Espanha por este processo, mas também formas de relacionar-se com ele que não as mediadas mais diretamente pelo sistema informativo. De qualquer maneira, também estas atividades estavam sujeitas às suas próprias limitações e proibições.

Por um lado, o tema Portugal produz (e vende) bastantes livros, especialmente, durante 1974, acabando por ser considerado um dos temas desse Verão,¹⁹ situação que é consolidada pelo facto de o livro de António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, ter entrado no Top 25 dos livros mais vendidos em Espanha nesse mesmo ano.²⁰

Josep Sánchez Cervelló (1993) proporcionou-nos uma lista não exaustiva de livros publicados em Espanha relacionados com os acontecimentos em Portugal, que tem sido atualizada, mas estará todavia ainda incompleta. Na sua generalidade estes livros podem ser divididos em três grandes grupos de acordo com o seu autor: traduções dos livros escritos por atores portugueses como António de Spínola, Sanches Osório, Mário Soares ou Otelio Saraiva de Carvalho; livros escritos por jornalistas espanhóis que fizeram a cobertura do evento ou que estavam interessados no assunto, como Manuel Leguineche,²¹ Eliseo Bayo, Luis Carandell e Eduardo Barrenechea,²² Xavier Roig ou Andreu Claret Serra; e, por último, traduções de livros cujos autores incluem jornalistas (César Oliveira, Jean Marc Dufour)²³ ou ativistas estrangeiros (o trotskista francês Daniel Bensaïd, o trotskista sul africano HoseaJaffe²⁴ e o antifascista brasileiro Márcio Moreira Alves) que se debruçam sobre temas como o processo revolucionário ou o colonialismo, por exemplo.

A maior parte destas publicações não teve problemas com a censura editorial, tanto que Rojas Claros (2005) defende que os arquivos mostram que apenas um livro sobre este tema foi denunciado por motivações políticas (em maio de 1975). Trata-se da tradução para espanhol do livro do Tenente Luís Ataíde Banazol, *Portugal: El origen del Movimiento de las Fuerzas Armadas. Los Capitanes*, editado pela editora catalã Juan Lliteras,²⁵ editora que foi alvo de outras censuras durante o mesmo ano. No entanto, a participação portuguesa na Feira do Livro de Madrid em 1975 contou com oito títulos proibidos, sendo um deles *Portugal amordaçado*, de Mário Soares.²⁶ A proibição do livro de Mário Soares aparece como tendo

¹⁹ Como concluiu o grupo de críticos responsável pela página de crítica literária de o *Tele/eXprés* em setembro desse mesmo ano [King Kong, Carandell, José M^a, Gimenez-Frontin, JL and Saladrigas, Robert, “Diccionario Literariodel Verano y de la «Rentrete»”, *Tele/eXprés*, 18 de setembro de 1974: 14].

²⁰ “Los libros más vendidos en 1974”, *Informaciones*, 7 abril 1975: 21.

²¹ Manuel Leguineche apesar se ter prosseguido o seu trabalho como correspondente no norte de África, escreveu um livro sobre a revolução: *Portugal: la revolución rota* (1976) Madrid: Felmar Ed.

²² Luís Carandell, Angel Luis de la Calle e Joaquín Vidal, relacionados com *Informaciones* e José Carlos Duque, redator chefe da *Hojadellunes* de Badajoz, são autores do primeiro de uma nova série de livros que tinha como título: “Testigos en”. Livro este dedicado à tentativa de golpe de 11 de março, publicado pela Editorial Mirasierra e que teve como título: Portugal. *El fracaso del golpe de Estado*. (Carandell, L.; Calle, A. de la; Duque, J.C; Vidal, J (1975) Portugal. *El fracaso del golpe de Estado*, Madrid: Ed. Mirasierra).

²³ Dufour, Jean Marc (1977) *El Portugal del 25 de abril*, Madrid: Doncel.

²⁴ Jaffe, Hosea (1976), *El neo-imperialismo portugués*, Bilabo: Zero.

²⁵ Ataíde Banazol, Luís (1975), *Portugal: El origen del Movimiento de las Fuerzas Armadas. Los Capitanes*, Barcelona: Ed. Juan Lliteras.

²⁶ AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/9049, “DIDGC Reseña de prensa extranjera, 2-6-75”.

sido revogada pela censura espanhola uns dias depois, mas não há nenhuma menção relativamente aos outros sete livros.²⁷

Uma das contrapartidas da publicação deste tipo de livros é que isso permitia que fossem organizadas apresentações ou outro tipo de encontros, que se tornaram espaços importantes de intercâmbio de ideias e notícias. No livro de Carandell e Barrenechea (1974: 149) descrevem-se as solicitações a que eram sujeitos os regressados de uma viagem a Portugal. Tal como Xavier Roig também explica que no momento da sua chegada de Portugal, e ainda antes da elaboração do seu livro, foi convidado imensas vezes para partilhar a sua experiência na área de Barcelona (Mauri, 2014). Contudo, dada a natureza repressiva do regime, há mais informação disponível sobre os encontros que foram proibidos, ou de alguma forma perturbados, do que sobre aqueles que tiveram efetivamente lugar. Ao contrário do que acontecia aparentemente com os livros, vários destes encontros foram sucessivamente impedidos de terem lugar (Sánchez, 1993).

Por outro lado, em 1975, cada vez mais se sintonizava em Espanha o serviço espanhol da BBC, ainda que não fosse uma prática recente para todos, como explicam alguns dos seus ouvintes: “[t]enho ouvido a BBC intermitentemente desde 1936”²⁸ ou “[t]enho ouvido o serviço espanhol da BBC desde a II Guerra Mundial”.²⁹ Havia também quem tivesse começado a fazê-lo nos últimos anos: “[e]sta é a primeira vez que vos escrevo, ainda que oiça os vossos programas desde há dois anos”.³⁰ No geral, a maioria dos ouvintes estava de acordo que valores como a objetividade³¹ e a imparcialidade,³² assim como a sensação de apoio moral³³, seriam as motivações para esta sua eleição.

A audiência do serviço espanhol da BBC³⁴ aumentou de facto no último trimestre de 1975, o que a estação relacionou com a doença e a morte do General Franco. Em Espanha sintonizavam-se rádios emitidas do estrangeiro, como a BBC, para, entre outras coisas, se obter informação sobre o próprio país: “[é] um paradoxo ter de se sintonizar a BBC para se puder saber o que se passa no próprio país”,³⁵ tal como o expõe um dos seus ouvintes. Mas também para ter notícias sobre o mundo, ainda que esta nem sempre fosse uma experiência

²⁷ AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/9049, “DIDGC Reseña de prensa extranjera, 7-6-75: 2”.

²⁸ BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “SpanishserviceSummaryReportfor 1975”, Appendix: 1-2.

²⁹ BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish service Summary Report for 1974”, Appendix: 1.

³⁰ BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish service Summary Report for 1975”, Appendix: 2.

³¹ BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish service Summary Report for 1974”, Appendix: 1.

³² BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish service Summary Report for 1975”, Appendix: 1.

³³ BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish service Summary Report for 1975”, Appendix: 2.

³⁴ O BBCWorldService nasceu em 1932 como “EmpireService”; e tendo a estação alargado mais tarde os serviços a outros países, o espanhol começou a 4 de junho de 1935 e foi fechado, para a sua audiência europeia, a 31 de dezembro de 1981. Até 1956 a BBC emitia igualmente em Catalão, Euskera e Galego e até 1966 recebia ainda vários pedidos para que essas emissões regressassem. Entre 1974 e 1976 o serviço espanhol emitia duas vezes ao dia: das 13h15 às 13h30 e das 21h15 às 22h, num total de 7 horas semanais (BBC - WAC, E3/141/1- 1955-1981 “Spanish Service Summary Report for 1974”, “Spanish Service Summary Report for 1975” e “Spanish Service Summary report for 1976”; E1/2345/1 - 1949-1965).

³⁵ BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish Service Summary Report for 1975”, Appendix: 3.

satisfatória: “[o] que acho menos objectivas são as notícias sobre Portugal. Este país está aqui mesmo ao lado e podemos assegurar-vos que a vossa informação tem tendência a ser exagerada, tal como a que é publicada nos vossos jornais (Valladolid)”.³⁶

Dada a importância que esta emissora acreditava que tinha para a sua audiência em Espanha, a determinada altura em 1975 surgiu a ideia de aumentar a duração da transmissão do serviço espanhol. Em outubro, à beira da morte de Franco, é sugerido “(...) um aumento na prescrição segundo as linhas introduzidas em agosto no serviço português”,³⁷ já que a duração do serviço português tinha sido aumentada em 15 minutos na sua edição da noite, que tinha lugar entre as 22h e as 22h45m.

De qualquer forma esta empreitada não é suposto ser iniciada sem uma indagação sobre “não apenas o que os países que pensam como nós estão a fazer, mas também como outros não tão semelhantes – Moscovo, etc. -estão a reagir, quanto emitem, etc.”³⁸ Esta ideia acaba por não ser realizada nesta altura; a edição da tarde é alterada para o horário de verão como sempre, permanecendo, no entanto, o número de horas semanais de emissão, no total de sete, inalterado quer durante o resto de 1975, quer no ano seguinte.³⁹

Ainda assim foi elaborado um plano sobre qual seria o papel a desempenhar pela BBC consoante o desenrolar da situação política em Espanha, caso esta evoluísse para “(...) um regime autoritário, tanto de direita como de esquerda”, uma guerra civil ou uma “(...) evolução gradual em direcção à democracia e à informação livre”. A primeira opção implicaria “(...) refletir o espectro mais alargado possível de opinião ocidental” nos programas a ser produzidos pela estação e igualmente seria uma oportunidade para “(...) o aumento da nossa [deles] transmissão nocturna”. Já o caso da eclosão de outra guerra civil era caso para “(...) boletins informativos adicionais incluindo, possivelmente, uma transmissão de madrugada”. Por último, uma evolução para uma democracia burguesa de modelo ocidental seria caso para que

(...) o esforço principal se centrasse na provisão de serviços noticiosos noticiosos [sic] abrangentes, incluindo uma vez mais uma transmissão matutina, de forma a utilizar de forma eficiente e difundida os recursos da empresa competindo com os *media* espanhóis, na linha dos nossos programas matinais franceses.⁴⁰

Qualquer que fosse o caminho que a situação seguisse, a BBC parecia determinada a tentar ter um papel de relevo no processo, denotando uma firme crença na influência que a estação podia ter no desenrolar da situação política em Espanha.

³⁶ BBC - WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish Service Summary Report for 1975”, Appendix: 2.

³⁷ BBC-WAC, E40/732/1 B045/XB043-004-001, “Broadcasts to Spain, 24th October 1975, CONFIDENTIAL”

³⁸ BBC-WAC, E40/732/1 B045/XB043-004-001, “Broadcasts to Spain, 24th October 1975”.

³⁹ BBC-WAC, E3/141/1 – 1955-1981, “Spanish Service Summary Report for 1976”: 1.

⁴⁰ BBC- WAC, E40/732/1 B045/XB043-004-001, “Extension of Spanish Transmissions, 30th October 1975”.

Por último, poder-se-á dizer que os viajantes espanhóis incorporaram um papel de, nas palavras de Manuel Vázquez Montalbán, “voyeurs da liberdade” durante o processo revolucionário português, constituindo a viagem um dos rasgos da receção deste processo. De tal forma, o turismo espanhol ao Portugal revolucionário pode ser entendido a partir de dois dos seus traços principais. Por um lado, Portugal substitui por momentos França como destino principal dos espanhóis que viajam no início de 1975,⁴¹ e, por outro lado, o “turismo evasivo” é em certa medida, substituído por turismo com alguns contornos políticos,⁴² coincidindo o aumento do volume de espanhóis de visita a Portugal com a radicalização do processo, nomeadamente após a queda do General Spínola no final de setembro de 1974.

A possibilidade de assistir à projeção de filmes que estavam censurados em Espanha, constituía uma das motivações principais para o que Vázquez Montalbán⁴³ designou como “peregrinações francesas”.⁴⁴ É também, mas não só, nas projeções do filme de Bernardo Bertolucci, *Last Tango in Paris* (1972), estreado em Portugal muito rapidamente depois do golpe de Estado e em Espanha apenas em janeiro de 1978, que, tal como é referido continuamente em várias fontes, se podem encontrar espanhóis em Portugal. Uma capa do *Diário Popular* ilustra esta ideia com um *cartoon* de um casal espanhol pousando em frente de um poster do filme.⁴⁵ Também Alberto Míguez, correspondente em Lisboa dos jornais o *Ya* e o *La Vanguardia Española*, identifica parte do charme da cidade de Lisboa com a possibilidade de ver filmes, dos quais o filme de Bertolucci se tornou uma espécie de símbolo: “[e] é que Lisboa, com os seus preços, o seu “último tango” em cartaz e o seu sol de inverno a espreitar timidamente, é todo um espectáculo”.⁴⁶ No livro de Luís Carandell e Eduardo Barrenechea acrescenta-se que: “[s]egundo se diz, exibidores espanhóis estão a comprar cinemas e salas de espectáculos do outro lado da raia para organizarem o turismo cinematográfico dos fins de semana”(1974: 150).

O que havia sido uma intuição inicial de Vázquez Montalbán no momento da sua primeira visita a Portugal como enviado especial de o *Tele/eXprés* em maio de 1974, ou seja, que Portugal substituiria França como meca do local onde se podem exercer direitos civis, tais como “exercer o direito de ir ao cinema ver o que lhes passa pela cabeça, comprar o livro marcado e, sobretudo, contemplar o emocionante espectáculo de como um povo ensaia o exercício de liberdade”⁴⁷ – acabou por se tornar palpável no início de 1975.

Várias notícias de agência dão conta em março de 1975 das “[c]entenas de jovens espanhóis [que] vão ao vizinho Portugal durante estas férias da Páscoa para ver a vizinha

⁴¹ AGA, MIT, “Presidencia”, caixa: 51/9511, “DIDGC, Publicación: Ya, 23 Mar 1975, nº 26”.

⁴² Vázquez Montalbán, M. “A la revolución, en coche”, *Tele-eXprés*, 13 maio 1974: 5.

⁴³ Vázquez Montalbán, M., “El precio de la Libertad”, *Tele-eXprés*, 2 maio 1974: 11.

⁴⁴ *Lo Verde empieza en los Pirineos* (1973) de Vicente Escrivá tem como personagens principais três amigos que em França procuram ver os filmes, de preferência pornográficos, e as mulheres que em Espanha não encontravam.

⁴⁵ AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/8952, Nota do Conselheiro: “12 Novembro 1974 Hora 18, 15h: 1-2”.

⁴⁶ Alberto Míguez (AGA, MIT, “Presidencia”, caixa: 51/9511 “DIDGC, Publicación Ya 3 Novembro 1974, nº 21”).

⁴⁷ Sixto Camara (AGA, MIT, “Presidencia”, caixa: 51/9511 “Publicación Triunfo (Madrid) 1-3-75, nº 16”).

revolução esquerdista de Portugal”. Uma vez em Portugal, “[n]umerosos estudantes espanhóis se encontram no centro de Lisboa nos seus bares e restaurantes. Alguns dizem que tiveram contactos informais com estudantes portugueses e que outros encontros estão previstos para os próximos dias”. Esta revela-se aliás uma oportunidade para que estes se possam envolver em atividades políticas organizadas pelos partidos portugueses, como por exemplo uma “uma reunião de massas do Partido Comunista” durante a qual “uma mensagem de solidariedade da «Junta democrática» ” foi lida e a multidão cantou “«Espanha vencerás» e «Franco, fascista, assassino»”.⁴⁸ Mas também é uma oportunidade para que se envolvam na organização e participação dos seus próprios protestos, de que é exemplo uma manifestação de espanhóis que teve lugar na praça do Rossio na última semana de março.⁴⁹

Não obstante isso, pela troca de comunicação entre o conselheiro de informação da Embaixada espanhola em Lisboa e o Gabinete de entrelaço do MIT é possível perceber que os cidadãos espanhóis em Portugal estavam sob observação, já que vários dos recortes de jornais que enviava quotidianamente o tal conselheiro, dizem respeito às atividades dos cidadãos espanhóis em Portugal, fossem eles jornalistas,⁵⁰ poetas,⁵¹ estudantes, turistas, ativistas políticos ou simplesmente membros do *status quo*, que se encontravam em Portugal.

Conclusão

Será inegável o papel que teve a imprensa escrita na receção do processo revolucionário português em Espanha. Imprensa esta que, no entanto, não existe desligada do seu contexto, que foi o que no fundo se procurou concetualizar ao longo destas páginas. A imprensa espanhola desta época faz parte de um sistema que foi concebido para funcionar a favor de uma determinada situação, o que não exclui a existência de falhas que aproveitadas permitam opções divergentes.

A existência de vários outros canais informativos permite colocar em perspetiva o que será o discurso jornalístico espanhol sobre o processo revolucionário português. Neste trabalho foram observadas três tipos de práticas do que se considera uma atitude de contorno do sistema informativo, não se considerando, de forma alguma, que este campo esteja mapeado exaustivamente. De facto, haverá um conjunto de vários outros aspetos a merecer uma aproximação adequada, de forma a poder obter um quadro bem desenhado da relação que

⁴⁸ AP (AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/9117, “DIDGC/VIAE Dia 28 de marzo de 1975/ Turno 9 a 15, p. 12”).

⁴⁹ AFP (AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/9117, “DIDGC/VIAE Dia 28-3- 1975/ Turno 21 a 03, p. 31”).

⁵⁰ Uma mesa redonda com jornalistas espanhóis Carlos Zayas (*Cambio 16*), Alberto Miguez (*la Vanguardia e Ya*), Eduardo Barrenechea (*Informaciones*), Juan Pla (*Pueblo*) e Eduardo San Martin (Agencia EFE) que teve lugar na redacção do *Jornal Novo* (AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/9049, “Periodico: Jornal Novo, 27 maio 1975”).

⁵¹ O poeta espanhol Antonio Jiménez (que trabalhava para a revista *Litoral*, que publicou um número dedicado a Portugal) foi detido pelo COPCON, mas rapidamente libertado a 15 de março de 1975 (AGA, MIT, “Cultura”, caixa: 42/9117, “Informaciones sobre Portugal, 90. Lisboa, 17-3-75”).

a sociedade espanhola desenvolveu com a cobertura do processo revolucionário português oferecida pelos seus meios de comunicação.

Referências bibliográficas

Barrera, Carlos (1995), *Periodismo y Franquismo. De la censura a la apertura*. Barcelona: Ediciones Internacionales Universitarias.

Balsebre, Armand (2002), *Historia de la radio en España 1939-1985* [vol.2]. Madrid: Cátedra.

Carandell, Luis; Barrencea, Eduardo (1974), *Portugal, sí*. Madrid: Cuadernos para el Dialogo.

Chislett, William (2011), *Foreign press during Spain's Transition to Democracy, 1974-78. A Personal Account*, Documento de Trabajo número 2. Madrid: Fundación Transición Española. Consultado a 06.05.2013, disponível em <http://www.transicion.org/90publicaciones/ForeignPressDuringTheTransition.pdf>.

Chuliá, Elisa (2001), *El poder y la palabra: Prensa y poder político en las dictaduras: El régimen de franco ante la prensa y el periodismo*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Cordero, Inmaculada (2010), “«Lo que no debe ser”. La revolución Portuguesa en la prensa española” in Fernando Rosas, Encarnación Lemus e Raquel Varela (coords.), *El Fin de las dictaduras ibéricas, 1974-1978*. Sevilla: CEA/Lisboa: Edições, 63-86.

Hess, Stephen (2005), *Through their eyes. Foreign correspondents in the United States*, Washington: Brookings Institution Press.

Lemus, Encarnación (2001), *En hamelin...: La transición española más allá de la frontera*. Oviedo: Septem.

Mauri, Marcel (2014), “Corresponsales de prensa españoles en las transiciones políticas portuguesa, ruso-soviética y tunecina”, in Jaume Guillaumet e Francesc Salgado (eds.), *El Periodismo en las transiciones políticas – De la Revolución Portuguesa y la Transición Española a la Primavera Árabe*. Madrid: Biblioteca Nueva, 281-291.

Muñoz Soro, Javier (2007), “Parlamentos de papel: la prensa critica en la crisis del franquismo”, in Rafael Quirosa-Cheyrouze y Muñoz (coord.), *Historia de la transición en España. Los inicios del proceso democratizador*. Madrid: Biblioteca Nueva, 449-461.

Nobre-Correia, José (1994), “A vertigem Francófona”, in Mário Mesquita e José Rebelo (org.), *O 25 de abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento, 151-155.

Noelle-Neumann, Elisabeth (1993), *Spiral of Silence: Public Opinion - Our Social Skin*, Chicago: University Chicago Press.

Pena, Alberto (2009), *O que parece é. Salazar, Franco e a propaganda contra a Espanha democrática*. Lisboa: Tinta-da-China.

Pereira, Victor (2010), “«Será que verei Lisboa?» Peregrinações de franceses no Processo Revolucionário em Curso”, *Relações Internacionais*, 25, 91-105.

Reig Cruaños, José (2007), *Identificación y alienación. La cultura política y el tardofranquismo*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València.

Roig, Xavier (1974), *Portugal: la muerte de un fascismo. Crónica de un golpe de estado*. Barcelona: Laia.

Rojos Claros, Francisco (2005), “La represión cultural durante la Transición: los últimos libros «prohibidos» (1975-1979), in II Congreso Internacional de la Historia de la Transición: los inicios del proceso democratizador, Universidad de Almería, 28/11 -2/12 de 2005, Coord. Rafael Quirosa-Cheyrouze y Muñoz. Consultado a 06.06.2013, disponível em http://www.represura.es/represura_3_mayo_2007_articulo6.html.

Sánchez Cervelló, Josep (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua evolução na transição Espanhola (1961-1974)*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Sousa Santos, Boaventura; Cruzeiro, Maria Manuela; Coimbra, Maria Natércia (2000), *O Pulsar da Revolução - Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Porto: Edições Afrontamento/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

Tusell, Javier (2007), *Spain: from dictatorship to democracy, 1939 to the present*. Malden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing.

Zaragoza, Luis (2008), *Radio Pirenaica: la voz de la esperanza antifranquista*. Madrid: Marcial Pons.

Anexo

Jornalistas destacados para cobrir o processo revolucionário Português

Jornal	Nome	Datas
ABC	José Salas y Guirior (C)	Fev. 1974-Abril 1976
	Pablo Magaz (EE)	Out.1975
	Rabanal de Brito (EE)	Março 1975
	Ismael FuenteLafuente (EE)	Fev. 1976
	AntónioAlfárez (EE)	Abril 1976
	Luís Alfonso (EE foto)	Maio 1974
	TeodoroNaranjo (EE foto)	Abril 1976
Arriba	José Reis (C)	Fev. 1974-Fev.1976
	Fernando Jáuregui (C)	Junho1974-Maio 1975
	Andrés Maria Kramer (C)	Junho1975- Abril 1976
	José Rey (EE)	Março/Abril 1974
	Francisco Caparrós (EE)	Março/Abril1974
	JR Pérez de las Clotas(EE)	Março/Maio1974/Maio1975
	JL Gómez Tello	Março 1974
	Salvador López de la Torre (EE)	Abril/Set. 1975
	Antonio LópezLópez (EE)	Dezembro 1975
	BernabéPertasa (EE Luanda)	Agosto 1974
	Javier Figuero (EE)	Março 1975
	José Pastor (EE foto)	Março 1975
	Consuelo Sánchez Vicente (EE)	Abril 1976
	Julio Martinez (EE)	Abril 1976
Informaciones	Corregedor da Fonseca (C)	Março- Julho 1974
	Eduardo Barrenechea (EE)	Mar-Abr/Abr- Maio/ Set. 74/ Jan-Jun 75
	Luís Carandell (EE)	Mar./Abr-Maio 1974
	José Luis Sanz (EE foto)	Março 1974
	Lorenzo Contreras (EE)	Junho 1974
	Teofilo Menchero (EE)	Janeiro 1975
	Fernando Jáuregui (EE)	Abril 1976
	Ángel Luis de la Calle (EE)	Março.75/Set. 1975/ Fev.1976
	Julio Colomer	Nov. 1975/Abril 1976
	Jaime Vergara	Nov. 1975
	Luis Reyes (EE África)	Verão 1974
La	Inocente Palazón de Olivares (C)	AtéJunho 15 1974

<i>Vanguardia Española</i>	Alberto Miguez (C)	Lisboa: Jul. 1974- Abr. 1976, Guiné (Agosto 1974), Moçambique (Jun-Jul1975), Angola (Julho 1975)
	Manuel Leguineche (EE)	Mar./Abr.-Maio 1974
	Adrián Mac Liman (EE)	Abril 1974
	Augusto Assia (EE)	Abr- Maio/Jun1974/Abr/Dez.1975/Abril 1976
	Margarita SáenzDiez (EE)	Maio 1974 / Abr 1976
	Maria Dolores Masana (viagem)	Julho 1974
	Javier M. de Padilla (EEMacau)	Junho/Set. 1974/Julho1975/Jan. 1976
	José Oneto	Junho 1974
<i>Tele/eXprés</i>	José Jorge Letria (C)	Maio 1974
	Correia da Fonseca (C)	Julho-Setembro 1974
	Xavier Roig (EE)	Abr-Maio 1974/Abril 1975
	Daniel del Puig (EE)	Dezembro 1974
	J. A. Gonzalez Casanova (EE)	Abril 1975
	Manuel Campo (EE)	Abril 1976
	Manuel VázquezMontálban (E)	Maio 1974
	Quim Monzó (c África)	Verão 1974
	Albert Abril (c África)	Verão 1974
	JosepRamonedá (viagem)	Abril 1975

Correspondentes (C), Enviados Especiais (EE) e Colaboradores (c)

Do trauma à recuperação: os gestores de recursos humanos e o processo revolucionário¹

José Nuno Matos,² Instituto de Ciências Sociais, Lisboa
jnmatos@ics.ul.pt

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a contestação e a resposta dos gestores de recursos humanos à crítica dos modelos de organização do trabalho preconizada pelo movimento operário ao longo de 1974 e 1975. Com base quer na documentação produzida por sindicatos e comissões de trabalhadores, quer do boletim *Pessoal*, editado pela Associação Portuguesa de Gestores, procuraremos demonstrar a relevância deste conflito na emergência de um novo discurso em torno do trabalhador e da empresa.

Palavras-chave: Movimento de Maio, gestão de recursos humanos, trabalho, empresa

Introdução

Em abril de 1974, o número 554 da revista *Indústria Portuguesa* abre com o editorial “Corresponder à esperança”. Assinado pela direção da Associação Industrial Portuguesa (AIP), a peça declara o “completo e incondicional apoio à Junta de Salvação Nacional e ao Governo Provisório”, cujos princípios de ação “se ajustam ao que tem sido sempre propugnado por esta Coletividade”. Todavia, apenas três meses depois, a recém-criada Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), resultado da coligação entre as associações industriais portuguesa e portuense, afirmará o seu ceticismo em relação à evolução dos acontecimentos.

O clima entre empresários, segundo a CIP, era o de uma constante pressão psicológica e política, inclusivamente exercida pelos meios de comunicação social e pelo próprio governo. A preocupação central decorre, contudo, das ocupações de propriedade pública e privada, as

¹ Artigo inicialmente publicado na revista *Análise Social*. Matos, J. N. (2014), “Do trauma à recuperação: os gestores de recursos humanos e o processo revolucionário”, *Análise Social*, 211, XLIX (2.º), 220-242.

² Licenciado e mestre em Ciência Política pelo ISCSP-UTL, é doutorado em sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), com a tese *O Operário em Construção: das Relações Humanas ao Trabalho Temporário*. Investigador no ICS-ULisboa e Bolseiro de Pós-Doutoramento (FCT). Encontra-se presentemente a desenvolver um projeto de pós-doutoramento em torno da relação entre a prática jornalística e a precariedade. Tem dedicado os seus estudos às questões do trabalho, do sindicalismo e dos movimentos sociais.

quais “geram um forte sentimento de insegurança que paralisa os empresários, mesmo os mais conscientes”, e da “desproporcionalidade entre as exigências dos trabalhadores e as reais possibilidades das empresas” (CIP 1974: 625).

O período entre abril de 1974 e janeiro-março de 1975 será marcado pelo fim do bloqueamento das lutas, anteriormente imposto pelo Estado Novo. A conjuntura de protesto, já verificada antes do 25 de abril, conduz a uma explosão reivindicativa, concretizada pela greve. As principais exigências, com base nos dados compilados³ por Marinús Pires de Lima, Vítor Matias Ferreira e Maria Lima dos Santos, prendem-se com a defesa da instituição de um salário mínimo (45,9%), do saneamento de dirigentes industriais (43,3%), de aumentos salariais (42%), do direito a férias (35%), de um horário máximo semanal (31%) e do subsídio de alimentação (17%). Com as medidas de cariz quantitativo, dada a premência das necessidades imediatas, articula-se a reivindicação de políticas igualitárias, geralmente relativas às condições remunerativas – a abolição do prémio, a redução do leque salarial entre trabalhadores, a revisão das categorias profissionais –, colocando assim em causa “um certo número de elementos característicos do processo de produção capitalista” (Lima, Ferreira e Santos, 1976: 49).

Nas unidades produtivas de maior dimensão (químicas e petróleo; metalúrgicas e metalomecânicas; material elétrico e transporte), o nível de combatividade atingido permitiu que o caderno de medidas ultrapassasse a base quantitativa, incluindo referências à “segurança e higiene” (10,2%) e “ritmos e normas” (7,7%). O estudo refere ainda a existência de reivindicações “de natureza ‘reformista’” (*idem*:46), como a divisão dos lucros pelos trabalhadores, em particular nas indústrias químicas, do petróleo e do comércio, e a participação dos mesmos na gestão das empresas (mais nos serviços do que nas indústrias).⁴

Numa grande parte dos casos estudados, os aspetos relativos à gestão surgirão inseparáveis do fenómeno do saneamento. Se bem que as suas causas sejam diversas (suspeitas de ligação entre dirigentes e PIDE/DGS; circulação de pessoas entre altas esferas públicas e cargos administrativos nas empresas; ajustes de contas pessoais), quase metade dos processos de saneamento (32 em 68) indiciam o “controlo operário” sobre a empresa (Lima, Ferreira, Santos, 1976: 51), tendência que se intensificará a partir de janeiro-março de 1975. De facto, o derrubar das fronteiras que delimitavam o papel de cada categoria na empresa ocorreu desde inícios do *Movimento de Maio*, em particular através da ocupação dos locais de trabalho durante as greves (com recurso, inclusive, ao sequestro da direção).

³ Referentes aos conflitos de 158 empresas noticiados na imprensa diária.

⁴ Relacionadas com o controlo sobre a gestão, os autores mencionam ainda a reivindicação da abolição de testes e concursos; a suspensão de castigos; a eleição dos chefes por parte dos trabalhadores; ou a reestruturação interna da empresa (Lima, Ferreira e Santos, 1976: 54).

A manifestação dos trabalhadores da Lisnave contra a lei da greve,⁵ em setembro de 1974, acabou por traduzir mais do que um protesto dos operários de uma empresa contra uma iniciativa legislativa em particular. Ilegalizada pelo governo e alvo de críticas por parte do PCP e da Intersindical, a greve constituiu expressão de uma dinâmica mais alargada, encabeçada por comissões de trabalhadores de empresas como a LISNAVE, a TAP, a Messa, a Timex ou os CTT, cujo poder contestatário visava a espinha dorsal do próprio sistema, transitando da “mera luta reivindicativa à questão do poder” (*idem*: 42). As conjunturas, quer de crise económica, agravada pelo aumento do desemprego, quer de instabilidade política, visíveis na frustrada mobilização da direita a 28 de setembro de 1974 (a “maioria silenciosa”)⁶, ou na aproximação entre autoridades (como o COPCON) e os movimentos sociais, contribuirão para um alargamento do campo de oportunidades políticas favoráveis a um “poder operário” (Palacios, 2003).

O despertar dos antagonismos não irá poupar os gestores de recursos humanos (RH), setor então associado aos poderes dominantes na fábrica e na sociedade. Percorrendo os comunicados editados por comissões de trabalhadores (CT), por um lado, e a imprensa editada pela Associação Portuguesa de Técnicos e Gestores de Recursos Humanos (APG), este artigo compreende dois objetivos essenciais. Num primeiro momento, concentrando-se sobre os acontecimentos verificados ao longo de 1974 e 1975, analisar-se-á a posição das CT e do governo em relação quer à gestão das empresas, quer aos seus responsáveis. Em segundo lugar, já no período pós-revolucionário, procurar-se-á compreender o teor das representações do *Movimento do Maio* produzidas pelos gestores, em particular dos elementos considerados como eventuais contributos para um novo paradigma de organização empresarial.

O Movimento de Maio e as empresas

Perdida a vantagem repressiva, indutora de um congelamento salarial de facto, os empresários vêem-se confrontados com dificuldades estruturais, situação que impede a introdução de novos métodos de produção e de organização; e conjunturais, geradas pelo aumento do preço das matérias-primas nos mercados mundiais e pelo fim da economia de guerra. A análise realizada pelo jornal *Tempo Económico* (TE, 1974a e 1974b), editado durante 1974 e 1975, consegue resumir a posição estática em que a grande parte das empresas permaneceu. Crítico da “relativa ingenuidade de reivindicações dos trabalhadores, consequências do espontaneísmo da sua ação, da deficiente organização do sistema sindical e do aproveitamento

⁵ Devido ao seu cariz limitado, não contemplando, por exemplo, “greves por solidariedade ou por motivos políticos e permitindo à parte patronal o recurso ao *lock-out* em caso de prolongamento da paralisação dos trabalhos” (Noronha, 2011: 243).

⁶ Organizada por forças afetas ao marechal Spínola, a manifestação da “maioria silenciosa” visava a afirmação do poder da presidência da República e dos seus intentos normalizadores. Acusada de constituir parte de um plano golpista, o acesso à capital será impedido pela esquerda e extrema-esquerda. Na sequência dos acontecimentos, Spínola demitir-se-á.

oportunista das suas ambições materiais por parte de movimentos políticos”, o jornal alude à “total impreparação dos órgãos de direção empresarial no que se refere às formas de tratamento destas questões”. Esta é sinal da “inexistência de órgãos internos à empresa através dos quais se possa resolver este tipo de conflito que é comum a todos os sistemas industriais capitalistas”. Face ao novo processo que se iniciava, (...) a única resistência possível será uma adaptação às novas condições. Se essa adaptação não existir ou se não for suficientemente rápida, o choque de forças contraditórias provocará imediatamente uma situação de conflito aberto que anuncia o desaparecimento ou o enfraquecimento (TE, 1974a: 9).

Tais prognósticos acabaram por se tornar realidade, visível na fuga de capitais e dirigentes industriais para o estrangeiro, na descapitalização dos meios de produção e na oposição às reivindicações das comissões (Ferreira, 1997: 286). Para muitos trabalhadores, a manutenção dos empregos obrigou à ocupação e autogestão das empresas por parte de comissões de trabalhadores (CT), passando a ser responsáveis pela organização do trabalho. Noutros casos, a prática do “controlo operário” partiu da oposição aos despedimentos e a suspeitas de atos de “sabotagem económica” por parte das administrações (Noronha, 2011: 420). Os problemas decorrentes da compra de matéria-prima e da distribuição dos produtos num mercado que continuava a obedecer aos preceitos essenciais de uma economia capitalista⁷, e a consequente necessidade de coordenação dos esforços de luta, conduzirá, mais tarde, à formação da Interempresas, uma federação de CT que se assumia como “a expressão organizativa do movimento operário extrassindical” (*idem*: 344).⁸

Conscientes do terreno movediço em que a atividade empresarial se movia, os representantes de alguns dos principais grupos económicos, entre os quais António Champalimaud, António Carlos Champalimaud, José Manuel de Mello ou Manuel Ricardo Espírito Santo, reúnem-se, ainda em 1974, no Movimento Dinamizador Empresa e Sociedade (MDE/S). O seu programa, o qual incluía a apresentação de projetos e respetivos montantes de investimento, apostava no poder económico dos seus constituintes, capaz de concretizar a

⁷ Ao ponto de obrigar um grande número de operários “a trabalhar muito mais do que antes, inclusive trabalhando sábados e domingos” (Ferreira, 1997: 292).

⁸ Fora da órbita do PCP e da Intersindical e com ligações a grupos de extrema-esquerda, a Interempresas contribuirá para uma radicalização de oposições, ilustrada pela manifestação contra os despedimentos e contra a presença de tropas da NATO em Portugal: “Em 7 de fevereiro de 1975, data marcada para a chegada das forças da NATO em Lisboa, o Governo proibiu todas as manifestações, explicando que a visita era puramente de rotina e tinha sido organizada um ano antes. A Interempresas não ficou convencida [...] ‘Não podemos separar despedimentos e imperialismo. A questão dos despedimentos não é uma questão de má gestão. É o resultado directo dum sistema – o sistema capitalista – apoiado pelo imperialismo. Não podemos permitir que a NATO, tropa de choque do imperialismo, desembarque tranquilamente no nosso solo’ [...]. No exterior do Ministério do Trabalho (abandonado pelo seu responsável, do PCP), um trabalhador da Efacec-Inel leu um manifesto. Chamava à Intersindical organização para a colaboração de classes e dizia: ‘A tarefa da classe operária não é negociar com a classe dirigente, mas destruí-la’. Aplausos dos presentes. Esse trabalhador fez então uma descrição minuciosa do que estava a acontecer: ‘As reivindicações nas fábricas estão a aumentar e os trabalhadores estão a começar a relegar as suas organizações sindicais para um segundo plano. As comissões de trabalhadores criaram-se como meio escolhido pelos trabalhadores para avançarem na sua luta de classe. Organizações reformistas e revisionistas estão a tentar apoderar-se dos sindicatos e enfraquecer as comissões’” (Mailer, 1978: 93-94).

curto-prazo um conjunto de propostas factíveis e de, assim, “modificar a ‘imagem’ do ‘capitalismo’ português”.⁹ O movimento enfatiza, contudo, a inserção do projeto num modelo de “exercício controlado da liberdade de iniciativa, complementado por ações governamentais” (MDE/S 1974: 11), ou seja, reconhecendo o papel interventivo do Estado na economia e sociedade. Elegendo como prioridade o combate à inflação e ao desemprego, o MDE/S defenderá o fomento da agricultura, construção civil, têxtil, vestuário, calçado, metalurgias e metalomecânicas. O cumprimento dessas metas dependeria da adaptação das pequenas e médias empresas (PME) às novas condições económicas, através da sua viabilização (controlo de custos, alterações de dimensão e apoio à gestão via sociedades de *management*) e da sua inserção em esquemas de subcontratação; do fomento do sistema financeiro; e, finalmente, de uma política de obras públicas e de habitação social.

Subjacente a estas medidas, estaria uma nova mentalidade empresarial, construída a partir das ruínas dos antigos negócios de vão de escada:

A Empresa tradicional está morta. Precisamos de uma Empresa Nova para uma Sociedade Nova. A Empresa tem de estar ao serviço do Homem – e não o Homem ao serviço da Empresa. (MDE/S 1974: 13)

Em alternativa ao paternalismo autoritário, o movimento advogava novas formas de organização interna, baseadas no princípio da humanização do trabalho:

A empresa não pode ser um local de trabalho penoso. A capacidade inovadora da empresa deve servir para defender os homens (...). O respeito pelos trabalhadores exige que estes tenham uma informação completa sobre a situação da empresa e os seus projetos. A participação de todos os trabalhadores na vida da empresa exige que a informação completa corresponda uma crítica permanente, transformando as tensões numa condição de progresso. As pessoas participam nas empresas através do debate dos seus problemas profissionais e não só através da eleição de representantes (...). As grandes empresas deverão procurar organizar-se em unidades produtivas que não ultrapassem uma dimensão compatível com as exigências do trabalho humano e criador, onde o espírito de grupo possa existir. (MDE/S, 1974: 14)

Além da criação de uma equipa de investigação, a Empresa e Desenvolvimento Social (com o apoio de consultores da *Mckinsey*), o MDE/S propunha um modelo específico de organização empresarial. Este seria composto por um núcleo central responsável pela definição das suas metas e pela nomeação dos gestores dos núcleos setoriais, constituídos, cada um, por grupos de trabalho autónomos coordenados entre si. A gestão seria complementada por um núcleo de apoio, onde as informações sobre a atividade dos núcleos e dos trabalhadores seriam reunidas (CCITGC,¹⁰ 1977: 155). A vantagem do modelo residia na

⁹ A grandeza do seu objetivo não podia depender da CIP, “sendo difícil imaginar como uma tão grande organização irá ter a possibilidade de promover conceitos progressivos nas relações industriais” (CCITGC, 1977: 28). Nos documentos analisados pela comissão coordenadora das intercomissões dos trabalhadores do grupo CUF (CCITCG), refere-se, inclusivamente, a possibilidade de se promover um “conflito aparente entre a posição da EDS (Empresa e Desenvolvimento Social) e a posição de uma fração da CIP, de modo a reforçar a sua credibilidade” (CCITCG, 1977: 30).

¹⁰ Comissão coordenadora das intercomissões dos trabalhadores do grupo CUF.

promoção do trabalho de equipa e da “realização pessoal e profissional dos colaboradores da EMPRESA” (*idem*: 159).

Não obstante o reconhecimento das tensões como “elementos dinamizadores fundamentais de uma sociedade democrática” (*idem*: 13), o MDE/S não deixava de alertar para os perigos representados pelo “ambiente anormal de reivindicações”, próprias, não de uma economia como a portuguesa, mas de “países com um nível de desenvolvimento muito superior ao nosso” (*idem*: 25). Para Eugénio Rosa, economista próximo da Intersindical e do Ministério do Trabalho, as propostas do MDE/S representavam uma tentativa de reproduzir o poder dos monopólios sobre a economia nacional, não só por destacarem uma grande parte dos investimentos público e privado para setores dominados por grupos ligados ao movimento, mas por tentarem estender tal domínio às PME (por via de empresas de comercialização e sociedades de gestão) e à própria poupança nacional, através do fomento da Bolsa de Valores, de fundos de investimento, ou da atividade das seguradoras. Em suma,

um autêntico plano monopolista, orientado pelo critério do máximo lucro, que teria inevitavelmente como consequência, no caso de ser aceite e posto em execução, por um lado, um maior domínio da Economia portuguesa por meia dúzia de monopólios e, por outro, a eliminação acelerada de muitos milhares de pequenas e médias empresas. (Rosa, 1974: 151)

A transição para o socialismo, meio e fim da resolução dos problemas da economia portuguesa, obrigava à execução de uma “nova política económica”, cumprindo-se assim o programa delineado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Ao nível das PME, a adoção destes princípios deveria ultrapassar o trabalho então realizado pela Comissão de Apoio à Pequena e Média Empresa (mais tarde renomeada Instituto de Apoio à Pequena e Média Empresa – IAPMEI), com pouca margem de manobra financeira, passando por uma mais forte e eficaz intervenção do Estado. Esta, contudo, deveria evitar o financiamento de empresas “mal dimensionadas, mal organizadas, mal geridas”, com prejuízo tanto para trabalhadores, como para consumidores. Associadas em cooperativas de produção, as PME poderiam transformar-se “depois de devidamente organizadas e modernizadas, em secções especializadas daquelas sociedades” (Rosa, 1974: 100-101), dotadas “de um sistema de gestão moderno dirigido por pessoas minimamente qualificadas” (*idem*: 102).

O desenrolar da situação política, marcada pelo fracasso das tentativas de golpe a 28 de setembro e a 11 de março e, sequencialmente, pela fuga e prisão de elementos afetos ao MDE/S, irá confirmar a hegemonia do campo “antimonopolista”, nomeadamente após a nacionalização de setores estratégicos da economia portuguesa.¹¹ A impossibilidade de se

¹¹ De acordo com um inquérito realizado pelo INII para o período de 74 e 75, das 77 empresas que responderam ao mesmo, 50% haviam-se deparado com a formação de comissões de trabalhadores entre abril de 1974 e março de 1975. A outra metade, durante março e novembro de 1975. Algo que “espelha bem que a movimentação dos trabalhadores teve sempre clara e inequívoca ligação à movimentação verificável no macrossocial e na macropolítica, sendo as épocas de formação de mais CT identificáveis com épocas de predomínio político de forças de esquerda” (AAVV, 1979: 8).

separar a construção de uma sociedade socialista da “batalha de produção” nas terras e indústrias, conduzirá os IV e V Governos Provisórios, dirigidos por Vasco Gonçalves, a proporem formas de institucionalização do controlo operário, nomeadamente nas unidades produtivas a serem nacionalizadas (Patriarca, 1976; Noronha, 2011). Em agosto de 1975, o Conselho de ministros aprova o projeto de decreto-lei sobre controlo de produção,¹² com o objetivo de “criar as condições para a crescente participação organizada dos trabalhadores na batalha da economia, contra a sabotagem, pela melhoria quantitativa e qualitativa da produção” (Patriarca, 1976: 792). Reconhecendo o importante papel desempenhado pelas CT, a lei propõe-se regular o exercício de tais competências. Além de sugerir uma nova composição das CT, passando a integrar no seu seio delegados sindicais (dada a maior afinidade entre Intersindical e o Governo Provisório de então) e, nos casos de inexistência de CT ou de processos de formação das mesmas, a sua substituição por comissões ou delegados sindicais, o projeto visa um enquadramento das suas responsabilidades. Estas devem ser ponderadas, em primeiro lugar, de acordo com a atividade da empresa, garantindo a não interferência “no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes” e na “melhoria qualitativa e quantitativa da produção, designadamente nos campos de racionalização do sistema produtivo, formação e aperfeiçoamento profissional, simplificação administrativa e aumento de produtividade” (*idem*: 792). Em segundo, deverão ser conformes às normas legais e aos programas de governo, seja ao nível da unidade, do setor, ou ainda do âmbito nacional, como a “de medidas de *austeridade* económica que o Governo adote, designadamente em matérias de poupança de recursos importados de energia e eliminação de formas de desperdício” (Patriarca, 1976: 792).

O plano de institucionalização das práticas de controlo operário esteve longe de obter um consenso generalizado entre o “campo antimonopolista”, originando tensões no seio do próprio IV Governo Provisório entre a visão mais centrípeta de Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho,¹³ e a posição mais descentralizadora de João Martins Pereira, da Secretaria de Estado da Indústria e Tecnologia.¹⁴ O registo de um dissenso entre as próprias autoridades é elucidativo do ambiente vivido nas empresas, em particular naquelas onde o

¹² O documento foi aprovado pelo Conselho da Revolução, não tendo, no entanto, sido promulgado pelo Presidente da República (Patriarca, 1976: 792).

¹³ É futuro secretário-geral do PCP (1992-2004).

¹⁴ A 7 de maio de 1975, Carvalhas apresenta um primeiro projeto de atribuição de competências e de um modelo de composição das comissões de controlo da produção. Este documento confrontar-se-á com a visão de João Martins Pereira. Começando por propor uma definição genérica do conceito de controlo de produção, Martins Pereira defende que só a sua prática conseguirá superar todos os conflitos e contradições que lhe são próprios: o produto a desenvolver, as tecnologias a utilizar, o conflito entre a necessidade particular da empresa e a necessidade geral do movimento (o que pressupunha uma maior articulação entre as unidades económicas) e “a gradual transposição dos conceitos tradicionais de rendibilidade empresarial para o da oportunidade social” (Patriarca 1976: 769-770). Ao contrário do anterior projeto, enfatiza-se “a importância da dinâmica democrática no interior das empresas” (Noronha 2011: 459), propondo-se, dada a “‘vocação’ profissional” das estruturas sindicais, comissões de controlo eleitas em assembleia de trabalhadores. Estas, no entanto, poderiam deixar-se substituir por comissões sindicais, caso os trabalhadores assim o desejassem.

número de trabalhadores e a perspectiva de nacionalização parecem reforçar a posição das CT. A consolidação desta etapa do processo revolucionário, conforme se pode ler num documento publicado pela CT da Sociedade Central de Cervejas, implicava “a afirmação de um outro poder – o *poder operário*”, a impor “face a interesses que lhe são estranhos, quer sejam os dos capitalistas, quer os dos tecnocratas ou burocratas” (Patriarca, 1976: 776-777). Em termos práticos, como elabora o documento, as relações de produção ao nível da empresa passariam a ser decididas e aplicadas pelas próprias CT, após deliberação em assembleia, e não por órgãos de Estado, sindicatos ou comissões de técnicos especializados, estes últimos classificados como agentes reprodutores de uma “divisão capitalista do trabalho na empresa”. A existir a necessidade de um saber técnico, este é remetido a “uma função de acompanhamento técnico diário da vida da empresa, e não poderes de decisão”. Tais preceitos, segundo o comunicado, pretendem lutar “contra os critérios burgueses da organização do trabalho na empresa”, em especial, “a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual” (*idem*: 778).

Enquanto princípio, e na visão do conselho de defesa dos trabalhadores da Lisnave, a divisão do trabalho não era necessariamente incompatível com a nacionalização socialista da indústria. A questão, sob o seu prisma de análise, não era tanto de forma, mas de conteúdo, ou seja, a existência de uma direção não teria de ser um problema, caso os seus membros fossem “homens dotados de espírito lúcido e de bom senso prático”, não mais orientados pelas lições emanadas dos cursos de gestão, mas sim por uma meritocracia revolucionária, com o conveniente “devotamento ao socialismo científico” (Patriarca, 1976: 781).

Nos mesmos meses do “verão quente”, dirigentes sindicais do setor têxtil aprovam em encontro nacional o documento “Em frente pelo controlo operário”, definindo as nacionalizações como uma etapa e não como o fim do processo revolucionário. O cumprimento do alegado desígnio histórico da classe operária é atribuído ao domínio das rédeas do sistema produtivo, “considerando como contrarrevolucionárias as diminuições do ritmo de trabalho e as greves” (*idem*: 783). Identificando o sindicato como a estrutura mobilizadora do controlo operário, o esboço dos novos órgãos de empresa nega a participação de representantes do patronato e de seus “empregados superiores, por muito reconhecida que seja a sua competência” (*idem*: 783), a serem substituídos por técnicos afetos ao sindicato. O seu papel não seria reproduzir a “divisão burguesa do trabalho”, mas “ultrapassar os limites da especialização” (*idem*: 783). Se, até então, os operários haviam sido tratados como “‘máquinas’ sem cérebro para pensar na defesa dos seus interesses”, subjugados por capatazes e gestores, “‘sábios’ que escondem ociosamente os seus conhecimentos só porque estudaram nas escolas burguesas” (*idem*: 789-790), doravante teriam o poder de “controlar os ritmos de trabalho e inclusivamente substituir a hierarquia estabelecida na organização da produção e na transformação dos objetivos desta” (*idem*: 789). O documento termina com um alerta para as “falsas soluções”, criticando a autogestão, cúmplice inocente da descapitalização capitalista em imóveis e gastos luxuosos, e a cogestão, meio pelo qual “os capitalistas pretendem fazer uma conciliação de classes” (*idem*: 791).

Nas suas diversas variantes, numa amálgama de versões muitas vezes contraditórias entre si, o controlo operário nas empresas originou uma inversão das relações de poder no seu seio e, com ela, uma explosão discursiva. Os comunicados de CT, as propostas de decretos ou as fervorosas (mesmo caóticas) assembleias revelaram, com todas as suas incoerências e

inconsequências, uma “abertura à discutibilidade” (Trindade, 2004: 24), subversiva da relação entre o operário e o capataz, o gestor, o patrão e o próprio trabalho.

Os gestores de recursos humanos e o processo revolucionário

A contestação dos modelos de gestão capitalista da empresa, dos mais tradicionais aos mais humanizantes, terá óbvias repercussões sobre a condição dos profissionais responsáveis por essa área. Ao percorrermos os primeiros números do boletim *Pessoal*, publicado pela APG,¹⁵ bem como as entrevistas com os seus precursores, e as edições comemorativas (APG, Venda 2004), deparamo-nos com um ressentimento e sentimento de injustiça em relação ao processo revolucionário, derivado de uma atribuição de culpas que, segundo os próprios, haviam sido responsabilidade de outros que não eles.

Fundada em 1963, a então Associação Portuguesa dos Diretores e Chefes de Pessoal nasce da iniciativa de quadros de grupos como a CUF do Barreiro (Raúl Caldeira), a SACOR (Henrique Santa Clara Gomes), a SONAP (Pedro Cabo Fernandez), a Central de Cervejas (Manuela Mota e Cláudio Teixeira), a Lisnave (Manuel Bidarra) ou a Tabaqueira (Manuel Tavares da Silva), pretendendo responder, segundo o então presidente Raúl Caldeira, à “falta de ligação entre os profissionais da área do pessoal” (*apud* APG, Venda 2004: 10). Sem sede, o grupo reunia-se ou nas empresas em que os seus dirigentes trabalhavam ou no Instituto Nacional de Investigação Industrial, organismo público classificado como sendo “um bocado talvez contra a coisa dominante...” (*idem*: 19).¹⁶ Entre o trabalho desenvolvido pela associação, podemos nomear a realização de vários encontros nacionais, dedicados a temas como a função pessoal ou a participação na empresa e, a partir de 1975, a edição do boletim *Pessoal*. Inicialmente sob a forma de boletim, a publicação reúne traduções de revistas estrangeiras, artigos da autoria dos seus membros, e os textos das intervenções nos vários colóquios organizados pela associação.

Além de procurar um maior contacto entre os gestores de recursos humanos, o principal objetivo da associação reside na divulgação dos princípios da “humanização da empresa”, cuja aplicação à altura se encontravam limitada aos grupos de maior dimensão. Referimo-nos não apenas à defesa de uma formação intelectual e moral, dentro e fora da fábrica, mas

¹⁵ Inicialmente, a associação adotou a designação de Associação Portuguesa de Diretores de Pessoal.

¹⁶ Criado em 1959 e então presidido pelo Eng.º Magalhães Ramalho, ex-subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria, o Instituto Nacional de Investigação Industrial, nas palavras do seu diretor, nascia do reconhecimento de que, “o progresso e bem-estar modernos passam cada vez mais através dos laboratórios” (*apud* IP, 1959: 55), sendo o seu principal objetivo “promover, auxiliar e coordenar a investigação e a assistência que interessem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento industrial do País”. Para tal, conforme a peça publicada na *Indústria Portuguesa*, contaria com a “colaboração de especialistas, técnicos e instituições nacionais e estrangeiras qualificadas para o efeito” (IP, 1959: 55). A sua atividade seria realizada a partir de dois gabinetes técnicos, um dedicado a questões de natureza técnica (relativas ao capital fixo das empresas) e outro subordinado a assuntos relacionados com a organização do trabalho. A este nível, o Instituto será responsável pela organização de diversos cursos e jornadas de produtividade, com vista à formação de quadros.

igualmente à introdução de contrapartidas materiais, passíveis de gerar uma maior produtividade. A prossecução destas metas estaria, contudo, dependente da existência de um novo tipo de autoridade na empresa, cujo poder assentasse mais no conhecimento técnico e no empreendimento próprio – de uma “auto-ajuda”, como sublinha Fernando Ampudia de Haro (2011) – do que na capacidade de se fazer obedecer. Os gestores de recursos humanos constituíram, justamente, uma parte do escol responsável pela garantia de tal empreendimento.

Embora a associação não tenha sofrido represálias políticas da parte do Estado Novo, a narrativa dos acontecimentos desenvolvida pelos “homens de pessoal” destaca o conflito de ideias com o antigo regime e a vigilância exercida pela polícia política:¹⁷

Receio da associação não tinham, porque nós éramos pessoas conhecidas, alguns contra o regime vigente; toda a gente sabia que muitos não éramos ativistas, não éramos ativistas partidários nem nada que se parecesse... Mas éramos de certa forma pessoas que assumíamos o nosso papel, com responsabilidade, de cabeça levantada, e portanto aquela gente não gostava muito de nós na altura (...). Fizemos um encontro, os primórdios dos encontros de hoje, uma vintena de pessoas, uma sala, apresentava-se meia dúzia de temas e por aí adiante. Fizemos um escaparate com os livros de cada um, para divulgar os livros profissionais que havia, os que cada um tinha, mas a certa altura começámos a ver que havia lá um parceiro a meter o nariz nos livros. Quem é? Quem não é? Viemos a saber que era um inspetor da PIDE (*apud* APG, Venda 2004: 20).¹⁸

Algumas das suas principais figuras, em particular Henrique Santa Clara Gomes (eleito presidente da associação em 1969) e Manuel Bidarra,¹⁹ foram membros da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, um grupo com raízes democratas cristãs, cujos dirigentes e sócios constituirão, futuramente, um “excelente alfobre para os mais cotados partidos democráticos” (Bidarra, 1989: 14).

A eclosão do Movimento de Maio, após o 25 de abril, e o saneamento das empresas, não poupará, contudo, os gestores, conforme o relato de Henrique Santa Clara Gomes.

No 25 de Abril, com a chamada revolução democrática, parece que o odioso das empresas, ou seja, quem foi colocado em xeque, questionado, foram os diretores de pessoal, quando não eram mais do que mandatados, procuravam fazer o melhor em termos de respeito humano, consideração, respeito pelo

¹⁷ Em parte, relacionada com os contactos internacionais da associação, membro da *European Association for Personnel Management*.

¹⁸ Declarações do então presidente Raúl Caldeira.

¹⁹ O último, ex-militante da Juventude Operária Católica (JOC), foi um dos autores da carta a Salazar de 1959, em denúncia das violações de direitos humanos perpetradas nas colónias e nas prisões portuguesas (igualmente assinado por figuras como Alçada Baptista, Nuno Teotónio Pereira, Gonçalo Ribeiro Telles ou Sofia de Mello Breyner). Interrogado pela PIDE e submetido a julgamento, viria a ser amnistiado no ano seguinte. Em 1963, participa na fundação da Pragma – Cooperativa de Difusão Cultural e Ação Comunitária, ligada a grupos católicos oposicionistas (entre os seus membros podemos referir, mais uma vez, Nuno Teotónio e Mário Murteira). Em 1967, a PIDE encerrará a sua sede, prendendo alguns dos seus dirigentes. Das suas cinzas nascerá a SEDES (Bidarra, 1989).

trabalho, valorização das funções de cada um, racionalização do trabalho. Mas o 25 de Abril tinha de encontrar forçosamente alguém, e foram os diretores e chefes de pessoal (*apud* APG, Venda, 2004: 40).

As demissões, perseguições e até prisões que foram realizadas eram, segundo o gestor Álvaro Barreto, fruto de assembleias “na maioria das vezes minoritárias e orientadas por demagogos oportunistas, especialistas na criação de estados emocionais”, ao invés “de um processo cuidadosamente levado, com regras de atuação bem definidas e dando garantias integrais de julgamento isento e imparcial” (Barreto, 1976: 59). Os *excessos cometidos*, expressão para sempre associada ao processo revolucionário (Trindade, 2004) parecem, contudo, ter raízes mais profundas (e menos psicológicas) que o mero estado emocional dos seus agentes.

A descrição realizada por Manuel Alarcão e Silva, membro da APG, apresenta os gestores de RH como constituindo um corpo maioritariamente recrutado entre diplomados “quase sempre pertencentes à considerada média e alta burguesia, pois eram também essas classes que mais alimentavam as nossas universidades” (Alarcão e Silva, 1976: 89). Às diferenças de classe entre gestores e operários associava-se a posse de “vários privilégios desde o estatuto de remuneração diferente até aos sinais exteriores de prestígio e uma certa liberdade com o *patrão*, perante o qual, por sua vez, por virtude das suas próprias limitações e pela referida falta de solidariedade de classe, se encontrava bastante desprotegido e, logo, dependente” (*idem*: 90). Nesta lógica, segundo o historiador João Bernardo, os gestores poderão ser encarados como uma classe distinta dos proprietários, mas também dos próprios trabalhadores. Algo identificado não só pelo nível salarial, bastante superior ao auferido pelos operários, mas também pelo acesso a um conjunto de regalias, prémios e títulos de propriedade, muitas vezes já depois da reforma. Um dado que leva o autor a concluir que “os gestores, tal como os burgueses, embora por formas jurídicas diferentes, apropriam-se da mais-valia extorquida” (Bernardo, 2001: 207). Compondo uma classe com interesses específicos, a sua condição não impede a aproximação ao patronato, em particular ao seu escalão mais esclarecido e com maior poder económico, ao contrário do verificado com outros grupos socioprofissionais, como os bancários²⁰ ou os militares. Neste caso, o reconhecimento do papel desempenhado na deposição do antigo regime e a própria origem de classe (os “soldados, filhos do povo”)²¹ levam a que os interesses específicos da corporação, construídos

²⁰ No Portugal do Estado Novo, a ocupação bancária é marcada pela inexistência das condições materiais e simbólicas necessárias à afirmação do seu *colarinho-branco*: baixos índices remuneratórios, reduzida diferença salarial entre pessoal técnico e não especializado (Gonçalves, 1991: 145), mas também pela relativa concentração de trabalhadores, propulsora de uma maior dinâmica associativa (Noronha, 2010).

²¹ Segundo os dados apresentados pelo historiador Rui Ramos, entre 1920 e 1960 a percentagem de militares com origens urbanas ter-se-á reduzido de 51% para 31%. Ao mesmo tempo, o serviço militar obrigatório contribui para que as Forças Armadas, através dos seus oficiais milicianos, importasse uma cultura política estudantil e contestatária (Ramos, 2012: 60). Ao mesmo tempo, a Academia Militar há muito que havia deixado de ser o espaço de reprodução de uma burguesia latifundiária e industrial, incorporando elementos da pequena burguesia a partir das décadas de 50 e 60 (Afonso e Costa, 1985).

a partir de “mecanismos que asseguram o isolamento coletivo em relação à população civil” (Palacios, 2003: 73), se esbatam no contacto com populações que, como eles, haviam sido vítimas da ditadura.²² Nasce assim uma nova identidade, corporificada em cabelos compridos, barbas por fazer e, essencialmente, numa “solidariedade com os mobilizados proactivos e a sua subordinação da disciplina ao sentido das ordens” (*idem*: 74).

Desorganizados e colocados em posições que lhes conferiam um estatuto social elevado, perigosamente próximos dos seus superiores, os gestores não se revelaram capazes de reformular as bases da sua identidade – à semelhança do que foi conseguido pelos militares –, o que implicaria a concomitante alteração dos seus poderes e funções ao nível da organização do trabalho, reduzindo-se a sua competência, quando muito, à mera consulta, nunca ao exercício de uma posição subordinante sobre o operário. Neste sentido, conforme sugerido pelos próprios comunicados das CT anteriormente analisados, mesmo aqueles considerados insuspeitos de filiações reacionárias viram a sua autoridade ser questionada por uma dinâmica que afrontava a própria ideia de uma gestão profissionalizada, adjudicada a um conjunto de técnicos, então remetidos a uma desvalorização tanto simbólica, quanto material. Num contexto em que a complexidade social se definia por “polos simples e abstratos, como ‘fascista’ ou ‘democrata’” (Palacios, 2003: 65), os gestores foram integrados na primeira, aquela, precisamente, cujo poder da palavra havia perdido qualquer legitimidade.

O ensaio de recuperação

Face a essa perda, procuram adaptar-se à realidade. A 22, 23 e 27 de novembro de 1974, a APG organiza o seu VII Encontro Nacional subordinado ao tema “Reflexões sobre as lutas de classes e a gestão do pessoal”. Embora os convites à participação de representantes da Intersindical e de diplomatas da URSS, da Roménia, da Checoslováquia e da Hungria, tenham sido goradas, a associação contou com a presença da professora Stanislava Borkoswka, da Universidade de Lodz (Polónia) e do sindicalista italiano Mario Umnia (APG, 2004: 41). Meses mais tarde, Dragoljub Kavran, filósofo e membro da Associação de Cientistas de Administração Pública Jugoslava, realizaria dois colóquios, em Lisboa e Coimbra, sobre a experiência da autogestão no seu país. Publicada no número 17 do boletim *Pessoal*, já em 1976, a sua intervenção destacará a relevância dos gestores neste processo. Embora fossem os trabalhadores a tomar as decisões básicas relativas ao funcionamento das fábricas, por meio de “um referendo por exemplo, ou através de um conselho de trabalhadores, que é eleito de

²² A relação entre forças armadas e sociedade é, na aceção de Boaventura Sousa Santos, incorporada por diversos tempos históricos interligados. O *tempo segundo*, o da “aliança Povo/MFA”, aqui descrito, resulta de uma continuidade (não linear) com o *tempo primeiro*, marcado pelo serviço militar obrigatório, um fenómeno de duas faces: uma de sedução, outra de repulsa (Santos, 1985: 15). Existe, portanto, um sentimento ambíguo em relação ao “ir à tropa” suscitado “tanto pelo distúrbio que ela provoca no círculo familiar e comunitário, como pela libertação que ela proporciona para fora desse círculo” (*idem*: 19). Se, por um lado, a instituição militar é signifiicante de disciplina e de hierarquia, por outro, surge no imaginário social das camadas sociais mais subalternizadas como oportunidade de mobilidade social ascendente.

dois em dois anos” (Kavran, 1976: 21), tais poderes não dispensavam a existência de uma divisão de trabalho. Nela, o gestor

(...) é o ponto principal de um grupo humano. A sua autoridade já não se baseia na posição que ocupa numa estrutura hierárquica ou numa corrente de comando, ele é eleito e controlado por aqueles que conduz. A sua posição baseia-se mais nas realizações do que no *status* atribuído. (Kavran, 1976: 24)

Uma conceção que nasce do contributo “não só de pensadores jugoslavos, mas também de pensadores de outros países e de outras épocas históricas” (Kavran, 1976: 33), nomeadamente dos Estados Unidos.

Um ano depois, em 1975, o VII Encontro Nacional da APG seria organizado em torno do tema “As relações de trabalho numa sociedade em evolução para o socialismo”. A urgência na reposição das suas competências leva a que, anos depois, artigos como “A empresa na China”, de A. Castilho Soares, presidente da assembleia-geral da APG entre 1975 e 1978, possam ainda ser lidos nos números do boletim *Pessoal*. Esta peça, em particular, analisa os principais contributos e vicissitudes da revolução cultural, acontecimento que determinou um novo tipo de diretório fabril, composto por operários, membros da milícia e quadros, pelo menos os “que souberam admitir os seus erros” (Soares, 1977: 11), mantendo, a título de exemplo, a atribuição de prémios de produção. No fundo, argumenta-se que a gestão pertence a um domínio que ultrapassa a natureza do regime: seja ele capitalista, seja ele socialista, terá sempre que contar com o saber de técnicos e especialistas.

O fim da “feira de ilusões” (Fernandes, 1989: 16) de 1974 e 1975, como viria a defender mais tarde o deputado Furtado Fernandes²³ (PSD/ASDI) numa sessão da APG dedicada à evolução da GRH em Portugal, dará lugar ao restabelecimento das funções então perdidas, isto apesar da existência de “quadros seriamente traumatizados (...) a quem se tem de dar a possibilidade de recuperação” (Ribeiro, 1978: 16). A afirmação é de Manuel Van Hoff Ribeiro, futuro presidente da APG (1980-1981) e chefe de gabinete de Manuel Tito de Morais, secretário de Estado do Emprego do VI Governo Provisório, uma nomeação que, à altura, refletia a importância das posições da APG sobre matérias laborais (Venda, 2003)²⁴ e assinalava ventos a favor da normalização, confirmados pelo golpe militar de 25 de novembro de 1975.

No encerramento do IX Encontro Nacional da APG, um ano depois, o discurso de encerramento do seu presidente René Cordeiro concentrar-se-á em torno da importância do fator “conflito”. Ao invés das abordagens tradicionais, que viam na repressão a solução para o problema, o gestor começa por o interpretar como “um ingrediente necessário em todas as

²³ Segundo José Barreto, “o dirigente dos ‘socioprofissionais’ do PSD” (Barreto, 1991: 351), grupo dedicado à intervenção nos locais de trabalho.

²⁴ Será mais tarde Presidente da Brisa (1997) e da SGPS José de Mello, em 2001 (Venda, 2003).

formas de organização social” (Cordeiro, 1976: 155). Aceitando-se a sua existência, há que tratá-lo de forma adequada, cabendo aos profissionais da GRH “a responsabilidade de compreenderem como podem eles [os conflitos] ser reconhecidos nas suas aparências, reduzidos, alterados ou transformados em fatores positivos” (Cordeiro, 1976: 157). A ideia subjacente é a de uma potencialidade inerente ao conflito, a realizar mediante o estudo da miríade de causas que o provocam e da resposta a dar a cada uma delas.

Ao longo do colóquio serão várias as intervenções a perfilhar este tipo de metodologia, à luz da qual as lutas sociais de 1974 e 1975 irão adquirir todo um novo sentido. A sua origem nas empresas, não em setores de atividade económica, por comissões de trabalhadores, e não por sindicatos, revela, segundo o jurista Bernardo Xavier, a “riqueza extraordinária da intervenção dos trabalhadores nas empresas” (Xavier, 1976: 19), expressa por várias vias, entre as quais o saneamento:

A verdade é que a própria pessoa, o empresário (...) passou a depender ainda da aceitação, quando não da confiança, da comunidade dos trabalhadores. Eu não vou discutir se estão bem ou mal, ou se o caminho pelo qual avançou neste sentido foi certo ou errado (...). Basta consultar o Diário do Governo para se ver que, nas múltiplas intervenções do Estado nas empresas, se diz que se nomeiam os senhores A, B e C porque merecem a confiança dos trabalhadores, porque foram eleitos pelas comissões de trabalhadores, por aí fora. Os exemplos são muitos e poderíamos multiplicá-los. O que aconteceu ao escalão superior portanto na própria entidade gestora da empresa passa, por maioria de razão, a acontecer nos próprios quadros da empresa. Todo o enormíssimo movimento a que se chamou saneamento, corresponde ainda a essa realidade, a uma influência direta da comunidade de trabalho em relação aos quadros da empresa. Continuo a dizer que não faço aqui uma exposição crítica deste tipo de problemas, apenas aponto factos. (Xavier, 1976: 20)

Independentemente do seu grau mais ou menos colaborativo, a comissão de trabalhadores “é um órgão da empresa para a empresa” (*idem*: 19), cuja dinâmica se desenvolverá de acordo com as circunstâncias ao redor. Logo, o abandono de uma “imagem caduca da empresa” e a compreensão da crítica que subjaz a reivindicação laboral, que já não reside “na privação da parte do valor que se cria (teoria marxista da mais-valia) mas sobretudo na privação que os trabalhadores têm de influenciar os seus próprios atos” (*idem*: 21), terá consequências distintas das verificadas no período pós-25 de abril.

A fratura entre trabalhadores, de um lado, e quadros, de outro, não se deveu a uma barreira técnica, mas sim ao “facto de parecerem estar em grupos diferentes defendendo interesses diferentes” (Aníbal e Teixeira, 1976: 144). Uma divisão que, na visão de Cláudio Teixeira e Anselmo Aníbal (deputado do PCP entre 1980 e 1987 e dirigente da APG), poderia vir a ser atenuada pelo alargamento do acesso escolar às classes menos privilegiadas. A menor desigualdade permitiria que quadros e trabalhadores se viessem a identificar como colegas, unidos por objetivos comuns. De um lado, e ao contrário de “alguns grupos de intenso fervor e instabilidade *revolucionária*”, os operários deveriam compreender que “assim como não se destrói o capital fixo-material de um País, não se deve também destruir o investimento efetuado em capital humano nas áreas cultural e técnica” (Aníbal e Teixeira, 1976: 145). De outro, a posse de conhecimento não poderia justificar a concentração de poderes, identificada na atitude dos que procuraram “no dia-a-dia e hora a hora, desacreditar, não acompanhando o empenhamento dos outros trabalhadores” (Aníbal e Teixeira, 1976: 146). Uma alternativa,

portanto, aos extremismos revolucionário e tecnocrata que, ao longo do processo revolucionário, foi regra entre as “camadas mais esclarecidas do operariado e dos trabalhadores em geral”, capazes de identificar no quadro a “mesma situação de assalariado, o mesmo interesse global numa política antimonopolista” (Aníbal e Teixeira, 1976: 147). Embora a proximidade cronológica ainda justificasse o frequente uso do termo “socialismo”, então indicador de todo o rumo a empreender, a sua abrangência acabou por lhe proporcionar os mais diversos sentidos, como se pode observar no seguinte excerto:

Se queremos criar um socialismo (...) teremos de conquistar o povo português que, como se sabe, já tem tido contactos directos com formas de organização da sociedade baseadas em polos de atração diferentes. Não é com chaimites, nem com artigos na Constituição que se irá construir uma sociedade socialista em Portugal (...). Só um sistema que corresponde aos interesses políticos da maioria terá viabilidade. No plano da sua eficácia e não no da sua existência. Evidentemente. (Antunes, 1977: 5)

A ênfase do “plano da eficácia” resume, de certa forma, o espírito do IX Encontro Nacional da APG. Num contexto em que se falava de “socialismo”, ao mesmo tempo em que se pensava na adesão à CEE, a questão social por excelência não parecia mais localizar-se no conflito geopolítico entre superpotências, mas em problemas internos a ambas as realidades, aqui apontados por Castilho Soares, presidente da assembleia-geral da associação:

A desfetação dos jovens pelo trabalho manual é já um dos mais graves problemas atuais e a causa de um conflito social dos mais graves. Acentua-se o mal-estar dos *quadros*, que se lançam em plena contestação social (...). Nas sociedades modernas engrossa um novo sub-proletariado, constituído por emigrantes, mulheres sem qualificação profissional e trabalhadores sem esperança. O trabalho é contestado (...). No trabalho o homem quer fazer prova de iniciativa, tomar responsabilidades, manifestar-se como pessoa que age, ser informado, sentir-se em segurança. Mas nas sociedades modernas, onde as necessidades de todos estão esgotadas, os desejos tornam-se cada vez mais sofisticados, subtis, imateriais, tão difíceis de exprimir, como de satisfazer. (Soares, 1977: 4)

Conclusão

Em 1975, a Comissão Trilateral, um *think tank* fundado pela família Rockefeller, publica o relatório *A Crise da Democracia*, da autoria de Michel Crozier (Europa), Samuel P. Huntington (EUA) e Joji Watanuki (Japão). Centrado na evolução política, económica e social do Ocidente desde o final da Segunda Guerra Mundial, o documento procura analisar as causas da “desintegração da ordem civil, do colapso da disciplina, da debilidade dos líderes e da alienação dos cidadãos” (Huntington, Crozier e Watanuki 1975: 2), uma referência aos movimentos sociais que, desde finais da década de 60, haviam originado “uma sobrecarga reivindicativa sobre o governo, a qual excedeu a sua capacidade de resposta” (*idem*: 8).

No capítulo dedicado à Europa, Crozier (1975) responsabiliza o modelo burocrático pela criação das oportunidades de desenvolvimento dessas tendências. De forma indireta e não inusitada, foi a distanciação entre representantes (seja este o Estado ou o sindicato) e representados que levou os últimos a enveredar por novas formas de associação política (organizações estudantis, a título de exemplo). Neste processo, o autor destaca o papel desempenhado por “intelectuais, pretensos intelectuais e para-intelectuais” (Crozier, 1975: 31) que, da literatura aos meios de comunicação social, têm espalhado uma cultura adversária aos

valores então dominantes. Os desafios, contudo, não surgem apenas deste segmento. Nas empresas, “a força conservadora, eventualmente paralisante”, da classe gestora tem contribuído para “uma relutância generalizada, entre a população mais nova, em aceitar os trabalhos humilhantes e mal pagos dos colarinhos azuis” (*idem*: 29). Tal crítica, por mais radical que fosse a sua manifestação, não deixava de expor as contradições e disfunções das formas tradicionais de dominação. Ao fazê-lo, substancia a procura por “modelos que produzem um maior controlo social com menor pressão coerciva” (*idem*: 55), os quais, em termos práticos, devem passar pela:

(...) modernização do processo educativo, pela improvisação do sistema de decisão ao nível das comunidades e regiões, pela radical alteração das condições de trabalho, pela recuperação do estatuto do trabalho manual, pelo desenvolvimento de programas de rendimento garantido, pela responsabilização das burocracias públicas perante os cidadãos e das burocracias privadas perante os consumidores. (Crozier, 1975: 55)

Dez anos depois, Daniel Cohn-Bendit, proclamado líder das revoltas estudantis de 68, publica uma série de entrevistas a figuras emblemáticas do *Movimento de Maio*. Um dos eleitos é Jerry Rubin, um dos principais vultos do movimento contra a guerra do Vietname e, à data, organizador de eventos e mentor do movimento *Yuppie*, ‘*Young*’, ‘*Urban*’ e ‘*Professionnal*’. Jovens porque continuam sãos, urbanos porque se apoderaram das grandes cidades e ocupam os postos importantes, e profissionais porque são ativos e competentes” (Rubin e Cohn-Bendit, 1988: 39). Questionado sobre a sua atual atividade política, Rubin responde da seguinte forma:

Não, já não luto contra o Estado. Já não vale a pena, já não é o bom combate. É preciso que, doravante, eu me torne no Estado. Não eu pessoalmente, é evidente. Nós todos. Todas as pessoas da geração dos anos 60, que nos tornámos as massas dos anos 80. A melhor, a única maneira de, hoje em dia, combater o Estado, é substituí-lo. E nós somos bastante numerosos para o fazer. Nós, os banqueiros – os dentistas, os médicos, os patrões –, somos o Estado. (...) Nós precisamos de homens como o Abbie,²⁵ mas em que o seu estilo de vida, as suas preocupações, têm a ver com as classes médias? Com todos aqueles que têm uma família, (...) que vivem, na América, e são felizes assim? E os operários? E os pobres? Vai hoje falar com os pobres, e o que é que eles querem? Triunfar! Eles querem o êxito, não a revolução. Eles nem sequer pensam na revolução! O que querem é triunfar como os outros. Cabe-nos a nós inventar uma filosofia do êxito que integre a democracia e o idealismo. (Rubin e Cohn-Bendit, 1988: 38-39)

Embora não o afirme taxativamente, Rubin é ele próprio o exemplo de uma renovação ideológica que recupera alguns dos princípios e metas da esquerda contestatária dos anos 60.

Este novo olhar, exemplificado pelas análises realizados pela APG, corresponderá a uma subversão dos subversivos, ou, como afirma Paolo Virno, de uma “revolução ao contrário” (Virno, 2006: 641). Refletindo a partir do caso italiano, o filósofo defende que o segredo do

²⁵ Referência a Abbie Hoffmann, outra das figuras emblemáticas do movimento *Yippie*. Expressão construída a partir da sigla YIP (*Youth International Party*), organização política fundada por Hoffmann e Rubin.

sucesso desta contra-revolução foi “ter transformado em requisitos profissionais, em ingredientes da produção de mais-valia e fermento do novo ciclo de desenvolvimento capitalista, as inclinações coletivas que, no ‘Movimento de 77’, se apresentavam, pelo contrário, como antagonismo intransigente” (Virno, 2006: 643). O problema do trabalhador, conforme a análise do gestor João Botequilha, não residia na “alegria espontânea de ser livre” ou na “possibilidade de se reunir e de se expressar sem inibições”, mas sim no ter-se deixado arrastar “para utopias e entusiasmos quiméricos” (Botequilha, 1977: 60). Desta forma, havia, por um lado, que aproveitar essa alegria e entusiasmo, essa *riqueza extraordinária* expressa por Bernardo Xavier, e canalizá-la para a empresa; e, por outro, que desenvolver um esforço de aproveitamento do conflito, encarando-o como um meio de diagnóstico das relações de trabalho e, nessa senda, de eventual reformulação das suas bases.

Imbuído de um *novo espírito*, evocando a expressão proposta por Boltanski e Chiapello, o capitalismo desencadeia “uma rutura com os anteriores modelos de controlo” por via da “assimilação das reivindicações de autonomia e responsabilidade anteriormente encaradas como subversivas” (Boltanski e Chiapello, 2007: 191): observa os seus críticos, estuda as suas propostas e, no final, aproveita as que constituirão o motor do novo regime de acumulação.

Referências bibliográficas

- Aavv (1979), “As atuações político-partidárias nas empresas”, *Pessoal*, 40(4), 3-40.
- AIP (1974), “Editorial – Corresponder à esperança”, *A Indústria Portuguesa*, 554, 47, 309-310.
- Afonso, A. H., Costa, M. B. (1985), “Subsídios para a Caracterização Sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 15/16/17, 97-122.
- Alarcão e Silva, M. (1976), “Perspetiva da APGTRH”, *Pessoal*, 19 (2), 85-98.
- Aníbal, A.; Teixeira, C. (1976), “A situação funcional dos gestores e os problemas globais resultantes da divisão do trabalho”, *Pessoal*, 19 (2), 137-148.
- Antunes, J. M. (1977), “Para um denominador comum das aspirações políticas do povo português”, *Pessoal*, 20 (2), 3-8.
- APG, Venda, A. M. (2004), *40 Anos da Gestão das Pessoas em Portugal*. Miraflores: Preâmbulo.
- Barreto, J. (1991), *A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)*. Tese apresentada à categoria de investigador auxiliar. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Barreto, A. (1976), “Conferência por um gestor”, *Pessoal*, 19(2), 57-64.

- Bernardo, J. (1991), *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez Editora.
- Bidarra, M. (1989), “Anos 60, a década decisiva”, *Pessoal*, 41, 10-15.
- Boltanski, L.; Chiapello, E. (2007), *The New Spirit of Capitalism*. Londres: Verso.
- Botequilha, J. (1977), “A gestão dos recursos humanos e a rentabilidade económica da empresa”, *Pessoal*, 29, 53-60.
- CCITGC, (1977), *O Capital Monopolista Conspira Assim!* Lisboa: Seara Nova.
- CIP, (1974), “Panorama da conjuntura industrial – aspetos gerais e sectoriais”, *A Indústria Portuguesa*, 557, 47, 623-629.
- Cordeiro, R. (1976), “Alocução do presidente da APGTRH”, *Pessoal*, 19 (2), 153-162.
- Crozier, M. (1975), “Western Europe”, in S. Huntington, M. Crozier e J. Watanuki (eds.), *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. Nova Iorque: NY University Press, 11-57.
- Fernandes, F. (1989), “Os anos 70, a década de todos os sonhos e algumas mutações”, *Pessoal*, 41, 17-18.
- Ferreira, J. M. (1997), *Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo”: História de um Equívoco*. Blumenau: FURB.
- Gonçalves, C. (1991), “A construção social dos quadros nos anos 60: algumas perspetivas de análise”, *Sociologia*, 1 (1), 101-164.
- Haro, F. A. (2011), “Gestão, desenvolvimento e êxito: Sociogénese da literatura de auto-ajuda em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 94, 41-61.
- Huntington, S.; Crozier, M.; Watanuki, J. (1975), *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. Nova Iorque: NY University Press.
- IP (1959), “Inspirações e objetivos do Instituto Nacional de Investigação Industrial”, *A Indústria Portuguesa*, 372, 32, 55-56.
- Kavran, D. (1976), “A gestão e seu contexto na Jugoslávia”, *Pessoal*, 17 (1), 3-34.
- Lima, M. P.; Ferreira, V. M.; Santos, M. L. S. (1976), *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento.
- Mailer, P. (1978), *Portugal: a Revolução Impossível?* Porto: Afrontamento.

MDE/S (1974), “Um projeto de ação concreta”, *Tempo Económico*, 11 (1), 9-11.

Noronha, R. (2011), *A Nacionalização da Banca no Contexto do Processo Revolucionário Português (1974-1975)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Noronha, R. (2010), “Inflação e contratação coletiva”, in N. Domingos e V. Pereira (eds.), *O Estado Novo em Questão*. Lisboa: Edições 70, 233-264.

Palacios, D. (2003), *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Coletivas na Revolução Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Patriarca, F. (1976), “Controlo operário em Portugal (I)”, *Análise Social*, 47, XII (3.º), 765-816.

Ramos, R. (2012), *História de Portugal*. [Vol. 8]. Lisboa: Esfera dos Livros/Expresso.

Ribeiro, V. H. (1978), “Gestão de Pessoal-Relações de Trabalho”, *Pessoal*, 35 (3), 3-18.

Rosa, E. (1974), *Problemas Atuais da Economia Portuguesa: Os Monopólios e o 25 de Abril*. Lisboa : Seara Nova.

Rubin, J.; Cohn-Bendit, D. (1988), “Jerry Rubin”, in D. Cohn-Bendit (ed.), *1968: A Revolução que tanto Amámos!*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 37-41.

Santos, B. S. (1985), “Os três tempos simbólicos da relação entre as forças armadas e a sociedade portuguesa”, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 15/16/17, 11-45;

Soares, A. C. (1977), “A empresa na China”, *Pessoal*, 20 (2), 9-15.

TE (1974a), “Quem tem medo dos sindicatos?”, *Tempo Económico*, 9(1), 9-10.

TE (1974b), “Um capitalismo progressivo?”, *Tempo Económico*, 11(1), 8.

Trindade, L. (2004), “Os excessos de Abril”, *História*, 65, 20-31.

Venda, A. M. (2003), “A viagem na vertical”, *Pessoal*, 6 (1), 52-57.

Virno, P. (2006), “Do you remember counter-revolution?”, in N. Balestrini e P. Moroni, *La Horda de Oro: 1968-1977*. Madrid: Traficante de Sueños, 641-662.

Xavier, B. (1976), “Recentes intervenções dos trabalhadores nas empresas”, *Pessoal*, 19 (1), 15-24.

Caminhos históricos da política científica portuguesa.

Da matriz republicana à Revolução de Abril (1910-1976)¹

Tiago Brandão,² Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC, FCSH-UNL)
brandao.tiago@gmail.com

Resumo: A partir de uma visão global do caso português, procurar-se-á neste artigo sintetizar algumas interpretações que nortearam estudos anteriores, nomeadamente algumas reflexões dispersas sobre a história da política científica em Portugal. Reflexões quanto a um trajeto histórico, elaboradas a partir de um estudo sobre as origens da JNICT e a própria génese da política científica portuguesa. Brandão (2012b) começa-se por recuar no século XX português, revisitando uma periodização para a história das políticas científicas em Portugal e enquadrando a emergência de um modelo tecnocrata de política científica (alegadamente sistémico e ‘vinculacionista’). Dar-se-á breve descrição da situação ocorrida durante a Revolução de Abril (1974-1976), que sugerimos olhar como um ponto de chegada do processo português, assinalando as ruturas e as continuidades que serão por fim objeto de algumas considerações finais, deixando-se porém em aberto a possibilidade de definir períodos posteriores a partir de nova investigação.

Palavras-chave: história da política científica, organização da ciência, instituições científicas, tecnocracia, JNICT

¹ Tema objeto de comunicação intitulada “Política e Ciência no século XX. História da organização da Ciência e política científica em Portugal”, realizada no âmbito do Ciclo de seminários “IX Ciclo Anual Jovens Cientistas Sociais | 40 anos de abril”, no dia 18 de junho de 2014. Estudo desenvolvido com apoio de uma bolsa FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref^o SFRH/BPD/84971/2012).

² Doutor e investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC, FCSH-UNL). Tem vindo a estudar a história da organização da ciência, trabalhando sobre a temática da construção da política científica em Portugal. Formado em História, desenvolveu tese de Doutoramento intitulada “A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da Ciência e política científica em Portugal” (2012).

Introdução

Em termos temáticos, qualquer estudo da política científica deve ter presente que se situa no âmbito dessa crescente disposição relacional entre Ciência e Política, um fenómeno histórico progressivamente perceptível no século XX, visível no projeto de organização da Ciência, assumido pelo Estado, e tendo passado por diversos momentos, tendo em vista atingir diversas finalidades – desenvolvimento científico, progresso material, legitimação e afirmação do poder do Estado –, envolvendo assim atores e interesses potencialmente divergentes.

Especificamente, no contexto da história portuguesa, iremos introduzir o leitor à problemática histórica da *construção* da ‘política científica nacional’³ em Portugal, procurando-se dar maior alcance histórico a essa terminologia (e.g. Gonçalves, 1996 e 1998). Há que captar como essa perceção de *construção* da política científica, não apenas numa ótica cumulativa, mas igualmente encadeando *paradigmas* (e.g. Ruivo, 1994), é fundamental para compreender e enquadrar o significado da criação da JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, por muitos anos considerada o marco de nascimento da política científica portuguesa, e em rigor o principal e único antepassado *direto*⁴ da atual FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Julga-se ainda que é oportuno relembrar alguns dos mitos em torno da história da política científica, recorrentes sobretudo na comunidade científica portuguesa. Desde logo, *i*) a ideia de que só podemos falar de política científica a partir da Segunda Guerra Mundial (e.g. o exemplo espanhol contraria claramente esta noção – Sanz-Menéndez, 1997, Sánchez-Ron 1988 ou López-Ocón, 2008) e que, inclusive, *ii*) para que se pudesse considerar política científica, existem determinados pressupostos teóricos e explícitos a incorporar na sua conceção – por exemplo, a intenção explícita de articular os objetivos de apoio à investigação com o desenvolvimento económico e, consequentemente, a noção de que a história da política científica se resume às intenções, programas e mecanismos de apropriação económica e tecnológica da investigação científica. Em terceiro lugar, no caso português, decorre em parte daqui *iii*) a ideia de que não existia política científica antes da criação da JNICT;⁵ a partir

³ A ‘política científica nacional’ foi uma fórmula usada com assinalável frequência pelos atores da administração da ciência e era então o tom presente na *Magna Carta* da JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, criada em 1967.

⁴ Não se deve considerar o INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica um antepassado da JNICT, pois o INIC (criado em julho de 1976) coexistiu com a JNICT, sendo o resultado de uma partição do Instituto de Alta Cultura (1936) e, anteriormente, da longínqua Junta de Educação Nacional (JEN, 1929) – parte desse património histórico deu origem ao atual Instituto Camões (1992). (Rollo *et al.*, 2012) Correspondia pois a linhagem JEN-INIC a um modelo de política científica distinto daquele que enformou a criação da JNICT, que por sua vez coabitava já com o IAC e depois com o INIC. Só posteriormente, em 1992 foi o INIC incorporado à JNICT, num processo algo controverso precedido por alguns episódios de competição institucional e embate de visões distintas para a política científica portuguesa.

⁵ Entendia-se inclusive que, inevitavelmente durante todo o Estado Novo, pelo facto de a comunidade científica portuguesa ter sofrido as perseguições políticas – não só com o quadro legal discricionário que proporcionou a depuração do funcionalismo público (e.g. Rosas, 1999; Rollo, 2011), mas porventura até mais por causa de uma permanente e transversal

daqui, outra leitura que se generalizou foi a de que *iv*) a existência da JNICT antes de 1974 era irrelevante, acrescentando-se ainda uma percepção generalizada de que esta Junta *coordenadora*, enquanto agência de política científica, *v*) teria sido sempre um órgão de financiamento, o que não corresponde à realidade do período que entretanto se estudou já com maior detalhe (Brandão, 2012b). Embora, progressivamente, esse perfil de agência financiadora venha de facto a prevalecer, nomeadamente após a JNICT vencer a competição com outras entidades do ‘sistema científico nacional’ (e.g. INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica e LNETI – Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia), à medida que se aprofundaria o processo de integração da política científica europeia, cuja implicação resultará na progressiva centralização na JNICT de todos os fundos disponíveis para a Ciência e Tecnologia (C&T) em Portugal.

Em suma, aquilo que importa realçar, para ancorar uma leitura sobre a emergência da política científica portuguesa, é a importância em relembrar o trajeto, um *processo* – em linguagem historiográfica –, que precede e enquadra esse marco da ‘política científica nacional’, que foi a criação da JNICT. Para compreender a política científica portuguesa, na verdade, e respetivas questões, incluindo tanto o presente como o legado, importa ir além do quadro nacionalista e autoritário do Estado Novo. Assim, a partir de uma proposta de narrativa histórica, que se tem vindo a adiantar, em contextualizações plasmadas nos trabalhos académicos entretanto produzidos (Brandão, 2008, 2012a e 2012b) e em colaborações no seio do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC, FCSH-UNL), incluindo projetos de investigação e artigos redigidos em autoria conjunta (Rollo *et al.*, 2011 e 2012), tem-se avançado na compreensão do que era até então o conhecimento sobre a organização da ciência portuguesa e das políticas científicas em Portugal. (e.g. Ruivo, 1998; Heitor e Horta, 2004; Henriques, 2006)

Debrucemo-nos então sobre a problemática histórica da *construção* da política científica portuguesa, captando as lógicas, preocupações e orientações que moldaram a ‘emergência’ da política científica em Portugal, estimulando a leitor a importância em compreender globalmente e numa perspetiva histórica as instituições e políticas científicas portuguesas. De forma a dar alcance à ideia de ‘construção’ da política científica, começemos assim por revisitar as periodizações da política científica em Portugal, observando-a enquanto processo histórico e deixando uma proposta quanto aos trajetos da organização da ciência e da política

ingerência política devido ao predomínio de critérios ideológicos no próprio processo de recrutamento universitário (Brandão, 2011; Carvalho, 1974) –, esse clima de repressão e obscurantismo teria inviabilizado totalmente a existência de uma ciência e investigação não só portuguesas como intramuros, nas próprias universidades, centros, institutos e laboratórios nacionais; daqui decorre mesmo a ideia arreigada de que estudar a política científica implicaria branquear as condicionantes à prática científica desses anos de regime autoritário; decorre mesmo a leitura de que não faria sentido nem seria possível estudar a política científica, pois o regime não teria tido política científica – todavia, com efeito, mesmo que assim fosse, a inexistência de uma política científica é ainda assim uma política... Em cima disto, muitos simpatizantes e até historiadores das oposições antifascistas e da história da cultura olham de soslaio para os estudos sobre organização da Ciência, respetivas instituições e políticas científicas, mormente no contexto do Estado Novo português.

científica portuguesa, dando uma ideia panorâmica e realçando os *paradigmas*⁶ que foram conformando a ‘política científica nacional’. Ou seja, procuraremos aqui elaborar uma proposta de narrativa histórica, de natureza político-institucional, sobre os trajetos históricos da política científica portuguesa, assim implicitamente matizando o caráter excecional com que frequentemente é mencionada a criação da JNICT.

Evolução e sobreposição de paradigmas na ‘política científica nacional’

Cruzando conjunturas e atores intervenientes no processo português, é possível revisitar a periodização da história da política científica, tendo presente a existência de três momentos no longo processo histórico de *construção* (Gonçalves, 1998; Ruivo, 1998; Brandão, 2008) da política científica em Portugal. A periodização é porém um exercício de organização da narrativa histórica, cuja dialética de tensões, de caracteres cumulativos e multifatoriais resultam normalmente numa cristalização difícil de resistir ao confronto historiográfico. Feito de uma permanente tensão entre memória, narrativas legitimadoras, de poder e de hegemonia cultural, o tempo e o espaço histórico é diverso, carregado de tensões e contradições.

Assim, procurando contemplar aqui uma dialética de continuidades e descontinuidades, como é da natureza dos trajetos históricos, de sobreposições e ruturas, evolução de traços cumulativos e involução em tensões e resistências, e perspetivas idiossincráticas, cremos então que a história da política científica deve ter presente os seguintes momentos: um período de génese (1910-1936), marcado pela afloração de uma identidade de pensamento e

⁶ Sobre o conceito de paradigma aplicado à perceção de etapas na evolução da política científica, veja-se Ruivo (1994 e 1998: 63 e 81-85), cuja proposta se baseia numa extrapolação do conceito kuhniano (Kuhn, 1996 [1962]). No entanto, apesar da tentativa de delimitar períodos, a aplicação por Beatriz Ruivo do conceito de paradigmas para a delimitação de períodos na história da política científica portuguesa resulta problemática, inclusive para descrever a evolução histórica do caso português. (Ruivo, 1998: 85 e 1994: 163) Creemos que, por via inclusive do caminho metodológico, e do próprio referencial teórico que privilegia, Ruivo adotou uma perspetiva porventura demasiado estática (senão algo mecanicista), insuficiente para captar as dinâmicas do tempo histórico, não retirando todas conclusões do conhecimento histórico que, apesar de algumas limitações mas de forma pioneira, a própria autora apresenta já no seu importante e exaustivo estudo. Como a própria refere, *determinar* «o começo da política científica nacional é um problema delicado, já que parece ser um *processo cumulativo*» (Ruivo, 1998: 84). Contudo – e apesar do levantamento sistemático que faz quanto às definições de política científica –, o facto de frequentemente insistir na noção de um ‘período de *pré-política científica*’ e, deste modo, valorizar apenas desenvolvimentos de institucionalização dessa política, episódios que anunciavam aliás uma determinada e bem específica visão de política científica, entre o segundo pós-guerra e a transição para o decénio de 1960 e, tendencialmente até, fixando-se, no caso português, na criação da JNICT (em 1967), tal posicionamento resultou num involuntário, certamente, afunilamento das problemáticas da política científica na história. Assim, torna-se hoje necessário que procuremos aqui propor nova periodização para o caso português, menos estática e mais coerente com as dinâmicas do tempo histórico, com os *processos de aprendizagem* e de *mudanças incrementais*, e que de facto venha a ter presente a dinâmica de *construção* da política científica, a conformação dessa ‘cultura de política científica’, que aliás a própria Beatriz Ruivo refere – isto é, “conjunto dos conhecimentos, a sua memória, sobre perspetivas de política científica, seus instrumentos, métodos e práticas”, que como sabemos não esgotam a densidade ampla e abrangente da problemática genérica da política científica na história e, sobretudo, não se esgotam nos modelos veiculados pela comunidade de analistas em política científica, apoiados em fóruns internacionalizados (Ruivo, 1998: 84 e 1994: 161).

ação em política científica, tornada visível pela criação da Junta de Educação Nacional e compreendendo-se aqui anos de pioneirismo, enorme criatividade e certo experimentalismo na implementação de uma política científica; um segundo período (1929-1960), em que sobressaem as condicionantes do regime autoritário, mas em que se abriram outras frentes de política científica (colónias, energia nuclear, etc.), cruzando-se já conceitos e visões distintas de política científica; outro período, também se sobrepondo, em que o regime do Estado Novo português teve de ceder às lógicas de um novo pós-guerra (1945-1968), em que começam a circular os conceitos ‘modernos’ da política científica, sob influência de diversas colaborações com organismos internacionais, desde a ajuda Marshall às relações com a OCDE, passando pelo Programa de Ciência da NATO e encerrando-se, simbolicamente, com a passagem de testemunho do salazarismo para o marcelismo. Por fim, temos a emergência de um período nos finais da década de 1960, resultado do predomínio do ‘paradigma tecnocrata’⁷ de política científica, alegadamente ‘sistémico’ e ‘vinculacionista’, em boa medida por detrás da criação da JNICT e que logrará resistir aos ventos revolucionários da aurora democrática em Portugal – política e ideologicamente em contraciclo. Resistindo à instabilidade política, o ‘paradigma tecnocrata’ irá permanecer e virá mesmo a beneficiar de renovado impulso proporcionado pelo horizonte europeu e pelo processo da integração comunitária, em boa medida um processo de delimitação da política científica à alocação de recursos, incrementados pelos fundos comunitários, e de subordinação às práticas auxiliares de programação e gestão, enquadradas por quadros legais e normativos comunitários.

Vejam os então em síntese, numa perspetiva político-institucional, os três períodos que se configuram entre 1910 e 1968, entre continuidades e sobreposições, demonstrando a dimensão cumulativa do processo de *construção* da política científica. Veremos como em vésperas da Revolução de 1974 a diversidade do conceito de política científica em Portugal era patente, não obstante estar já em curso a paulatina afirmação de algumas lógicas de cariz tecnocrata. De seguida procuramos então avaliar o significado do processo revolucionário interrompendo este processo, desarticulando idiosincrasias e traduções institucionais, embora no final do período revolucionário (1974-1976) sob o manto da democratização e da modernização da sociedade portuguesas descortina-se já a sobrevivência de algumas lógicas que marcarão períodos subsequentes.

⁷ Por ‘paradigma tecnocrata’ entendemos uma lógica de afirmação e iminente predomínio de uma visão de apropriabilidade do conhecimento e da investigação, seja política ou económica, sendo inclusive propalada pela lógica ‘economicista’ uma visão tecnocientífica do conhecimento – isto é, atribuindo à tecnologia um lugar central no desenvolvimento económico e social e, simetricamente, olhando apenas para os fins tecnológicos (ou comercializáveis) da investigação e do desenvolvimento experimental. Assinale-se que, longe de ser um anacronismo, este fenómeno (e o sentimento associado) foi historicamente percecionado – por exemplo, Meynoud (1968).

Uma primeira etapa (1910-1936): da matriz republicana aos embates do autoritarismo

Nas nações ibéricas, na quietude das suas questões internas, eivadas de um sentimento de frustração, ou mesmo preocupação face à sua posição internacional, houve quem procuraram apregoar as virtudes da Ciência. Em ambos os países houve elites que entenderam a ciência como componente a perseguir, se a nação pretendesse apanhar o “comboio da modernidade” (OteroCarvajal, 2000).

Em Portugal, em particular, a natureza de um projeto político, no caso o republicano, parece ter despertado preocupações alargadas com o progresso da nação, contemplando a Ciência, nomeadamente como forma de “quebrar o isolamento cultural”⁸ do país, e especificamente o científico (Costa, [1918]: 60) – num entendimento que pretendia, inclusive nalguns mais ousados, entrelaçar a “alta cultura intelectual e a economia nacional” (Raposo, 1928: 416).

Entendemos portanto que, a partir de um reconhecimento da ciência enquanto instrumento político (Catroga, 1995: 584), o republicanismo contribuiu, de certa forma, para desencadear a “fase política da revolução científica”, conforme Dedijer ([1962]: 490) havia perspectivado em relação ao século XX. Em rigor, se não nasceu da República, pelo menos podemos reconhecer que as circunstâncias históricas que acompanharam a Primeira República proporcionaram a afloração de um pensamento, importante no âmbito da “cultura científica em Portugal, nomeadamente pela dimensão de organização da ciência e do papel pedagógico que lhe seria atribuído” (Rollo *et al.*, 2011: 110). Nesse pensamento contemplava-se, e insistentemente se propôs, a criação de diversos organismos.

De facto, a República empreendera uma muito ansiada reforma do ensino superior. Todavia, cedo se entendeu à Universidade renascida lhe faltava ‘alma’, esse ‘espírito científico’ que orientava os ideais da geração de 1911. Anexara-se pedagogicamente os institutos e laboratórios de investigação – criando-se inclusive outros, tais como o Instituto de Anatomia, o Instituto de Histologia e Embriologia, o Instituto de Fisiologia, o Instituto de Farmacologia e o Instituto de Anatomia Patológica (Morato, 1937: 5) – mas a articulação entre os departamentos, entre o conselho pedagógico e os institutos, entre a prática docente e a prática científica permaneceu disfuncional, entre passividade e conflito latente. É isto que expressa Azevedo Neves, nas seguintes e expressivas palavras:

A nossa Universidade começou logo por ter uma pequena alma e nenhum corpo, porque o decreto que a fundou, se lhe deu existência, não lhe trouxe o modo de ser. Deus criou o homem de barro, e depois insuflou-lhe a alma; o órgão e a função. A Universidade de Lisboa falta por completo a anatomia, de que

⁸ Isto na linha de um intuito propedêutico, de regeneração da nação portuguesa, característico do pensamento educativo de alguns segmentos das elites nacionais do último terço do século XIX.

resulta uma vida sem esteio, sem finalidade. (...) É necessário que a Universidade possua um ideal criador quanto à ciência, e um ideal de difusão, de infiltração quanto ao ensino e à cultura social. Em resumo, a nossa Universidade somente conseguirá desempenhar o papel que lhe pertence quando claramente assinalar um ideal científico e um fim social.» (Neves, 1920: 11)

Deste modo, face a estes problemas do ensino superior e à necessidade de afirmar um lugar para a Ciência, emergiu então a ideia de criação de um organismo independente da Universidade, da burocracia e da política, colocado paralelamente à própria Universidade, que, por seu lado, devia também tolerar a existência de centros e institutos de investigação, criados na sua órbita mas dependentes de instituição científica autónoma (Costa, [1918]: 68). Lembremos o próprio Agostinho de Campos, que falara sem rodeios:

Tolerar o inevitável: que as escolas superiores continuem a ser (como têm sido e as exige o ambiente social) estabelecimentos de preparação para as carreiras utilitárias. E entregar a função investigadora e criadora de ciência a institutos especiais, escrupulosamente dotados de pessoal, largamente dotados de material de trabalho (...). (Campos, 1937: 26)

Este primeiro período (1910-1936), portanto, contribui decisivamente para criação da ‘Junta de Educação Nacional’, enfim constituída em 16 de janeiro de 1929, de acentuada matriz republicana, de intuítos pedagógicos, um paradigma de política científica assente na estratégia de difusão e promoção da cultura científica. Conforme o diploma da Junta de Educação Nacional (JEN), característica de uma primeira geração de agências de política de ciência, avançara-se para a sua criação, “para favorecer a cultura científica, factor preeminente da riqueza e da força de um país, pela sua importância na formação da mentalidade social e pela sua influência na preparação profissional e na valorização do património comum (...)”.⁹

Logo nesses anos decorrerá um debate quanto à questão do modelo que acabou por consagrar-se com a criação da JEN. Conforme Baptista (2001), ficou cedo bem patente o problema das responsabilidades sociais e políticas dos ‘homens de Ciência’, o papel atribuído à cultura científica e os primórdios da emergência de duas atitudes face à organização da ciência. Uma aposta não só na ‘liberdade da inteligência’ como na ‘vontade pedagógica’ e no enraizamento social das *verdades externas* da própria prática científica (diria António Sérgio *apud* Baptista, 2001: 27), a ‘cultura científica’, por oposição a outra visão mais pragmática e apostada em apresentar os resultados da investigação científica, a visão que para uns terá já prevalecido e enformado o modelo final da JEN, aqui criticada como uma “Junta das Sumidades” (Baptista, 2001: 31) – uma clivagem entre ‘homens de cultura’ e ‘homens de ciência’, preexistente à própria emergência dos arautos do desenvolvimento económico

⁹ Segundo o Decreto n.º 16 381, de 16 de janeiro de 1929, que criava a Junta de Educação Nacional. *Diário do Governo*, Iª Série, n.º 13, 16 de janeiro de 1929.

(veiculado pelo ‘engenheirismo’ e depois por uma escola de economistas a partir do segundo pós-guerra) (Brito, 1988; Rodrigues, 1999 e 2004; Rosas, 2000).

Todavia, mais ou menos elitista, de uma forma ou de outra e do ponto de vista do modelo de organização da Ciência, da sua institucionalização, estamos a falar de uma instituição que, claramente, fazia já parte do “sistema externo da ciência”¹⁰ (Kaplan, 1975: 352), pois tratava-se de facto da primeira agência de política científica que o País teve. Outros projetos antecederam, mas por uma razão ou outra nunca passaram de propostas ou letra de lei (Rollo *et al.*, 2011 e 2012). Neste ponto, o modelo da Junta de Educação Nacional, claramente de matriz republicana, era expoente de uma ‘primeira geração’¹¹ de política científica, orientada pelo espírito do *laissez-faire*, que enquanto doutrina de economia política deu também corpo a órgãos de política científica tendo em vista ‘a promoção e o apoio’ da investigação científica, mas ainda não proclamando, diretamente ao menos, a afetação dos recursos científicos para determinados fins, aspeto que já será determinante na ‘segunda geração’ de agências de política científica que emergirão no segundo pós-guerra.

Uma segunda etapa (1929-1960): entre a tradição e a modernidade

Um segundo período (1929-1960) afirma-se sobretudo com a transformação da Junta de Educação Nacional no Instituto para a Alta Cultura, em 1936, um novo paradigma, o da “alta cultura”, confirmava a natureza do regime autoritário, nacionalista e elitista do Estado Novo português. O contexto autoritário já estava presente, e a Junta de Educação Nacional atravessará dificuldades de relacionamento com a tutela, muito por conta dessa matriz simultaneamente conservadora e centralizadora. (Rollo *et al.*, 2012). Mas com esta nova designação, inclinada para a cultura erudita, para as elites, confirmava-se a “política do espírito”,¹² um autêntico conceito historiográfico, utilizado sobretudo por historiadores da

¹⁰ Recuperando a definição de “sistema externo de ciência”, datada dos longínquos anos 60, torna-se clara uma distinção entre sistema interno e sistema externo, em termos de mapeamento das instituições científicas, que, do nosso ponto de vista, nos parece ainda bastante eficaz, pois permite que se isole um conjunto de instituições importantes na *construção* da moderna política científica. (Kaplan, 1975).

¹¹ O que distingue a ‘primeira geração’ de agências de ciência, relativamente a uma ‘segunda geração’ de órgãos desta natureza, é que a sua missão assentava no apoio e promoção da investigação científica por intermédio da concessão de bolsas, atribuição de subsídios e criação de centros – sem necessariamente vincular esses apoios a exigências de tipo ‘utilitarista’, de ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico ou de inovação de produtos e processos, perspetiva que é por vezes referida como ‘vinculacionista’ (e.g. Velho, 2011). Nessa primeira geração, as práticas de administração eram também tendencialmente casuísticas, longe dos procedimentos e lógicas da coordenação tecnocrata, assente em documentos programáticos, critérios de seleção e mecanismos de avaliação.

¹² Genericamente, a política do espírito, enquanto categoria desenvolvida por historiadores da cultura, foi uma estratégia de poder de oposição à mudança, tendo em vista impedir as transformações económicas e políticas que o devir histórico vinha forçando. Isto estava em sintonia com a estratégia salazarista de conciliação, de compromisso entre as facções, uma política a que “não presid[ia] qualquer clara opção pelas estratégias económico-políticas em confronto, mas tão-só o supremo desígnio de ‘durar’” (Rosas, 1995: 456)... Em concreto, por “política do espírito” entendemos um “teto ideológico”, quer na sua vertente de formação da mentalidade portuguesa – segundo os critérios de uma moral católica –, quer na sua vertente de

cultura. É um conceito que remete para as lógicas culturais do regime português (o teto ideológico de natureza católica e conservadora) – lógicas que transcenderam o plano cultural, com impactos visíveis no âmbito da economia política do regime (e.g. Rosas, 2000) e na própria afirmação da política científica no seio das políticas do regime. Assim, no contexto autoritário, o lugar da cultura científica¹³ era claramente secundário, à luz da ‘política do espírito’ e das depurações políticas da Universidade (Carvalho, 1974; Rosas, 1999a e 2011; Rollo, 2011), traços que denunciavam o caráter do regime e a forma como este se relacionou com a comunidade científica e entendeu o papel socioeconómico da cultura científica. Todavia, apesar das lógicas da política do espírito, e por detrás desta, encobriam-se outras agendas de natureza política, como a da organização central do desenvolvimento científico, ou seja a política científica – em menor medida a tecnológica de facto, pelo menos inicialmente, até ao pós-guerra, entregue desde os anos 30 aos ministérios sectoriais e aos laboratórios do Estado.¹⁴ A partir da ‘política do espírito’ revelava-se ainda a política de expansão cultural, na qual se compaginava a política da língua (cujo principal instrumento era a criação de leitorados).

Estas eram as agendas que estavam já presentes nos primeiros anos do Instituto para a Alta Cultura (1936-1952), configurando outros paradigmas que, ao sabor dos ventos da história vieram a acrescentar-se, ora emergindo dentro do próprio Instituto (IAC) ora competindo com a natureza, os pressupostos e políticas do IAC. Por exemplo, um projeto que

“formação e renovação do escol” – segundo os critérios do “magistério” e do “humanismo integral”. Em Jorge Ramos do Ó (1999), por exemplo, a política do espírito assentava numa “mediação ideológica” que significava, em termos práticos, uma política orientada por uma “doutrina da conservação”, basilar de um conjunto de resistências à modernização. (Rollo *et al.*, 2011 e 2012; Brandão, 2008, 2012).

¹³ Por ‘cultura científica’ entende-se não necessariamente a compreensão pública da ciência e a alegada necessidade de uma ampla ‘literacia científica’ sobre conceitos, teorias e métodos científicos – uma espécie de ‘popularização’ de um modelo convencional da ciência, tendencialmente neutral, imune aos valores ou às influências externas, social, política e ‘publicamente estimada’ –; mas antes a aceção mais ampla que remete para a capacidade de perceber e de lidar com a ciência e as aplicações tecnológicas, compreendendo-se aqui uma atitude e um espírito supletivo para o encontro e o diálogo, nomeadamente quanto aos processos deliberativos em áreas de política pública envolvendo o conhecimento científicos e a suas aplicações. O cerne da noção de cultura científica é pois, mais do que captar os conteúdos da ciência, perceber quais as decisões que importaria tomar, tanto para estimular a ciência, tendo presente o espírito de inquirição – mais do que os métodos, as teorias e os conceitos propriamente –, como para promovê-la em coerência com o bem coletivo – em que interessa uma compreensão de que a ciência é conduzida contemporaneamente por políticas, que variam consoante o contexto histórico, seja de natureza política, económica ou social. (Gonçalves, 2000; Costa *et al.*, 2002; Godin, 1999).

¹⁴ O conceito de ‘laboratório de Estado’ virá a ser potencialmente equívoco quando do regime democrático, com a emergência dos laboratórios associados. Até então refere-se aos laboratórios criados a partir dos anos 30, sob tutela de diferentes ministérios setoriais (obras públicas, agricultura, economia). Por exemplo, a Estação Agronómica Nacional (EAN, 1936) e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC, 1946), ou mais tarde a própria Junta de Energia Nuclear (1954). Após o 25 de abril de 1974, já durante o regime democrático, embora permaneçam os laboratórios do Estado, ainda que alguns deles sucessivamente reestruturados – e.g. do INII, convertido em Laboratório Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (LNETI), Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI) e depois Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG) –, surgiria o conceito de ‘laboratório associado’ (os primeiros surgem na realidade apenas em 2000), um estatuto que plasma bem o paradigma neoliberal de parcerias público-privadas, lógica hoje visível em áreas da gestão e administração da ciência, e que ao mesmo tempo, no contexto português, veio permitir criar ‘laboratórios’ aparentemente mais disponíveis para a implementação de “rotinas de avaliação” (Heitor e Horta, 2004: 41).

rompeu com as lógicas predominantes da “alta cultura” talvez tenha sido mesmo o da física (Fitas, 2006; Gaspar, 2008) e claramente a partir dos impactos dos programas nacionais e internacionais de energia nuclear. Foi mesmo dentro do IAC que se deu seguimento a uma nota de Oliveira Salazar¹⁵ (Rollo *et al.*, 2012: 220), a partir do qual, com diversas movimentações no seio do Instituto de Alta Cultura, se criou uma Comissão de Estudos de Energia Nuclear, bem como a própria Junta de Energia Nuclear, esta última já fora da tutela do Ministério da Educação.¹⁶

Foi na verdade sob ‘o paradigma do nuclear’ (1952/1954) que se introduziram claramente lógicas modernas de administração e política científica. Entende-se o projeto da ‘energia nuclear’ e os seus contornos institucionais enquanto impulso às lógicas da política científica (Rollo *et al.*, 2012: 218), pois a Junta de Energia Nuclear, além de trazer um novo modelo de organização da ciência (pois fora inclusive criada ao nível da Presidência do Conselho), assentava no entendimento de que era relevante a acumulação de *capacidades técnico-científicas* no seio da *Administração Pública* – o que estava no cerne dos laboratórios do Estado. Fruto de uma “opção política” (Taveira, 2003: 199), o projeto do Nuclear revelou-se o “único sector de alta intensidade tecnológica em que Portugal investiu” (Oliveira,¹⁷ 2002: 227), o que destoava do perfil técnico-científico tanto da própria comunidade académica e científica como da própria estrutura económica nacional (Brandão, 2012b: 148).

Já outro paradigma a ter presente, que correu em paralelo desde os anos 1930, decorria sem dúvida das renovadas preocupações com a soberania nas colónias portuguesas, sobretudo no que restava, a África portuguesa. É o discurso da “ocupação científica” do Ultramar português e as tentativas de renovação da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (1936), cujo “plano de ocupação científica do ultramar”¹⁸ e a reforma de 1945¹⁹ eram prenúncio de um investimento assinalável nas décadas seguintes – ainda assim não acompanhando o crescimento do IAC.

¹⁵ O Presidente do Conselho perguntava nessa nota: “Ninguém sabe nada ao que parece, mas não havemos procurar saber? [...] Não há alguém que estude como vai sair-se ou como poderá começar a sair-se do abismo de ignorância em que nos encontramos?”. AIC, *Centro de Estudos de Energia Nuclear*, 0677/10, Nota de 27 de outubro de 1951 de António de Oliveira Salazar para Fernando Pires de Lima.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 39 580, de 29 de março de 1954. *Diário do Governo*, 1ª Série, n.º 65, 29 de março de 1954.

¹⁷ Jaime da Costa Oliveira, citando depoimento de João Caraça – 21 de dezembro de 2001.

¹⁸ *Ocupação Científica do Ultramar Português*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1945. Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial.

¹⁹ Decreto-Lei n.º 35 395, de 26 de dezembro 1945, Ministério das Colónias. *Diário do Governo*, 1ª Série, n.º 287, 26 de dezembro de 1945.

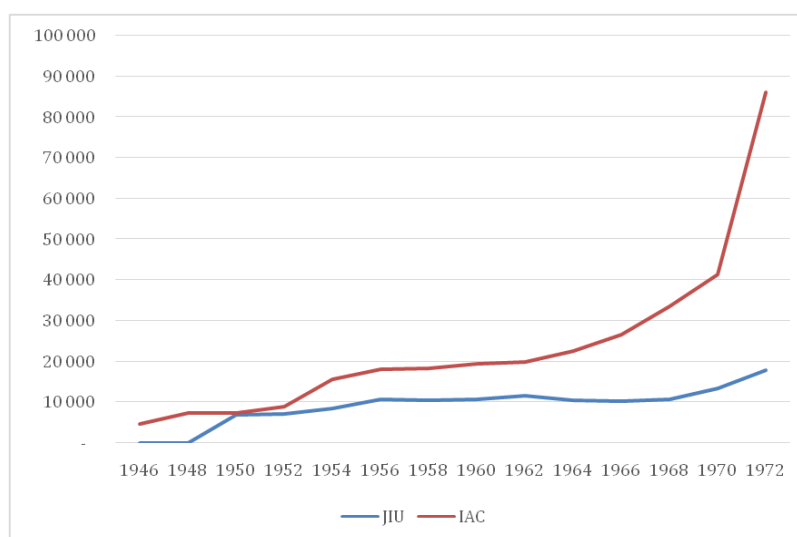


Figura 1. Evolução da dotação orçamental da Junta de Investigações do Ultramar (JIU) e do Instituto de Alta Cultura (IAC), 1946-1972 (contos).

Fonte: *Conta Geral do Estado, Direcção-Geral de Contabilidade Pública.*

A experiência nas Colónias, desde logo, foi a todos os títulos interessante. Com efeito, a questão do desenvolvimento científico das colónias fez logo parte das preocupações iniciais da JEN e, não obstante os constrangimentos financeiros, viria a ser referida ao longo dos anos, embora o excitante tópico da “ocupação científica das colónias” tenha acabado por se diluir “na vastidão das outras preocupações” (Rollo *et al.*, 2012: 82). Entretanto, como se sabe, em 17 de janeiro de 1936, em sequência de reorganização do Ministério das Colónias, foi criada a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.²⁰

Depois de uma fase inicial em que a empresa científica foi uma extensão da exploração geográfica, que passava em particular por uma inventariação dos recursos naturais, as décadas de 50 e 60, depois da fase de instalação da JMGIC, apontam para uma intensificação e expansão dos trabalhos científicos no Ultramar, nomeadamente sob a tutela da JMGIC. Indícios apontam para que nesta “segunda fase de expansão” da chamada “ciência colonial” se terá atingido um mais alto nível de atividade científica, devido ao maior envolvimento do poder político na empresa científica colonial. Durante o início da segunda fase, a história natural continuava a motivar grande interesse científico, mas tornara-se evidente que a ciência colonial passara a compreender uma maior diversidade de estudos científicos, pelo menos a

²⁰ Decreto-Lei n.º 26 180, de 17 de janeiro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, n.º 5, de 17 de janeiro de 1936.

partir de 1955, altura em que são criados os Institutos de Investigação Científica e de Investigação Médica de Luanda e de Lourenço Marques.²¹

A ciência era assim encarada como uma ferramenta importante para a afirmação internacional do império, bem como um instrumento auxiliar da obra colonizadora. É o argumento de que um dos impulsos para a “exportação de ciência” para territórios coloniais terá sido o “interesse nacional e a rivalidade inter-Europeia” (H. P. Von der Dunk *apud* Pyenson, 1989: 281). Igualmente, convergindo com as necessidades da administração colonial e da dinamização económica é evidente a emergência da ideia de uma política científica ao serviço da valorização das colónias, e que assume determinadas características, nomeadamente contribuindo para a *construção* da política científica nacional. Isto é, ao procurar apreender os traços específicos da investigação tropical de uma época, temos: primeiro, a noção de que houve um voluntarismo na associação entre ciência e ação colonizadora; segundo, a noção de que a investigação científica colonial tinha um lugar importante na política colonial do regime salazarista – senão mesmo na construção do “terceiro império” (Telo, 1994: 133) –, e particularmente como título de soberania.

Neste âmbito, uma das características da institucionalização progressiva da investigação no império vai ser, sem dúvida, a demarcação da ciência colonial em relação à ciência da metrópole, em prol das suas próprias preocupações, possivelmente com a intenção de ultrapassar resistências e inércias, as idiossincrasias que o projeto da ciência defrontava na Metrópole. Nesta hipótese, pode mesmo dizer-se que o Ultramar terá funcionado como *microcosmos*, duplamente precoce, quer nas questões, quer nas respostas... Note-se a fórmula feliz de um autor francês: “o império foi sobretudo um novo meio a compreender, tropical antes de colonial” (Bonneuil, 1991: 11).²² A própria experiência institucional da JMGIC, depois Junta de Investigações do Ultramar, viria a ser largamente distinta da experiência da Junta de Educação Nacional ou do Instituto de Alta Cultura, nomeadamente em relação à exigência de coordenação, por um lado, ou, por outro, tão só pelo simples facto das pesquisas aí conduzidas apontarem mais concretamente para resultados no terreno, para uma noção de ciência aplicada e até mesmo para uma articulação entre pesquisas científicas tropicais e economia ultramarina.

A mesma lógica, aliás, de capacitação técnica do Estado estivera já na base da criação de alguns laboratórios do Estado, entre meados da década de 1930 e o final da segunda-guerra. O significado destes laboratórios no contexto do Estado Novo (nesta altura, sobretudo a Estação Agronómica Nacional – EAN,²³ 1936, e Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC,²⁴

²¹ *Diário do Governo*, Iª Série, n.º 50, 7 de março de 1955.

²² Confirme-se, “o império [era] sobretudo um novo ambiente para compreender, tropical mais do que colonial” [no original: “l’empire [était] surtout un nouveau milieu à comprendre, tropical avant que colonial”] (Bonneuil, 1991: 11).

²³ A EAN apresenta uma história rica de antecedentes, normalmente desconhecidos. Em Portugal, por exemplo, remonta a 1869 momento em que se tratou do assunto da organização de estações agronómicas, quando se viria a estabelecer a Estação Agronómica Experimental de Lisboa, estabelecida na Quinta da Bemposta em 1870-71, na dependência do Instituto Geral de Agricultura, “com feição exclusiva de campo de experiências, para o estudo do emprego de diferentes substâncias

1942, 1946) está associada às *principais preocupações da altura*, nomeadamente *executar* atividades de índole científica e tecnológica, essencialmente de investigação aplicada. No entanto, mesmo nesses casos, é anotado na literatura o *isolamento* das atividades nesses Laboratórios do Estado, o que era, inclusive, “favorecido por uma indústria tecnologicamente atrasada” (Heitor e Horta, 2004: 12). Esta cultura do ‘fazer’, porém, permanecia algo à margem da cultura científica, anichada nas universidades e no IAC (Barata, 2004). Com efeito, como a lógica política do regime passava por não comprometer os equilíbrios sociais indispensáveis à perpetuação da classe dominante, a Ciência, durante o Estado Novo, acabou sempre por subsistir “funcionalmente isolada” (Caraça, 2002: 219), não obstante os esforços de algumas instituições científicas, dos laboratórios do Estado ou da ciência colonial.

fertilizantes, em diversas culturas”. Embora essa Estação nunca passara de um “simples campo experimental”. (Marçal, 1903: 7) Outras iniciativas, contudo, do final do século XIX podem ser referidas, umas de iniciativa particular ou outras decorrentes do plano de organização dos serviços agrícolas de 1886, de 1891, de 1899 e 1901, que vieram introduzir reorganizações e enquadramentos diversos à Estação Agronómica de Lisboa e criar outras *estações* numa lógica de clara descentralização que viria a legar uma nítida dispersão – e prejudicar a efetividade dos serviços decretados. Na verdade, parece claro que a organização da aplicação da metodologia técnico-científica à agricultura deparou-se sempre com importantes dificuldades, como se depreende das palavras de Ramiro Larcher Marçal, em 1903, cuja preocupação era demonstrar o “fim utilitário da Estação Agronómica de Lisboa, debaixo do tríplice aspecto, da conveniência pública do Estado, do interesse colectivo das associações agrícolas e do interesse particular do cultivador” (Marçal, 1903: 88). O regime republicano, por seu lado, parece não ter tido, nos primeiros anos, preocupações declaradas com a organização de estações agrárias. Apenas em 1918, aliás, seria criado o Ministério da Agricultura, por decreto de abril de 1918. Mas seria preciso esperar pela década de 20 para assistirmos a algumas importantes tentativas de reordenar a rede dispersa dos diferentes núcleos técnicos vocacionados para os trabalhos experimentais destinados à solução de problemas do meio agrícola. Assim, a 25 de setembro de 1923, pelo decreto n.º 9 148, criou-se a Estação Agrária Nacional, “por se reconhecer a indispensabilidade de transformar em estações agrárias, com um vincado carácter experimental, determinados estabelecimentos e núcleos técnicos inaptos para o estudo científico do meio agrícola, base imprescindível do fomento da nossa agricultura” (cf. Anais da Estação Agrária Nacional, 1926: 3), bem como “eliminar os serviços agronómicos sub-regionais como inúteis, por vício de origem”, e, então, por “imediata necessidade”, “promover que determinados ramos dos serviços do Ministério da Agricultura, principalmente visando o fomento agrícola do país, adquiram um grau de eficiência até hoje não atingido” (Diário do Governo, I.ª Série, n.º 205, de 25 de setembro de 1923). A Estação Agrária Nacional esteve portanto na base da criação da Estação Agronómica Nacional (EAN), no âmbito da reorganização dos serviços do Ministério da Agricultura, a 16 de novembro de 1936 (Decreto-Lei n.º 27 207, Ministério da Agricultura, Diário do Governo, I Série, n.º 269, 16 de novembro de 1936.) Sob a liderança de António de Sousa da Câmara, a EAN virá a atingir um patamar científico mais razoável, que lhe proporcionou alguma instabilidade, prestígio e mesmo alguma capacidade (ainda que limitada) de intervenção técnica e, inclusive, pela pena do seu diretor (e.g. 1943), em alguns fóruns de debate de política científica. (e.g. em debate da Assembleia Nacional, nos anos 1950).

²⁴ Criado pelo Decreto-Lei n.º 35 957, de 19 de novembro de 1946; aproveitando-se uma anterior criação do IAC, o Centro de Estudos de Mecânica Aplicada, criado em 1942 junto ao Laboratório de Elasticidade e Resistência dos Metais, no Instituto Superior Técnico.

Uma terceira etapa (1945-1968): dos ‘novos ventos’ ao marcelismo – ou a ascensão da ‘gestão tecnocrata’

Paradigma sentido dentro do IAC, mas tendo ocorrido fora, emergiu primeiro no pós-guerra como o ‘paradigma da produtividade’, a partir das influências do pós-guerra, da ajuda Marshall e dos programas de assistência técnica (Rollo, 2004 e [2005]). Fora, de facto, à margem da “Alta Cultura” que emergiu aquilo que entendemos ser o ‘paradigma tecnocrata’, veiculado a partir da participação de algumas individualidades nos principais organismos internacionais do pós-guerra, sob o próprio impulso inicial do Plano Marshall para a reconstrução da Europa, a partir do qual se veicularam as noções de planeamento, programação, gestão, produtividade e assistência técnica, noções e ideias que se introduzem de mão-dada com os arautos da produtividade (Rollo, 2004 e [2005]). Daqui emerge aquilo que se virá a afirmar nos anos 1960 como uma agenda tecnocrata. É a evolução deste paradigma da produtividade,²⁵ que teve certa dinâmica nos anos 1950²⁶ por via de algumas individualidades enérgicas (e.g. Jean Fourastié²⁷ e vários engenheiros, como em Portugal o voluntarioso Eng.º Ferreira Dias)²⁸ que anuncia um outro momento histórico em que se assiste a uma evolução clara para preocupações explícitas com a política científica das nações ocidentais, equacionada e mesmo difundida em termos de *modelo*; surgindo daqui, por exemplo, do ponto de vista da organização da Ciência, essa ideia forte da coordenação – sucessivamente promovida, ao longo das décadas de 1950 e 1960, a autêntico *mito* da ‘política científica nacional’.²⁹

O discurso paradigmático, ou modelar, da política científica, alegadamente de tom moderno, consolida-se de facto no segundo pós-guerra, e sobretudo nos anos 60 estabelecendo-se uma *narrativa* e um *modelo* de institucionalização; destaca-se a liderança

²⁵ Segundo Jean Fourastié, a produtividade foi a aplicação do critério científico ao setor produtivo, e no segundo pós-guerra, sob o impacto da ajuda Marshall, a produtividade afirmou-se-á como “medida do progresso técnico”. De facto, acreditava-se que a aplicação de um “progresso científico” resultava sempre num aumento de produtividade. Em Fourastié, aliás, fica a ideia de que a produtividade, enquanto conceito de política económica, sofreu alguma erosão por ser frequentemente identificada com um certo ‘americanismo’, suscitando reações tanto da classe política dirigente como dos próprios empresários. (Fourastié, 1954: 98 e 108).

²⁶ Cria-se mesmo, depois de vários impasses, o Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII). O Instituto Nacional de Investigação Industrial foi previsto pela Lei n.º 2089, de 8 de junho de 1957, e na dependência do Ministério da Economia, embora devido a sucessivos impasses venha a ser criado apenas pelo Decreto-lei n.º 42 120, de 23 de janeiro de 1959, configurando um modelo assente no conhecimento tecnológico e na produtividade. (Rollo *et al.*, 2012: 219).

²⁷ Fourastié, Jean (1954), *La Productivité*. Paris: Presses Universitaires de France.

²⁸ Dias, J.N. Ferreira (1998 [1945]), *Linha de rumo I e II e outros escritos económicos: 1926-1962*, org. por José Maria Brandão de Brito. Lisboa: Banco de Portugal.

²⁹ Formulação usada com assinalável frequência pelos atores da administração da ciência e tom particularmente presente na *Magna Carta* da JNICT. Decreto-Lei n.º 47 791, Presidência do Conselho. *Diário do Governo*, I Série, n.º 160, 11 de julho de 1967.

norte-americana (sendo inclusive comum referir-se a figura carismática de Vannevar Bush³⁰ como pai fundador da política científica moderna); afirma-se a OCDE, enquanto agente institucional veiculador de um conjunto de *racionalidades* em política científica; e procura-se inclusive estabilizar a metodologia estatística em ciência e tecnologia (C&T), para efeitos de comparabilidade (e.g. Manual de Frascati, 1963).³¹

Um exemplo paradigmático foi o da Comissão INVOTAN, tanto pelo capital de experiência acumulado, nomeadamente em termos de prática administrativa de um programa internacional de bolsas, como pelo pretexto para algumas discussões interessantes (e.g. aquando a reunião de Lisboa do Comité Científico da NATO, em 1966). A adesão de Portugal ao Programa de Ciência da NATO é exemplo elucidativo do cruzamento de vetores que, nesses momentos de colaboração internacional, contribuíram para a definição de uma ‘política científica nacional’. Neste episódio cruzam-se lógicas próprias da relação entre Guerra Fria e ciência, tecnologia e diplomacia científica – passando a política científica a desempenhar um papel geopolítico derivado da oportunidade geoestratégica atribuída à ciência –, com impulsos internos de voluntarismos e idiossincrasias relativamente ao tema da organização da ciência e da política científica interna.

Para Portugal, e sobretudo para Oliveira Salazar, o segundo pós-guerra mostrou que a salvaguarda do “interesse nacional” exigia uma aproximação aos Estados Unidos, cujo entendimento devia ser minimamente sólido sob pena do regime não sobreviver. Essa aproximação, depois dos Açores, materializar-se-ia na adesão ao Plano Marshall, em 1948, ao Pacto do Atlântico, em 1949, e sucessivamente em várias aproximações, como viria a ser a participação portuguesa no Programa de Ciência da NATO, a entender-se nesse contexto de considerações de ordem política e estratégica da aliança luso-americana (Oliveira, 2007: 16 e 18).³²

Assim, em 1958, quando o Comité Científico da NATO criou um programa de bolsas, lançando a *Organização* nos assuntos científicos, logo no ano seguinte surgiu a portuguesa INVOTAN. Criada oficiosamente nesse ano de 1959 (por despachos manuscritos de 22 de julho³³ e 4 de agosto de 1959,³⁴ ambos sobre informações da Inspeção Superior da

³⁰ Bush, Vannevar (1960[1945]), *Science, the Endless Frontier*. Washington: National Science Foundation.

³¹ A metodologia Frascati constitui o primeiro corpo formal conceitos para a discussão da política científica, definindo categorias e tipologias, sobretudo pensados para a prossecução de estudos estatísticos na área da “Investigação e Desenvolvimento” (I&D). Foi aliás resultado de um Colóquio da OCDE, realizado em Frascati – Itália, entre 17 a 21 de junho de 1963, onde foi revisto e aprovado o trabalho que viria a ser publicado com o título *La Mesure des Activités Scientifiques et Techniques. Méthode Type Proposée pour les Enquêtes sur la Recherche et le Développement*, nascendo então o principal manual de estatística para a área da Investigação & Desenvolvimento (I&D), e que viria a ficar conhecido como Manual de Frascati.

³² Para mais detalhes sobre a criação da INVOTAN e até mesmo sobre o envolvimento da OTAN nos assuntos científicos, veja-se Brandão (2012).

³³ Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros (APCM), JNICT, Comissão Coordenadora da Investigação para a O.T.A.N., Cx 2, Proc. G-24, Informação n.º [14/59], emitida pela Inspeção Superior da Mobilização Civil, assinada pelo técnico de 2.ª classe Rogério Baptista Cunha e Sá, e destinada ao Secretário Geral da Presidência do Conselho, a despacho do

Mobilização Civil), designar-se-ia “Comissão Coordenadora de Investigação para a OTAN” (ou Comissão INVOTAN), vindo mesmo a ser integrada na própria JNICT, enquanto Comissão Permanente, quando enfim se veio a institucionalizar pela Portaria 141/70, de 12 de março de 1970.

Há que apontar, então, para o papel da NATO no desenvolvimento de uma cultura de política científica em Portugal, ainda que no circuito restrito de um conjunto de figuras da administração da ciência em Portugal. Importa-nos sobretudo não deixar de salientar esta experiência de uma entidade de política científica, coordenadora, no final de contas, colocada então no Gabinete da Presidência do Conselho, vindo em parte a contribuir para a criação da JNICT. Com efeito, a infiltração do princípio da coordenação, preocupação que caracteriza uma conceção “moderna” de política científica, também beneficiou, e em larga medida, da “dinamização, mais ou menos orientada, de projetos e programas” (Gago *et al.*, 2004: 484), gerindo o financiamento de programas de formação avançada de recursos humanos, como era o caso da INVOTAN.

Sem dúvida, a questão da coordenação foi cedo apontada, por quase todos que queriam falar de política científica, como central para a *redefinição* das políticas estatais para a investigação científica (Brandão, 2008: 53; Rollo *et al.*, 2012). Como se explicou noutro lugar:

Num país periférico e com escassos recursos, onde a noção de ausência de “massa crítica” esteve sempre latente, a ideia da coordenação era também o centro de um discurso simultaneamente estratégico e pragmático que se acomodava e convivia com outro discurso mais conservador, pouco atreito a esbanjar créditos do erário público com os assuntos da Ciência e bastante preocupado com possíveis duplicações ou sobreposições institucionais, que poderiam, inclusive, ferir egos diversos de uma comunidade científica assente num personalismo arreigado. (Brandão, 2012a: 93)

De certa forma à semelhança do que vinha possibilitando o projeto do Nuclear, a Comissão INVOTAN representou uma oportunidade para a criação da JNICT, aproveitada por Leite Pinto (que a partir de 1966 será o Presidente da INVOTAN, acumulando cargo com o de presidente da Junta de Energia Nuclear) (Brandão, 2012a).

Em suma, se o segundo período (1936-1960) se sobrepôs claramente com um terceiro paradigma emergente, devido à sobrevivência de lógicas de organização científica assentes nos laboratórios do Estado, de projeção do prestígio e interesse nacional na geopolítica da Guerra Fria, um terceiro período (1945-1967) principia já com os ventos do pós-guerra, a ‘civilização da alta-técnica’ e os pressupostos de organização científica da era da *Big Science*

Ministro de Estado adjunto da Presidência do Conselho, na altura ainda Ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, com data de 30 de junho de 1959.

³⁴APCM, JNICT, Comissão Coordenadora da Investigação para a O.T.A.N., Cx 2, Proc. G-24, Informação n.º [20/59], emitida pela Inspeção Superior da Mobilização Civil, assinada pelo técnico de 2.ª classe Rogério Baptista Cunha e Sá, e destinada ao Secretário Geral da Presidência do Conselho, a despacho do Ministro de Estado adjunto da Presidência do Conselho, na altura ainda Ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, com data de 30 de julho de 1959.

(e.g. Galison e Hevly, 1992), nomeadamente as preocupações de apropriabilidade tecnológica e económica da investigação. É um período em que os conceitos de política científica apontavam já para um emparelhamento da ciência com a organização industrial e económica das nações, procurando replicar os sucessos da ciência organizada que durante os dois períodos de conflagração mundial do século XX, com maior intensidade durante a segunda-guerra (tendo presente aqui a experiência do projeto Manhattan), vinham alimentando imaginários de benefícios enormes tanto para a defesa do Ocidente como para o desenvolvimento económico e o bem-estar social. Seria, por sua vez, neste terceiro período que emergiria uma comunidade internacional de peritos e analistas em assuntos de política científica, procurando estabilizar e normalizar os conceitos, tendo em vista uma visão programática, marcada pela cultura burocrática dos grandes organismos multilaterais, interessados numa governança mundial e, nesse propósito, naturalmente apostados em desenvolver parâmetros de comparabilidade entre as nações.

Portanto, neste processo histórico de evolução, mas também de sobreposição de paradigmas, no fundo correspondendo a uma sucessão de argumentos (Majone, 1989) mobilizadores dos recursos públicos para a investigação, cruzam-se, na realidade, vários discursos e diferentes interesses. Se os ‘tecnocratas’³⁵ estão identificados, inclusive neste mesmo contexto histórico pela própria historiografia política e económica portuguesa (e.g. Santos, 1977 ou Ramos, 2009), não é menos verdade que a elite política também viu utilidade em cooptar para o discurso oficial os paradigmas técnico-científicos em causa, em função de caracteres culturais e ideológicos próprios, como por via das circunstâncias de conjuntura, de regime ou de geopolítica. Aliás, ao longo do século XX, em particular a partir do segundo pós-guerra, os assuntos científicos e técnicos serviram propósitos geopolíticos (e.g. Krige, 2006), mormente no contexto da Guerra Fria, desde os primeiros momentos, da preservação da soberania nas possessões africanas à centralidade do nuclear, por demais evidente, percorrendo os desenvolvimentos científicos e tecnológicos que inclusive vieram determinar a

³⁵ Entendemos por ‘tecnocrata’ o indivíduo que, não sendo necessariamente homem de prática científica (e.g. o ‘homem de Ciência’ – Vovelle, 1997; Richet, 1937), assenta a sua influência em três eixos: i) a evidência quanto ao papel dos desenvolvimentos da tecnociência na história e, sobretudo, na geopolítica das nações, narrativa basilar da maioria dos organismos internacionais criados no segundo pós-guerra; ii) o prestígio num estatuto de ‘expertise’ em torno de técnicas de programação, gestão e contabilidade, portanto, normalmente, indivíduos com um determinado perfil técnico-profissional (e.g. engenheiros e economistas), que procuraram assim adaptar e filiar o processo de decisão em política ao seu ‘know-how’ técnico; e, por fim, iii) o exercício de uma influência assente numa aliança estratégica com a cultura burocrata e de expediente, absolutamente necessária ao normal funcionamento das instituições. Se se quiser, podemos olhar o ‘tecnocrata’ como uma categoria de intelectual orgânico, recuperando conceito gramsciano (Gramsci, 2000 e 1982). Ver também, por exemplo, Thwaites Rey (2001), Ribbagen (2011) ou os trabalhos de Frank Fischer (e.g. 1990). Sobre a presença deste ator noutros processos nacionais de política científica, “operando em sigilo sob a cobertura ideológica de uma ‘racionalidade técnica’ e ‘perícia apolítica’, supostamente imunes a pressões partidárias ou privadas” (Muniz, 2008: 3), veja-se o caso brasileiro em Muniz (2007 e 2008). Notamos que, apesar de muitos destes atores não aceitarem o rótulo de tecnocrata, não só a categoria tem substância histórica como mesmo os protagonistas reconhecem a criação de um corpo de especialistas na administração pública, ao mais alto nível, influenciando a fundamentação, formulação e implementação das políticas.

evolução do próprio conflito – e.g. programa espacial, oceanografia, ambiente. (e.g. Reynolds, 2000 e 2010; Robertson, 2008; Flippen, 2006 e 2008). Já para o Estado português foi sempre persuasiva das elites a questão da projeção exterior e do prestígio do regime. Por seu lado, para a comunidade científica, num sentido lato, a aliança com o poder trazia a ilusão de que seria possível ultrapassar o subfinanciamento crónico da investigação em Portugal.

É claro, e significativo aliás, que, em parte sobrepostos, estes paradigmas significaram um confronto de discursos, acabaram por significar historicamente uma certa ‘esquizofrenia’ do ponto de vista estratégico; embora fosse porém expectável que, num país periférico, com índices de instrução (Tabela 1 e 2) e desenvolvimento social e económico (Tabela 3) bastante humildes, num país com estas características se mostrasse difícil o discurso do progresso, do desenvolvimento, da modernidade, nos seus mais diferentes cambiantes e nuances, e que se não fragmentasse assim por tantos nichos, confirmando o carácter segmentado e isolado das elites portuguesas e, por consequência, a natureza episódica e conjuntural das políticas científicas portuguesas.

Tabela 1. Taxas de Analfabetismo

Anos	HF	H	F
1920	66,2	58,1	73,3
1930	61,8	52,8	69,9
1940	49,0	41,2	56,1
1950	40,4	32,4	47,1

Fonte: *L'enseignement au Portugal, 1950-1959 – Rapport du G.T. Portugais presente a la reunion des directeurs du P.R.M., les 13 et 14 Octobre 1961*, Centro de Estudos de Estatística Económica do Instituto de Alta Cultura, Lisboa, outubro de 1961: 56.

Tabela 2. Número total de alunos no Ensino Superior

Ano	Ensino Oficial		Total
	Universitário	Não Universitário	
1910/11	1 246	–	–
1925/26	4 117	–	–
1940/41	8 705	–	–
1950/51	12 771	–	–
1954/55	14 563	–	–
1960/61	19 522	–	–
1965/66	28 012	–	–
1972/73	48 325	14 082	65 032
1973/74	51 548	14 478	69 662
1974/75	45 046	12 274	62 058
1975/76	52 259	15 246	70 912
1976/77	67 580	14 866	85 713
1977/78	67 747	10 323	–
1978/79	61 287	9 582	–
1979/80	64 462	10 981	83 207
1980/81	65 870	10 973	–
1985/86	76 575	12 044	104 046
1986/87	77 617	14 025	114 223
1990/91	97 483	29 692	176 926
2000/01	–	–	–
2009/10	–	–	–

Fonte: Adaptado de Crespo, (1993: 105). Completado com o *Anuário Estatístico de Portugal* do Instituto Nacional de Estatística (1925/25, 1950/51 e 1954/55).

Tabela 3. Índices do produto, 1953-1974

(1953 = 100)

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços	PIB
1953	100,0	100,0	100,0	100,0
1954	107,7	106,1	102,1	105,1
1955	110,0	107,1	107,7	108,1
1956	102,0	120,9	111,4	111,9
1957	108,8	125,2	115,7	116,9
1958	113,7	137,4	120,7	124,2
1959	110,6	148,9	126,0	129,2
1960	113,3	158,4	131,1	135,0
1961	118,9	155,4	139,7	138,9
1962	138,7	176,5	147,8	154,7
1963	131,0	188,9	156,3	159,8
1964	127,9	209,2	164,2	168,6
1965	122,1	253,8	171,7	184,6
1966	111,4	277,3	180,7	192,7
1967	112,6	284,1	193,1	200,0
1968	116,3	292,0	207,5	209,2
1969	98,7	316,9	213,1	214,5
1970	108,3	354,6	223,9	233,9
1971	113,4	416,4	236,9	260,8
1972	124,6	463,1	261,0	288,7
1973	111,0	499,0	279,8	303,8
1974	115,0	516,2	285,9	313,0

Fonte: Adaptado de Pedro Lains (2003: 257).

Sem perceber este trajeto, não só a sucessão mas a própria sobreposição de paradigmas, com o que isso implicou de competição interna e de interesses divergentes; sem perceber os pressupostos das diferentes orientações de política científica, os caminhos possíveis, bem como o ponto de partida socioeconómico que acompanhou o País desde os anos da Primeira República e de implantação do Estado Novo, não deixando de ter presente as dimensões cultural e educativa da sociedade portuguesa, claramente sob pressão a partir do segundo pós-guerra (e.g. crescimento exponencial do PIB), dificilmente se poderá captar o significado das diversas experiências promovidas no âmbito da organização da ciência, dos diferentes projetos e estratégias que intentaram sucessivamente uma mudança dos carateres da sociedade e do País.

Em suma, sem uma perceção histórica da política científica não se pode enquadrar devidamente o contexto em que se enunciou a ‘emergência’ de uma ‘política científica nacional’, com a criação da JNICT em 1967,³⁶ abrindo uma nova etapa de institucionalização da política científica, que deve ser compreendida no duplo contexto da Guerra Fria e de um conceito de política científica modelado em cima da experiência do complexo industrial-académico da *Big Science*, por um lado, e, por outro, num momento de encruzilhada da transição do regime do Estado Novo para o marcelismo, um período de transação que vem alterar alianças políticas dentro do próprio regime.

O processo revolucionário: ruptura e continuidade (1974-1976)

Com o 25 de abril de 1974, o fim do Estado Novo inaugurou um novo percurso na história de Portugal. A leitura predominante é que a instauração do regime democrático em 25 de abril de 1974, que trouxera igualmente o fim da guerra colonial e ‘a abertura de Portugal ao Mundo’, viera ‘sacudir o pessimismo’ do passado, alinhando definitivamente o País com as tendências mundiais. A abertura à Europa, por seu lado, era vista como a ‘oportunidade única’ para uma ‘transformação do País’:

³⁶A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 47 791, publicado em *Diário do Governo* (I Série, n.º 160) a 11 de julho de 1967, onde se enunciava explicitamente a intenção de “planear, coordenar e fomentar” (Art. 1.º) o esforço de investigação, tanto científica como tecnológica. Criada em 1967, a JNICT representa um marco da história da política científica em Portugal. Em certo sentido, pode dizer-se, a JNICT foi, sem dúvida, a primeira instituição de ciência que, em Portugal, procurou assumir em pleno o conceito de política científica, pois diretamente aquela dimensão que define uma política científica de tipo explícito, isto é, a dimensão ou princípio da coordenação, e sobretudo no que isso assumia em termos de uma *óptica de inovação*. À JNICT atribuíu-se, desde a génese, uma função coordenadora de todo o existente “sistema de C&T”. A JNICT pretendia, na verdade, transformar toda a estrutura e organização existente num sistema de I&D.

Terminado o ciclo do império e esfumados os sonhos autárquicos de uma sociedade fechada sobre si mesma, Portugal tem de assumir-se como parte inteira de uma Europa aberta e competitiva, que expressamente identifica como objectivo prioritário o desenvolvimento e a inovação científica e tecnológica. (Mário Soares [1988]: 94)³⁷

Todavia, no que respeita à evolução dos conceitos da política científica portuguesa, se o trajeto imediato é marcado pelo processo revolucionário, abre-se uma etapa não apenas influenciada por um conjunto de orientações decorrentes da conjuntura revolucionária, mas onde os critérios de estabelecimento de uma política científica e tecnológica resultavam de todo o processo de aprendizagem anterior. É um período que observa a permanência de racionalidades de um processo de aprendizagem anterior, mas que fruto da ebulição de diversas forças e sensibilidades, como é próprio de processos revolucionários, na transição dos anos 1970 para os anos 1980, fabricará compromissos visíveis, senão mesmo contradições evidentes que marcaram duradouramente o processo da política científica portuguesa.

A experiência revolucionária assumiu no imediato um código genético marcado pelo marxismo e demais correntes socialistas. O Programa do Movimento das Forças Armadas, texto fundamental para captar as concepções estratégicas do momento revolucionário, denota desde logo uma tentativa de compromisso, a par de algum jargão da época que, bem visto hoje, pouco ajuda a perceber a orientação exata em termos de política económica e, ainda menos, de política científica. Ainda assim, encontramos algumas disposições sintomáticas, *na sua ambiguidade, de uma estratégia e um pensamento económico* (Franco, 1993: 176), mas sobretudo do clima vivido e dos contornos da proposta de economia política que sobressaía do choque das forças em disputa.

O enredo da economia política viveria então anos de impasse, refletindo então as tensões entre os grupos e interesses:

Entre as expectativas de trabalhadores mal pagos e de empresários a todos os títulos poderosos; entre um mundo rural em desertificação trabalhada pela ‘demonstração’ político-económica da emigração, um proletariado urbano em ascensão e classes médias prósperas e emergentes; entre o conservadorismo tradicional e as gerações que faziam a guerra e conheciam o marxismo da escola universitária e dos livros; entre tecnocratas liberais, em minoria clara, e socialistas de todos os matizes (em particular os ‘adesivos’ às novas ideias no vento e no Poder, tão radicais como inconscientes) – o MFA, que de tudo tinha no seu seio e tudo tinha de conduzir, oscilou, navegou à vista e variadas vezes mudou de rumo. (Franco, 1993: 177)

O programa político da revolução sintetizava-se então nas palavras-chave ‘descolonizar, democratizar e desenvolver’. No plano da economia política, é sobretudo na ideia de ‘desenvolver’ que encontramos uma crítica à política económica até então vigente: sobretudo,

³⁷ Discurso proferido no Simpósio “20 Anos de Política Científica, Ciência e Tecnologia – Um Desafio para Portugal”, em 12 de novembro de 1988.

o Programa do MFA “*aceitava as análises dos sectores tecnocráticos*” (Franco, 1993: 176), nas palavras de um insuspeito jurista e ministro finanças, apontando o

esgotamento do modelo de desenvolvimento que inspirara a fase industrialista do Estado Novo e as críticas tradicionais (em regra simplistas) da Oposição Democrática, segundo as quais o salazarismo se limitaria a privilegiar os equilíbrios financeiros, monetários e cambiais sobre a satisfação efetiva das necessidades económicas, sociais e culturais. (Franco, 1993: 176)

Por isto se tem entendido que o destino da investigação científica percorreu trilhos confusos e incertos, dada as orientações bastante diversas e por vezes contraditórias. (Rollo *et al.*, 2012: 345) A elite tecnocrata, por exemplo, considerava necessário um

rápido avanço tecnológico nas atividades produtivas para assegurar novos empregos e desencorajar a emigração, para modernização e viabilidade das indústrias tradicionais ou da agricultura, para permitir a presença a médio prazo nos mercados externos para a dinamização de centros de desenvolvimento regional. (Salgueiro, 1972)³⁸

A nova geração no poder, por seu lado, apanhava uma mistura de ideias simplificadas e que se acomodavam bem na conjuntura revolucionária. Com efeito, nesta conjuntura, em que o radicalismo e utopismo esquerdista se hegemonizaram culturalmente, alguém declarou: “*desejar um Portugal ‘entre a Suécia e a Jugoslávia’*”³⁹... frase que demonstra bem a diversidade, e a própria contradição, das sensibilidades e inclinações presentes.

Embora de facto a seguir ao 25 de abril de 1974 a investigação científica não fosse contemplada como área prioritária de ação política, registamos alguns momentos sintomáticos das diretrizes que orientavam os atores do processo. Sem perder o pendor nacionalista, em alguma medida similar como o regime anterior, o programa do I Governo Provisório apelava novamente à definição de uma política nacional de investigação, mas agora colocada como imperativo de uma renovada consciência nacional genuinamente democrática. Ao percorrer os programas dos partidos políticos recém criados encontramos plasmadas noções como a necessidade de fomentar a investigação científica tendo em vista solucionar problemas concretos de interesse nacional. (Partido Popular Democrático – PPD);⁴⁰ ou apoiar os processos de investigação tecnológica e de desenvolvimento experimental orientados para a resolução de problemas económicos e sociais (Partido do Centro Democrático Social – CDS);⁴¹ ou ainda a defesa da liberdade da investigação (Partido Socialista – PS)⁴² e da

³⁸ Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e Tecnologia, «Palavras do Dr. João Salgueiro, como Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, no dia 1 de Fevereiro de 1972» in Processo individual de António Silva de Sousa [PT/FCT/JNICT/DSGA-RPE-SP/001/0008/38].

³⁹ Vítor Constâncio, falando em nome da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, ao jornal *Expresso*, de 22 de junho de 1974 (*apud* Franco, 1993: 177).

⁴⁰ *O Programa do MFA e dos Partidos Políticos*, Edições Acrópole, 1975: 59.

⁴¹ *Ibidem*: 264.

⁴² *Ibidem*: 200.

democratização da instrução e da cultura (Partido Comunista Português – PCP)⁴³ – entendendo-se a investigação científica e tecnológica como formas de criação cultural.

Anote-se que o processo revolucionário trouxe desde logo alterações ao sistema científico português. Por exemplo, por despacho do secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica António, José Avelãs Nunes, de 21 de abril de 1975, foi determinada a extinção dos centros de estudos dependentes do Instituto de Alta Cultura, a partir de 30 de junho do mesmo ano, declarando-se

(...) considerar-se extintos os atuais Projetos de Investigação, Núcleos e Centros de Estudos do Instituto de Alta Cultura, aos quais (e salvo algum caso verdadeiramente excepcional que justifique o adiamento da sua inserção no novo esquema) o IAC não atribuirá qualquer subsídio para o período ulterior ao primeiro semestre de 1975.⁴⁴

A resolução definitiva chegou com a publicação do decreto n.º 538/76, de 9 de julho de 1976,⁴⁵ segundo o qual o Instituto de Alta Cultura perderia as suas competências no domínio da investigação científica, sendo os seus centros de estudos transferidos para o recém-criado Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). Esta medida não contribuiu de facto para apaziguar o clima de incerteza e desorganização que se vivia nos centros e núcleos de estudos universitários.

O pretexto oficial era inserir *a investigação científica na perspetiva democrática*, tendo em vista a definição de uma política científica enquadrada no planeamento económico; ao mesmo tempo, porém, que a Constituição da República Portuguesa, cujo texto foi aprovado pela Assembleia Constituinte na sessão de 2 de abril de 1976,⁴⁶ consagrava alguns princípios fundamentais como o da “liberdade de criação cultural”, nomeadamente pela “livre criação intelectual, artística e científica” e respetiva democratização. Consensual era claramente o papel atribuído ao Estado, tanto para apoiar e proteger “a criação e a investigação científicas” como para formular uma

política científica e tecnológica que tivesse por finalidade tanto o fomento da investigação fundamental como a investigação aplicada, com preferência pelos domínios que interessem ao desenvolvimento do país tendo em vista a progressiva libertação de dependências externas, no âmbito da cooperação e do intercâmbio com todos os povos.⁴⁷

As tensões quanto à orientação política ficam evidentes, ao confrontarmos os conteúdos programáticos dos partidos, os princípios e direitos constitucionais, bem como as

⁴³ *Ibidem*: 133.

⁴⁴ Arquivo do Instituto Camões, *Despachos Ministeriais*, 0933/4, Despacho 17/75 do secretário de estado do Ensino Superior e Investigação Científica, José Avelãs Nunes, de 21 de abril de 1975.

⁴⁵ *Diário do Governo*, Iª Série, n.º 159, de 9 de julho de 1976.

⁴⁶ *Diário da Assembleia Constituinte*, Sessão n.º 131, em 2 de abril de 1976, n.º 132, de 3 de abril de 1976.

⁴⁷ *Ibidem*.

sensibilidades dos atores internos, contradições que, em boa verdade, permanecerão as mesmas ao longo do regime democrático, captando-se já aqui as forças atuantes e respetivos interesses presentes no debate interno da política científica portuguesa.

Na conjuntura revolucionária ficava então o desafio do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica:

Urge transformar esta situação lamentável, inserindo a investigação científica *na perspectiva democrática* que é hoje a nossa, quer dizer colocando-a efectivamente ao serviço do país. A definição pormenorizada da política científica que nos convém será longa, não só porque depende de uma planificação económica ainda incipiente, mas também porque deverá resultar da acção conjunta do Governo e de todos os interessados, nomeadamente os trabalhadores científicos. [sublinhados do autor] (Avelãs Nunes, Despacho 17/75)

O mesmo espírito conduzirá sem dúvida a algumas realizações, tornando-se visível, por exemplo, a intervenção pública da Organização dos Trabalhadores Científicos, cujos primeiros passos datavam de 1969. Particularmente ativa nestes meses de 1974 e 1975, propunha-se representar os ‘trabalhadores científicos’ e dar voz ao direito destes participarem na *definição da política científica nacional*. Virá a ser legalizada em julho de 1979.⁴⁸

Temos portanto que a própria esquerda adotava uma visão e um conceito de política científica de tipo ‘vinculacionista’, no que em alguma medida se aproximava do grupo tecnocrata:

Porque temos sido e somos um país pobre, cuja população tem necessidades imediatas e gritantes, parece evidente que as prioridades a estabelecer na investigação deverão ser norteados pela atenção prestada aos sectores de que se pode esperar, a curto ou médio prazo, uma efectiva contribuição para a melhoria do nível e da qualidade de vida do povo português. (Avelãs Nunes, Despacho 17/75)

O ‘vinculacionismo’ da esquerda ortodoxa queria inclusive impor-se também ao estudo da “problemática da cultura portuguesa”, por exemplo, a qual se pretendia “(...) incrementar rapidamente, dado que se trata de um sector em que as responsabilidades nacionais não podem continuar a ser iludidas” (Avelãs Nunes, Despacho 17/75)... Como vimos, todas as variantes em torno dos conceitos da política científica foram exploradas.

Mas temos, acima de tudo, uma continuidade com as racionalidades tecnocratas, veiculadas já no seio dos últimos anos do Estado Novo, nomeadamente através da noção de planeamento, que ressoava no imaginário dos atores da época, sendo o planeamento científico e tecnológico entendido como *instrumento fundamental de ação da política económica nacional* (Avelãs Nunes, Despacho 17/75). No entanto, o enredo da economia política viveria anos de impasse, refletindo as tensões entre grupos e interesses conflitantes ou mal definidos. Um depoimento de Dias Agudo⁴⁹ exprime mesmo o sentimento de muitos atores

⁴⁸ <http://www.otc.pt> [Consultado em 24 de março de 2015].

⁴⁹ Dias Agudo desempenhou o cargo de presidente da JNICT logo a seguir ao 25 de abril, entre outubro de 1974 e setembro de 1976.

intervenientes no processo político da administração da ciência nos anos 60 que, de alguma forma, ainda participaram na transição para o regime democrático: “Os revolucionários de 1974 quiseram fazer tábua rasa de tudo o que vinha sendo preparado (e que era muito), dando-se então um retrocesso na evolução das reformas que se projetavam (...)” (Agudo, 1996: 11).

De facto, o processo revolucionário incluiu, em todos os atores do ‘sistema científico’ português, profundas alterações ao funcionamento do Instituto de Alta Cultura e da JNICT. Em termos de evolução político-institucional, o período imediatamente a seguir ao processo revolucionário andarão mesmo enredado em desenvolvimentos que vieram mudar o mapa das instituições políticas no campo da política de Ciência e Tecnologia. Durante esse período de transição, logo em 1976, o IAC, depois de extinto, foi transformado no INIC. Entendia-se que o IAC, apesar de haver sido reorganizado recentemente, em 1973,⁵⁰ se mostrava desadaptado às realidades presentes, não tendo conseguido dar resposta às solicitações que lhe eram dirigidas, quer no campo da investigação científica, quer no que se refere à difusão da língua e cultura portuguesas. Assim, e correspondendo às duas grandes finalidades apontadas, julgava-se conveniente a sua partição, por dois institutos, das funções que até então lhe eram incumbidas. Portanto, ao IAC retiravam-se, por um lado, as competências e meios de execução correspondentes à investigação científica para, agora, atribuí-las a um novo órgão tutelar da investigação universitária, o INIC, criado pelo Decreto n.º 538/76, de 9 de julho de 1976.⁵¹ Por outro lado, as competências e meios de execução correspondentes à difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro viriam a ser atribuídas ao Instituto de Cultura Portuguesa (hoje Instituto Camões), pelo Decreto-lei n.º 541/76.⁵²

Todavia, mais do que a instabilidade institucional, de um modo geral, foi toda a atividade dos centros e núcleos de investigação, universitária e extrauniversitária, do País que acabaria assim por ser também profundamente alterada. Mais marcante talvez tenha sido mesmo o clima de suspeição e saneamento que marcara a atuação política, não espantando de facto que se tenha mesmo chegado a falar de um ‘obscurantismo pós-salazarista’ (e.g. Carvalho, 1974). Por exemplo, isto fica visível no referido despacho de José Avelãs Nunes, em que se evidenciava a necessidade de reequacionar a política científica nacional, bem como os órgãos competentes que lhe estariam associados, procurando inverter os critérios “discutíveis” e “indefinidos” que vinham regendo esta política, geradores “(...) além de prejuízos e injustiças pessoais, graves distorções estruturais e sectoriais”... O sectarismo e revanchismo determinavam o curso dos acontecimentos, em termos práticos desviando as políticas do essencial, no que implicou um recuo, em termos relativos, dos fundos destinados à investigação científica no País.

⁵⁰ Decreto-Lei n.º 613/ 73 de 15 de novembro de 1973, *Diário do Governo*, Iª Série, n.º 267, 15 de novembro de 1973.

⁵¹ Pelos Ministérios da Administração Interna, das Finanças e da Educação e Investigação Científica, publicava-se em *Diário da República*, Iª Série, n.º 159, 9 de julho de 1976, a criação do INIC.

⁵² Pelo Ministério da Educação e Investigação Científica, publicava-se em *Diário da República*, Iª Série, n.º 159, 9 de julho de 1976, a determinação de que o Instituto de Alta Cultura passasse a designar-se por Instituto de Cultura Portuguesa.

Tabela 4. Despesa doméstica em I&D (1964-1982)

Anos	Preços correntes	% do PNB
1964a	265,8	0,28
1967a	320,4	0,24
1971	751,2	0,38
1972	854,2	0,37
1976	1.279,6	0,27
1978	2.521,1	0,32
1980	4.118,5	0,34
1982	6.541,2	0,35

a) Excluindo as ciências sociais e as humanidades

Fonte: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, *Reviews of National Science and Technology Policy - Portugal*, OECD, Paris, 1986:23.

À semelhança do que ocorreu em Espanha, a instabilidade política – implicando uma forte rotação do pessoal dirigente tanto na esfera governamental como da administração pública, senão mesmo o bloqueio político de alguns processos políticos ordinários – concentrando-se os governos noutros problemas de reforma política ou simplesmente a impossibilidade de governar, este conjunto de circunstâncias acumuladas criadas pelo processo revolucionário primeiro e os efeitos da crise económica depois, deixaram de facto pouco espaço para o desenvolvimento de ações em política de ciência e tecnologia. (Sanz-Menéndez, 1997: 163-164).

Conclusão

Como vimos, começou-se precisamente por valorizar, sem inocência, a narrativa dos momentos e episódios históricos no que respeita aos problemas e temas da política científica, na intenção de contrariar, por um lado, a dispersão e, por outro, certo excesso de especificidade – porventura derivada da influência das culturas tecnocrata e burocrata (Elzinga e Jamison, 1995). Foi assim proposta uma periodização mais flexível, sobretudo como forma de se captarem as continuidades, apontando-se até algumas sobreposições entre os diversos momentos que a literatura também tem identificado. Sobreposições mais consequentes com a dialética do tempo histórico, significando mais do que as métricas de periodizações pouco condizentes. Mais do que sublinhar particularidades ou singularidades, importa insistir numa visão de conjunto, global, que identifique as tendências, os paradigmas e conceitos predominantes; enfim, os caminhos históricos que a política científica portuguesa percorreu.

Ficou evidente que foi do cruzamento de influências que a política científica se afirmou ao nível da administração central. Se a prioridade política concedida à agenda da política científica (i.e., o investimento em investigação científica) surgiu frágil, não quer isso dizer que não existissem atores, estratégias e interesses agindo em diferentes instâncias e cristalizando-se mesmo em níveis intermédios da administração pública – e.g. da Junta de Educação Nacional ao Instituto de Alta Cultura, a criação da Junta de Energia Nuclear, na administração colonial, ou as iniciativas que conduziram à criação da JNICT (i.e., experiência das relações com a NATO científica ou a colaboração com peritos da OCDE). A criação da JNICT, porém – como antes vinha acontecendo com a Junta de Energia Nuclear (Oliveira, 2002; Taveira, 2003) e a Comissão INVOTAN (Brandão, 2012a) –, viera colocar o tema da política científica próximo da Presidência do Conselho, o mais alto escalão do poder executivo. Este processo de persuasão da elite política quanto à instrumentalidade da política científica teve visivelmente os seus fatores, bem como os seus defensores e interessados.

Se por um lado são visíveis os contágios a partir dos organismos internacionais, e a influência dos discursos e narrativas de uma época, é claro que existia um substrato doméstico, com diversos atores, tanto individuais como institucionais que apesar de tudo conduziram o processo segundo as suas próprias ‘idiosincrasias’ (Gonçalves, 1996) – antes mesmo da normalização das práticas e conceitos, sob influência dos fóruns internacionais e respetivas comunidades internacionalizadas, processo mais visível a partir dos anos 1960. É de facto evidente que os contágios internacionais não se fizeram neutralmente. Houve um grupo, em particular, que se constitui frequentando esses fóruns e adotando os respetivos referenciais de autoridade, ‘conhecimento atualizado’, que se irá materializar em desenvolvimentos institucionais relevantes para a construção do ‘sistema científico’ português.

Ensaçada no período do regime do Estado Novo, a criação da JNICT havia correspondido a um momento chave de redefinição de uma ‘política científica nacional’, de implementação daquilo que era o conhecimento teórico-doutrinário da época sobre política científica, e de determinados circuitos político-profissionais, no contexto de um regime com características próprias mas que, perante os crescentes sinais de esgotamento, proporcionou a oportunidade para uma experiência desse género, ao abrigar uma elite reformista que, a partir dos anos 1960, se mostrou detentora de uma *expertise* teórico-técnica crescentemente valorizada num contexto em que, apesar de tudo, o país participou, de industrialização e aceleração económica – normalmente engenheiros ou economistas, os protagonistas da nova orientação de política científica. E, de facto, o momento em que, durante o Estado Novo, se configurou a JNICT essencialmente enquanto uma “arena para a coordenação e o aconselhamento”, simultaneamente, um ‘corpo profissional de formulação política e administração’ da ciência (Henriques, 2006: 181), correspondeu ao momento de maior influência da elite tecnocrata no contexto do regime, vindo então a ser chamada a colaborar com o consulado marcelista.

Já com a Revolução de abril abriu-se um período de instabilidade institucional, que desencadeará uma aparentemente abrupta mas silenciosa redefinição do modelo anterior, mormente em termos de modificar o papel e, progressivamente, o perfil da JNICT. (Henriques, 2006: 180). Após a instabilidade revolucionária hesitou-se entre diversas

trajetórias possíveis, ensaiando-se tentativas de redefinir o modelo de organização da ciência em Portugal. Luísa Henriques, por exemplo, refere que o 25 de abril significou uma *descontinuidade* no processo de *construção*, sobretudo no *modelo* seguido das *políticas científicas* em Portugal (Ruivo, 1998: 218; Henriques, 2006: 180). É bem plausível, concorda-se, se atentarmos à competição institucional que se instalou ou às *questiúnculas* de ‘geometria’ e tutela da organização e definição da política científica. É porém ao mesmo tempo evidente que, depois da turbulência revolucionária, um olhar sob os atores e protagonistas demonstra continuidade assinalável, do perfil e das racionalidades propaladas, sobretudo se atentarmos aos quadros intermédios.

Então, tal como no período anterior, apesar da investigação ter sido objeto de fraca prioridade política, alguns atores, provenientes de uma mesma ‘comunidade epistémica’⁵³ (e.g. Haas, 1992) procuraram implementar a sua visão de política científica, constituindo um grupo de lideranças de nível intermédio, frequentemente identificados como tecnocratas, que logrará voltar à administração pública portuguesa após o período de instabilidade revolucionária. Depois da rutura é anunciada portanto uma certa continuidade, inclusive das racionalidades e propostas da política científica.

Em suma, após uma primeira geração de política científica, apostada sobretudo na concessão de bolsas de estudo e criação centros de investigação extra-universitários, é visível um processo de hegemonização de uma certa visão de política científica, assente em dimensões míticas (Gonçalves, 1996), como por exemplo a coordenação, a conduzir-se, primeiro, por via do aconselhamento e, no período final do Estado Novo, por via do planeamento, da programação e da gestão tecnocrata. Da preocupação quanto à descoordenação do ‘sistema’ inferia-se inclusive pela ausência da política científica, um racional que, com efeito, marcará uma visão, e uma leitura histórica mesmo, visível numa elite – no que respeita ao trajeto e respetivos conceitos da política científica. É frequentemente a narrativa da cultura burocrata e tecnocrata quanto à ‘política científica moderna’.

⁵³ Uma ‘comunidade epistémica’, enquanto conceito, pode ser definida como uma rede de especialistas em política, compartilhando princípios e crenças comuns sobre os fins, bem como crenças causais sobre os meios e os parâmetros para a acumulação e comprovação de novo conhecimento (Haas, 1992: 3; Haas, 1997). Podemos encontrar precisamente nestes termos, de um conceito mais despolitizado, o referido grupo dos tecnocratas – Thwaites Rey (2001) fala mesmo em ‘tecnocratas globalizados’ – intervenientes na história da política científica, um grupo coerente e com certo grau de homogeneidade dado o perfil sociopolítico (identificado por diversos historiadores) e técnico-científico (frequentemente engenheiros ou economistas). Aliás, sobre a ‘hora dos engenheiros’ em Portugal veja-se Rodrigues (1999 e 2004); ou quanto à ‘era dos economistas’, veja-se Rosas (2000).

Referências bibliográficas

Agudo, Fernando Roldão Dias (1996), *Ser cientista em Portugal. O meu testemunho*. Lisboa: Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Baptista, Jacinto (2001), *Pela Liberdade Da Inteligência. Cartas sobre a responsabilidade Ética, Social e Política do Homem de Pensamento*. Lisboa: Edições Colibri/Fundação Francisco Pulido Valente.

Barata, José Pedro Martins (2004), “Cultura, ciência e técnica” in José Maria Brandão de Brito, Manuel V. Heitor e Maria Fernanda Rollo (coords.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 35-39.

Bonneuil, Christophe (1991), *Dessavants pour l'Empire: la structuration des recherches scientifiques coloniales au temps de la mise en valeur des colonies françaises 1917-1945*. Paris: Edition de l'ORSTOM.

Brandão, Tiago (2008), *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da ciência e política científica em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Brandão, Tiago (2011), “Migração científica no quadro do Estado Novo. O caso de Joaquim Barradas de Carvalho”, *Seara Nova*, 1718 – *Seara Nova 90 Anos*, 42-45.

Brandão, Tiago (2012a), “Portugal e o Programa de Ciência da OTAN (1958-1974). Episódios de história da ‘política científica nacional’”, *Relações Internacionais*, 35, 81-101.

Brandão, Tiago (2012b), *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da Ciência e política científica em Portugal*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Brito, José Maria Brandão de (1988), “Os Engenheiros e o Pensamento Económico do Estado Novo”, in José Luís Cardoso (dir.), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 211-234.

Brito, José Maria Brandão de (1989), *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*. Lisboa: Dom Quixote.

Câmara, António de Sousa da Câmara (1943), *No caminho guiando uma empresa científica*. Alcobça: Tipografia Alcobacense.

Campos, Agostinho de (1937), “Prefácio”, in Charles Richet, *O Homem de Ciência*. Coimbra: Arménio Amado, 7-42.

Caraça, João (2002), “Ciência e investigação em Portugal no século XX”, in Fernando Peres

(ed.), *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX* [Vol. 1] – *As Ciências e as Problemáticas Sociais*. Porto: Edições Afrontamento e Fundação Serralves, 209-224.

Carvalho, Joaquim Barradas de (1974), *O Obscurantismo Salazarista*. Lisboa: Seara Nova.

Catroga, Fernando de Almeida (1995), “Cientismo, Política e Anticlericalismo”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal* [vol. 5] – *O Liberalismo*. Lisboa: Estampa, 583-593.

Costa, Augusto Celestino da [1918], *A universidade portuguesa e o problema da sua reforma*, Conferências realizadas em 19 e 22 de abril de 1918 a convite da “Federação Académica de Lisboa”. Porto: Tip. “Renascença Portuguesa” [sem data de impressão].

Costa, António Firmino da; Ávila, Patrícia; Mateus, Sandra (2002), *Públicos da Ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

Crespo, Vítor Pereira (1993), *Uma Universidade para os Anos 2000 – O Ensino Superior numa perspectiva de futuro*. Lisboa: Editorial Inquérito.

Dedijer, Stevan (1975[1962]) “Research and the Developing Countries - Problems and Possibilities”, in Norman Kaplan (ed.), *Science and Society*. Nova York: Arno Press, 482-499.

Elzinga, Aant; Jamison, Andrew (1995), “Changing Policy Agendas in Science and Technology”, in Sheila Jasanoff, Gerald E. Markle, James C. Petersen e Trevor Pinch (eds.), *Handbook of Science and Technology Studies*. London, California, New Delhi: Sage, 572-597.

Fischer, Frank (1990), *Technocracy and the politics of expertise*. New Park, Londres, Nova Deli: Sage.

Fitas, Augusto José Santos (2006), “A Ciência em Portugal ao longo do séc. XX (cenários exemplares de um percurso incompleto)”, *Prelo*, 3, 1-22.

Flippen, J. Brooks (2006), *Conservative Conservationist: Russell E. Train and the Emergence of American Environmentalism*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.

Flippen, J. Brooks (2008), “Richard Nixon, Russell Train and the Birth of Modern American Environmental Diplomacy”, *Diplomatic History*, 32, 4, 613-38.

Fourastié, Jean (1954), *La Productivité*. Paris: Presses Universitaires de France.

Franco, António Luciano de Sousa (1993), “A Economia”, in António Reis (coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 170-293.

Gago, José Mariano; Abreu, Armando Trigo de; Correia, Augusto Melo; Rodrigues, Maria de Lurdes; Pereira, Sandra (2004), “A Ciência e a Defesa em Portugal - Elementos para uma

Agenda de Estudos Futuros”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (coords.), *Nova História Militar de Portugal* [vol. V]. Lisboa: Círculo de Leitores, 481-533.

Galison, Peter; Hevly, Bruce (eds.) (1992), *Big Science: The Growth of Large-Scale Research*. Stanford: Stanford University Press.

Gaspar, Júlia (2008), *A Investigação no Laboratório de Física da Universidade de Lisboa: 1929-1947*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Godin, Benoît (1999), *Les usages sociaux de la cultura scientifique*. Québec: Presses de l’Université de Laval.

Gonçalves, Maria Eduarda (1996), “Mitos e realidades da política científica portuguesa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 46, 47-67.

Gonçalves, Maria Eduarda (1998), “Ciência II - A construção da política científica em Portugal 1967-1997”, in *Portugal nas artes, nas letras e nas ideias* 45-95. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, 245-261.

Gonçalves, Maria Eduarda (coord.) (2000), *Cultura Científica e Participação Pública*. Lisboa: Edições Celta.

Gramsci, Antonio (1982), *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Edição Civilizadora Brasileira.

Gramsci, Antonio (2000), *The Antonio Gramsci Reader. Selected Writings 1916-1935*. Nova Iorque: New York University Press.

Haas, Peter M. (1992), “Epistemic communities and international policy coordination”, *International Organization*, 45(1), 1-35.

Haas, Peter. M. (1997), “Introduction: epistemic communities and international policy coordination”, in Peter M. Haas (ed.), *Knowledge, Power, and International Policy Coordination*. Columbia, S.C.: University of South Carolina Press, 1-35.

Heitor, Manuel V.; Horta, Hugo (2004), “Engenharia e desenvolvimento científico: o atraso estrutural português explicado no contexto histórico”, in José Maria Brandão de Brito, Manuel V. Heitor e Maria Fernanda Rollo (coords.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 1-51.

Henriques, Luísa (2006), *The dynamics of a national system of innovation and the role of the non-profit space: Portugal as a research laboratory*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISEG.

Kaplan, Norman (1975), “The Western European Scientific Establishment in Transition”, in Norman Kaplan (ed.), *Science and Society*. New York: Arno Press, 352-364.

Krige, John (2006), *American Hegemony and the Post war Reconstruction of Science in Europe*. Cambridge Mass.: MIT Press.

Khun, Thomas S. (1996), *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.

Lains, Pedro (2003), *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História de Portugal*. Lisboa: ICS- Imprensa de Ciências Sociais.

LópezOcón, Leoncio (2008), “Al hilo del centenario de la JAE (1907-1939): reflexiones sobre la dinamización de un sistema científico y educativo”, *Ayer*, 70, 265-78.

Macedo, Jorge Borges de (1995), *Marcelo Caetano e Marcelismo*. Lisboa: Colibri.

Majone, Giandomenico (1989), *Evidence, Argument & Persuasion in the Policy Process*. New Haven, Londres: Yale University Press.

Marçal, Ramiro Larcher (1903), “A Estação Agronómica de Lisboa. Conferência realizada na sede da Real Associação, sob a presidência do Ex.mo Sr. Luiz António Rebello da Silva, par do reino, lente do Instituto de Agronomia e inspector dos serviços chimico-agrícolas em a noite de 7 de Maio”, *Boletim da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa*. [s. l.]: Typ. a Vapor da Pap. Estevão Nunes & F.os.

Meynaud, Jean (1968), *Technocracy*. London: Faber & Faber.

Morato, M. J. Xavier (1937), “Elementos Históricos acerca da primeira Faculdade de Medicina no Campo de Santana”, Separata de “*O Médico*”, 1850, 38, 117.

Muniz, Nancy A. Campos (2007) “Técnicos ou Tecnocratas? A História do Planejamento de C&T no CNPq: 1975-95”, *XXIV Simpósio Nacional de História*, 1-8.

Muniz, Nancy A. Campos (2008), *O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975-1995)*. Tese de Doutorado. Brasília: Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília.

Neves, Azevedo (1920), *Discurso pronunciado na sessão solene de abertura do ano lectivo de 1917-1918 da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Ó, Jorge Ramos do (1996), “Instituto de Alta Cultura”, in Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (dirs.), *Dicionário de História do Estado Novo* [Vol. I]. Lisboa: Círculo de Leitores, 482-483.

Oliveira, Jaime M. da Costa. (2002), *A Energia Nuclear em Portugal. Uma Esquina da História*. Santarém: O Mirante.

Oliveira, Pedro Aires (2007), *Os despojos da Aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta-da-China.

Otero Carvajal, Luis Enrique (2000), “La Ciencia en España. Un Balance del Siglo XX”, *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 22, 183-224.

Pyenson, Lewis (1989), “Pure learning and political economy: science and European expansion in the age of imperialism”, in R. P. W. Visser, H. J. M. Bos, L. C. Palm e H. A. M. Snelders (eds.), *New trends in the history of science. Proceedings of a conference held at the University of Utrecht*. Amesterdão, Atlanta GA: Rodopi, 209-278.

Ramos, Rui *et al.* (coord.) (2009), *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Raposo, Luís Robertes Simões (1928), “Reflexões sobre a Universidade de Évora”, *Seara Nova*, 142, 416-419.

Reynolds, David (2000), *One world divisible: A global history since 1945*. Londres: Allen Lane.

Reynolds, David (2010), “Science, technology, and the Cold War”, in Melvyn Leffler e Odd Arne Westad (eds.), *Cambridge History of the Cold War* [vol. 3]. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 378-399.

Ribbagen, Christina (2011), “What Makes a Technocrat?: Explaining Variation in Technocratic Thinking Among Elite Bureaucrats”, *Public Policy and Administration*, 26, 21-44.

Richet, Carlos (1937), *O Homem de Ciência*. Coimbra: Arménio Amado.

Robertson, Robert (2008), “‘This is the American Earth’: American Empire, the Cold War, and American Environmentalism”, *Diplomatic History*, 32, 561-84.

Rodrigues, Maria de Lurdes (1999), *Os Engenheiros em Portugal. Profissionalização e Protagonismo*. Oeiras: Celta Editora.

Rodrigues, Maria de Lurdes (2004), “O papel social dos engenheiros” in José Maria Brandão de Brito, Manual Heitor e Maria Fernanda Rollo (coords.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 82-101.

Rollo, Maria Fernanda (2004), “Inovação e produtividade: o modelo americano e a assistência técnica americana a Portugal no pós-guerra”, in José Maria Brandão de Brito, Manual Heitor e Maria Fernanda Rollo (coords.), *Momentos de Inovação e da Engenharia em Portugal no Século XX* [Vol. 1]. Lisboa: Dom Quixote, 41-82.

Rollo, Maria Fernanda (2007), “Marcelo Caetano: política económica e modernização”, *Espacio, Tiempo y Forma. Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, V, Historia Contemporánea, t. 19 – *Marcelo Caetano y el fracaso de la reforma del Estado*.

Rollo, Maria Fernanda (2008[2005]), *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa nos anos 50*. Lisboa: MNE-ID.

Rollo, Maria Fernanda (2011), “Professores universitários demitidos pelo Estado Novo. Memória e Homenagem”, *Ingenium - Revista da Ordem dos Engenheiros*, II, 124, 98-99.

Rollo, Maria Fernanda; Queiroz, Maria Inês; Brandão, Tiago (2011), “Pensar e Mandar fazer Ciência. Princípios e pressupostos da criação da Junta de Educação Nacional na génese da política de organização científica do Estado Novo”, *Ler História*, 61, 105-145.

Rollo, Maria Fernanda; Queiroz, Maria Inês; Brandão, Tiago; Salgueiro, Ângela (2012), *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Rosas, Fernando (1995), *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.

Rosas, Fernando (1999a), “Estado Novo, Universidade e depuração política do corpo docente”, in Maria Cândida Proença (coord), *Maio de 1968 trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 77-92.

Rosas, Fernando (1999b), “O Marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo”, in José Maria Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 15-59.

Rosas, Fernando (2000), *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948). O Primado do Político na História Económica do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rosas, Fernando; Oliveira, Pedro Aires de (coords.) (2004), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rosas, Fernando (2011), *A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa: Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo.

Ruivo, Beatriz (1998), *As Políticas de Ciência e Tecnologia e o Sistema de Investigação*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ruivo, Beatriz (1994), “‘Phases’ or ‘paradigms’ of science policy?”, *Science and Public Policy*, 21(3), 157-164.

Sánchez-Ron, José Manuel (1988), “La Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas Ochenta Años Después”, in José Manuel Sánchez-Ron (coord.), *La Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas Ochenta Años Después. Simposio Internacional, Madrid, 15-17 de diciembre de 1987* [Volumen I]. Madrid: CSIC, 1-62.

Santos, Américo Ramos dos (1977), “Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-1973): estruturas fundamentais”, *Análise Social*, XIII, 49, 69-95.

Sanz-Menéndez, Luís (1997), *Estado, ciencia y tecnologia en España, 1939-1997*. Madrid: Alianza.

Soares, Mário (1989), *Intervenções 3*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Taveira, Maria Amélia Simões da Mota Capitão (2003), *Génese e Instalação da Junta de Energia Nuclear*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Telo, António José (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos.

Thwaites Rey, Mabel (2001), ‘Tecnocratas vs Punteros. Nueva falacia de una vieja dicotomía: política vs administración’, *Encrucijadas*, 6, 1-12 [Publicado también In: Thwaites Rey, M. & López, A. (eds.), *Entre tecnócratas globalizados y políticos clientelistas*, Buenos Aires, Prometeo, 2005, (cap.V)].

Velho, Lea (2011), “La ciencia y los paradigmas de la política científica, tecnológica y de innovación”, in Antonio Arellano e Pablo Kreimer (eds.), *Estudio social de la ciencia y la tecnología desde América Latina*. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 99-125.

Vovelle, Michel (ed.) (1997), *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Relação entre políticas de habitação e movimento de moradores num período denso (1974-1976)

João Baía,¹ Instituto de História Contemporânea-FCSH/UNL, Lisboa
joabaiacosta@hotmail.com

Resumo: Este artigo procurará, em primeiro lugar, traçar brevemente as linhas gerais da política de habitação do Estado Novo, que criou zonas diferenciadas destinadas a diferentes classes sociais e diferentes funções, empurrando as fábricas e as classes subalternas para bairros na periferia. O plano de urbanização de Étienne de Gröer para Coimbra contemplava o alargamento da cidade para norte e um maior afastamento do centro de Coimbra dos moradores da zona da Estação Velha, que foram desalojados e realojados provisoriamente de 1957 a 1974 em barracas de madeira, numa das novas zonas industriais projetadas pelo arquiteto e urbanista situada no eixo Loreto-Pedrulha. O SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), projeto incontornável, quando se discute políticas de habitação em Portugal, contou com a participação de equipas pluridisciplinares (arquitetos, engenheiros, geógrafos, desenhadores, sociólogos) e tinha como objetivo criar um modelo para a resolução do problema da carência e precariedade habitacional de grande parte da população portuguesa. Em Coimbra, no ano de 1975, estavam em curso quatro operações que iriam alojar 260 famílias, mas apenas a Operação SAAL da Relvinha chegou à fase de construção, alojando 34 famílias em casas construídas pelos moradores. A investigação sobre as memórias dos moradores do bairro da Relvinha e de membros de grupos externos que apoiaram o bairro, publicada em 2012, permitirá compreender melhor a relação que se estabeleceu entre o movimento de moradores e as políticas de habitação, na cidade de Coimbra; e as razões pelas

¹ Licenciado em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Mestre em Antropologia: Poder e Identidades pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. As dissertações de licenciatura e de mestrado incidiram ambas sobre movimentos sociais, políticas de habitação, autoconstrução, Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), memória, resistência e história oral. Trabalhou como bolseiro no projeto de investigação: PTDC/HIS-HIS/103810/2008 "Além do fracasso e do Maquiavelismo. A emigração portuguesa irregular para França, 1957-1974" acolhido pelo Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL entre 2010 e 2013. Coordenou o livro, juntamente com Rita Ávila Cachado, "Políticas de habitação e construção informal" e publicou "SAAL e Autoconstrução em Coimbra - Memórias dos moradores do Bairro da Relvinha 1954-1976". Atualmente é doutorando do Programa de Doutoramento em Migrações, na Universidade de Lisboa, na especialidade de Antropologia, investigador associado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, membro da Red Ibero Americana Resistencia y Memoria (RIARM) e investigador do projeto internacional "Cooperación transfronteriza y (des)fronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa (CSO2012-34677)".

quais houve uma mobilização tão intensa no bairro da Relvinha durante o período denso que se seguiu ao 25 de abril de 1974.

Palavras-chave: políticas de habitação, zonamento, resistência quotidiana, SAAL, aprendizagem mútua

As cidades, que tanto mudaram ao longo do século XX, alteraram de forma estrutural quotidianos de milhares de famílias. Fluxos, trajetórias, deslocações, demolições, realojamentos temporários ou definitivos provocaram um grande impacto na vida de moradores de vários bairros, quarteirões, ruas, cidades. Guerras, desastres nucleares, catástrofes naturais, planos de urbanização reconfiguraram trajetos, biografias. Acontecimentos, espaços e rotinas que são indissociáveis, que estão interligados, que marcaram o dia-a-dia de pessoas durante décadas e que de um momento para o outro sofrem uma rutura vertiginosa, devem ser registados, devem fazer parte da história das cidades, porque está inscrita na memória de grande parte dos seus moradores. O som da campainha da escola seguido do som de crianças ou o da sirene da fábrica que outrora existiram, ou o do elétrico, que já não existe em Coimbra, por exemplo, são marcas de um passado que desapareceu, mas que fez parte dos sons que estas pessoas escutavam diariamente.

Durante os 48 anos de ditadura Portugal, em termos de política de habitação, pautou a sua intervenção, numa primeira fase, pela construção de unidades unifamiliares, com o objetivo de evitar o aparecimento de movimentos subversivos e numa segunda fase pela construção de alojamento social nas periferias das cidades, segregando socialmente várias famílias. A política de habitação do Estado Novo foi minimalista e vedava o acesso à habitação para todos e o direito à cidade. Segundo João Queirós, as políticas habitacionais refletiam o controlo social exercido sobre a população, destinando as áreas periféricas às classes operárias, que poderiam pôr em causa a estabilidade governativa (*apud* Rodrigues, 2012).

Nuno Serra defende que o Estado Novo, da sua origem até 1950, pautou a sua ação pela “minimização do papel do Estado na promoção habitacional” e na “proteção de segmentos do capital ligado ao regime”; pela elaboração de “programas de habitação sócio-espacialmente restritos, orientados para a supressão dos casos mais dramáticos de carência, para o controlo de setores da sociedade potencialmente questionadores da legitimidade do regime, e destinados ainda a conferir ao Estado uma imagem virtualmente providencial” e pela “intervenção autoritária que visa regular centralmente os processos de crescimento urbano” (Serra, 1997: 4). Nas duas últimas décadas do Estado Novo não houve grande alteração na política de habitação. Com o crescimento da urbanização e industrialização o governo viu-se obrigado a deixar de construir as aldeias nas periferias das cidades com casas unifamiliares para começar a construir habitações coletivas em grandes bairros situados na periferia, sobretudo do Porto e de Lisboa, cidades que constituíram o destino da maior parte das migrações internas resultantes do êxodo rural e dos fluxos interior-litoral, devido à maior concentração de indústrias (Serra, 1997: 5).

António Fonseca Ferreira refere que:

a produção habitacional foi sempre escassa. Em 1960 com a construção de menos de 27 000 fogos, Portugal situava-se na cauda da Europa com a conclusão anual de 3, 26 fogos por 1000 habitantes, cerca de um terço da média do Velho Continente. (Ferreira, 1988: 54)

Até aos anos 19(60) a fraca urbanização e industrialização influenciaram o tipo de carência habitacional que era mais de natureza qualitativa, tanto ao nível da exiguidade dos espaços e como ao nível da conservação do edificado e da falta de equipamentos. A partir dos anos 19(60) o crescimento exponencial da urbanização e industrialização acentua as carências habitacionais e no final desta década surgiam fortes dissensões no seio do regime que deixava transpirar nos meios de comunicação artigos sobre a questão das fortes carências ao nível da habitação, nomeadamente nos extensos bairros de barracas clandestinos. Entre 1974 e 1976, de acordo com António Fonseca Ferreira, existe um “forte reforço da intervenção do Estado, quer no fomento da produção directa de habitações, quer na diversificação dos apoios e programas de produção indirecta e também, nos domínios da política urbanística dos solos” (1988: 57). Os programas de habitação social eram limitados e assumiam uma dimensão disciplinadora.

Na perspectiva de Isabel Guerra, Teresa Costa Pinto e Dulce Moura: “A política de habitação social era uma política de integração social e familiar associada a uma função política e simbólica, e só a partir da década de 40 são detetados sinais contraditórios de uma política de alojamento exigida pelo avanço tímido da industrialização: política fundiária de Duarte Pacheco (1938/1943), congelamento das rendas em 1943; promoção do setor público 1949-1955 (Bairro de Alvalade); 1956/1958 (bairros camarários do Porto); 1965-1966 (Olivais em Lisboa e Viso no Porto) (Guerra *et al.*, 2001: 63).

No dia 25 de abril de 1974 termina uma ditadura de 48 anos, a que se seguiu um período de uma grande densidade histórica. Segundo Marielle Christine Gros, as políticas de habitação dos governos provisórios foram condicionadas pelas transformações sociais e políticas e não pôde ignorar a intensa atividade do movimento de moradores (*apud* Serra, 1997: 10).

Durante o PREC o movimento de moradores tomou várias formas, organizando-se em associações de moradores, comissões de moradores, cooperativas de habitação económica e comissões de ocupação de casas.

As reivindicações e as ações das lutas urbanas incidiram, além da questão do alojamento, em áreas como a educação, a saúde, transportes e criação de equipamentos coletivos, juntando-se em certas alturas a outros movimentos sociais, incorporando reivindicações menos parcelares, chegando mesmo a tentar criar um sistema alternativo de produção, comercialização e distribuição de certos produtos através da cooperação com cooperativas agrícolas e de consumo. O período entre 1974-1976 foi um período denso, complexo, em que houve uma intensa participação popular de milhares de pessoas que se organizaram em associações de moradores, comissões de trabalhadores, cooperativas, conselhos de aldeia,

conselhos de moradores, intercomissões entre outras formas de organização e coordenação” (Rodrigues, 1999: 97).

As primeiras ações do movimento de moradores surgiram em Lisboa, logo 10 dias depois do 25 de abril com a ocupação de 1500 a 2000 casas de habitação social na capital, pressionando a Junta de Salvação Nacional a dar uma resposta imediata a estas ocupações, através da legalização das ocupações efetuadas até ao momento. As primeiras medidas do I Governo Provisório são a elaboração de decretos-Lei sobre o financiamento do setor da habitação, e congelamento das rendas.

Em diversas cidades, nomeadamente no Porto e em Setúbal foram criados órgãos de coordenação das organizações que representavam as comissões de moradores, de trabalhadores e de soldados, constituindo por vezes um poder paralelo ao poder local.

As ocupações de casas, a luta contra os “subalugas” e o envolvimento de alguns bairros no processo SAAL foram algumas das formas que os movimentos de moradores encontraram para melhorar as condições de habitação. Irei deter-me mais no processo SAAL, uma vez que, a adesão dos moradores do bairro da Relvinha ao SAAL, foi crucial para conseguirem atingir o seu objetivo mais importante, que era melhorar substancialmente as condições de habitação do bairro e deixar de viver em barracas de madeira, que na maioria dos casos se encontravam degradadas e sobrelotadas. Este programa conduziu à mobilização de dezenas de bairros por todo o país que demonstraram vontade em aderir ao SAAL, ultrapassando o âmbito que tinha sido pensado no início, quebrando com a política de habitação do Estado Novo e propondo novas formas de resolver o problema de habitação das camadas da população mais carenciadas, prestando apoio técnico e financeiro e possibilitando a melhoria das infraestruturas das casas, dos acessos, do saneamento básico de vários bairros do País. O SAAL foi criado por um Despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, aprovado a 31 de julho de 1974.

Procurou interligar a noção de direito à habitação com o direito à cidade, defendendo a manutenção dos moradores pobres nos bairros localizados nos centros das cidades e não serem expulsos para bairros periféricos; articulando as intervenções estatais com o tecido social; renovando recursos e instrumentos de ação, relativamente à gestão urbanística que o governo levava a cabo, nomeadamente através da descentralização, criando 3 Comissões Regionais - Norte, Centro/Sul e Algarve e cada Comissão Regional coordenava o trabalho das várias Brigadas de Brigadas Técnicas, que coordenavam uma ou mais Operações SAAL; distribuindo a responsabilidade da gestão e controlo das operações pelos técnicos e pelas populações (Rodrigues, 1999: 49).

A experiência do SAAL foi divulgada a nível nacional e internacional, através da publicação de vários artigos em jornais e em revistas científicas, de várias teses e livros, através da realização de seminários, colóquios e exposições. Já se realizaram vários documentários sobre o SAAL e a obra de José António Bandeirinha, arquiteto que fez uma radiografia minuciosa sobre o SAAL, constitui a maior referência até à data para uma melhor compreensão das diferentes problemáticas e perspetivas discutidas em torno da “Arquitetura do 25 de abril”. Segundo Bandeirinha, este período “correspondeu, pelos conteúdos metodológicos inusitados e pela própria qualidade de muitos dos exemplos construídos a um

dos períodos da nossa cultura arquitectónica recente mais debatidos e referenciados em todo o mundo” (2007).

A relação entre técnicos e moradores refletiu-se na “democratização da racionalidade técnica e na ampla disponibilização de informação” (Nunes e Serra, 2003) às populações. O arquiteto Francisco da Silva Dias afirma que:

[As populações] alcançam sobretudo o direito a pensar a cidade (...) [Para os arquitectos] terá sido a grande experiência trazida pela Revolução. Pela primeira vez têm, como clientes, com os quais dialogam directamente, populações carenciadas. Diálogo difícil e enriquecedor. (*apud* Dionísio, 1993: 170)

Realizaram-se seis Conselhos Nacionais do SAAL, onde os técnicos envolvidos analisavam a forma como as Brigadas Locais estavam a funcionar em cada região e procediam às mudanças necessárias para poder ir cumprindo os objetivos definidos nos vários Conselhos. Os membros do Conselho Nacional do SAAL produziram um documento muito importante que reúne vários elementos, como comunicados de imprensa, quadros, manifestos, textos de análise, intitulado – “Livro Branco do SAAL” (1976).

O SAAL foi marcado por uma certa “indefinição institucional”, e a função e o estatuto das brigadas locais, por uma certa ambiguidade, confundindo-se com as funções das autarquias. Estes dois fatores tornavam o SAAL vulnerável a quaisquer tentativas de atrasar os processos em curso. Como Maria Rodrigues constata “a prática seguida baseou-se nas orientações expressas em despachos nunca publicados oficialmente”, o que permitiu que o sistema de financiamento fosse pautado pela “indefinição política” (1999).

O programa SAAL após o 25 de novembro de 1975 começou a sofrer as consequências da mudança da conjuntura política, começando a ser marginalizado enquanto serviço público e as suas operações sofreram vários entraves nos processos de expropriação de terrenos, no financiamento das operações e na concessão de novos empréstimos às associações de moradores ou cooperativas de habitação.

O SAAL, através de um despacho emitido pelo I Governo Constitucional, no dia 27 de outubro de 1976, acabou na prática por ser extinto, ao conferir às Câmaras Municipais o controlo e a definição das operações em curso, de onde tinham surgido os maiores obstáculos ao SAAL. Aquando da saída deste despacho, “estavam em actividade 169 operações em todo o País, que envolviam 41665 famílias de moradores pobres. Em construção estavam 2259 fogos e estava eminente o arranque de mais 5741” (Bandeirinha: 2007).

João Arriscado Nunes e Nuno Serra consideram que:

A memória da Revolução é, ela própria, activamente expurgada de qualquer noção de que a revolução tenha sido um processo de transformação social e política (...) De facto a Revolução é, com frequência, vista como um “hiato” anómalo num processo que deveria ter seguido o seu curso “normal” do derrube da ditadura à criação das instituições “normais” da democracia parlamentar de tipo ocidental (Nunes e Serra, 2003: 237-238).

A cidade de Coimbra foi fortemente marcada pelo planeamento urbano e pelo zonamento que Ettiéne de Gröer e Almeida Garrett planearam para a cidade de Coimbra. Um grande exemplo destas alterações em Coimbra é a destruição de grande parte da alta de Coimbra para dar lugar à construção de vários edifícios da Universidade de Coimbra na década de 40,

tendo os seus moradores que ser realojados em várias partes da cidade. Nuno Rosmaninho debruça-se sobre este tema de forma sólida e pormenorizada, relacionando este tipo de intervenção arquitetónica com as discussões teóricas que existiam no país e na Europa (Rosmaninho, 2006). O alargamento do limite da aglomeração urbana da cidade de Coimbra, planeado por De Gröer, obedecia à política de zonamento, de divisão do território em zonas que seriam destinadas para habitação, para a indústria e para serviços. Esta divisão também dividia o território segundo as classes sociais, destinando normalmente as zonas mais periféricas para a indústria e para a classe operária.

No Anteprojeto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra, apresentado por De Gröer em 1948, previa-se o crescimento da cidade para norte, o que veio a acontecer na década de 50, aquando do alargamento da Avenida Fernão de Magalhães até à zona da estação de comboios (Estação Velha, também conhecida por Coimbra B). Através da análise do Anteprojeto, consegue-se perceber a intenção de deslocar o eixo industrial que unia a Estação de Comboio Nova e a Velha, que se desenvolveu durante a primeira metade do século XX e onde se localizavam “estabelecimentos de moagem e massas alimentícias, malhas e cortumes, para além de várias oficinas de serralharia, fundição, produtos cerâmicos e serração” (Salgueiro, 1992: 275), para um novo eixo industrial entre o Loreto e a Pedrulha, inaugurada pela fábrica Cerâmica Lusitânea, “antecessora da Lufapo” nos anos 20 do século XX. Quanto à última fase, Fernandes refere que: “[o] prolongamento da Avenida foi precedido neste troço de enormes aterros, e em 1954 a rodovia foi construída sobre aterros colocados sobre o aluvião, obrigando ainda à demolição do casario” até à zona da Estação Velha. Entre 1957 e 1958 “registra-se um grande número de pedidos de construção na área” (Salgueiro, 1992: 276). Este plano não permitia ampliar as “instalações industriais localizadas fora das zonas demarcadas” (Salgueiro, 1992: 276), fator que conduziu à realocação de várias empresas.

Caetano identifica vários casos:

Cinco fábricas (uma de cerveja, uma de obras em pedra e três de produtos metálicos e obtidos por fundição) transferiram as suas instalações da “Baixa” (na Avenida Navarro e quarteirão compreendido entre a Rua da Sofia e Avenida Fernão de Magalhães) para o Loreto e Pedrulha, respectivamente em 1955, 1958, 1960 (duas) e 1963. (*apud* Salgueiro, 1992: 276)

A evolução da construção da Avenida Fernão de Magalhães foi um processo urbanístico muito lento, que começou em 1920 com expropriações de vários terrenos e que gradualmente se foi aproximando da zona da Estação Velha até “chegar” efetivamente e demolir várias casas. A primeira fase de construção começa em 1927 e desenvolve-se “na década de 1930 até ao Arnado” (Nunes *apud* Fernandes, 2008: 187). O alargamento e o prolongamento da Avenida até à Casa do Sal efetuam-se durante a década de quarenta e, para “além da Casa do Sal até à zona da Estação Velha” (2008: 190), durante a década de cinquenta.

O movimento de moradores e o processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) em Coimbra não teve o mesmo impacto que teve no Porto, em Setúbal ou no Algarve. Em Coimbra, as Associações de Moradores que aderiram ao SAAL foram as do bairro da Relvinha, da Conchada, de São José, da Fonte do Bispo e da Quinta da Nora. Estes bairros estavam marcados há vários anos pela pobreza e por condições habitacionais precárias. Destes

cinco bairros, apenas um passou da fase do projeto para a fase de construção – o bairro da Relvinha, cujos moradores conquistaram o direito a uma habitação condigna, substituindo por casas as barracas de madeira onde viviam há 20 anos, através da autoconstrução e de ajudas externas.

A Operação SAAL da Relvinha, sobre a qual me debrucei na investigação realizada no âmbito da dissertação de licenciatura e de mestrado, como todas as outras operações, assumiu características diversas, que foram condicionadas por múltiplos fatores como localização geográfica, história do bairro, nível de participação e organização dos moradores, cidade, brigada técnica, arquiteto responsável pela obra, poderes locais. Para compreender a causa da constatação da existência de uma maior participação dos moradores do bairro da Relvinha na luta pelo direito à habitação em relação aos moradores de outros bairros da cidade de Coimbra durante o período entre 25 de abril de 1974 e o ano de 1976, resolvi no mestrado debruçar-me sobre as memórias dos moradores desse bairro e tentar perceber se o passado do bairro e dos seus moradores contribuiu para esse maior envolvimento (Baía, 2012). Os moradores entrevistados viveram antes de 1954 numa zona da cidade que podemos chamar zona da Estação Velha.

No âmbito da dissertação de mestrado em Antropologia, que incidiu sobre as memórias dos moradores do bairro da Relvinha (pertencente à Freguesia de Eiras e ao Concelho de Coimbra) durante o período entre 1954 e 1976 procurei indicar algumas possíveis causas para um maior nível de participação dos moradores do bairro da Relvinha em relação a outros bairros da cidade de Coimbra durante o período entre 1974-1976.

Partindo de um quadro teórico e metodológico que bebeu de várias áreas das ciências sociais como a antropologia, sociologia e história, recorri às histórias de vida, entrevistas semiestruturadas, análise de jornais locais e nacionais e de documentos vários, que acedi em arquivos pessoais de moradores do bairro da Relvinha, arquivo da Cooperativa Semear Relvinhas, arquivo da Câmara Municipal de Coimbra, Centro de Documentação 25 de abril e em espólios pessoais dos informantes. Nesta pesquisa recorreu-se a uma “etnografia em retrospectiva”, tal como Sónia Vespeira de Almeida levou a cabo no seu estudo acerca das campanhas de Dinamização Cultural do MFA, trabalhando com as memórias dos moradores que conceptualizam o passado “a partir de um tempo presente”, como acontecia com as memórias dos informantes da mesma investigação (Almeida, 2002: 50). José Fernandez de Rota, num artigo sobre “metodologia etnográfica da história urbana”, considera que os antropólogos utilizam e estudam a “história na direcção contrária, do presente para o passado, em que o presente nos ensina a entender o passado” (Fernandez de Rota, 2001: 25).

Esta investigação incidiu sobre as memórias dos informantes do período anterior a 1954 (ano do desalojamento), quando na sua maioria, eram ainda crianças e adolescentes e moravam na zona da Estação Velha. Partilharam uma infância de pobreza, levando a cabo estratégias diárias de sobrevivência, de forma a tentar minorar a miséria em que as suas famílias viviam. A fome, as cheias, a falta de condições de habitabilidade fizeram parte da rotina destas crianças.

As estratégias familiares de sobrevivência podem ser consideradas formas de “resistência quotidiana”, conceito desenvolvido por James Scott ao referir-se ao tipo de resistência levada a cabo pelos camponeses de Sedaka na Malásia. Este autor faz a distinção entre “resistência

aberta” que se pode traduzir em “rebelião, levantamento, manifestação, greve ou petição” e “resistência quotidiana” que pode tomar a forma de calúnia, “roubo, sabotagem, boicote, mercado negro, contrabando” (*apud* Fonseca *et al.*, 1997: 39) que considero útil para percebermos esta realidade que envolve os moradores da zona da Estação Velha. As formas de “resistência quotidiana” identificadas foram: o mercado negro durante a II Guerra Mundial, andar pendurado, no elétrico, trocar senhas de racionamento por outros géneros e “roubar” para comer, roubar carvão da linha de comboio para acender o fogareiro, como refere uma das moradoras.

Os moradores do bairro da Relvinha, que viviam na zona da Estação Velha, foram desalojados das suas casas em 1954, que foram demolidas para se construir a atual Avenida Fernão de Magalhães.

Os moradores das zonas demolidas, primeiro foram realojados provisoriamente em bairros camarários e em 1957 a Câmara Municipal de Coimbra construiu um núcleo de casas de madeira no novo eixo industrial Loreto-Pedrulha onde os voltou a realojar de forma também provisória. A solução encontrada durou até 1974. Esta deslocação, tanto das fábricas como dos moradores para uma zona mais afastada do centro, mais periférica, está relacionada com o antepiano de urbanização de De Gröer de alargamento da cidade, que referi anteriormente.

Entre 1957 e 1974 os quotidianos presentes nas narrativas de vida recolhidas continuam a ser quotidianos de pobreza. As barracas de madeira ofereciam condições de habitabilidade bastante precárias, pois com o passar dos anos foram-se degradando. O facto do chão das casas ser de cimento, da chuva entrar dentro das casas, de existir um elevado grau de humidade, do frio sentido no interior das casas, da lama que se formava nas pequenas ruas entre as barracas de madeira, iam criando as condições propícias para o aparecimento de ratos e para aumentar o nível de insalubridade que potenciava o aparecimento de várias enfermidades. A falta de luz e água e a fome foram outros problemas apontados pelos informantes. Este contexto de pobreza e o facto de terem vindo juntos da zona da Estação Velha, segundo os testemunhos dos informantes, criou uma união e uma identidade forte entre os moradores, fazendo lembrar os moradores do bairro de Pietralata (Signorelli, 1999: 121-139). Vinte e oito famílias que viviam na zona da Estação Velha viram as suas casas ser demolidas em 1954 devido à construção da Avenida Fernão de Magalhães. Depois de serem desalojadas e viverem em bairros camarários durante cerca de três anos, foram realojadas em 1957 pela Câmara Municipal em vinte e oito casas (barracas) de madeira, de forma provisória que se prolongou até 1974. A imagem utilizada, por um dos informantes, para descrever esta construção dá vida à avenida: “A Avenida quando chegou ali, demoliu tudo” (Jorge Vilas da Fonseca, 2009).

No que toca aos pontos negativos da mudança da localização geográfica das casas, a maior parte das declarações centraram-se no aumento da distância relativamente ao rio, ao choupal, à cidade e ao local de emprego, modificando assim o dia-a-dia destes moradores e provocando um maior isolamento, uma vez que se tornava mais difícil ir até ao centro da cidade mais do que uma vez por dia. Por exemplo, o elétrico ia até à Estação Velha, mas já não ia até à Relvinha, sendo necessário percorrer ainda cerca de dois quilómetros para chegarem até as suas casas.

Na cidade de Coimbra, durante este período, o movimento estudantil foi o movimento social com mais visibilidade protagonizando, desde as eleições de Humberto Delgado até ao 25 de abril, várias peripécias que agitaram a cidade de Coimbra, desde crises académicas, manifestações, greves, que originaram cargas policiais, prisões. Segundo o historiador Álvaro Garrido, as eleições para a Presidência da República, em 1958 e para a Assembleia Nacional em 1961 "constituíram dois momentos fulcrais de articulação da dinâmica das oposições, com a deflagração de acções contestatárias nos meios estudantis" (Garrido, 1996: 38). Os estudantes acabavam muitas vezes por servir de ponte entre os conimbricenses e os movimentos de oposição, como a Comissão Democrática Eleitoral, a Casa de Estudantes do Império, o Movimento de Unidade Democrática, Partido Comunista Português, entre outros. Alguns moradores começaram a frequentar meios e espaços onde conheceram elementos dos movimentos de oposição ao regime, como cafés, tascas e repúblicas. Estes espaços eram lugares de encontro, de refúgio de retaguarda, eram lugares de resistência, de formação, de debate, onde se juntavam estudantes, intelectuais, operários, onde se discutia política, que permitiram a alguns moradores ter acesso a informação que, de outra forma, lhes estava vedada, devido à parca escolarização e ao isolamento a que estavam destinados. Um dos moradores descreve estes momentos de encontro:

Agora eu, concretamente, comecei a ligar-me muito à Baixa, frequentava muito a Baixinha de Coimbra, a Rua Direita, aqueles tascos ali da baixinha, onde ia bebendo as ideias das pessoas mais velhas e comecei a aprender muito. Eu ia para a Baixa. Ia lá para cima para o Trianon, ia ao Pigalle, ao Piolho. Juntava-me aí com a malta estudante e aí é que íamos conversando. Nessa altura conheci as Repúblicas praticamente todas. A Ay-ó-linda, os Kágados, a Prákistão. Os Galifões é que me liguei muito fortemente a eles. Eu conheci-as todas. (Jorge Vilas, 2009)

Miguel Cardina defende que o movimento estudantil de 1969 a 1974 deixa de priorizar a "intervenção destinada a suscitar alterações na política governamental para o sector educativo" e passa a procurar "intervir activamente nas transformações operadas na sociedade portuguesa e na definição do próprio regime" (Cardina, 2008: 125), traduzindo-se numa maior aproximação e identificação dos estudantes com o resto da população, nomeadamente das populações mais pobres. Um morador refere duas ações que ocorreram em finais dos anos sessenta, que ultrapassam as formas de "resistência quotidiana", referidas anteriormente: o rompimento de uma fossa séptica, cujo conteúdo caiu sobre a entrada do prédio do vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra e a colocação de sacos de lixo nas escadas da casa do Presidente da Câmara de Coimbra.

Depois destas duas ações os moradores do bairro da Relvinha formaram uma Comissão de Moradores para reivindicar junto da Câmara melhores condições de habitabilidade, nomeadamente a reparação dos telhados das barracas de madeira. Esta Comissão de Moradores conseguiu que a Câmara oferecesse os materiais para a execução da obra que foi realizada pelos moradores.

A seguir ao 25 de abril abriu-se uma janela de oportunidades que o bairro da Relvinha não deixou escapar e aderiu ao projeto SAAL. No Concelho de Coimbra, em 1975, estavam em curso quatro Operações que pretendiam alojar dignamente 260 famílias em quatro bairros

da cidade: no Bairro da Relvinha, Conchada, Fonte do Bispo e na Quinta da Nora (Conselho Nacional do SAAL, 1976).

Destes quatro bairros, o bairro da Relvinha foi o que adotou os procedimentos necessários para acelerar o processo de construção das casas e o único a conseguir passar da fase do projeto à fase da construção propriamente dita.

Os moradores do Bairro da Relvinha organizaram-se primeiro numa Comissão de Moradores, mais tarde, no dia 28 de Fevereiro de 1975 criaram a Associação de Moradores, sendo os seus estatutos publicados em Diário do República no dia 28 de Março de 1975 (Bandeirinha, 2007: 399).

Na reunião de 27 de março de 1975 da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Coimbra, foi concedido o direito de superfície do terreno que abrange o Bairro da Relvinha para a construção de 34 casas ao abrigo do programa SAAL (Diário de Coimbra, 1975).

A brigada SAAL da Relvinha que esteve na elaboração do projeto e no acompanhamento da obra foi constituída pelo arquiteto Carlos Almeida e pelos engenheiros Simões Pereira e Carlos Tavares. Decidiram aderir à autoconstrução, que consistia na participação ativa dos moradores no processo de construção das casas. Segundo Jorge Vilas, o arquiteto Carlos Almeida “quis acelerar isto o mais rapidamente possível, porque ele dizia e muito bem, era preciso começar-se a fazer alguma coisa, houvesse dinheiro ou não, para que as pessoas acreditassem, senão ia tudo por água abaixo” (Oliveira, 2003: 81). A tentativa de acelerar o processo de forma a construir as casas o mais rápido possível, aproveitando o apoio do projeto SAAL enquanto ele durasse, levou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Coimbra a afirmar numa reunião que a Relvinha estava a pôr o “carro à frente dos bois” (Diário de Coimbra, 2/7/1975), porém, segundo Frederico Natividade, Presidente da Associação de Moradores da Conchada: “A Relvinha adiantou-se, começaram a construir sem as coisas formalizadas e foi a sorte deles” (Frederico Natividade, 2007).

A ajuda de algumas empresas de materiais de construção e a autoconstrução a que os moradores da Relvinha aderiram, permitiram dar início à obra. Jorge Vilas descreve o processo:

a maioria das obras foi por autoconstrução, era gratuito, as coisas vinham para aí, quando era para descarregar tijolos o pessoal descarregava, quando era para meter pisos toda a gente vinha deitar massa, homens, mulheres, crianças, havia uma colaboração muito efetiva, muito estreita. (Oliveira, 2003: 84)

Obtiveram apoio de grupos de estudantes, grupos culturais, grupos como os Companheiros Construtores (grupo com sede na Rua Pedro Monteiro, que fazia trabalhos de construção que eram levados a cabo por jovens estrangeiros a título voluntário), empresas, membros de organizações políticas. Algumas pessoas entrevistadas destes grupos e os próprios moradores referiram que houve uma “aprendizagem mútua”, entre diferentes culturas, diferentes classes, diferentes conhecimentos. Quando um dos moradores diz relativamente aos grupos externos que ajudaram o bairro: “ajudaram a tornarmo-nos a ser independentes” (Jorge Vilas da Fonseca, 2009) refere-se ao facto dos moradores passarem a

sentir que podiam mudar a realidade das suas vidas e dos seus filhos e superar a estigmatização e a reprodução da pobreza a que o bairro parecia estar condenado.

A associação de moradores do bairro da Relvinha colaborou com as associações dos bairros da cidade de Coimbra que aderiram ao SAAL, mas cujos projetos não chegaram a ser construídos, bem como com comissões de trabalhadores e com a Cooperativa Agrícola de Barcouço do Concelho da Mealhada que chegou a vender os produtos da cooperativa no bairro. Participaram em reuniões e manifestações locais e nacionais, cujo objetivo era coordenar as lutas do movimento de moradores e de um movimento social mais amplo que reunia vários movimentos sociais. Participaram em manifestações locais e nacionais pelo direito à habitação, contra a extinção do SAAL e, nos momentos mais decisivos do período entre 1974 e 1976, tomaram posição e deslocaram-se para os sítios estratégicos da região e da cidade (Aeródromo de Cernache e Ponte de Santa Clara).

Conclusão

Relativamente às razões, que contribuíram para um maior envolvimento e participação dos moradores do bairro da Relvinha, após o 25 de abril, comparativamente aos restantes bairros da cidade de Coimbra, conclui-se que duas delas advêm dos dois períodos referidos anteriores ao 25 de abril de 1974.

O facto de terem vindo juntos da zona da Estação Velha e de terem que recorrer a várias estratégias de sobrevivência, num lado e noutro criou uma união forte entre os moradores e um elevado sentimento de identificação com o bairro. A memória partilhada de necessidades comuns sentidas durante estes períodos, mais a importância do lugar, segundo Amalia Signorelli, que estudou um bairro que foi desalojado do centro de Roma e realojado em barracas de madeira na periferia da cidade, podem ser razões que ajudam um grupo de moradores a ser mais organizado e ativo:

O caso de Pietralata permite formular a hipótese que a consciência coletiva localista não nasce só de uma tradição cultural comum e de larga duração, mas também da experiência de necessidades comuns, cuja satisfação depende do controlo de um território; e da ativação de uma liderança que possa organizar a reivindicação da satisfação dessas necessidades. (Signorelli, 1999: 138)²

A passagem de uma resistência quotidiana a um novo tipo de resistência, antes do 25 de abril, dá forma a uma memória comum de algumas lutas encetadas, o que poderá ter estimulado mais tarde um envolvimento mais forte e uma maior organização. Segundo Paula Godinho:

² Tradução livre do autor. No original: “El caso de Pietralata induce a hipotetizar que la conciencia colectiva localista no nace siempre y sólo de una tradición cultural común y de larga duración, sino también de la experiencia de necesidades comunes, cuya satisfacción depende del control de un territorio; y de la activación de un liderazgo que pudiera organizar la reivindicación de la satisfacción de esas necesidades” (Signorelli, 1999: 138).

A existência de uma cultura resistente, alicerçada em memórias anteriores de eventos de luta que conferiram aos indivíduos o manancial de conhecimentos que lhe permita dar resposta em situação de contencioso. (Godinho, 1998: 64)

Por último, considero que o contexto histórico e geográfico são também importantes e devem ser tidos em conta, uma vez que, segundo os informantes, houve um maior contacto entre diferentes grupos e classes sociais numa geração, nos “longos anos 60”, numa cidade, que originou uma “aprendizagem mútua” de repertórios de luta, de formas de organização, cruzamento de ideias e experiências políticas diferentes. Os moradores do bairro da Relvinha antes do 25 de abril tinham já algum contacto com o movimento estudantil e com movimentos de oposição, o que contribuiu para que, durante o PREC, vários grupos já estivessem dispostos a ajudar os moradores do bairro da Relvinha a atingir uma maior capacidade de organização em comparação com outros bairros da cidade, ajudando na resolução de questões técnicas e burocráticas, arranando formas de angariar fundos, entre outros tipos de apoio.

João Queirós refere que no período entre 1974-1976 o movimento de moradores na cidade do Porto, tomou aquela forma devido ao “encontro entre as oportunidades, as condições e as disposições, que, conjugadas, podem possibilitar a concretização de modalidades emancipatórias de relação das classes populares com a política e o Estado” (2013: 130). Pedro Ramos Pinto, no seu estudo sobre os Movimentos Sociais Urbanos, conclui que estes movimentos não surgiram do zero, defendendo que estes basearam-se nas experiências, lutas e relações construídas nas décadas anteriores. As redes sociais estabelecidas com pessoas de fora dos bairros ajudaram os bairros a fortalecer a sua identidade coletiva. Essas redes e identidades eram invocadas quando se reivindicava junto das diferentes instituições, mesmo debaixo dos constrangimentos do sistema autoritário (2013: 69).

Estes dois estudos sobre a cidade do Porto e sobre a cidade de Lisboa sobre os quais me debruçei quatro anos depois de realizar a minha investigação sobre o bairro da Relvinha confirmaram a importância de levar a cabo um estudo diacrónico para se perceber as causas de uma menor ou maior mobilização dos moradores de um bairro ou de um movimento social.

Fontes Orais

Histórias de Vida

ALMEIDA, José Fernando Martins de (2009).

ALMEIDA, Mário Martins de (2009).

ALMEIDA, Regina Martins de (2009).

MORTÁGUA, Maria de Lurdes Santos (2009).

MORTÁGUA, Maria Rosalinda Santos (2009).

SANTOS, Carlos Eduardo dos (2009).

SANTOS, João dos (2009).

SANTOS, João Augusto dos (2009)

SANTOS, Maria Albertina Ferreira da Silva dos (2009).

VILAS, Jorge (2009).

Entrevistas semidiretivas:

ALMEIDA, Celeste (2007).

BANDEIRINHA, José António (2009).

FERREIRA, José Augusto (2007).

GOMES, Diamantino (2009).

GOUVEIA, Hermínio Simões (2009).

MARCONI, Francesco (2009).

NATIVIDADE, Frederico (2007).

OLIVEIRA, Mário de (2009).

RIBEIRO, Letícia (2009).

JAHNKE, Hans (2009).

VILAS, Jorge (2007).

Artigos consultados:

“Reunião da Câmara Municipal”: Diário de Coimbra, 28/3/1975.

“Reunião da Câmara Municipal”: Diário de Coimbra, 2/7/1975.

Referências bibliográficas

- Almeida, Sónia Vespeira de (2002), “Novos olhares sobre o terreno. Etnografia das campanhas de dinamização cultural e acção cívica do movimento das forças armadas”, *Arquivos da Memória*, 12/13, 25-42.
- Baía, João (2012), *SAAL e Autoconstrução em Coimbra - Memórias dos moradores do Bairro da Relvinha 1954-1976*. Castro Verde: 100 Luz.
- Bandeirinha, José António (2007), *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cardina, Miguel (2008), *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus Editora.
- Conselho Nacional do SAAL (1976), *Livro Branco do SAAL – 1974/1976*. Porto: FAUP Publicações.
- Dionísio, Eduarda (1993), *Títulos acções obrigações Sobre a cultura em Portugal 1974-1994*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Fernandéz de Rota, José António (2001), “Metodología etnográfica de la história urbana”, *Revista de Antropología Social*, 10, 17-28.
- Fernandes, João Luís dos Santos (2008), *Requalificação da Periferia Urbana – Expansão Urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia de Coimbra*. Tese de Mestrado em Desenho Urbano. Lisboa: Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Ferreira, António Fonseca (1988), “Política(s) de habitação em Portugal”, *Sociedade e Território*, 6. Porto: Afrontamento, 54-62.
- Fonseca, Inês; Freire, Dulce; Godinho, Paula (1997), “O dilema do Estado Novo: «A criação duma verdadeira política rural, ou o aumento da GNR de forma a poder substituí-la»”, *Arquivos da Memória*, 3, 35-52.
- Garrido, Álvaro (1996), *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo Coimbra 1962*. Coimbra: Minerva Editora.
- Godinho, Paula (1998), *Memórias da resistência rural no sul Couço (1958-1962)*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia. Lisboa: FCSH/UNL.
- Guerra, Isabel; Pinto, Teresa Costa; Moura, Dulce (2001), “Políticas de Habitação. À procura de novas problemáticas”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 3, 53-70.

Nunes, João Arriscado; Serra, Nuno (2003), “«Casas decentes para o povo» movimentos urbanos e emancipação em Portugal”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 215-245.

Oliveira, José Manuel Albuquerque (2003), *O SAAL e o Movimento de Moradores em Coimbra*. Prova Final de Licenciatura, Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Pinto, Pedro Ramos (2013), *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975*. Manchester: Manchester University Press.

Queirós, João (2013), “Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia”, *Análise Social*, XLVIII, 206, 102-133.

Rodrigues, Camila (2012), “O envolvimento dos moradores nos programas de realojamento no Portugal democrático”, *Revista de Sociologia Configurações*, 9, 181-193.

Rodrigues, Maria (1999), *Pelo Direito à Cidade: O Movimento de Moradores do Porto (1974/76)*. Porto: Campo das Letras.

Rosmaninho, Nuno (2006), *O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Salgueiro, Teresa Barata (1992), *A Cidade em Portugal – Uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.

Serra, Nuno (1997), “Território e habitação em Portugal”, *Oficina do CES*, nº 101. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Signorelli, Amalia (1999), “Pietralata: las luchas por la vivienda”, in *Antropologia Urbana*. Barcelona: Anthropos Editorial, 121-139.

Cravos e Camélias: uma sinfonia dissonante. Práticas musicais e dinâmicas de género em Portugal na transição para a democracia

Helena Lopes Braga,¹ Central European University, Budapeste
hlopesbraga@gmail.com

Resumo: A música é um produto social, feito por pessoas, para pessoas, sendo ao mesmo tempo estruturante e estruturada pelas várias camadas de dinâmicas de poder que perpassam qualquer tecido social. As particularidades vividas em Portugal durante o Estado Novo refletiram-se por isso na vida musical nacional, respetivos discursos e práticas. Os feminismos, que pulverizavam algumas elites, imiscuíram-se na vida musical, através das redes de sociabilidade de algumas das suas intervenientes. Não obstante, nunca houve em Portugal, ao contrário do que aconteceu noutros países europeus, qualquer tipo de associação mais ou menos formal de mulheres músicas. Na transição para a democracia, o que mudou? Terá havido alguma alteração significativa na forma como o género, enquanto instrumento de gestão social, se tem vindo a articular desde então nos discursos e nas práticas musicais? E hoje, que tipo de dinâmicas de género encontramos disseminados por estes discursos e práticas? Ao analisarmos dinâmicas de género subjacentes às práticas musicais, não podemos subvalorizar todo o contexto social português: as contingências que continuamente obscureceram(/cem) as mulheres, relegando-as individual e coletivamente ao esquecimento, mediante reiterações binárias de género, também se refletem nas narrativas historiográficas posteriores e na forma como a própria academia continua a encarar os estudos sobre as mulheres, os estudos de género, a teoria queer. Nesta comunicação percorreremos alguns momentos do século XX português, recorrendo a três estudos de caso.

Palavras-chave: musicologia, Portugal, Francine Benoît, género, música

¹ Doutoranda em Gender Studies na Central European University em Budapeste, sob orientação da Professora Francisca de Haan. É Mestre em musicologia histórica e Licenciada em Ciências Musicais pela FCSH, UNL. Foi vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Investigação em Música (2013-2016) e é colaboradora do Centro de Estudos em Sociologia e Estética da Música (CESEM), FCSH, Nova. Áreas de estudo: musicologia feminista, sociologia da música, história das mulheres. Interesses: mulheres músicas (séc. XX), estudo de redes de sociabilidade, história das mulheres em Portugal (séc. XX), ativismo de mulheres de esquerda, identidade e teoria *queer*.

Preâmbulo

As ciências musicais, ou musicologia, surgem enquanto área de saber académico, nas últimas décadas do séc. XIX (c.1885), no âmbito das ciências sociais, destinadas ao estudo da música, nas suas mais variadas formas. A musicologia é geralmente vista como o estudo da história da música, mas é muito mais vasta do que isso: engloba desde a história da música, sociologia da música, estética da música, psicologia da música, estudos em performance, acústica, organologia (estudo dos instrumentos musicais), estudos de música popular, entre muitos outros. Assim, uma musicóloga é alguém que tem a música como seu campo de investigação, independentemente do seu sub-campo ou das suas metodologias.

Eu enquadro-me na interseção entre dois sub-campos da musicologia: a sociologia da música e a musicologia feminista. Num *framework* pós-estruturalista, começo por assumir a música como um produto social, embebida em ideologias, discursos e estruturas de poder, e assumindo as dinâmicas interatuantes entre música e sociedade. Isto inclui todas as agentes do campo musical: desde consumidoras, estudantes, professoras, músicas, compositoras, disseminadoras, indústria de produção e manufatura de produtos musicais, etc..

A musicologia feminista (também chamada: estudos de género e música, termo por mim preterido pelo carácter politicamente mais polido que acaba por implicar) começou a surgir nos anos 1970, isto apesar de haver investigações anteriores pontuais que essencialmente consistiam no resgate biográfico de mulheres compositoras e suas obras. Mas foi nos anos 1990 que os principais debates ocorreram (embora continuem a ocorrer com alguma frequência) quando a musicóloga Susan McClary publicou uma coleção de ensaios de várias autoras chamado *Feminine Endings* (1991) onde são questionados cânones musicais, métodos de análise musical e de forma mais vasta toda a musicologia, apontando claros traços de domínio patriarcal, machismo, misoginia.

A perceção que a música e a musicologia participam ativamente na ordem social e não poderiam continuar a ser estudadas de forma pretensamente apolítica ou neutra criou bases sólidas para a exploração de ideias de como o corpo e a corporalidade, as identidades, a diferença e as relações de poder hierárquicas, são construídas e mantidas através da música, de práticas e discursos musicais. O facto de isto ter sido invisível (e ainda ser em grande medida), apenas prova que o poder simbólico da música está bem solidificado e instalado. É assim fácil de ver porque é que uma crítica feminista da música e da musicologia é absolutamente vital. Nos últimos anos, surgiram também estudos interessantes que exploram casos em que as práticas musicais criticam ou questionam ou mesmo lutam ativamente contra normas de género, de sexualidade, exploram performatividades e incitam ao ativismo (ex. estudos sobre Annie Lennox, Lady Gaga, KD Lang) (Rodger, 2004; Davidson, 2001; Williams, s.d; Corona, 2013; Elliott, 2005; Hammond, 1997).

Este artigo está dividido em três partes.

(1) Na primeira debruço-me sobre a minha principal investigação em curso: Francine Benoît e a sua rede de amizades. Trata-se de um levantamento intensivo de mulheres envolvidas na vida cultural portuguesa, com particular enfoque na musical, sobretudo entre as décadas de 1920-1960, em que pretendo problematizar alguns aspetos como: as causas da

invisibilização destas mulheres nas narrativas históricas, as suas formas de sociabilização, o seu envolvimento em movimentos políticos (feministas e de oposição ao regime), a lenta e progressiva recuperação de algumas destas mulheres (quais e porquê?) em alguns circuitos académicos específicos.

(2) Na segunda parte apresento um estudo de caso em que procedi a um levantamento e análise da representação de mulheres na escrita sobre música em periódicos generalistas da década de 1980. Neste levantamento procurei perceber se seria possível concluir que, uma vez passada a revolução, bastião da liberdade, de remodelações sociais e mudanças de costumes, a representação das mulheres na esfera pública da vida musical portuguesa (sobretudo lisboeta) tinha sofrido alterações significativas. Quando parti para este estudo a minha expectativa era que nem por isso, uma vez que ainda hoje se verifica desigualdade nesta representação. Mas, mais do que isso, permiti-me também analisar as representações de género presentes nesses mesmos artigos reunidos: o que se narra nas notícias sobre a vida musical portuguesa? Que tipo de discursos são veiculados nestes artigos?

(3) Por fim, na terceira parte, alguns apontamentos breves sobre os últimos anos, que espero possam estimular a discussão que se seguirá.

Parte I

Um dos propósitos da minha investigação é recuperar da invisibilidade algumas figuras para as narrativas musicológicas e até generalistas, com o cuidado de evitar alguns perigos de cair ora em conteúdos meramente descritivos, ora em generalizações abrangentes que façam perder as especificidades das figuras em estudo (e das que não incluo no estudo), ora em cristalizações mais ou menos míticas, de figuras que valem pela sua obra, mantendo assim a separação da existência e experiência humanas em binários opostos – obra/vida, público/privado, bom/mau, muito/pouco, importante/inútil e homem/mulher

Estes e todos os binarismos são mutuamente dependentes, mutuamente estruturantes. Ao reiterarmos um, estamos a reforçar outros. Quanto a mim, a problematização de um levará idealmente à problematização de vários. Utopicamente, de todos.

Partilho de uma visão das “ciências” de abertura, de experimentação, de desafio. Tento recusar, e fá-lo-ei também nesta comunicação, preciosismos concetuais, citações constantes, obsessão formal. A recusa da objetividade, pelo reconhecimento do seu inevitável falhanço, da sua impossibilidade real. Todo o conhecimento é situado, parcial, político. E talvez a forma mais extrema de o ser seja negá-lo e defender acerrimamente o seu carácter apolítico e objetivo.

Mulheres artistas no Estado Novo. Francine Benoît (1894-1990) e as suas redes de sociabilidade

Primeiro, importa clarificar que este estudo se centra em elites, com todos os privilégios por isso inerentes. Falo de mulheres que pertencem a círculos intelectuais e artísticos, onde constam nomes canonizados (refiro-me aos homens pois, como Fernando Lopes-Graça, João José Cochofel, Mario Dionísio, Vitorino Nemésio, Francisco Vieira de Almeida, etc.), redes que se reforçam mutuamente. A resistência ao Estado Novo destas elites verificava-se essencialmente nas artes, não só em discursos e palestras, como também na defesa e prática de estéticas contrastantes com as apologizadas pelo regime. E, sim, nas práticas sociais íntimas, onde as ideias circulam, onde se pensa coletivamente, onde se partilham opiniões. O salão enquanto forma de sociabilidade é alvo de estudo há alguns anos, sobretudo relacionado com a história das mulheres, por lhes estar associado e também relegado à esfera privada, minimizada a sua relevância, etc..

Utilizo várias vezes o termo mulher, não enquanto pretensamente abrangente e homogeneizante de toda uma massa populacional, mas referindo-me a um entendimento muito específico de género relativo às figuras e contexto em estudo, que cruza perceções sociais de sexo, de comportamento, de classe, de raça e etnia, de aparência e performatividade.

Resultado de pesquisa pelos diários e epistolografia de Francine Benoît, passo a salientar alguns nomes de mulheres do seu vasto leque de amizades.

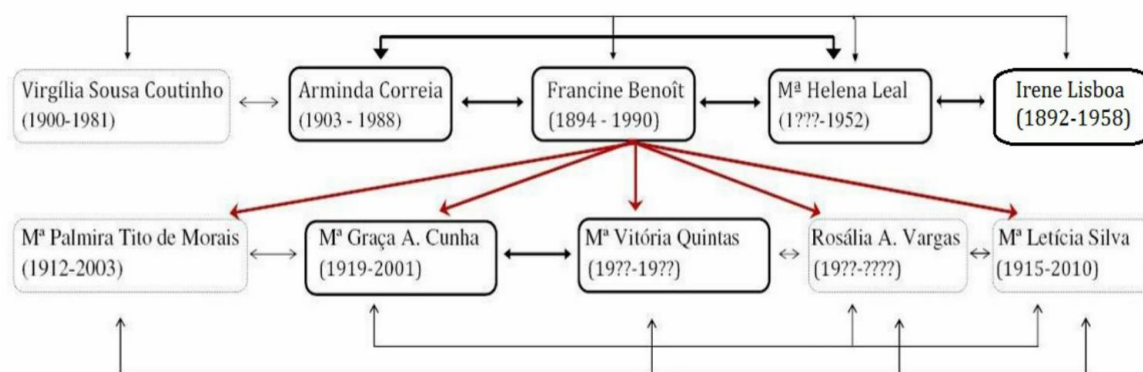


Figura 1. Esquema duas gerações de mulheres amigas de Francine Benoît

Na música, Arminda Correia, Berta Rosa, Maria Elvira Archer, Maria Fernanda Calisto, Maria da Graça Amado da Cunha, Maria Helena Leal, Maria Vitória Quintas, Orquídia e Glicínia Quartin, bem como a mãe destas, Deolinda Lopes Vieira.

Das letras e teatro, a família Rey-Colaço, Berta Agostinho da Silva, Berta Bivar (e as filhas Leonor e Inês Vianna da Motta), Etelvina Lopes de Almeida, Irene Lisboa e sua

companheira Ilda Moreira, Ilse Losa, Lília da Fonseca, Manuela Porto, Maria Barroso, Maria Helena Holstein (duquesa de Palmela), Maria Letícia Silva, Noémia Cruz, Virgília de Sousa Coutinho (Condessa de Caminha), Virgínia Gersão, Virgínia Vitorino e ainda Maria Palmira Tito de Morais.

Não pretendo afirmar que valores feministas (e que valores feministas?) apenas uniam estas mulheres. Em comum encontramos vários indicadores sociais, nomeadamente, geográficos (falamos da zona centro do país, com especial prevalência de Lisboa), de classe (tudo mulheres de classe média/alta, algumas com ascendência aristocrática, mas sobretudo burguesa, que revelam costumes de uma burguesia culta e endinheirada), políticas (na maioria destes nomes há uma clara associação à esquerda) e por fim, o sexo. Já a idade não parece ser um indicador importante, uma vez que encontramos datas de nascimento algo díspares, mas que ainda assim se podem situar entre duas gerações: uma primeira (na primeira linha) nos anos de transição do século XIX para o XX, e uma segunda (linha inferior), de mulheres nascidas já na 2ª década do século XX.

As sociabilidades resultantes do salão estão também diretamente ligadas à participação destas mulheres na vida política portuguesa. Prova disso é o facto de muitas delas terem estado ativamente envolvidas em movimentos de mulheres, inclusive em lugares de destaque e em movimentos mistos antifascistas.

Tabela 1. Participação de mulheres dos círculos de amizades de Benoît em associações de mulheres

CNMP (1914 - 1947)	Deolinda Lopes Vieira Quartim; Etelvina Lopes de Almeida; Isabel Cohen; Manuela Porto; Maria Letícia Silva; Maria Palmira Tito de Morais
AFPP (1936 - 1952)	Irene Lisboa; Ilse Losa; Manuela Porto; Maria Antónia Pulido Valente; Maria Letícia Silva; Maria Palmira Tito de Morais; Maria Graça Amado da Cunha; Maria da Graça Cochofel
MUD (1945 - 1948)	Etelvina Lopes de Almeida; Francine Benoît; Ilse Losa; Irene Lisboa; Maria Graça Amado da Cunha; Maria Palmira Tito de Morais; Maria Lamas; Maria Letícia Silva; Maria Lúcia Namorado; Maria Keil do Amaral; Manuela Porto
Comissão Feminina de apoio a Norton de Matos (1949)	Irene Lisboa; Maria Lamas; Maria Palmira Tito de Morais
Movimento Nacional Democrático Feminino (1949 - 1957)	Maria Lamas; Manuela Porto
Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1969)	Ilse Losa; Maria Keil do Amaral

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), filiado no International Council of Women, congregou bastantes mulheres, entre as quais Francine Benoît e um número significativo de mulheres dos seus círculos. Muitas destas fizeram também parte da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, criada em 1936. Ambas tiveram uma participação significativa de mulheres da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde estavam duas amigas muito próximas de Francine Benoît, Virgínia Gersão e Gabriela Monjardino Gomes. Entre 1945 e 1948 a Comissão Feminina do MUD contou com Maria da Graça Amado da Cunha, Maria Keil, Manuela Porto, Maria Palmira Tito de Morais e a própria Benoît. Como vemos, muitas mulheres pertenciam a várias associações em simultâneo.

O Estado Novo foi inicialmente tolerante quanto a estas associações e essencialmente pelo menosprezo das mulheres em geral, e dos grupos de elite que as constituíam, mas também porque o seu aspeto público mais visível manifestava-se em ações pela educação, pela paz, pelo cuidado e assistência. Mas à medida que a repressão do regime ia aumentando, também a tolerância diminuía, e manifestava-se não raras vezes na ridicularização destas mulheres e grupos. Sobretudo após 1952 (encerramento da Associação Portuguesa Feminina para a Paz), gera-se um vazio em termos de ativismo feminino não alinhado com o regime, pelo que estas mulheres vão associar-se a iniciativas mistas da oposição. No entanto, nos círculos oposicionistas a prioridade é a luta contra o fascismo, o que acaba por minorizar as lutas feministas. Mas estas associações não são objeto de estudo neste artigo.

Sabemos, dos inúmeros trabalhos de que dispomos (saliento os de Cova, 1997; Gorjão, 2002; Neves, 2001; Pimentel, 2001 e 2011; Tavares, 2000 e 2011), que o regime ditatorial português se dedicou a implementar a noção de família, enquanto núcleo primário corporativo, funcional idealmente com um homem, detentor e regulador do poder, e uma mulher como complemento, parideira, servente e criadora dos frutos do projeto eugénico. Pretendia-se mascarar a diferenciação entre os sexos e a discriminação com uma aparente valorização das “funções femininas”, discurso apropriado, claro, pela OMEN (Obra das Mães pela Educação Nacional), a organização de mulheres estatal, que pretendeu também absorver e manter sob controlo mulheres que tinham pertencido a outras organizações entretanto encerradas pelo regime – e chegou a acontecer que algumas mulheres mais conservadoras de facto se associaram à OMEN. A forma de legitimar e naturalizar esta discriminação foi o essencialismo biológico, aliás, como sempre. Remeter para a função materna, íntima, cuidadora da mulher. A ideologia passou também por e para o panorama legal, com o Código do Processo Civil de 1939, considerado um retrocesso no que toca aos direitos da mulher:

As mulheres deixaram de poder afiançar, exercer comércio, celebrar contratos, administrar bens, viajar para fora do país, sem o consentimento por escrito do marido, (...) foram afastadas de certas profissões, de cargos de chefia administrativa e da magistratura judicial. (Pimentel, 2011: 46)

Neste contexto, identificam-se alguns indicadores comuns que fazem com que estas mulheres, por um lado, sejam lidas e eu as possa tratar como um grupo, por outro, contribuem para produzir diferença em relação a outros grupos sociais contemporâneos a que surgem algumas vezes associadas.

As principais tecnologias produtoras de diferença que identifico são então:

- Serem mulheres: género, inscritas no binarismo normativo, do lado do não-privilégio. É-lhes imposta uma performatividade de género cis-normativa (para a qual sexo = género), que carrega vários constrangimentos, limitações e exigências.

- Pertencem a elites culturais: são privilegiadas no acesso à cultura e bens culturais, famílias com algumas posses (alta burguesia), habituadas a estilos de vida com alguns luxos – estas elites culturais são compostas essencialmente por pessoas ligadas às artes.

- Feministas: aderem a movimentos, participam em sessões públicas, questionam-se individualmente. Numa sociedade dominada pela hegemonia masculina, pela atribuição da mulher à esfera privada (por oposição ao homem, esfera pública), marcada pela secundarização e apagamento de toda e qualquer atuação mais visível destas, estas duas mulheres contrariam a norma.

- Afetividades lésbicas: quando falo de afetividades lésbicas, não estou a assumir que ambas tenham tido uma orientação sexual estável, ou sequer uma afirmação identitária. Mas, ao mesmo tempo, revelar medo em fazê-lo denuncia a homofobia internalizada e imiscuída nos discursos correntes. Facto: algumas partilharam a vida com outras mulheres, amaram outras mulheres, viveram relações lésbicas (não exclusivamente, de teor erótico e sexual, mas sobretudo de afinidade, de partilha de intimidade).

Quanto à vivência musical, tendo em conta este enquadramento, as mulheres só seriam naturalmente pedagogas. Marion Scott, musicóloga, fundadora da *Society for Women Musicians*, cuja existência se prolongou de 1911 até 1972, num artigo publicado no *Daily Express*, lamentava que as obras de compositoras fossem votadas ao silêncio e nunca ninguém tinha ouvido falar de mulheres críticas de música ou musicólogas. Scott afirmava que as mulheres na música só tinham lugar como cantoras, pianistas acompanhadoras ou professoras. O mesmo se verifica nestes grupos do meu estudo: apesar de Francine Benoît e, por exemplo, Maria Vitória Quintas, terem composto, é o seu lado mais *gender-conformative* que é publicamente visível: a primeira como pedagoga, a segunda como pianista. Maria da Graça Amado da Cunha, tida como alguém de opiniões fortes, politicamente aguerrida (além da sua participação determinante na AFPP, muito ativa no MUD, por exemplo), é conhecida por ter sido uma pianista conceituada.

As mulheres artistas, por serem mulheres, não mereciam o mesmo tipo de reconhecimento que os homens, vistos como capazes, como inspirados, como geniais. Para as mulheres, a arte seria uma divagação do seu espírito sensível, uma brincadeira a que se podiam e deviam dar ao luxo de vez em quando, enquanto prova do seu elevado estatuto social. Há assim toda uma hierarquia imposta que contribuiu para o menosprezo destas mulheres e das suas atividades (mesmo as ‘puramente musicais’) enquanto vivas e que continua a contribuir para o seu apagamento nas narrativas históricas.

Genericamente, deparamo-nos com condições limitadas para que as mulheres se juntassem numa associação formal (por exemplo de mulheres músicas ou de mulheres artistas). Mas por não ter havido um grupo formado, não quer dizer que as opiniões não circulassem. E circulavam nestas formas de sociabilidade alternativas possíveis: o salão, enquanto ponto de encontro mais direto, digamos, e as suas ramificações diretas, entre as quais encontrei na epistolografia uma das mais ricas fontes.

Legitimação por referência a homens: caso de Irene Lisboa e Francine Benoît

É corrente na escrita de biografias históricas recorrer a referências para legitimar determinada pessoa ou grupo de pessoas. Mas é infeliz verificar como no caso de mulheres, continuamente ocultadas, e gradualmente recuperadas ao longo dos últimos vinte/trinta anos, as referências utilizadas são, persistentemente, homens, reiterando, em vez de combater, a hegemonia patriarcal.

A título de exemplo, refiro duas das mulheres deste estudo: Irene Lisboa e Francine Benoît (1894-1990). De Irene Lisboa (1892-1958), grande parte dos textos, recorre à afirmação de José Gomes Ferreira: “a maior escritora de todos os tempos portugueses” (*apud* Carmo, 2013: 46) ou ainda a profecia por realizar de José Rodrigues Miguéis: “daqui a dez ou vinte anos, quando a mais-valia do tempo tiver definitivamente cristalizado a sua Obra de audácia e reticência, de anseio e pudor, ela será, toda ela, um documento humano de irrecusável pungência e beleza” (*apud* Cruz, 2013: 1). Outros dos nomes que são evocados quando se escreve sobre Lisboa são: José Régio, Gaspar Simões, Casais Monteiro, Vitorino Nemésio, Óscar Lopes, entre outros. Quanto a Benoît, é frequente remeter-se para a relação de amizade com o Fernando Lopes-Graça, mas referem-se também com alguma frequência, entre outros, Vitorino Nemésio, João José Cochofel, José Gomes Ferreira, Mário Dionísio.

Invisibilidades

Mas além da enorme discrepância entre o número de homens e o número de mulheres referidas, há mais conteúdos problemáticos nestes trabalhos recentes: por exemplo, no caso de Francine Benoît, é constante a omissão da sua vida privada. Vieira (2011) optou intencionalmente por não considerar os diários de Francine Benoît como fonte para o seu trabalho sobre esta, o que considero ter sido uma grande lacuna. Em primeiro lugar, estes contêm dados intermináveis sobre a sua vida profissional, incluindo notas de encomendas de obras, o seu processo criativo, também sobre a sua atividade pedagógica, os coros que dirige, etc.. Depois, porque evoca constantemente nomes de amigas e amigos, comentando questões profissionais, mas também fornecendo pormenores sobre os convívios. Há que entender que o binarismo público/privado é mais um dos sistemas de dominação que importa combater, o que ajuda se percebermos como as sociabilidades por exemplo, se imiscuem inevitavelmente no percurso profissional de qualquer pessoa.

Falando de afetividades lésbicas, sabemos (Foucault/biopoder) que a naturalização da classificação das perversões e comportamentos desviantes foi e é operada mediante uma repetição e simultaneamente re-inscrição de comportamentos. Esta lei vista como natural é reforçada por dispositivos legais, como sucedeu em Portugal de forma particular no Estado Novo – o regime serve-se da ideia de que o safismo perverte a função natural da mulher, ser esposa e mãe, e remete todos os comportamentos de cariz homoerótico para penalizáveis atos contra a natureza. À questão legal acresce o caráter fantasmagórico (Castle, 1995) de mulheres lésbicas: há uma dupla estigmatização que pesa sobre mulheres que vivam

afetividades lésbicas, por um lado porque são mulheres, e não se considera terem uma sexualidade ativa, mas passiva e funcional subjugada ao homem, negando-lhes prazer físico no ato sexual; ainda porque a sua sexualidade é desafiante e desviante, contrária às normas, e, por não haver penetração de um falo nem ser vertido sémen, é tida como uma prática afetiva pouco significativa. Foi este caráter fantasmagórico que acabou por ajudar a proteger as lésbicas da classe dominante, mas não só, da prisão, da tortura, do internamento – o que acontecia a mulheres de outros contextos sociais menos privilegiados. Escondendo-as, e ignorando as suas práticas subversivas, mas ao mesmo tempo tidas como ingénuas, instalou-se uma permissividade nas elites.

Na historiografia, o tratamento mais frequente é o apagamento de tudo o que possa remeter para relações lésbicas, e a adoção do discurso do celibato como dedicação extrema ao trabalho. E isto que acontece com Francine Benoît também. Vieira refere-se à companheira de mais de trinta anos de vida de Benoît apenas como amiga: “O estudo sobre Francine Benoît surgiu do conhecimento de D^a Madalena Gomes, escritora portuguesa de literatura juvenil portuguesa, que havia conhecido em vida Francine, que ao morrer sem descendência direta, confiou à sua amiga parte do seu património cultural” (Vieira, 2011: 28).

Sobre o percurso de vida de Benoît, Vieira afirma que: “este papel que aparentemente aceitou de forma passiva, conduziu a uma postura psicológica e masculina”² (Vieira, 2011: 233), concluindo que “as suas preocupações de formar um casamento e, conseqüentemente, a maternidade, pioram a situação de uma viuvez internalizada”³ (2011: 235). Assim, Vieira associa o não cumprimento das normas sociais à adoção de uma postura que apelida de “masculina”: “a atitude preconizada por Francine é a de uma mulher moderna, que gosta de tabaco e dos cabelos curtos, hábitos quase exclusivos dos homens, sinónimos de perda de feminilidade”⁴ (idem: 235).

Este tipo de argumentos é prova de um binarismo de género estruturalmente inscrito nas práticas e discursos. Perante a adoção destes discursos, o que não seja traço dito feminino (que é considerado dominado, submisso, dependente, passivo, cuidador, discreto, espírito, emoção) é, por oposição, tido como masculino (dito dominador, ativo, instigador, agressivo, matéria, inteligência).

É tendo por base o discurso que a vida íntima não é um dado a ter em conta (e porque se parte do pressuposto que existem duas esferas opostas: íntima e pública), que se reiteram preconceitos e invisibilidades que se revestem de um teor efetivamente violento. Ao marginalizar continuamente afetividades alheias à norma (sendo a norma a

² Tradução da autora. No original: “este papel que aparentemente aceptó de forma pasiva, le han conducido a una postura psicológica y masculina”.

³ Tradução da autora. No original: “sus preocupaciones de formar un matrimonio y, conseqüentemente, la maternidad, empeoran con el infortunio de una viudedad interiorizada.”

⁴ Tradução da autora. No original “Sin embargo, la actitud preconizada por Francine es la de una mujer moderna, a quien gusta el tabaco y de los cabellos cortos, hábitos casi exclusivos de hombres, sinónimos de pérdida de femineidad”.

heterossexualidade), acentua-se a estigmatização de que são alvo pessoas que as vivam ou tenham vivido.

Quanto a mim, não tenho dúvidas que o facto de entre Francine Benoît e muitas das mulheres da sua rede de amizades se terem vivido afetividades lésbicas contribuiu também para o apagamento destas narrativas, e para o tratamento questionável (em que me debrucei) nas recuperações recentes, em que as sociabilidades íntimas são omitidas. Porque as causas nunca são unas, mas sempre uma *assemblage* de fatores, acredito que este tenha sido mais um.

Acho ainda provável que o receio de algumas mulheres serem tidas como demasiado próximas de Francine, demasiado próximas de círculos feministas e lésbicos, terá prejudicado as lutas destas mulheres, e pela sobrevivência até. Em entrevista a Elisa Lamas, pianista e professora aposentada do Conservatório Nacional, que conheceu Francine Benoît e socializou com algumas pessoas próximas desta, disse-me:

Oh, sim, a Francine Benoît toda a gente sabia que era homossexual. Aliás, olhava-se para ela e via-se logo. A forma como se vestia e apresentava, não era uma mulher bonita e nem se esforçava minimamente por sê-lo. (ignoremos aqui a interiorização deste discurso misógino e homofóbico)

Por outro lado, outras houve que simplesmente esqueceram ou apagaram os seus ideais, em prol de uma vida tradicional ou de mais notoriedade. Invoco o exemplo de Gabriela Monjardino Gomes que, mesmo tendo mantido uma relação íntima e duradoura com Francine Benoît, decidiu tornar-se esposa de Vitorino Nemésio, tendo o seu dia-a-dia passado a resumir-se a cozinhar, limpar e tratar dos filhos e marido, conforme a própria descreve na correspondência tardia que mantém com Benoît. Ou o exemplo de Virgínia Gersão, que manifesta afetividades lésbicas na correspondência mantida com Francine Benoît, foi parte de uma elite intelectual de Coimbra ligada à oposição, mas eventualmente ter-lhe-á virado costas ao aceitar um lugar de deputada na Assembleia Nacional, onde esteve entre 1945 e 1949 ligada à Educação – isto foi visto como uma traição por Francine Benoît e outras amigas, que acabaram por se afastar.

Parte II

Pós-74

Escrita sobre música em periódicos da década de 1980

A análise que apresento partiu dos exemplares da *Revista de Imprensa*, uma publicação mensal da Secretaria de Estado da Cultura, dos números de cada ano entre 1980 e 1989. Trata-se de uma publicação que reunia as notícias mais relevantes sobre cultura publicadas na imprensa generalista, divididas por secção: literatura, artes plásticas, teatro, património, música. Seria legítimo começar por perguntar quem escolhia os artigos e quais os critérios. À partida o critério seria o da relevância, mas a verdade é que muitos destes artigos selecionados

não têm grande relevância, especialmente os dos primeiros anos da década de 1980 – isto pode querer dizer que ou a escolha não terá sido a mais apropriada ou então, e esta é a opção para que eu aponto (uma vez que analisei alguma da produção contemporânea de Francine Benoît e a sua própria produção – pois notabilizou-se na esfera pública como crítica musical, escreveu desde a década de 1920 até à de 1980 em periódicos generalistas e não só), a maioria das notícias sobre música publicadas na imprensa generalista não seriam de facto de grande importância.

Deparei-me com esta publicação e pareceu-me que o número de mulheres a escrever seria significativamente menor do que o número de homens. Ainda, quer os homens quer as mulheres que com mais frequência assinavam os artigos eram nomes reconhecíveis. Parti então para uma análise mais cuidada e verifiquei que a grande parte dos artigos não são assinados, e alguns são assinados por iniciais, uma prática que remonta pelo menos a artigos encontrados no século XIX. De um total de 1783 recortes sobre música publicados nos exemplares tratados, 80% não são assinados (o que corresponde a 1430 dos 1783). No entanto verifiquei também que apesar do número de artigos anónimos não diminuir à medida que a década avança, a verdade é que aumentam os artigos assinados, aumentando também o total de anúncios a considerar. Daqui podemos supor que ou o número de artigos sobre música aumentou gradualmente ao longo da década, ou aumentou apenas a seleção feita. Mas tendo em conta a variação do conteúdo e tamanho dos artigos no tempo, conforme veremos, parece mais viável a primeira hipótese.

Ao partir para esta recolha, comecei por estabelecer algumas questões para a leitura dos artigos que gostaria de ver respondidas: (1) Quem assinava os artigos sobre música? (2) Qual a representação em termos quantitativos das mulheres na autoria destes artigos? (3) Qual a importância dos autores destes textos na vida musical? (4) Qual o tipo de comentários produzidos, por que atores e para que leitores? (5) A escrita sobre música também veicula discursos de organização social de perpetuação do binarismo e distinção de estatutos de género? (6) Se sim, de que forma o faz?

Mas a década de 1980 caracteriza-se também por um acontecimento relevante para a vida musical portuguesa, é quando surge o departamento de Ciências Musicais na Universidade Nova de Lisboa, que vem responder à lacuna da formação académica em musicologia em Portugal. O que me fez perguntar se haveria ou não correspondência na escrita na imprensa, ou seja, surgirão ou não alterações ao tipo de comentários publicados.

Representação Quantitativa

Comecei por contabilizar o total de artigos assinados por homens e por mulheres para cada ano. Um dos primeiros dados a registar é a pouca variação do número de artigos assinados por homens, que se situa todos os anos entre os vinte e oito e os trinta e quatro artigos. Em contrapartida, mulheres assinam entre três e dezasseis artigos por ano, não se conseguindo detetar uma tendência de aumento nem de diminuição.

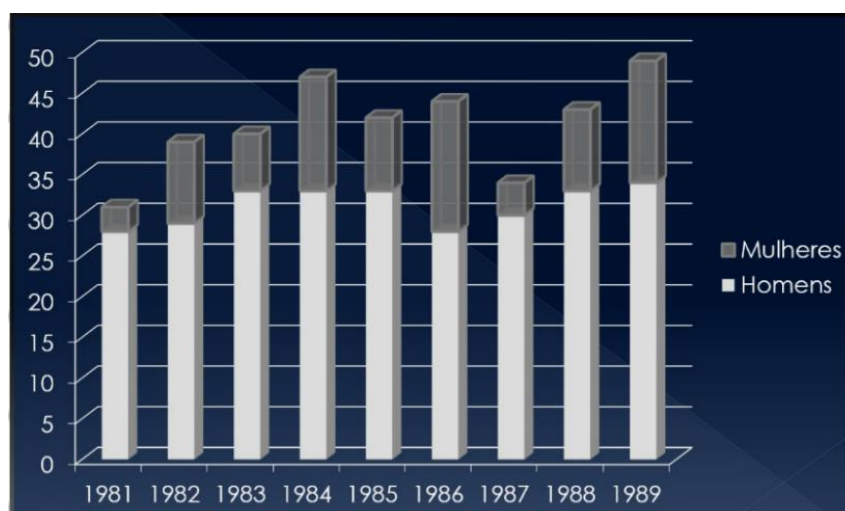


Figura 2. Número de artigos assinados por homens e mulheres.

1981 e 1987 são os anos com menos artigos assinados por mulheres e 1984, 1986 e 1989 são os anos com maior número de artigos. 1984 foi um ano significativo para os direitos das mulheres em Portugal, já que foram aprovadas três leis importantes, uma relativa à educação sexual e planeamento familiar (Lei 3/1984), outra à proteção da maternidade e paternidade (Lei 4/1984) e a que maior impacto teve, ao aborto (Lei 6/1984). Mas seria precipitado associar diretamente os números de 1984 ao ano social português, necessitando de um levantamento mais profundo e de uma análise global da participação das mulheres na imprensa e do impacto público destas leis. A isto acrescentemos que em 1983 também houve alterações significativas na Constituição que se relacionam com o estatuto da mulher, sobre violência doméstica; já em 1986 e 1989 não encontrei nenhum marco jurídico significativo.

Tabela 2. Artigos assinados por homens e mulheres, por periódico

TÍTULO	M	H
<i>Diário Popular</i>	41	7
<i>Diário de Notícias</i>	8	79
<i>O Primeiro de Janeiro</i>	8	6
<i>A Capital</i>	6	4
<i>O Diário</i>	5	6
<i>Diário de Lisboa</i>	3	15
<i>Expresso</i>	1	20
<i>O Comércio do Porto</i>	-	15
<i>Jornal de Notícias</i>	-	6
<i>O dia</i>	2	9

De seguida registei, conforme mostra esta tabela, a divisão de artigos por mulheres e homens por cada periódico. Encontramos o *Diário Popular* a liderar a frequência de artigos de mulheres, com quarenta e um, sendo que trinta e nove dos quais são da mesma mulher. Segue-se o *Diário de Notícias* e o *Primeiro de Janeiro*. No entanto, apesar do *Diário de Notícias* ser dos que contabilizam mais mulheres, é também, largamente, o que apresenta maior número de homens, setenta e nove, o que acaba por relativizar os oito artigos escritos por mulheres. Por último, o semanário *Expresso*, e *O Comércio do Porto* que apresenta quinze artigos sobre música assinados, todos da autoria de homens.

Tabela 3. Mulheres e número de artigos assinados

Maria Helena de Freitas – 45	Luísa Ferreira
Francine Benoit – 5	Margarida Botelho
Manuela de Azevedo -2	Ana Rocha
Alice Vieira- 2	Maria Nunes da Ponte- 2
Luísa Balette	Cristina Gomes
Isabel Risques	Fernanda Ribeiro
Maria Neves- 2	Filomena Naves
Cristina Baptista	Laura Prado
Isabel Mafra	Fátima Medeiros
Filomena Vieira	Ana Rodrigues
Maria de Sousa- 2	Gabriela de Mello Ribeiro- 2
Elisabete de Stroumillo	Anabela M da Cruz
Maria de Assis	Conceição Rocha
Maria da Graça Ramos	Paula Martinheira
Paula Alexandra	

Nesta tabela encontramos a contagem das autoras de artigos, estando separadas as que registam mais de uma ocorrência das que surgem uma única vez na contagem.

Durante um ano e três meses as únicas notícias assinadas por mulheres pertencem a uma entre três: Maria Helena de Freitas, Francine Benoit e Manuela Azevedo.

Começando pela última, Manuela de Azevedo, nascida em 1911, assina duas notícias, em fevereiro e abril de 1981, no *Diário de Notícias*. Trata-se da primeira mulher com carteira profissional de jornalista em Portugal. Passou pelo jornal *República*, *Diário de Lisboa* e *Diário de Notícias*. Entrevistou Ernest Hemingway, Eva Perón, Calouste Gulbenkian, Humberto de Sabóia, quando exilado em Cascais, e o bailarino Rudolf Nureyev, que era seguido pelo KGB.

Francine Benoit é autora de cinco artigos nesta recolha, incluindo aquele que até ao momento parece ter sido o seu último artigo publicado, de 1986 – Benoit faleceu em 1990. O

conteúdo dos artigos analisados é algo semelhante – para todos os efeitos lembremo-nos que estamos a falar de uma mulher entre os 88 (em 1982) e os 92 anos (em 1986).

Mais de metade dos artigos assinados por mulheres nesta recolha são de Maria Helena de Freitas (45 de 88). Trata-se de uma das mulheres com maior visibilidade na vida musical portuguesa, cujo programa de rádio “O canto e os seus intérpretes” foi na altura o de mais longa duração (de 1959 a 2000). As razões por trás da notoriedade desta figura não são inocentes, trata-se da última companheira de Luís de Freitas Branco que, após a morte deste, casou com o amigo do casal Nuno Barreiros. Ambos foram homens importantes e influentes no panorama cultural português. Refira-se que o facto de ter casado com Nuno Barreiros não terá contribuído para o aumento da sua popularidade, que era já extensa – o que interessa notar é que esta relação foi do conhecimento público, porque está, apesar de se tratar de uma segunda relação, de acordo com a norma heterossexual, enquanto as relações de Francine Benoit, ou de Fernando Lopes-Graça, por exemplo, permaneceram e permanecem ainda grandemente ocultas. Não pretendendo retirar mérito a Maria Helena de Freitas, cujo programa de rádio cativou centenas de novos ouvintes para a ópera, o que questiono é o lugar de visibilidade que veio a ocupar.

Representando Géneros

Comece-se então por observar alguns títulos e cabeçalhos desta seleção de artigos. “Madalena Perdigão: ‘Sou uma mulher muito feliz’” – 13/05/1983, *A Tarde*, entrevista de Isabel Riques – salienta-se uma frase da entrevista, que em primeiro lugar não diz ser uma pessoa muito feliz, mas uma mulher, depois, nada revela sobre a sua vida profissional. Noutro caso: “Nella Maissa conta o dia-a-dia de pianista e dona de casa” – 08/09/1983, *A Capital*; inclui-se a referência à sua atividade artística, mas sem esquecer o seu lado “feminino” (e uso intencionalmente o adjetivo feminino), que é ser dona de casa. O baixo português Álvaro Malta, um dos mais familiares nomes do canto em Portugal, também por com frequência falar de ópera na rádio ou na RTP, diz em entrevista a José Meireles: “Sou totalmente anti-aborto” – 15/10/1984, *A Capital*. A entrevista data do ano em que a lei do aborto foi aprovada (Lei 6/1984, de 11 de maio), sendo então permitido interromper a gravidez até às 12 semanas nos casos em que apresenta risco de vida ou lesão grave e duradoura para a mulher ou quando a gravidez resulta de violação e até às 16 semanas quando há malformação do feto. Apesar de ser uma lei vista como desajustada foi uma importante conquista dos direitos das mulheres, e portanto uma mudança social. A prova disso é que cinco meses depois de a lei ter sido decretada em Diário da República, o debate público mantém-se, até numa entrevista a um cantor. Mas além dos cabeçalhos, um pouco por todo e cada artigo estão espelhadas mensagens políticas, são veiculadas ideologias. Atentemos num excerto da entrevista a Madalena Perdigão por Isabel Riques:

Madalena Perdigão não é apenas a mulher do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. Ela é também, entre outras coisas, a responsável pela organização do 1º Festival Internacional de Música de Lisboa que amanhã se inicia, em primeira audição, no Teatro Municipal de São Luís. (...) Quanto ao resto, e para além de se considerar “muito feminina”, considera-se uma pessoa “muito feliz!”: “Tenho de dar graças a deus por aquilo que me tem concedido na vida. Tenho a obrigação de me considerar uma mulher muito feliz.

Porquê? Porque tenho um marido, um filho, uma vida familiar harmoniosa e um trabalho que gosto.” (A *Tarde*, 13/05/1983)

Repare-se que Madalena Perdigão é, em primeiro lugar, a mulher do Presidente. E como “a mulher” é ótima em tarefas organizativas, ela não é a Diretora do Festival Internacional de Música de Lisboa, mas antes a responsável pela organização. Depois assume-se “muito feminina”, embora não saibamos o que quer isso dizer, mas ela continua, devendo a sua felicidade acima de tudo ao facto de possuir um marido e um filho. Também Nella Maissa, que nos é apresentada como dona de casa, vê o seu género bem definido:

A par dos seus recitais e concertos, Nella Maissa tem a vida de qualquer dona de casa. Adora cozinhar “e dizem que sou uma boa cozinheira”, acrescenta. As suas especialidades são os pratos tradicionais de família, massas italianas, tartes, pizzas napolitanas. (...) Na sua opinião o dia-a-dia de uma dona de casa é muito cansativo e, sem ajuda, equivale a um emprego: “Acho pior do que trabalhar. É um trabalho inglório, mas necessário”. Extraordinariamente activa, faz tricot, não pode ver nada desleixado na casa e joga bridge. Lê também bastante. (A *Capital*, 08/09/1983)

Por ocasião do funeral de Rachel Bastos, a notificação inclui o comentário de Gaspar Simões ao seu livro “Um Fio de Música”, que lhe salienta o carácter feminino...

Foi na segunda-feira a enterrar a escritora e artista lírica Rachel Bastos, que falecera em Lisboa no dia anterior, com 83 anos. (...) Rachel Bastos escreveu a novela “Um fio de música”, que em 1937 foi galardoada com o prémio Fialho de Almeida e que João Gaspar Simões considerou então “o livro mais feminino que se tem escrito em Portugal” (“Rachel Bastos foi a enterrar”, *Se7e*, 18/01/1984).

Atente-se no cuidado de referir, por um lado, um homem a reconhecer qualidade ao livro de uma mulher, por outro, a seleção da frase, a qualidade do livro revela-se no cumprimento de género da autora. No excerto que se segue, sobre um concerto para mulheres, fala-se da sala onde as convidadas se reuniram após o seu fim. Não há qualquer referência à música tocada, aos instrumentos, apenas se referem às convidadas e à decoração da sala. Uma notícia sobre mulheres escrita para mulheres.

A dra. Manuela Eanes, acompanhada das embaixatrizes dos países com representação diplomática em Portugal, assistiu ontem no Palácio da Ajuda, a um recital pela Fundação Musical dos Amigos das crianças. (...) Além das embaixatrizes estiveram presentes as senhoras da Associação dos Diplomatas Portugueses, a esposa do Sec. de Estado da Cooperação, embaixatriz Gaspar da Silva, as senhoras da presidência da República e as convidadas pessoais da esposa do Presidente da República, como a dra Madalena Perdigão e a orientadora da FMAC, Adriana de Vecchi.

(...) Após o concerto, (...) as convivas reuniram-se na sala de jantar privada da rainha D. Maria Pia, que não se encontra aberta ao público e onde está exposta a colecção de pratas e as restantes prendas que constituíram os presentes de casamento daquela rainha. A sala foi adornada com flores arrançadas à maneira do século passado (“Concerto na Ajuda para embaixatrizes”, *Diário de Notícias*, 28-02-1984).

Em 1984, na entrevista a Álvaro Malta já citada devido a um cabeçalho, encontram-se muitas mais pistas sobre a definição e distinção de géneros, mas também sobre direitos humanos, onde um obstetra cantor que se assume como profundamente católico tece comentários punitivos acerca do aborto.

Alto, robusto como um touro, simpático e directo, Álvaro Malta, que também é médico especialista em ginecologia e obstetrícia, sorri ao futuro. (...) “Conheci a minha mulher no coro de teatro de S. Carlos quando ela tinha 15 anos.” (...) Quando falamos sobre o aborto Álvaro Malta põe-se rígido, aferra-se à mesa de trabalho e olha em frente: “Sou um homem religioso e como tal sou totalmente anti-aborto. Se alguém considera que abortar é legítimo, é profundamente desumano como desumana é a Assembleia da República e o senhor presidente da república, não tenho medo de o dizer.” E acrescenta: “Acho que é uma crueldade sem nome e dos maiores crimes que se cometem contra a humanidade permitir matar estas crianças indefesas.”

Para os casos específicos que a lei portuguesa do aborto contempla, Álvaro Malta tem uma resposta pronta: “Das malformações encarrega-se a Natureza que não permite a existência de monstros. Não precisa a Assembleia da República de deixar matar pessoas inocentes.” (...) “A mãe violada não tem direito de matar o feto, porque ela não é dona dessa vida inocente e diferenciada que está a gerar dentro de si.” (José Meireles entrevista Álvaro Malta, *A Capital*, 15-10-1984).

Mas há ainda outros comentários, ou pequenas frases que refletem a continuidade de estereótipos e preconceitos. Seguem-se alguns exemplos que pretendem incitar à reflexão.

Lia Altavilla e Helena Vieira, em que dificilmente podíamos ver as feias irmãs (*Diário Popular*, 07/1985, F.P.).

A Berganza no palco é, só por si, sem abrir a boca, um maravilhoso espectáculo, até na arte de bem vestir (*Correio da Manhã*, 01/1986, J. Pacheco).

Algumas conclusões

Ao longo de toda a década de 1980 foi largamente superior o número de homens ao número de mulheres a escrever sobre música. A escrita sobre música não é inocente, não é ausente de veiculação de ideologias, quer sejam estéticas, morais ou políticas. O lugar das mulheres ou é secundário, ou acaba por ser salientado quando se trata de comentadoras com visibilidade como é o caso de Maria Helena de Freitas e de Francine Benoît. A escrita sobre música na imprensa generalista, além de formar melómanos, influenciar gostos, estabelecer repertórios, validar obras e compositores, serve também um fim moralizante, e contribui para a cristalização de estatutos de género. É sublinhado de forma mais ou menos evidente o carácter sensível, doméstico da mulher, a par e passo com o seu elogio físico e, de igual forma, o lado protetor, aguerrido, público do homem, e a valorização da sua inteligência e perspicácia intelectual. É estimulada e valorizada a mulher enquanto dona de casa, o seu papel de educadora, a demonstração de qualidades tidas como femininas, como o sejam a organização, a sensibilidade, a responsabilidade, a afetividade e, claro, a apreciação da música enquanto arte inefável, enquanto manifestação sensorial. Ao passo que os homens revelariam uma preocupação mais racional nos seus comentários, com mais enfoque nas questões técnicas e apreciações formais. Parece portanto que estamos perante um perpetuar de estereótipos, que persiste (ainda hoje) no tecido social português.

Com o avançar da década, não pude deixar de notar a mudança significativa do teor dos artigos, notando-se a emergência de uma nova linha crítica, sobretudo a partir de 1985/86-isto coincide com a época de conclusão das/os primeiras/os licenciadas/os em musicologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH). Os artigos aumentam gradualmente

de tamanho e substancialmente de conteúdo. A crítica deixa de ser efetuada por melómanos e pessoas com poucos conhecimentos musicais e começa a revelar preocupações técnicas e também ideológicas. Persistem alguns representantes da musicografia até a esta altura exercida, como o são os casos mais evidentes Maria Helena de Freitas, seu marido Nuno Barreiros e José Blanc de Portugal. Salientam-se pela acuidade e sentido crítico Mário Vieira de Carvalho e Rui Vieira Nery, ambos assinam artigos desde 1981 nesta amostra, mas a frequência aumenta com o passar dos anos. A presença crescente de artigos de Mário Vieira de Carvalho e Rui Vieira Nery, entre outros, gera um contraste abismal entre especialistas, sendo que só agora se pode usar o termo musicólogos sem constrangimentos formais, e musicógrafos, onde constam poetas que escrevem sobre música e jornalistas. A musicologia trouxe qualidade à crítica musical e mostrou que esta não se resume a comentar a afinação e sincronia dos músicos, nem a “beleza” destes e dos seus trajes ou da sua voz. Mas mesmo nestes artigos do final da década, continuamos a ver indicadores de genderização, e note-se que os dois autores cujo trabalho salientei são homens, que ainda hoje estão presentes, não só na escrita sobre música naturalmente. São pequenas palavras, inocentes frases e comentários, que permanentemente nos passam despercebidos e continuam a ser interiorizados de forma violenta e impercetível.

Parte III

Quero agora apenas referir alguns dados mais recentes que recolhi, para que sirvam de ponto de partida para refletirmos em conjunto sobre práticas naturalizadas contemporâneas.

Em dezembro 2012 a Orquestra Gulbenkian contava com 22 mulheres e 40 homens. A Orquestra Sinfónica Portuguesa tinha 38 mulheres e 65 homens.

Em novembro 2014 a Orquestra Gulbenkian conta com 18 mulheres e 38 homens. A Orquestra Sinfónica Portuguesa tem 31 mulheres e 60 homens. Desta última refiro ainda que nos primeiros violinos há uma maioria clara de homens, enquanto que nos segundos violinos encontramos, pelo contrário, 3 homens e 13 mulheres. Nos contrabaixos há uma mulher e 7 homens. Nos sopros, metais e madeiras, há uma clara preponderância de homens.

Quando preparava esta comunicação reparei numa notícia do jornal *Blitz* que dava conta do prémio Pop-Eye de "Melhor Artista Português" atribuído às Anarchicks no Festival Cáceres Pop Art, em Espanha: “As Anarchicks são um quarteto de rock feminino que editou em 2013 o primeiro álbum, de influência punk, e prepara atualmente o segundo disco” (Blitz, 14/11/2014 – sublinhado da autora).

Referências bibliográficas

Carmo, Carina Infante do (2013), “A maior escritora de todos os tempos portugueses segundo José Gomes Ferreira”, *Relâmpago*, 31/32, 43-57.

Corona, Victor P. (2013), “Memory, Monsters, and Lady Gaga”, *Journal Of Popular Culture*, 46(4), 725-744.

Cova, Anne (1997), “O Salazarismo e as Mulheres: uma abordagem comparativa”, *Penelope*, 17, 71-94.

Cruz, Gastão (2013), “Editorial”, *Relâmpago*, 31/32, 1.

Davidson, Jane W. (2001), “The role of the body in the production and perception of solo vocal performance: A case study of Annie Lennox”, *Musicae Scientiae*, 5(2), 235-256.

Elliott, Robin (2005), “Performing k.d. lang”, *Canadian Woman Studies*, 24(2/3), 160.

Gorjão, Vanda (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios - Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Hammond, Joyce D. (1997), “Making a Spectacle of Herself: Lesbian Visibility and k. d. lang on Vanity Fair's Cover”, *Journal Of Lesbian Studies*, 1(3/4), 1.

Neves, Helena (2001), *O Estado Novo e as Mulheres*. Lisboa: Câmara Municipal, Biblioteca Museu República e Resistência.

Pimentel, Irene (2011), *A cada um o seu lugar, a política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas & Debates.

Rodger, Gillian (2004), “Drag, Camp and Gender Subversion in the Music and Videos of Annie Lennox”, *Popular Music*, (1), 17.

Tavares, Manuela (2011), *Feminismos*. Lisboa: Texto Editores.

Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal - Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.

Vieira, Ana Sofia (2011), *Estudio de la actividad musical, compositiva y crítica de Francine Benoît*, tese de Doutoramento em didática da expressão musical, plástica e corporal.

Salamanca: Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca [texto policopiado].

Williams, J. (2014), "Same DNA, but Born this Way: Lady Gaga and the Possibilities of Postessentialist Feminisms", *Journal Of Popular Music Studies*, 26(1), 28-46.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto tem duas linhas de edição com orientações distintas: a linha "**Estudos**", que se destina à publicação de relatórios de investigação e a linha "**Debates**", orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

